Carregal do Sal revisão pdm

Entregável 03:

Caracterização e Diagnóstico

CARREGAL DO SAL
município

spi

Revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal

Entregável 03: **Caracterização e Diagnóstico**

Elaboração: agosto 2019

Revisão: dezembro 2023

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-03886

Índice de conteúdos

1. Introdução 13
2. Carregal de Sal no mapa 17
2.1. Enquadramento territorial 17
2.2. Enquadramento geoestratégico 19
2.3. Quadro de Referência Estratégico 22
Instrumentos de Gestão Territorial 23
2.3.1. Estratégias setoriais e territoriais 33
2.3.2. Normas com incidência e relevância no território 58
3. Características e tendências do território 67
3.1. Recursos naturais e sustentabilidade ambiental 67
3.1.1. Características biofísicas 67
3.1.2. Exposição do território a perigos naturais e tecnológicos 95
3.2. Ocupação do solo 100
3.2.1. Perspetiva geral do uso e ocupação do solo 100
3.2.2. Territórios artificializados 105
3.2.3. Territórios agrícolas, florestais e agroflorestais 107
3.3. Sistema urbano 112
3.3.1. Povoamento e rede urbana 112
3.3.2. Caracterização urbanística dos aglomerados 124
3.4. Habitação e dinâmicas urbanísticas 146
3.4.1. Caracterização do parque edificado e da dinâmica construtiva 146
3.4.2. Política municipal de habitação e reabilitação urbana 153
3.5. População e estruturas sociais 156
3.5.1. Dinâmicas demográficas 156
3.5.2. Estrutura social e familiar 163
3.5.3. Emprego e qualificação 166
3.5.4. Perfil de vulnerabilidade social 169
3.6. Atividades económicas e inovação 171
3.6.1. Análise global das atividades económicas no Concelho 171
3.6.2. Potencial de especialização económica 184
3.7. Equipamentos e serviços públicos 199
3.7.1. Rede de equipamentos coletivos e serviços de saúde 200

3.7.2. Rede de equipamentos e serviços de ensino 204
3.7.3. Rede de equipamentos de solidariedade e segurança social 208
3.7.4. Rede de equipamentos e serviços de cultura e lazer 211
3.7.5. Rede de equipamentos e serviços de suporte à atividade desportiva 215
3.7.6. Rede de equipamentos e serviços administrativos 219
3.7.7. Rede de equipamentos religiosos 221

3.8. Infraestruturas 223

3.8.1. Infraestruturas ambientais 223
3.8.2. Infraestruturas viárias e transportes 233
3.8.3. Comunicações e infoestruturas 241
3.8.4. Suscetibilidade do território aos perigos antrópicos 244

3.9. Património 246

3.9.1. Património Arquitetónico 246
3.9.2. Património Arqueológico 252
3.9.3. Património Cultural 260

4. Diagnóstico territorial 263

4.1. Principais aspetos a reter 263

4.2. Análise SWOT 269

4.3. Temas estratégicos 273

Anexo I – Normas do Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira a integrar no PDM de Carregal do Sal 276

Anexo II – Fichas individuais de caracterização dos perímetros urbanos em vigor .. 282

Anexo III – Identificação dos sítios arqueológicos 301

Referências Bibliográficas 305

Índice de figuras

Figura 1. Processo de revisão do PDM 14
Figura 2. Enquadramento territorial 17
Figura 3. Aglomerados urbanos do concelho e população residente 18
Figura 4. Jardim Dr. Manuel Costa e Dólmen da Orca 19
Figura 5. Sistema Urbano - Viseu Dão Lafões 20
Figura 6. Enquadramento de Carregal do Sal no Modelo Territorial do PROTC 21
Figura 7. Vinha em Carregal do Sal, rodeada de floresta 22
Figura 8. Carta geológica à escala 1:25.000 68
Figura 9. Jazigos de urânio e concessão hidrotermal do concelho de Carregal do Sal 70
Figura 10. Áreas de prospeção e pesquisa de depósitos minerais com influência em Carregal do Sal 71
Figura 11 Mapa de suscetibilidade ao radão 73
Figura 12. Massas de água subterrânea e localização de Carregal do Sal 74
Figura 13. Carta de risco sísmico de Portugal 75
Figura 14. Mapa hipsométrico do concelho de Carregal do Sal 77
Figura 15. Mapa de declives do concelho de Carregal do Sal 78
Figura 16. Mapa de exposições solares do concelho de Carregal do Sal 79
Figura 17. Rede hidrográfica do concelho de Carregal do Sal 81
Figura 18. Localização das captações de água subterrânea registadas 83
Figura 19. Registo médio da temperatura do ar na estação meteorológica de Viseu (1981-2010) 84
Figura 20. Registo da precipitação média na estação meteorológica de Viseu (1981-2010) 85
Figura 21. Quantidade total de precipitação no concelho de Carregal do Sal 86
Figura 22. Quantidade total de radiação global no concelho de Carregal do Sal 87
Figura 23. Variação dos valores médios do Índice Bioclimático no concelho de Carregal do Sal 88
Figura 24. Valores naturais no concelho de Carregal do Sal 90
Figura 25. Unidades de paisagem (nível nacional) do concelho de Carregal do Sal 94
Figura 26. Mapa de risco de incêndio rural de Carregal do Sal 98
Figura 27. Uso/ocupação do Solo no concelho de Carregal do Sal 101
Figura 28. Distribuição das categorias da carta de ocupação do solo (áreas em ha) 102
Figura 29.Comparação da ocupação do solo entre 1995 e 2015 103
Figura 30.Transformações ocorridas entre megaclasses, entre 1995 e 2015 104
Figura 31.Evolução dos territórios artificializados 105
Figura 32.Evolução dos territórios artificializados no aglomerado de Parada 106
Figura 33. Representação dos territórios agrícolas, florestais e agroflorestais 107
Figura 34. Áreas agrícolas presentes no concelho 108
Figura 35. Áreas florestais presentes no concelho 111

Figura 36. Evolução dos territórios agrícolas, florestais e agroflorestais entre 1995 e 2015 112
Figura 37. Ocupação urbana no Concelho 114
Figura 38. Aglomerados urbanos do concelho de Carregal do Sal 116
Figura 39. Variação populacional em 2001-2011 118
Figura 40. Densidade de ocupação nos aglomerados de Carregal do Sal, 2011 120
Figura 41. Perímetro Urbano de Carregal do Sal e Oliveira do Conde 124
Figura 42. Perímetro Urbano de Cabanas de Viriato 126
Figura 43. Perímetro Urbano de Beijós 128
Figura 44. Perímetro Urbano de Parada e Póvoa de Santo Amaro 129
Figura 45. Perímetro Urbano de Fiais da Telha 130
Figura 46. Perímetro Urbano de Vila Meã 131
Figura 47. Perímetro Urbano de Travanca de São Tomé 132
Figura 48. Perímetro Urbano de Papízios 133
Figura 49. Perímetro Urbano de Laceiras 134
Figura 50. Perímetro Urbano de Póvoa da Forcada 135
Figura 51. Perímetro Urbano de Oliveirinha 136
Figura 52. Perímetro Urbano de Alvarelhos 137
Figura 53. Perímetro Urbano de Pardieiros 138
Figura 54. Perímetro Urbano de Sobral 139
Figura 55. Aglomerado Urbano de Póvoa da Pegada 140
Figura 56. Aglomerado Urbano de Póvoa de Lisboa 141
Figura 57. Perímetro Urbano de Póvoa da Arnosa 142
Figura 58. Perímetro Urbano de Deldoreto 143
Figura 59. Evolução dos alojamentos e das famílias no concelho de Carregal do Sal entre 1991 e 2011 147
Figura 60. Estado dos fogos devolutos, entre 2001 e 2011, no concelho de Carregal do Sal 148
Figura 61. Edifícios concluídos em Viseu Dão-Lafões (NUTS III) e Carregal do Sal (1995 a 2017) 148
Figura 62. Edifícios licenciados em Viseu Dão-Lafões (NUTS III) e Carregal do Sal (1995 a 2017) 149
Figura 63. Tipo de construção no concelho de Carregal do Sal entre 1995 e 2017 (%) 149
Figura 64. Destino dos edifícios concluídos no concelho de Carregal do Sal entre 1995 e 2017 150
Figura 65. Época de construção do edificado no concelho de Carregal do Sal, em 2011 150
Figura 66. Idade média do parque edificado das freguesias de Carregal do Sal, em 2011 151
Figura 67. ARU no concelho de Carregal do Sal, aprovadas entre 2016 e 2018 155
Figura 68. Evolução da população residente no concelho de Carregal do Sal (1920 a 2021) 157
Figura 69. Distribuição da população residente em cada freguesia do concelho de Carregal do Sal 158
Figura 70. Taxa de variação da população residente de Carregal do Sal, por freguesia, entre 2011-2021 .. 159
Figura 71. Densidade populacional de Carregal do Sal, por freguesia 160
Figura 72. Saldo natural e migratório no concelho de Carregal do Sal 161

Figura 73. População residente (estimativas e projeções) em Portugal (a) e na Região Centro (b)..... 162
Figura 74. Pirâmide etária do concelho de Carregal do Sal em 2001 (a) e 2011 (b) 163
Figura 75. Índice de envelhecimento em Carregal do Sal, por freguesia (2011) 165
Figura 76. Níveis de instrução completos na região do Centro de Viseu Dão-Lafões e no concelho de Carregal do Sal, (2011)..... 167
Figura 77. Perfis territoriais de vulnerabilidade social, por concelho (2017) 170
Figura 78. Dimensão das empresas localizadas em Carregal do Sal (2017) 172
Figura 79. Número de empresas em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III), entre 2008 e 2017..... 173
Figura 80. Volume de negócios (M€) em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III), entre 2008 e 2017 174
Figura 81. VAB (M€) das empresas em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III), entre 2008 e 2017 . 174
Figura 82. Distribuição das empresas por setor de atividade em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões em 2017 175
Figura 83. Distribuição do volume de negócios por setor de atividade das empresas em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III) em 2017..... 176
Figura 84. Dimensão da Superfície Agrícola Utilizada do concelho de Carregal do Sal em 2009..... 177
Figura 85. Zonas de atividades económicas de Carregal do Sal..... 178
Figura 86. Espaços industriais e Áreas de localização empresarial de Carregal do Sal..... 179
Figura 87. Rede de parceiros e incubadoras da RIERC 181
Figura 88. Evolução da população ativa no concelho de Carregal do Sal 182
Figura 89. Níveis de instrução completos no concelho de Carregal do Sal e comparação à Região (2011) . 183
Figura 90. Evolução do número de empresas da agricultura, 2012-2014..... 186
Figura 91. Carta de síntese do PROFDL 187
Figura 92. Limites da ZIF Carregal do Sal – Mondego e ZIF Carregal do Sal – Planalto Beirão 188
Figura 93. Cartazes de iniciativas ligadas à promoção de recursos endógenos..... 189
Figura 94. Evolução do número de empresas da atividade de Consultoria, científica, técnicas e similares .. 192
Figura 95. Evolução do número de empresas na secção de Alojamento, restauração e similares (I), entre 2012 e 2014..... 194
Figura 96. Oferta Turística no concelho de Carregal do Sal 195
Figura 97. Dormidas e Hóspedes no concelho de Carregal do Sal 197
Figura 98. Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Centro, Viseu Dão Lafões e Carregal do Sal..... 198
Figura 99.Taxa líquida de ocupação-cama nos alojamentos turísticos em Portugal, Centro, Viseu Dão Lafões e Carregal do Sal..... 199
Figura 100. Equipamentos de saúde públicos no concelho de Carregal do Sal 201
Figura 101. Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes 203
Figura 102. Equipamentos de ensino no concelho de Carregal do Sal 205
Figura 103. Equipamentos de solidariedade e segurança social de apoio à 3.ª idade 209
Figura 104. Centro Cultural de Carregal do Sal..... 212

Figura 105. Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria, Carregal do Sal 213
Figura 106. Equipamentos de Cultura e Lazer no concelho de Carregal do Sal 214
Figura 107. Equipamentos desportivos públicos no concelho de Carregal do Sal 216
Figura 108. Equipamentos administrativos, de justiça e segurança do concelho de Carregal do Sal 220
Figura 109. Equipamentos religiosos no concelho de Carregal do Sal 222
Figura 110. Sistema de abastecimento de água do concelho de Carregal do Sal 225
Figura 111. Sistema de saneamento de águas residuais de Carregal do Sal (em julho de 2023) 226
Figura 112. Resíduos urbanos recolhidos por habitante por localização geográfica 228
Figura 113. Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante por localização geográfica 229
Figura 114. Infraestruturas de gestão de resíduos do concelho de Carregal do Sal 230
Figura 115.Infraestruturas de Transporte e de Distribuição de Gás do concelho de Carregal do Sal 231
Figura 116.Infraestruturas de Energia Elétrica do concelho de Carregal do Sal 232
Figura 117. Consumo de energia elétrica por setor de atividade em 2015 no concelho de Carregal do Sal . 233
Figura 118. Rede de Estradas do concelho de Carregal do Sal constantes no PRN 2000 234
Figura 119. Rede viária do concelho de Carregal do Sal 235
Figura 120. Rede ferroviária de Carregal do Sal – Linha da Beira Alta 239
Figura 121. Itinerários do transporte escolar em Carregal do Sal Fonte: CMCS, 2020 241
Figura 122. Evolução do número de acessos telefónicos por 100 habitantes 242
Figura 123. Infraestruturas de telecomunicações (antenas) do concelho de Carregal do Sal 243
Figura 124. Cobertura da rede MEO no concelho de Carregal do Sal, a 25.04.2019 244
Figura 125. Património Classificado e em vias de classificação no Concelho de Carregal do Sal 247
Figura 126. Sítios/Monumentos arqueológicos constantes do Endovélico; Igrejas, capelas e respetivos adros edificadas até finais do século XIX e demais património concelhio inventariado pela CMCS no Concelho .. 258
Figura 127. Temas estratégicos 274

Índice de tabelas

Tabela 1. IGT em vigor com incidência em Carregal do Sal 23
Tabela 2. Políticas, planos e programas relevantes para a revisão do PDMCS 33
Tabela 3. Massas de água superficiais em Carregal do Sal 82
Tabela 4. Riscos naturais 95
Tabela 5. Riscos mistos 97
Tabela 6. Área ardida (hectares) e número de ignições no concelho de Carregal do Sal por ano 98
Tabela 7. Área ardida e número de ocorrências em 2017 e média do período 2012-2016 99
Tabela 8. População residente nos aglomerados de Carregal do Sal 117
Tabela 9. Edifícios clássicos nos aglomerados urbanos de Carregal do Sal 118
Tabela 10. Presença de rede viária, transportes e infraestruturas nos aglomerados de Carregal do Sal 121
Tabela 11. Presença de equipamentos coletivos nos aglomerados de Carregal do Sal 123
Tabela 12. Síntese estatística das características do parque edificado do Concelho 144
Tabela 13. Edifícios do concelho de Carregal do Sal por época de construção e respetivo estado de conservação, em 2011 152
Tabela 14. Número de alojamentos familiares de residência habitual, sem as principais funções (2011) 152
Tabela 15. Evolução da população residente e taxa de variação 157
Tabela 16. Densidade populacional por km^2 160
Tabela 17. Estrutura etária das freguesias de Carregal do Sal, em grandes grupos (%) 164
Tabela 18. Índice de envelhecimento 164
Tabela 19. Número de famílias clássicas 166
Tabela 20. População empregada por setor de atividade 168
Tabela 21. Número de pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa (‰) 169
Tabela 22. Dados sobre atividade agrícola, agroflorestal e transformação em Carregal do Sal (2017) 176
Tabela 23. Áreas de localização empresarial no concelho de Carregal do Sal 180
Tabela 24. População empregada por setor de atividade 183
Tabela 25. Quociente de localização das atividades económicas, no concelho de Carregal do Sal (2014) 185
Tabela 26. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço na Agricultura, em 2014 185
Tabela 27. Síntese de dados (2014) e variação do número de empresas (2008-2014) 190
Tabela 28. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço por empresa da atividade de Consultoria, científica, técnicas e similares (2014) 191
Tabela 29. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço de empresas com CAE relacionado com o Turismo, em 2014 193
Tabela 30. Empreendimentos turísticos em Carregal do Sal 196
Tabela 31. Número de estabelecimentos de Alojamento Local 196
Tabela 32. Número de agentes de animação turística 197
Tabela 33. Relação de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes 202

Tabela 34. Recursos humanos nas unidades de saúde de Carregal do Sal 203
Tabela 35. Número de inscritos por unidade de saúde, com e sem médico de família, 2015 203
Tabela 36. Número de estabelecimentos de saúde privados 204
Tabela 37. Dimensão dos estabelecimentos de ensino pré-escolar de Carregal do Sal, 2018 e 2019 206
Tabela 38. Capacidade e número de inscritos nas creches de Carregal do Sal 206
Tabela 39. Capacidade de resposta das instituições de apoio à 3.ª idade 210
Tabela 40. Equipamentos culturais e de lazer no concelho de Carregal do Sal 215
Tabela 41. Equipamentos desportivos no concelho de Carregal do Sal 217
Tabela 42. Equipamentos desportivos especializados no concelho de Carregal do Sal 218
Tabela 43. Avaliação da cobertura dos equipamentos desportivos, por tipologia 218
Tabela 44. Presença de equipamentos desportivos e associações desportivas no concelho de Carregal de Sal 221
Tabela 45. Equipamentos religiosos no concelho de Carregal do Sal 223
Tabela 46. Captações de águas subterrâneas e respetivos perímetros de proteção 224
Tabela 47. Reestruturação dos sistemas de tratamento de águas residuais do concelho de Carregal do Sal 227
Tabela 48. Distância e tempo entre os principais aglomerados e a sede concelhia 236
Tabela 49. Oferta de transporte público rodoviário de Carregal do Sal 237
Tabela 50. Ligações ferroviárias em Carregal do Sal 240
Tabela 51. Riscos tecnológicos 244
Tabela 52. Categorias de sítios arqueológicos identificados pela DGPC em Carregal do Sal 253
Tabela 53. Listagem dos sítios arqueológicos por freguesia do concelho de Carregal do Sal 254
Tabela 54. Listagem de Igrejas, capelas e respetivos adros, do concelho de Carregal do Sal, construídas até finais do século XIX 256
Tabela 55. Listagem de Lagaretas Rupestres e outros elementos patrimoniais relevantes do concelho de Carregal do Sal 256
Tabela 56. Distribuição dos sítios arqueológicos por freguesia do concelho de Carregal do Sal 259
Tabela 57. Principais destaques de gastronomia e artesanato do concelho de Carregal do Sal 260

Siglas e acrónimos

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AM – Assembleia Municipal

CC – Comissão Consultiva

CMCS – Câmara Municipal de Carregal do Sal

COS – Carta de Ocupação do Solo

DG – Decreto Geral

DGEG – Direção-Geral da Energia e Geologia

DGPC – Direção-Geral do Património e da Cultura

DGT – Direção-Geral do Território

DR – Diário da República

EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local

EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

ENE – Estratégia Nacional para a Energia

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

IC – Itinerário Complementar

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IIM – Imóvel de Interesse Municipal

IIP – Imóvel de Interesse Público

INE – Instituto Nacional de Estatística

INSA – Instituto Nacional DE Saúde Doutor Ricardo Jorge

IP – Itinerário Principal

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS – Instituto da Segurança Social

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MIM – Monumento de Interesse Municipal

MN – Monumento Nacional

MTSS – Ministério do Trabalho e da Segurança Social

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais

PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana

PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PDM – Plano Diretor Municipal

PDMCS – Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal

PECS – Plano Estratégico de Carregal do Sal

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PRN – Plano Rodoviário Nacional

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROFCL – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

PROTC – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

PT 2030 – Portugal 2030

PVI - Programa de Valorização do Interior

QEPiC- Quadro Estratégico para a Política Climática

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCM – Resolução de Conselho de Ministros

REN – Rede Ecológica Nacional

REOT – Relatório de Estado do Ordenamento do Território

RH4 – Rede Hidrográfica n.º 4

RIERC - Rede de Incubação e

Empreendedorismo da Região Centro

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Territorial

SC&T – Sistema Científico e Tecnológico

SIC – Sítio de Importância Comunitária

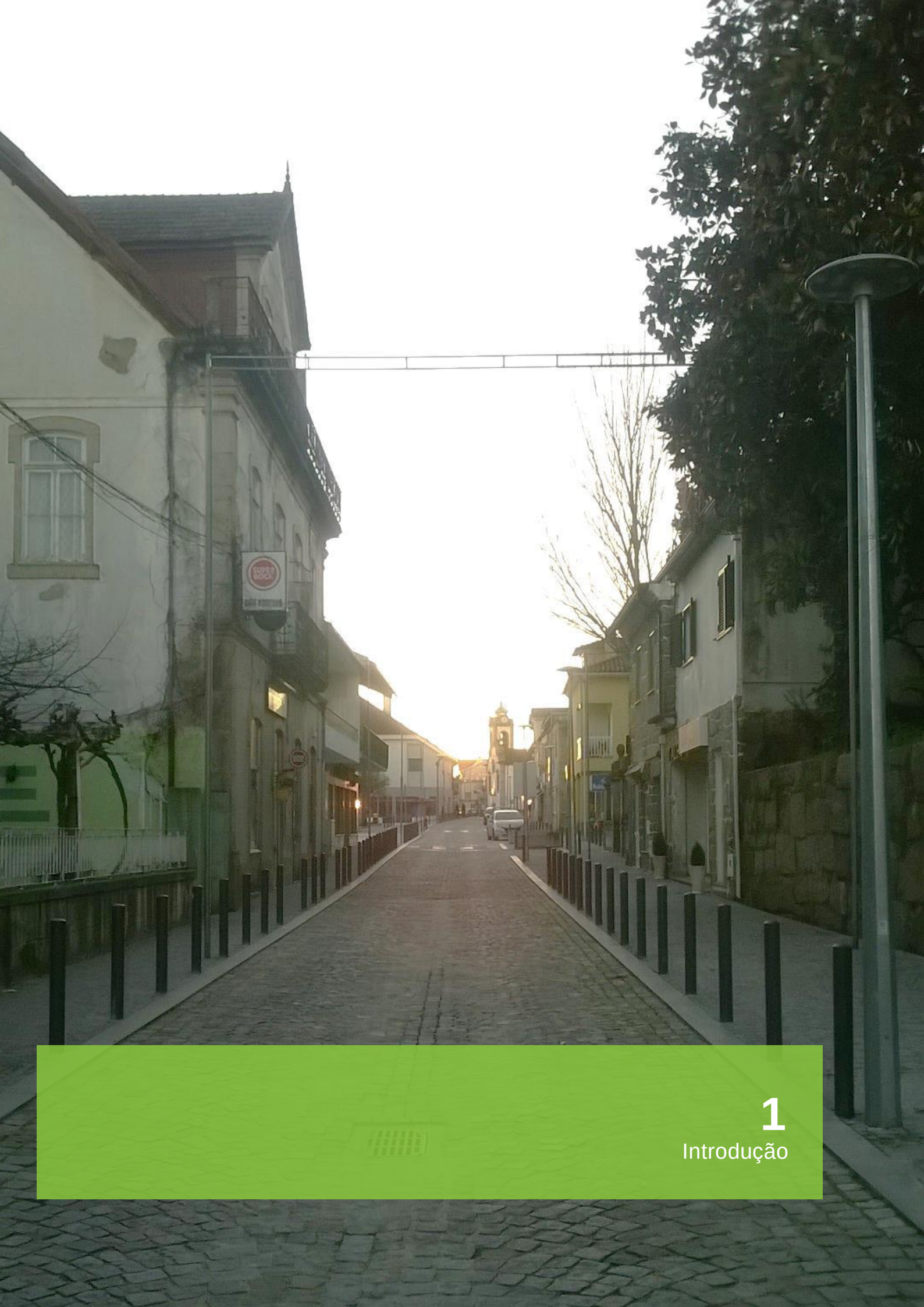
SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

ZIF – Zona de Interesse Florestal



1
Introdução

1. Introdução

O Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal (PDMCS) em vigor, que constitui a primeira revisão do documento original publicado em 1994, foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2001, publicada no Diário da República (DR) n.º 294, I Série-B, de 21 de dezembro.

Volvidos 18 anos desde a sua publicação, o que se traduz numa desatualização e desenquadramento face às realidades atuais em diversos âmbitos, é por si só um forte motivo para se despoletar um novo procedimento de revisão do PDMCS. Para mais, a atuação do Município rege-se hoje segundo uma estratégia de desenvolvimento local que tem por base o Plano Estratégico de Carregal do Sal (PECS), elaborado em 2016, que se ajusta aos novos desafios colocados a Carregal do Sal e está alinhada com os objetivos de coesão e de desenvolvimento territorial constantes dos instrumentos de política comunitária e nacional.

Além desta necessidade de adequação à realidade e aos novos desafios e de alinhamento com a estratégia de desenvolvimento preconizada pelo Município, impõe-se igualmente adequar este instrumento ao novo enquadramento legal e regulamentar e ao conjunto de políticas e programas territoriais, entretanto emanado, de forma a assegurar a necessária convergência com os interesses públicos e com o conjunto de objetivos que daqui decorrem.

Um outro aspeto fundamental, embora de âmbito e natureza diferente, prende-se com a cartografia que serviu de base ao PDMCS em vigor, que data de 1992 e que foi objeto de uma atualização, não homologada, em 1997. Com a disponibilização de cartografia atualizada e homologada, recentemente produzida para o município, o processo de revisão será sustentado em dados de base modelados à realidade existente, permitindo decisões mais precisas.

Ciente de que o PDM em vigor já não retrata fielmente a realidade do concelho e não responde às tendências de transformação, assim como das exigências conferidos pelo novo quadro legal e regulamentar aplicável, a Câmara Municipal de Carregal do Sal (CMCS) decidiu despoletar a segunda revisão do PDMCS.

Esta é uma oportunidade para refletir no PDM as linhas estratégias de desenvolvimento territorial que orientam a atuação municipal e que estão refletidas no PECS, desenvolvendo uma proposta que adeque este instrumento à evolução do território e das suas condições ambientais, económicas, sociais e culturais, a médio-longo prazo, considerando que muitos dos seus pressupostos assentaram em dados e tendências que sofreram até hoje uma significativa transformação.

O documento que agora se apresenta, em acordo com a alínea a), n.º 1 do Artigo 96.º do RJIGT, contempla os estudos de Caraterização e Diagnóstico que irão suportar a estratégia de desenvolvimento territorial e o modelo de organização espacial do território municipal subjacente à segunda revisão do PDMCS. Enquadra-se na Fase 2 do processo de Revisão (Figura 1), sucedendo a uma fase prévia de Preparação (Fase 1), que se materializou na elaboração de um Guia Metodológico e Descritivo do Trabalho, e que antecede a Proposta de Plano, apresentada na fase seguinte (Fase 3).

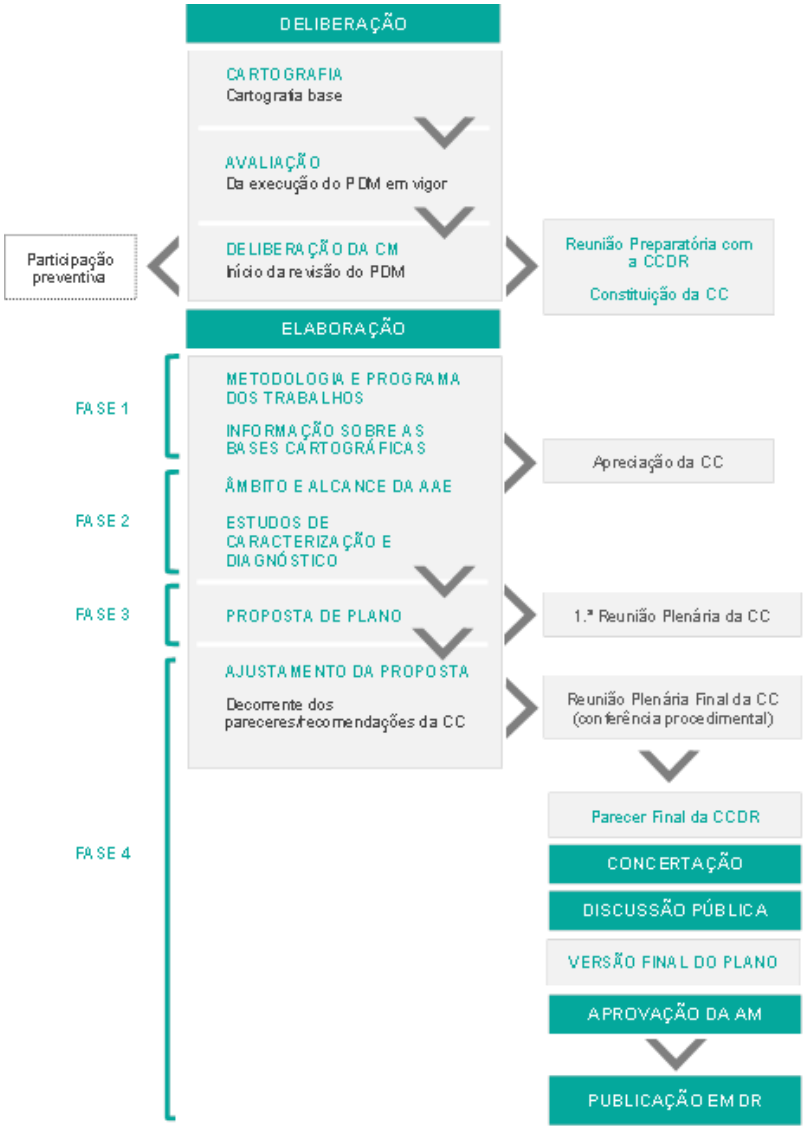


Figura 1. Processo de revisão do PDM
Fonte: SPI, 2019

Este documento materializa uma análise objetiva às características humanas e físicas do Concelho, tendo por base o conhecimento empírico, técnico e científico dos temas fundamentais, levantamentos e visitas ao território, e a análise de dados estatísticos existentes a diferentes escalas territoriais. Os trabalhos de caracterização e diagnósticos apoiam-se, igualmente, nos estudos de caraterização e diagnóstico desenvolvidos no âmbito de outros trabalhos, planos ou programas para o Município ou com incidência no território municipal, incluindo documentos estratégicos antecedentes e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor, em elaboração e em revisão.

O relatório de Caracterização e Diagnóstico encontra-se subdividido em 5 capítulos. Além do presente capítulo, de natureza introdutória, onde se apresenta a estrutura do documento e se procede ao enquadramento da decisão de revisão do PDM, os estudos de caraterização e diagnóstico são constituídos pelos seguintes capítulos:

- O **capítulo 2** apresenta a contextualização do concelho de Carregal do Sal. Aqui, além da apresentação genérica do concelho, procede-se ao seu enquadramento geoestratégico e posicionamento nas dinâmicas de âmbito supramunicipal, regional e/ou nacional.
- O **capítulo 3** identifica e sistematiza as principais características do território e da sua ocupação, assim como as principais alterações ocorridas na última década. Adotando uma abordagem integrada de caraterização e diagnóstico, encontra-se organizado em nove subcapítulos: (i) Recursos naturais e sustentabilidade ambiental; (ii) Ocupação do solo: (iii) Sistema urbano; (iv) Habitação e dinâmicas urbanísticas; (v) População e estruturas sociais; (vi) Economia e inovação; (vii) Equipamentos e serviços; (viii) Infraestruturas e (ix) Património.
- Por último, no **capítulo 4** apresenta-se o diagnóstico territorial, no qual se identificam os principais aspetos a reter da caracterização efetuada ao território, a análise das principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de Carregal do Sal e os pressupostos estratégicos que irão liderar a definição da estratégia de desenvolvimento municipal para a próxima década.
- O **capítulo 5** possui as referências bibliográficas dos documentos consultados para a elaboração do presente relatório de caracterização e diagnóstico.



2

Carregal de Sal no mapa

2. Carregal de Sal no mapa

2.1. Enquadramento territorial

O concelho de Carregal do Sal localiza-se, para efeitos administrativos e estatísticos, na Região Centro (NUT II) e sub-região Viseu Dão Lafões (NUT III), fazendo fronteira com os concelhos de Viseu, Nelas, Oliveira do Hospital, Tábua, Santa Comba Dão e Tondela (Figura 2).

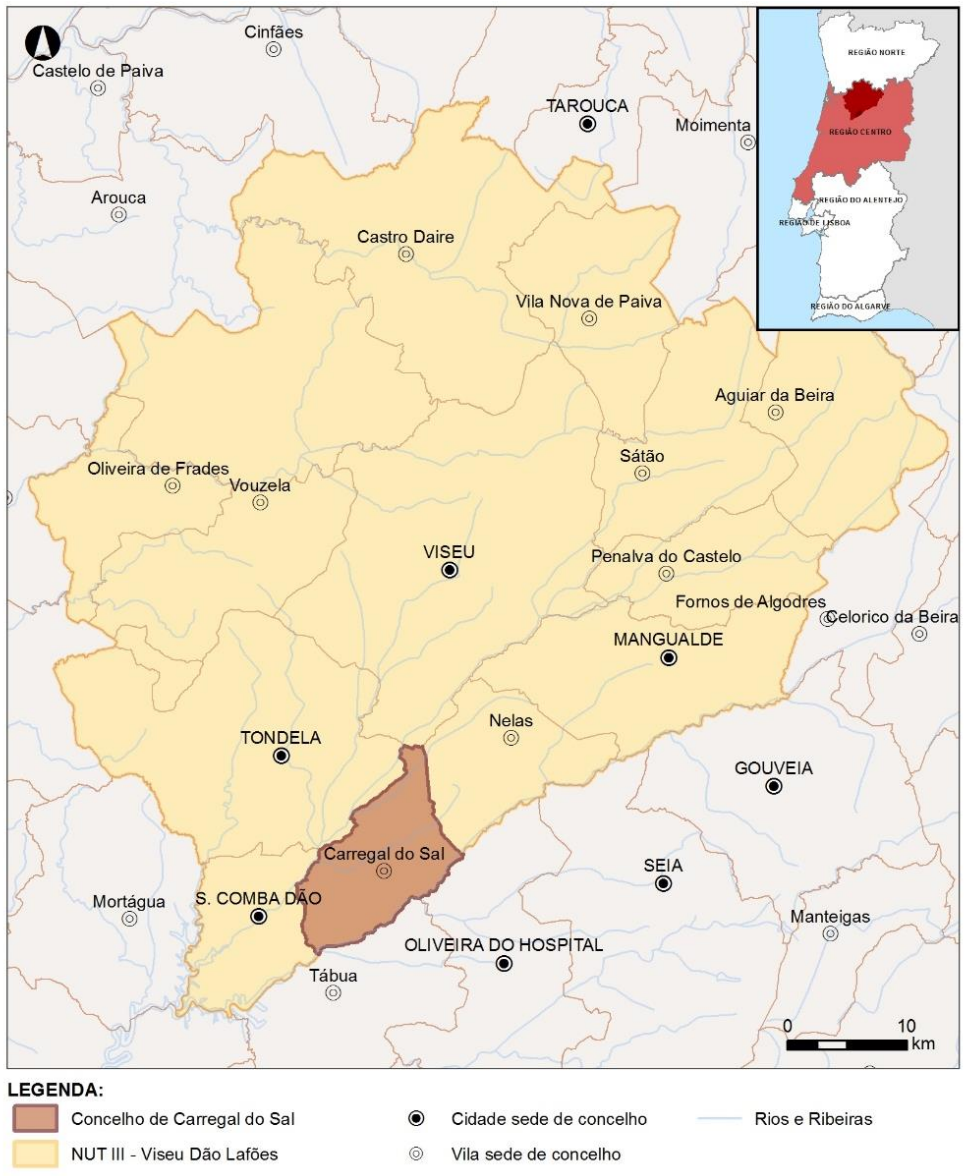


Figura 2. Enquadramento territorial
Fonte: SPI, 2019

Abrange uma superfície de aproximadamente 117 km^2, repartida por cinco freguesias (Carregal do Sal[1], Oliveira do Conde, Cabanas de Viriato, Beijós e Parada), onde residiam 9.835 habitantes, segundo os dados dos Censos 2011. A população residente concentra-se, sobretudo, na vila de Carregal do Sal, núcleo polarizador do sistema urbano estruturado pelos aglomerados das cinco freguesias, e em Oliveira do Conde. A sede de concelho regista 3.399 residentes, o que representa 35% da população total, e Oliveira do Conde 3.122 residentes, cerca de 32% da população total, sendo que a restante população se concentra nas restantes sedes de freguesia e nos pequenos núcleos populacionais (Figura 3).

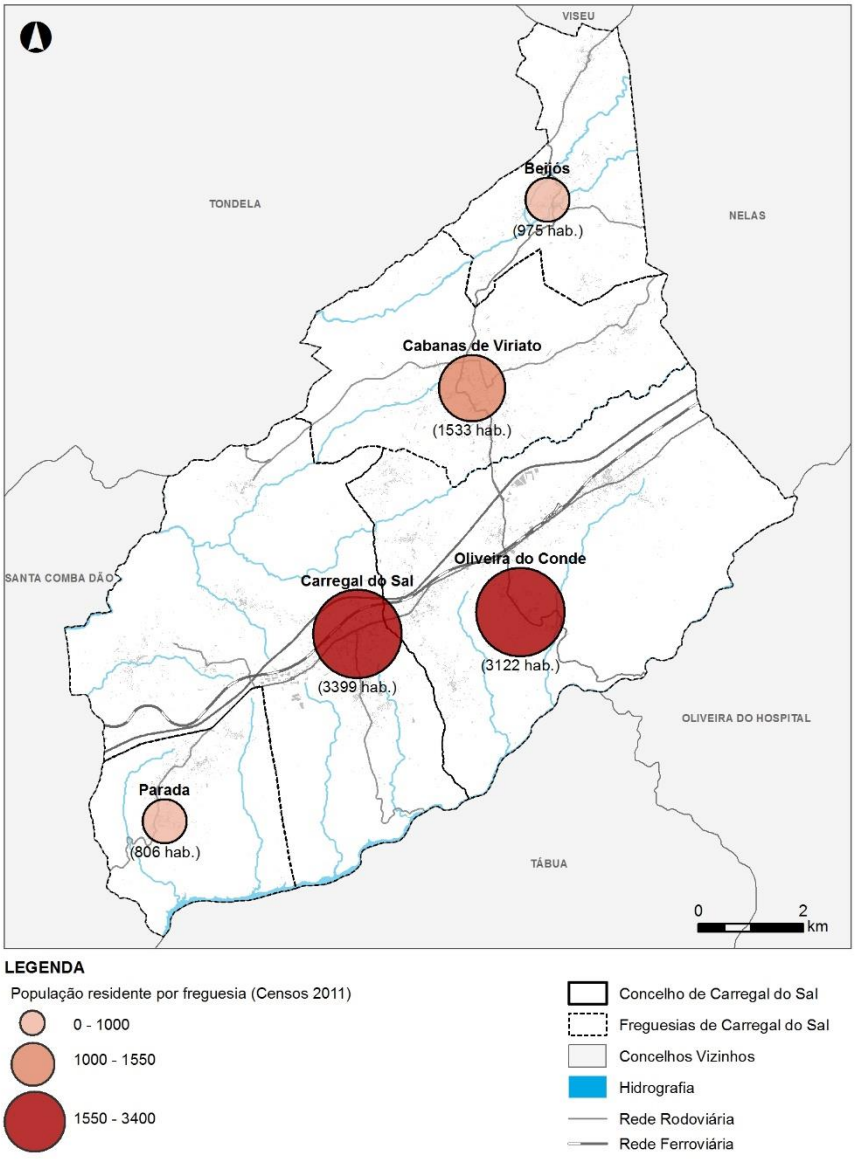


Figura 3. Aglomerados urbanos do concelho e população residente
Fonte: SPI, 2019

[1] União de Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral.

Embora apresente uma densidade populacional (84 habitantes/km²) superior às médias dos concelhos que integram a NUT III e a NUT II (79 habitantes/km²), é um concelho marcado por uma expressiva dispersão ao nível da ocupação humana. À exceção do eixo Carregal do Sal-Oliveira do Conde, onde a concentração é maior e onde se localizam os principais equipamentos e serviços, os restantes aglomerados apresentam-se mais dispersos pelo território e com reduzida expressão populacional, quando comparados com os aglomerados principais. Assim, ao nível das freguesias, as duas freguesias mais populosas apresentam as maiores densidades populacionais (Carregal do Sal com 94,4 hab./km^2 e Oliveira do Conde com 88,6 hab./km^2), enquanto a freguesia de Cabanas de Viriato tem a menor densidade populacional (71 hab/km^2).

2.2. Enquadramento geoestratégico

Geograficamente, Carregal do Sal localiza-se na Região Centro do país, na zona poente da Cordilheira Central, um dos sistemas montanhosos da zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico. Os elementos naturais mais marcantes do território são as serras da Estrela e do Caramulo, respetivamente a nascente e a poente, o rio Dão, a norte, e o rio Mondego, a sul.

A localização de Carregal do Sal na proximidade dos sistemas urbanos de Viseu e de Coimbra forneceu-lhe, historicamente, uma situação geográfica privilegiada na Região Centro. A sua fundação está, assim, associada à grande via de comunicação entre os distritos de Viseu e Coimbra, existindo vestígios neolíticos e romanos espalhados por todo o concelho, destacando-se no Complexo Rupestre do Ameal, em Oliveira do Conde, o Dólmen da Orca (Figura 4).



Figura 4. Jardim Dr. Manuel Costa e Dólmen da Orca
Fonte: SPI e Wikimedia Commons

O topónimo “Carregal” derivou de uma gramínea chamada Cárrega, abundante na região. Juntou-se, mais tarde, a palavra “Sal” devido à atividade de abastecimento de sal à região, através do carregamento de barcos com sal da Figueira da Foz que, através dos rios Mondego e Dão, chegavam a Carregal e ali o depositavam em grandes quantidades.

No plano das acessibilidades, destaca-se o IC12 como principal eixo rodoviário que serve o concelho e permite a ligação a outras importantes vias da rede rodoviária nacional, como o IP3 (ligação de Viseu a Coimbra), a A25 (ligação de Aveiro a Vilar Formoso) e a A24 (ligação da A25 em Viseu a Chaves). Ao nível da ferrovia, o concelho é servido pela linha da Beira Alta, com uma estação na vila de Carregal do Sal e outra em Oliveirinha - Cabanas, estabelecendo a ligação à Guarda, Vilar Formoso e a Espanha e, no sentido inverso, a Coimbra e Lisboa.

Com uma boa rede de infraestruturas viárias e ferroviárias, a vila de Carregal do Sal dista 40 km de Viseu, a cerca de 40 minutos de automóvel, e 64 km de Coimbra, a cerca de 1 hora. Esta proximidade, que contribui decisivamente para o posicionamento geoestratégico do concelho, permite o estabelecimento de um relacionamento privilegiado entre estes centros urbanos, nomeadamente polos urbanos regionais e sub-regionais (Figura 5), incrementando a oferta e o acesso a uma rede alargada de equipamentos, comércio e serviços.

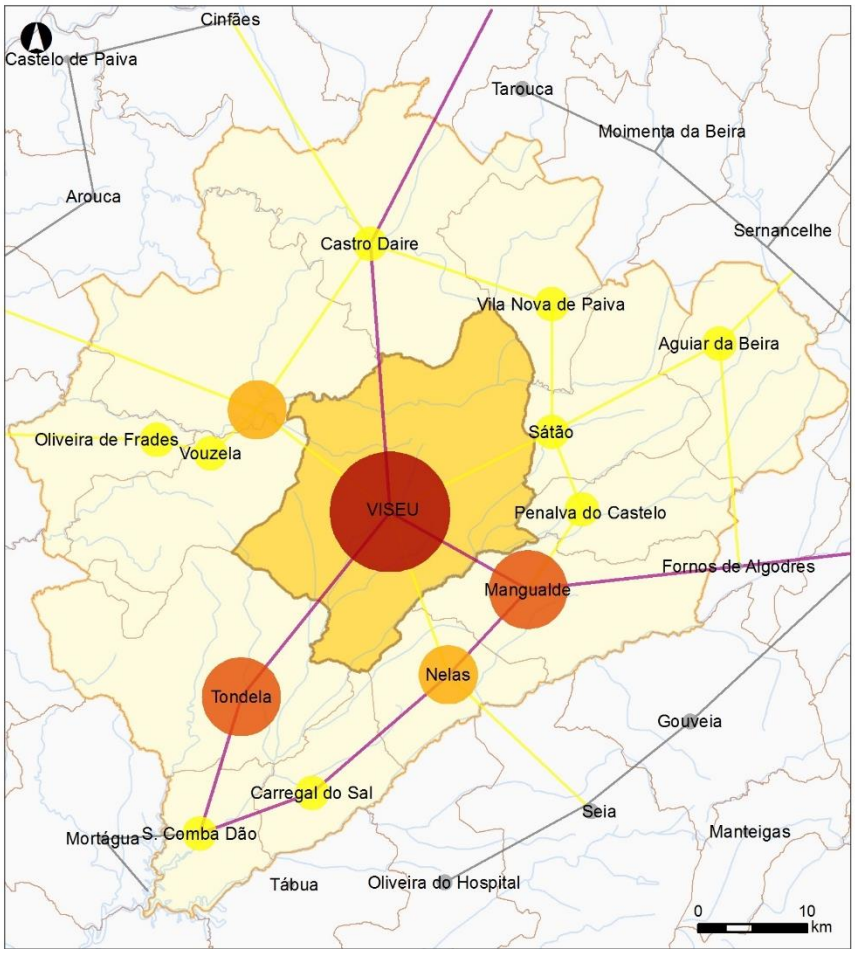


Figura 5. Sistema Urbano - Viseu Dão Lafões
Fonte: SPI, 2019

No futuro, de acordo com o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020, estão previstos investimentos que beneficiarão as acessibilidades da região e, desta forma, de Carregal do Sal. A saber: o fecho da malha rodoviária constituída pelo eixo do IP3 (Coimbra-Viseu) e o IP5 (Vilar Formoso – Fronteiro) e o investimento na linha ferroviária da Beira Alta, na secção Pampilhosa – Vilar Formoso.

Segundo o Modelo Territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROTC) (Figura 6), Carregal do Sal encontra-se integrado na unidade territorial Dão-Lafões/Planalto Beirão. Nesta unidade ocorre uma pequena constelação de pequenos e médios aglomerados na envolvente da albufeira da barragem da Aguieira e Fronhas, da qual fazem parte os concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tábua.

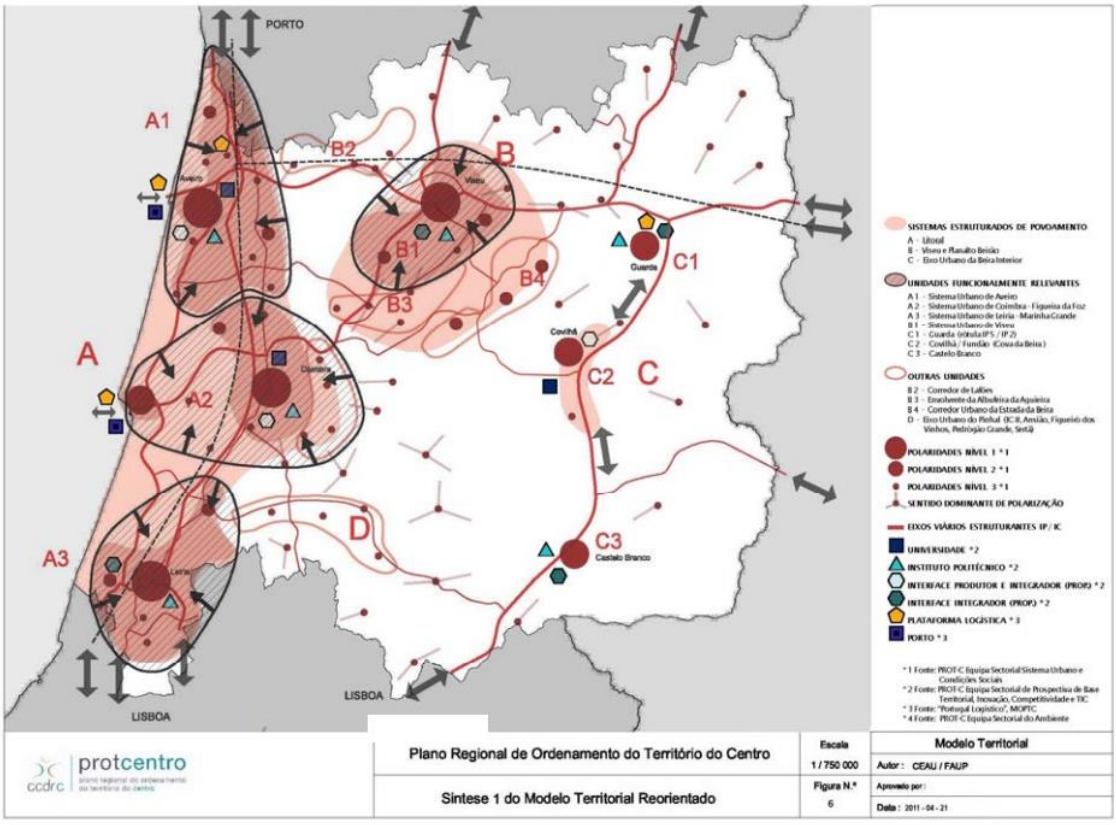


Figura 6. Enquadramento de Carregal do Sal no Modelo Territorial do PROTC
Fonte: PROT, 2011

Relativamente às componentes natural e ambiental, o território do concelho de Carregal do Sal possui uma riqueza assinalável. Caracteriza-se por ser um território eminentemente florestal, estando integrado no Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral e no qual se identificam duas sub-regiões homogéneas, as Terras do Dão e o Alto Mondego. Na zona norte do concelho, no vale do Dão, destaca-se alguma ocupação de vinha, embora sempre

rodeada de povoamentos florestais. O vinho aqui produzido pertence à Região Demarcada do Dão.



Figura 7. Vinha em Carregal do Sal, rodeada de floresta
Fonte: CMCS

O concelho integra a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), definida no PROTC. Por outro lado, atravessam o concelho dois corredores ecológicos (Corredores Ecológicos das Terras do Dão e Alto Mondego) e o Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal, pertencente à Rede Natura 2000.

Classificado como território do interior, após a revisão da designação e definição de territórios de baixa densidade, o concelho de Carregal do Sal está abrangido pelas medidas do Programa de Valorização do Interior (PVI), após revisão do Programa Nacional para a Coesão Territorial.

De forma a combater os constrangimentos provocados pelo despovoamento, envelhecimento e empobrecimento, o PVI pretende promover uma nova abordagem de aproveitamento e valorização dos recursos, constituindo um instrumento de fixação de população e de dinamização económica. De entre as medidas destacam-se a definição de um quadro fiscal mais favorável e o apoio ao ensino superior em regiões de baixa densidade populacional.

2.3. Quadro de Referência Estratégico

A política de ordenamento do território e de urbanismo assenta no sistema de gestão territorial que se organiza, de forma articulada e complementar, em diferentes escalas territoriais (nacional, regional, intermunicipal/municipal). Neste quadro, importa referir que os programas territoriais vinculam as entidades públicas e os planos territoriais, onde se vertem as normas programáticas que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo, para além das entidades públicas, vinculam direta e imediatamente os particulares.

No âmbito da revisão do PDM de Carregal do Sal, onde se procura uma adequação das opções estratégicas do município às intenções definidas à escala nacional e regional, é necessário ter presente o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito superior. O quadro de referência estratégico, que aqui se sistematiza, procura traduzir as principais orientações a considerar para a definição do modelo de desenvolvimento territorial a definir para o Concelho.

Instrumentos de Gestão Territorial

De acordo com o Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT), são aplicáveis no concelho de Carregal do Sal um conjunto de IGT de âmbito nacional, regional e municipal. Estes estão identificados na Tabela 1, seguindo-se a descrição do IGT e dos principais objetivos gerais e estratégicos.

Tabela 1. IGT em vigor com incidência em Carregal do Sal
Fonte: SNIT, 2019

IGT de âmbito nacional/setorial
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT
Plano Rodoviário Nacional – PRN2000
Plano Nacional da Água – PNA
Plano Setorial da Rede Natura 2000 – PSRN 2000
Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira - POAA
IGT de âmbito regional
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral – PROFCL
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis – PGRH RH4
Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas - PROZAG
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROT-C
IGT de âmbito municipal
Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal - PDMCS
Plano de Urbanização de Carregal do Sal - PUCS

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo de 1998, o PNPOT define uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território nacional, constituindo-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais, promovendo a coordenação e articulação de políticas públicas e estratégias numa base territorializada. Este programa corresponde a um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional.

Os objetivos gerais do PNPOT visam:

1. Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do Pais tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da União Europeia;
2. Garantir a coesão territorial do País atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades;
3. Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social;
4. Articular as políticas setoriais com incidência na organização do território;
5. Racionalizar o povoamento, a implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes;
6. Estabelecer os parâmetros de às funções urbanas e às formas de mobilidade;
7. Definir os princípios orientadores da disciplina de ocupação do território.

No que respeita aos objetivos estratégicos para a sub-região na qual se integra o concelho de Carregal do Sal, o PNPOT pretende:

1. Estruturar o sistema urbano sub-regional, apostando na especialização e na complementaridade de equipamentos, infraestruturas e funções urbanas suportadas por soluções eficientes e inovadoras e mobilidade;
2. Preservar as condições de genuinidade dos produtos regionais de qualidade e reforçar a sua projeção e imagem nos mercados nacionais e internacionais;
3. Fomentar o turismo através da criação de um produto turístico sub-regional que combine o potencial existente nas múltiplas vertentes: cultura e património, natureza e paisagem, turismo ativo, termalismo e turismo de saúde, enoturismo e gastronomia.

O PNPOT encontra-se estabelecido pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, tendo como horizonte temporal o ano 2030 e como entidade responsável a Direção-Geral do Território.

Plano Rodoviário Nacional 2000

O Plano Rodoviário Nacional é o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e o das populações em particular.

O PRN 2000 consiste na revisão efetuada em 1998 para dar resposta ao desenvolvimento socioeconómico verificado após a adesão de Portugal à União Europeia. Este Plano prevê um total de cerca de 16.500 km e uma rede nacional de autoestradas com cerca de 3.000 km.

O PRN 2000 tem como objetivos gerais e estratégicos:

1. Potenciar o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários;
2. Fomentar o desenvolvimento de potencialidades regionais;
3. Potenciar a redução do custo global dos transportes rodoviários;
4. Promover o aumento de segurança da circulação;
5. Satisfazer as necessidades do tráfego internacional;
6. Promover a eficiência de gestão da rede.

O PRN 2000 encontra-se estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Declaração de Retificações n.º 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo Decreto-Lei 182/2003 de 16 de agosto, tendo como entidade responsável as Infraestruturas de Portugal.

Plano Nacional da Água

O PNA define a estratégia nacional para a gestão integrada da água, estabelecendo as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas. As águas a que se refere o PNA são águas superficiais, naturais, fortemente modificadas e artificiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e as águas subterrâneas.

Numa perspetiva estratégica, o PNA propõe um conjunto de medidas e ações que devem ter os seus desenvolvimentos e detalhamento nos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas e nos vários planos setoriais.

Os objetivos gerais do PNA visam:

1. Proteger e requalificar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;

2. Promover o uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseado numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
3. Aumentar a resiliência aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

No que respeita aos objetivos estratégicos, o PNA visa:

1. Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional;
2. Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas;
3. Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água;
4. Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes;
5. Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos.

O PNA encontra-se estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, tendo como horizonte temporal 2016-2021 e como entidade responsável a Agência Portuguesa do Ambiente.

Plano Setorial da Rede Natura 2000

O PSRN 2000 constitui um instrumento de gestão territorial onde estão definidos os princípios, as diretrizes e as medidas que concretizam as orientações políticas relativas às áreas de proteção e valorização ambiental, que garantem a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos. Este elemento de gestão territorial tem como objetivo primordial a definição de normas que contribuam para a proteção e conservação das espécies e habitats naturais incluídos na Rede Natura 2000.

No caso do Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal, o PSRN 2000 identifica as principais orientações de gestão, com carácter indicativo, nomeadamente a redução do risco de incêndios florestais, a adoção de práticas silvícolas adequadas (nomeadamente no que se refere à opção por desmatações seletivas) e promoção da qualidade da água e manutenção da

naturalidade das margens. É ainda recomendável condicionar a expansão urbano-turística nas áreas mais sensíveis, bem como ordenar o recreio, o lazer e as acessibilidades.

O PSRN 2000 tem como objetivos gerais e estratégicos:

1. Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;
2. Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macroescala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efetuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território);
3. Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e seminaturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE;
4. Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território;
5. Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
6. Fornecer orientações sobre a inserção (a efetuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;
7. Definir, para cada Sítio e ZPE, os projetos a sujeitar a avaliação de impacte ambiental ou a análise de incidências ambientais.

O PSRN 2000 encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, tendo como entidade responsável o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira

O POAA abrange os concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Penacova, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela. Este plano especial de ordenamento procura conciliar a forte procura desta área com a conservação dos valores ambientais e ecológicos existentes, principalmente, com a preservação da qualidade da água.

Os objetivos gerais do POAA visam:

1. Definir regimes de salvaguarda, proteção e gestão, estabelecendo usos preferenciais, condicionados e interditos do plano de água e da zona terreste de proteção;
2. Articulação, no que respeita às albufeiras de águas públicas, os regimes anteriormente mencionados com a classificação atribuída à albufeira;
3. Compatibilizar e articular, na respetiva área de intervenção, as medidas constantes dos demais instrumentos de gestão territorial e dos instrumentos de planeamento de águas, bem como as medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos;
4. Articular e compatibilizar os diversos regimes de salvaguarda e proteção incidentes a nível territorial.

Enquanto objetivos estratégicos, o POAA visa:

1. Definir regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira, de forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial os hídricos;
2. Definir regras e medidas para usos e ocupação do solo que permitam gerir a área objeto de plano, numa perspetiva dinâmica e interligada;
3. Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, quer do ponto de vista do ordenamento do território;
4. Planear de forma integrada a área envolvente da albufeira;
5. Garantir a sua articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional, existentes ou em curso, nomeadamente com o Plano de Bacia Hidrográfica do rio Mondego;
6. Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;
7. Identificar, no plano de água, as áreas mais adequadas para a conservação da natureza e as áreas mais aptas para atividades secundárias, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações.

O POAA encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2007, de 21 de dezembro, tendo como entidade responsável a Agência Portuguesa do Ambiente.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

O PROFCL é um instrumento de política setorial que incide sobre os espaços florestais e estabelece normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização florestal destes espaços, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos da política florestal nacional. Este plano está alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas e assume os princípios da Lei de Bases da Política Florestal, bem como os princípios orientadores de um bom desempenho: boa governança, exigências e qualidade, gestão sustentável, máxima eficiência, multifuncionalidade dos espaços florestais, responsabilização, transparência e uso racional.

O PROFCL corresponde aos anteriores PROF do Centro Litoral, do Dão-Lafões, do Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul.

Os objetivos gerais do PROFCL visam:

1. Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual;
2. Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
3. Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;
4. Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;
5. Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
6. Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
7. Promover a gestão florestal ativa e profissional;
8. Desenvolver e promover novos produtos e mercados;
9. Modernizar e capacitar as empresas florestais;
10. Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
11. Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
12. Diminuir a perigosidade de incêndio florestal;
13. Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;

14. Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
15. Aumentar a superfície médias das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
16. Promover de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;
17. Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

No que respeita aos objetivos estratégicos, o PROFCL visa:

1. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
2. Especialização do território;
3. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
4. Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
5. Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
6. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

O PROFCL encontra-se estabelecido pela Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 16/2019, de 12 de abril, tem como horizonte temporal o ano 2050 (horizonte intermédio 2030) e como entidade responsável o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis

O PGRH RH4 é um instrumento de planeamento das águas, visando fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir os objetivos definidos.

A Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis, com uma área total de 12 144 km^2, integra as bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis e as bacias hidrográficas das ribeiras de costa, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes.

Enquanto objetivos gerais, o PGRH RH4 visa:

1. Evitar a degradação, proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos, ecossistemas terrestres e zonas húmidas daqueles dependentes;

2. Promover uma utilização sustentável de água e assegurar o seu fornecimento em quantidade e qualidade, de forma equilibrada e equitativa;
3. Reforçar e melhorar o ambiente aquático através de redução gradual ou cessação de descargas, emissões e derrames de substâncias prioritárias;
4. Assegurar a redução gradual e o agravamento da poluição das águas subterrâneas;
5. Mitigar os efeitos das inundações e das secas;
6. Proteger as águas marinhas e prevenir e eliminar a sua poluição.

No que respeita aos objetivos estratégicos, o PGRH RH4 visa:

1. Adequar a Administração Pública na gestão da água;
2. Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;
3. Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
4. Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
5. Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
6. Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;
7. Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água;
8. Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais.

O PGRH encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, tendo como horizonte temporal 2016-2021 e como entidade responsável a Administração da Região Hidrográfica do Centro.

Plano de Ordenamento da Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas

O PROZAG define o ordenamento do território envolvente destas albufeiras, procurando criar alternativas complementares à agricultura, sobretudo no campo do turismo, de forma a evitar o êxodo das populações, aproveitando as albufeiras existentes e estabelecendo regras disciplinadoras do uso do solo, por forma a garantir o seu correto aproveitamento. Este plano abrange parte do território dos municípios de Arganil, Carregal do Sal, Mortágua, Penacova, Santa Comba Dão e Tábua.

Os objetivos gerais e estratégicos do PROZAG visam:

1. Estabelecer uma estratégia de desenvolvimento equilibrado que compatibilize as políticas de desenvolvimento definidas nos Subprogramas de Desenvolvimento Regional respetivamente Dão-Lafões e Pinhal Interior;
2. Criar alternativas complementares à agricultura, sobretudo no campo do turismo, de modo a evitar o êxodo das populações, aproveitando de um modo correto as albufeiras existentes;
3. Estabelecer o zonamento do espaço que compatibilize a salvaguarda dos valores naturais e culturais e do desenvolvimento integrado do território;
4. Estabelecer as condições de ordenamento biofísico necessárias à salvaguarda do equilíbrio ecológico das respetivas albufeiras;
5. Constituir um enquadramento regional aos planos municipais de ordenamento do território e às ações de planeamento sectoriais;
6. Servir de suporte à gestão do território, na ausência de outros planos de ordenamento.

O PROZAG encontra-se estabelecido pelo Decreto Regulamentar n.º 22/92, de 25 de setembro, tendo como entidade responsável o Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Plano de Urbanização de Carregal do Sal

O PUCS detalha as condições de ocupação do solo previstas no PDM, contemplando uma área de 357 ha que inclui a vila, Casal da Torre, Casal Mendo, Vila da Cal e Albergaria. Este plano tem associados diversos projetos para esta área, nomeadamente a criação de uma via estruturante, parque desportivo, eixos pedonais e parque urbanos.

O PUCS tem como objetivo geral estabelecer as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área abrangida pelo Plano de Urbanização de Carregal do Sal. No que respeita aos objetivos estratégicos, o PUCS visa:

1. Fomentar a organização urbana, a partir da qualificação do solo, estabelecendo a rede viária estruturante, a localização de equipamentos de uso e interesse coletivo;
2. Definir o zonamento para a localização das diversas funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais, turísticas e de serviços, bem como identificar as áreas a recuperar ou a reconverter, bem como, visa também estabelecer os indicadores e parâmetros urbanísticos aplicáveis, a cada uma das categorias e subcategorias de espaços.

O PUCS encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2005, de 21 de setembro, tendo como entidade responsável a Câmara Municipal de Carregal do Sal.

2.3.1. Estratégias setoriais e territoriais

Adicionalmente aos IGT, a revisão do PDMCS deve ter em consideração os planos, programas e estratégias que, direta ou indiretamente, possuem um papel relevante na esfera estratégica de interações e influências, ainda que atuando a diferentes escalas espaciais e com diferentes âmbitos e objetivos. Na Tabela 2 são identificados esses documentos estratégicos, com relevância nacional, regional e municipal, cujas respetivas descrições e objetivos gerais e/ou estratégicos se apresentam seguidamente.

Tabela 2. Políticas, planos e programas relevantes para a revisão do PDMCS
Fonte: SPI, 2019

Documentos estratégicos de âmbito nacional/setorial
Portugal 2030 – PT 2030
Estratégia Nacional para o Ar 2020 – ENAR 2020
Estratégia Turismo 2027 - ET27
Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014-2020 – PETI3+
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 203020+ – PERSU 2020+30
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020 – PERSU 2020
Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 – PNUEA
Plano Nacional Energia e Clima 2030 – PNEC 2030
Plano Estratégico para o Setor do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – PENSAAR 2020
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 – ENCNB 2030
Estratégia Nacional para as Florestas – ENF
Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031 – ENH
Programa de Valorização do Interior – PVI
Quadro Estratégico para a Política Climática – QEPiC
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 – RNC 2050
Documentos estratégicos de âmbito regional
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROTC (proposta)
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão-Lafões 2020 - EIDT
Investimento Territorial Integrado – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) Viseu Dão-Lafões
Desenvolvimento Local de Base Comunitário – Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) ADICES 2020
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Viseu Dão-Lafões – PIMT VDL
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão-Lafões – PAMUS
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Região Viseu Dão-Lafões – PIAAC VDL

Documentos estratégicos de âmbito local
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Carregal do Sal – PMEPC
Revisão da Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal
Carta Social do Concelho de Carregal do Sal
Plano Estratégico de Carregal do Sal
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Carregal do Sal
Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da Vila de Carregal do Sal – PERU

Portugal 2030

O PT 2030 é um acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu +, Fundo de Coesão, Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e o Fundo da Transição Justa).

A programação do Portugal 2030 concretiza-se em torno de cinco objetivos estratégicos, que respeitam os definidos pela Comissão Europeia da União Europeia; tendo como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030. Enquanto objetivos estratégicos, o PT 2030 visa:

1. Portugal mais competitivo e inteligente;
2. Portugal mais verde;
3. Portugal mais conectado;
4. Portugal mais social e inclusivo;
5. Portugal territorialmente mais coeso e próximo dos cidadãos

O PT 2030 foi aprovado em Conselho de Ministros, de 3 de março de 2022, tendo como horizonte temporal 2021-2027 e como entidade responsável pela coordenação técnica dos programas a Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Estratégia Nacional para o Ar 2020 – ENAR 2020

A Estratégia Nacional para o Ar 2020 tem como objetivo melhorar a qualidade do ar, protegendo a saúde humana e preservando os ecossistemas.

A ENAR 2020 defende quatro vetores estratégicos de atuação: melhorar os níveis de conhecimento; implementar iniciativas setoriais para as emissões atmosféricas (por exemplo:

indústria, transportes, agricultura); melhorar a governança e eficácia da administração e por último, promover projetos de investigação e desenvolvimento.

Neste sentido, foram estabelecidos para o ENAR 2020, os seguintes objetivos prioritários:

1. Cumprimento em 2020 dos objetivos de emissões e de qualidade do ar;
2. Cumprimento dos valores estabelecidos pela legislação e preconizados para a melhoria da qualidade do ar para 2020 e 2030;
3. Delinear o caminho para que sejam atingidos, a longo prazo, os objetivos de qualidade do ar recomendados pela OMS;
4. Alinhar medidas com a Política Climática que incidam simultaneamente nos poluentes atmosféricos e nos gases com efeito de estufa com cobenefício para a qualidade do ar e alterações climáticas assentes em três eixos: Avaliar, Antecipar e Atuar.

O ENAR 2020 encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto.

Estratégia Turismo 2027

A ET 27 consiste no referencial estratégico para o Turismo em Portugal no horizonte 2017-2027, focado na sustentabilidade e a competitividade de Portugal enquanto destino turístico. A visão da ET27 espelha a afirmação do turismo como *hub* para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo.

Enquanto objetivos gerais, o ET27 visa:

1. Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
2. Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
3. Promover uma integração das políticas setoriais;
4. Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;
5. Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.

No que respeita aos objetivos estratégicos, o ET27 visa:

1. Valorizar o território e as comunidades:

1.1 Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário;

1.2 Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais;

1.3 Afirmar o turismo na economia do mar;

1.4 Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação;

1.5 Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos;

1.6 Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística.

2. Impulsionar a economia:

2.1 Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos;

2.2 Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar;

2.3 Atrair investimento e qualificar a oferta turística;

2.4 Estimular a economia circular no turismo;

2.5 Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo.

3. Potenciar o conhecimento:

3.1 Prestigiar as profissões do turismo e formar recursos humanos que respondam às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades;

3.2 Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas;

3.3 Difundir conhecimento e informação estatística;

3.4 Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável;

3.5 Afirmar Portugal como *smart destination*.

4. Gerar redes e conectividade:

4.1 Promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de homeport e de turnaround de cruzeiros;

4.2 Melhorar os sistemas de mobilidade rodoferroviária e de navegabilidade;

4.3 Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos;

4.4 Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões;

4.5 Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.

5. Projetar Portugal:

5.1 Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar;

5.2 Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional;

5.3 Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento;

5.4 Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional;

5.5 Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional.

O ET27 encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, tendo como horizonte temporal 2017-2027 e como entidade responsável o Turismo de Portugal.

Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014-2020

O PETI3+ projeta uma nova fase de reformas estruturais a empreender no setor dos transportes e infraestruturas, bem como o conjunto de infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim de 2020. Este plano preconiza que o sistema de transportes e infraestruturas português deve trilhar um caminho de desenvolvimento e reformas que lhe permita ir ao encontro da satisfação das necessidades dos Portugueses e das empresas sediadas em Portugal.

Os objetivos gerais e estratégicos do PETI3+ visam:

1. Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego:

1.1 Reduzir os custos de contexto que incidem sobre as exportações portuguesas por via do aumento da competitividade e eficiência do setor dos transportes;

1.2 Promover a maior integração de Portugal no espaço económico europeu, designadamente através do gradual desenvolvimento da RTE-T;

1.3 Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do setor do turismo nacional e promover a melhoria das condições de acolhimento e da

qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas;

1.4 Alavancar as vantagens competitivas de Portugal decorrentes do seu posicionamento geoestratégico, na interceção de grandes corredores internacionais marítimos e aéreos;

1.5 Promover o aumento da concorrência entre os operadores nos segmentos de mercadorias e passageiros.

2. Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses:

2.1 Prosseguir o esforço de reformas estruturais;

2.2 Consolidar a sustentabilidade financeira presente e futura do setor, aliviando o peso das responsabilidades transferidas para as futuras gerações;

2.3 Focar a intervenção direta do Estado nas áreas que constituem o seu verdadeiro papel, promovendo a participação da iniciativa privada nas áreas em que oferece maior eficiência e valor acrescentado na prossecução dos objetivos da política de transportes.

3. Promover a coesão social e territorial, bem como a sustentabilidade ambiental, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país:

3.1 Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades;

3.2 Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial;

3.3 Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no setor dos transportes;

3.4 Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes;

3.5 Promover uma redução continuada dos impactes ambientais doo setor dos transportes, promovendo a utilização dos modos de transporte mais sustentáveis do ponto de vista energético e ambiental.

O PETI3+ encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto, tendo como horizonte temporal 2014-2020 e como entidade responsável o Ministério da Economia.

Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020+

O PERSU 2020+ efetua os ajustamentos ao PERSU 2020 face à revisão das Diretivas Europeias. O PERSUS 2020+ apresenta as linhas gerais do alinhamento que é necessário introduzir ao Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020, de forma a corrigir a presente trajetória para se atingir as metas 2020, com avaliação em 2022.

O PERSU 2020+ abrange os resíduos urbanos cuja responsabilidade de gestão é atribuída aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), Municípios e Entidades Gestoras (EG), nomeadamente, o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) e, preconiza também, o alinhamento estratégico, no que respeita aos investimentos apoiados através do PO SEUR.

Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020

O PERSU 2020 configura um instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos urbanos, que proporcionou a implementação de um conjunto de ações que se relevaram fundamentais na concretização da política de resíduos urbanos. Este plano estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por sistema de gestão de resíduos urbanos, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos, bem como estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria.

Os objetivos gerais e estratégicos do PERSU 2020 visam:

1. Prevenir a produção e perigosidade dos resíduos urbanos;
2. Aumentar a preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis;
3. Reduzir a deposição de resíduos urbanos em aterro;
4. Valorizar a económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos resíduos urbanos;
5. Reforçar os instrumentos económico-financeiros;
6. Incrementar a eficácia e capacidade institucional e operacional do setor;
7. Reforçar a investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor;
8. Aumentar o contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais.

O PERSU 2020 encontra-se estabelecido pela Portaria n.º 187-A/2014 de 17 de setembro, tendo como horizonte temporal 2014-2020 e como entidade responsável a Agência Portuguesa do Ambiente.

Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020

O PNUEA é um instrumento de política nacional para o uso eficiente da água que associa a melhoria da eficiência de utilização da água à consolidação de uma nova cultura de água em Portugal, através do qual este recurso seja crescentemente valorizado. Simultaneamente, define um enquadramento geral do estado do uso da água em Portugal e das orientações nacionais para o uso eficiente da água, que se consubstanciará nas áreas programáticas e nas metas para os sectores urbano, agrícola e industrial.

Enquanto objetivos gerais, o PNUEA visa:

1. Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia;
2. Promover o uso eficiente da água em Portugal, contribuindo para minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca;
3. Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável.

No que respeita aos objetivos estratégicos, o PNUEA visa:

1. Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos.
2. Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água.
3. Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação.
4. Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva).
5. Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas.

6. Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.

O PNUEA encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho, tendo como horizonte temporal 2012-2020 e como entidades responsáveis o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Economia e da Inovação, da Administração Interna, da Educação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Plano Nacional Energia e Clima 2030 – PNEC 2030

O Plano Nacional Energia e Clima 2030 é o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030, com o objetivo de rumar a um futuro neutro em carbono e surge no âmbito das obrigações estabelecidas pelo Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática.

O PNEC 2030 estabelece as metas ambiciosas para o horizonte 2030, nacionais de redução de emissões de gases com efeito de estufa (45% a 55%, em relação a 2005), de incorporação de energias renováveis e de eficiência energética, interligações, segurança energética, mercado interno e investigação, inovação e competitividade e concretiza as políticas e medidas para uma efetiva aplicação das orientações constantes do RNC2050 e para o cumprimento das metas definidas.

Adicionalmente, o PNEC 2030 estabelece metas setoriais de redução de emissões de GEE, por referência às emissões registadas em 2005:

- 70% no setor dos serviços;
- 35% no setor residencial;
- 40% no setor dos transportes;
- 11% no setor da agricultura;
- 30% no setor dos resíduos e águas residuais.

Plano Estratégico para o Setor do Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020

O PENSAAR 2020 define as orientações de desenvolvimento no sentido de assegurar a continuidade, universalidade, qualidade e sustentabilidade da prestação dos serviços públicos de

abastecimento de água e saneamento de águas residuais. A sua visão é: "Um setor ao serviço da população e da economia do País que presta serviços de qualidade e sustentáveis em termos ambientais, económico-financeiros e sociais".

O PENSAAR 2020 tem como objetivos gerais e estratégicos os seguintes aspetos:

1. Universalidade, continuidade e qualidade do serviço:
   - 1.1 Solidariedade nacional e regional nas soluções adotadas, contribuindo para o pagamento do serviço a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores;
   - 1.2 Lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos.
2. Sustentabilidade do setor:
   - 2.1 Melhoria da produtividade e da eficiência em articulação com o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego e com o Plano Tecnológico;
   - 2.2 Coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, consolidando a integração das Entidades Gestoras no tecido social e empresarial da sua área de atuação;
   - 2.3 Credibilidade, eficácia, equilíbrio e transparência dos modelos de gestão do setor.
3. Proteção dos Valores Ambientais:
   - 3.1 Cumprimento dos objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário;
   - 3.2 Implementação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável;
   - 3.3 Reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização.

O PENSAAR 2020 encontra-se estabelecido pelo Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril, tendo como horizonte temporal o ano 2020 e como entidade responsável a Agência Portuguesa do Ambiente.

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

A ENCNB 2030 contribui para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do território de Portugal e dos seus valores naturais. Para tal, reconhece que o património natural português concorre decisivamente para a afirmação do país internacionalmente. Por outro lado, afirma que Portugal se deve posicionar na vanguarda da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, encarando-os como ativos estratégicos essenciais para a coesão territorial, social e intergeracional.

A ENCNB 2030 tem como objetivos gerais:

1. Conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
2. Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
3. Contribuir para a prossecução dos objetivos visados nos processos de cooperação internacional.

No que respeita aos objetivos estratégicos, a ENCNB 2030 visa:

1. Melhorar o estado de conservação do património natural;
2. Promover o reconhecimento do valor do património natural;
3. Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade.

A ENCNB 2030 encontra-se estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, tendo como horizonte temporal o ano 2030 e como entidade responsável o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Estratégia Nacional para as Florestas

A ENF constitui o elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal. Para tal, integra uma reflexão sobre os riscos e as oportunidades que as mudanças de contexto operadas nas últimas décadas trouxeram ao setor, desde as alterações climáticas e os fenómenos de globalização, até às questões de despovoamento rural do interior e a crescente urbanização do litoral, com referência às respostas políticas desenvolvidas no passado. Esta estratégia destaca as florestas enquanto sumidouro de carbono, apresentando medidas de combate à desflorestação e de apoio à gestão sustentável, incluindo a prevenção dos incêndios florestais

A ENF tem como objetivo geral a gestão sustentável das florestas. No que se refere aos objetivos estratégicos, a estratégia visa:

1. Minimizar os riscos de incêndios e agentes bióticos;
2. Especializar o território;
3. Melhorar a gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
4. Internacionalizar e aumentar o valor dos produtos;
5. Melhorar de forma geral a eficiência e competitividade do setor;

6. Racionalizar e simplificar os instrumentos de política.

A ENF encontra-se estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/, de 4 de fevereiro, tendo como horizonte temporal o ano 2030 e como entidade responsável o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031

A ENH aponta uma visão estratégica para a habitação em Portugal, em articulação com os objetivos de desenvolvimento dos aglomerados urbanos, da reabilitação urbana e da revitalização demográfica e económica. Esta Estratégia assume uma natureza mais operativa, estruturada em três pilares: a Reabilitação Urbana, o Arrendamento Habitacional e a Qualificação dos Alojamentos.

Os objetivos gerais e estratégicos da ENH visam:

1. Incentivar a conservação duradoura e regular do edificado;
2. Reduzir custos e simplificar o licenciamento na reabilitação de edifícios;
3. Atrair investimento para a reabilitação do parque habitacional;
4. Dinamizar o mercado de arrendamento;
5. Integrar e valorizar os bairros e a habitação social;
6. Contribuir para a inclusão social e a proteção dos mais desfavorecidos;
7. Corresponder às novas realidades sociais e demográficas;
8. Promover a melhoria das condições de alojamento.

A ENH encontra-se estabelecida pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho, tendo como horizonte temporal 2015-2031 e como entidade responsável o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

Programa de Valorização do Interior

O PVI, anteriormente designado por Programa Nacional para a Coesão Territorial, pretende tornar o território do interior mais coeso, competitivo, sustentável, conectado e colaborativo, estancando e revertendo o processo de litoralização. Este programa integra numerosas medidas de discriminação positiva e de incentivo ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade,

visando a fixação da população, a diminuição das assimetrias regionais, a coesão e a competitividade territorial.

Os objetivos gerais e estratégicos do PVI visam:

1. Um Território Interior + Coeso - Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e interescalares, tendo em vista a qualidade de vida;
2. Um Território Interior + Competitivo - Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade;
3. Um Território Interior + Sustentável - Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos;
4. Um Território Interior + Conectado - Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade;
5. Um Território Interior + Colaborativo - Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.

O PVI encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro, tendo como horizonte temporal o ano 2018 e seguintes, e como entidade responsável a Unidade de Missão para a Valorização do Interior.

Quadro Estratégico para a Política Climática

O Quadro Estratégico para a Política Climática estabelece um quadro integrado, complementar e articulado de instrumentos de política climática no horizonte 2030. Ao definir a visão e os objetivos futuros da política climática nacional, permite reforçar a aposta no desenvolvimento de uma

economia competitiva, resiliente e de baixo carbono, contribuindo para um novo paradigma de desenvolvimento para Portugal.

O QEPiC contempla o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030) e a segunda fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020).

Os objetivos gerais e estratégicos do QEPiC visam:

1. Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde;
2. Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa;
3. Reforçar a resiliência e as capacidades nacionais de adaptação;
4. Assegurar uma participação empenhada nas negociações internacionais e em matéria de cooperação;
5. Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento;
6. Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva;
7. Aumentar a eficácia dos sistemas de informação, reporte e monitorização;
8. Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;
9. Garantir condições eficazes de governação e assegurar a integração dos objetivos climáticos nos domínios setoriais.

O QEPiC encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, tendo como horizonte temporal o ano 2030 e como entidade responsável a Agência Portuguesa do Ambiente.

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 – RNC 2050

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 estabelece a trajetória para atingir a neutralidade carbónica em 2050, define as principais linhas de orientação, e identifica as opções custos eficazes para atingir aquele fim em diferentes cenários de desenvolvimento socioeconómico.

De forma a atingir a neutralidade carbónica, é necessário a redução de emissões de gases com efeito de estufa entre 85% e 90% até 2050 e a compensação das restantes emissões através do

uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45% e 55% até 2030, e entre 65% e 75% até 2040, em relação a 2005.

Para tal, implica reforçar a capacidade de sequestro de carbono pelas florestas e por outros usos do solo, a total descarbonização do sistema electroprodutor e da mobilidade urbana, bem como alterações profundas na forma como utilizamos a energia e os recursos, apostando numa economia que se sustenta em recursos renováveis, utiliza os recursos de forma eficiente e assenta em modelos de economia circular, valorizando o território e promovendo a coesão territorial.

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho.

Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (proposta)

O PROTC (proposta) constituiu a referência para o planeamento do desenvolvimento territorial da região e foi elaborado segundo o objetivo geoestratégico de afirmar o Centro como um território portador de um contributo ativo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território nacional numa lógica de conjugação entre objetivos de competitividade e de coesão territoriais.

Enquanto objetivos gerais, o PROTC visa:

1. Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional;
2. Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos setoriais;
3. Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional;
4. Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais;
5. Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quaro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

No que respeita aos objetivos estratégicos para o subsistema urbano de Viseu Dão-Lafões, o PROTC visa:

1. Organizar-se em torno da polarização de Viseu e dos núcleos de Mangualde e Tondela, e de um conjunto diversificado de pequenos centros complementares, sedes de concelho;
2. Promover o reforço funcional do sistema urbano e desenvolver a capacidade de oferta de serviços avançados nas áreas do turismo e do apoio empresarial;
3. Articular localmente estratégias em torno da oferta turística (termalismo, gastronomia e produtos vinícolas).

O PROTC encontra-se estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março, tendo como entidade responsável a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão-Lafões 2020

A EIDT Viseu Dão-Lafões 2020 define uma visão estratégica de desenvolvimento territorial para a região Viseu Dão-Lafões, focada nas orientações da Europa 2020 e da regulamentação da política de coesão europeia. Esta estratégia de desenvolvimento da sub-região foi sustentada em onze domínios estratégicos, sendo oito considerados prioritários e três de dinamização. Estes domínios concorrem para a materialização da estratégia, correspondendo a conjuntos de atividades económicas diferenciadoras.

A EIDT tem como objetivos estratégicos:

1. Promover a competitividade e o aumento da capacidade de absorção do tecido produtivo local;
2. Promover o empreendedorismo e estimular e articular a quadruple hélix de inovação na sub-região;
3. Desenvolver na sub-região um sistema urbano policêntrico que contribua para a competitividade e para a coesão regional;
4. Garantir a qualificação das áreas urbanas através da regeneração e valorização urbanística e de uma maior eficiência energética em prole da qualidade de vida;
5. Articular as Redes de Acessibilidades e Organizar os Sistemas de Transportes em torno da Mobilidade Sustentável;
6. Implementar medidas de maior adaptação às mudanças climáticas e de prevenção dos riscos naturais;
7. Promover a proteção e valorização ambiental, o uso eficiente dos recursos naturais e patrimoniais e a criação de uma economia de baixo carbono;

8. Elevar os níveis de escolaridade da população;
9. Promover a empregabilidade, a diminuição do desemprego e a articulação entre emprego e formação;
10. Promover a coesão social e o desenvolvimento do terceiro setor;
11. Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da Administração Local e a dimensão Intermunicipal;
12. Adotar modelos e instrumentos inovadores de governança e promover as redes de cooperação;
13. Promover o acesso à web e ao uso das TIC em prol da coesão social e do desenvolvimento territorial;
14. Prototipar e promover ofertas territoriais inovadoras.

A EIDT encontra-se foi aprovada em reunião pela CIM Viseu Dão-Lafões, a 17 de dezembro de 2014, tem como horizonte temporal 2020 e como entidade responsável a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões.

Investimento Territorial Integrado – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão-Lafões

O PDCT Viseu Dão-Lafões corresponde à formalização dos Investimentos Territoriais Integrados à escala da NUTS III Viseu Dão-Lafões. Estes investimentos procuram responder à necessidade de combater os desequilíbrios regionais e potenciar as capacidades e recursos de todos os territórios.

O PDCT tem como objetivo estratégico o aprofundamento da cooperação intermunicipal nas áreas do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Integra como tal, objetivos estratégicos definidos na EIDT Viseu Dão-Lafões 2020. O município de Carregal do Sal é responsável direto pela implementação de um conjunto de nove projetos à escala concelhia e corresponsável pela implementação de projetos intermunicipais em múltiplos domínios.

Os objetivos estratégicos do PDCT visam:

1. Sistema Urbano e Qualidade de Vida (OE n. º4 da EIDT) - Garantir a qualificação das áreas urbanas através da regeneração e valorização urbanística e de uma maior eficiência energética em prole da qualidade de vida;
2. Alterações Climáticas e Riscos Naturais (OE n.º 6 da EIDT) - Implementar medidas de maior adaptação às mudanças climáticas e de prevenção dos riscos naturais;

3. Ambiente e recursos naturais (OE n.º 7 da EIDT) - Promover a proteção e valorização ambiental, o uso eficiente dos recursos naturais e patrimoniais e a criação de uma economia de baixo carbono;
4. Educação e Formação (OE n.º 8 da EIDT) - Elevar os níveis de escolaridade da população;
5. Empregabilidade e qualificação (OE n.º 9 da EIDT) - Promover a empregabilidade, a diminuição do desemprego e a articulação entre emprego e formação;
6. Coesão social (OE n.º 10 da EIDT) - Promover a coesão social e o desenvolvimento do terceiro setor;
7. TIC (OE n.º 13 da EIDT) - Promover o acesso à web e ao uso das TIC em prol da coesão social e do desenvolvimento territorial;
8. Inovação territorial (OE n.º 14 da EIDT) - Prototipar e promover ofertas territoriais inovadoras.

O PDCT encontra-se estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 137/2014, de 2 de setembro, tendo como horizonte temporal 2020 e como e entidade responsável a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões.

Desenvolvimento Local de Base Comunitário – Estratégia de Desenvolvimento Local ADICES

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária da ADICES – Associação de Desenvolvimento Local permite a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local concebida pelo Grupo de Ação Local. Visa promover, no território específico de Carregal do Sal, Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua e Águeda, o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural.

Para tal, a ADICES elaborou a EDL Pacto 2020 – Rotas do Desenvolvimento, ancorada nos recursos do território (água, serra e floresta) enquanto elementos aglutinadores e indutores de desenvolvimento.

Os objetivos estratégicos da EDL visam:

1. Promover a produção agrícola e agroalimentar;
2. Promover o desenvolvimento sustentado e ordenamento da floresta;
3. Promover a produção de energias renováveis e a eficiência energética;
4. Dinamizar as atividades de turismo, desporto e lazer;
5. Promover as indústrias criativas e culturais;
6. Dinamizar o comércio e serviços de proximidade e de suporte ao desenvolvimento rural;

7. Promover a preservação, conservação e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais;
8. Fomentar a economia social, o desenvolvimento do terceiro setor e o associativismo;
9. Promover a inclusão ativa e a inovação social;
10. Reforçar, qualificar e adequar a rede de equipamentos e respostas sociais;
11. Promover a educação e a escola inclusiva;
12. Estimular o empreendedorismo, a inovação, investigação e desenvolvimento (I&I&D);
13. Promover a empregabilidade no território;
14. Promover a aprendizagem ao longo da vida e o reforço das qualificações escolar e profissional;
15. Promover o envolvimento ativo dos jovens nas dinâmicas de desenvolvimento local;
16. Reforçar a visibilidade e atratividade do território;
17. Promover uma atuação concertada multidisciplinar e intersectorial;
18. Promover a cooperação para o desenvolvimento.

A EDL tem como horizonte temporal 2020 e como e entidade responsável a ADICES – Associação de Desenvolvimento Local.

Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão-Lafões

O PIMT o-Lafões define uma estratégia de baixo teor de carbono associada à promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável nesta sub-região. Desta forma, contém medidas que promovem a redução da emissão de gases com efeito de estufa e a diminuição da intensidade energética, promovendo simultaneamente o aumento da quota do transporte coletivo e dos modos suaves, nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana.

Os objetivos gerais do PAMUS-VDL visam:

1. Melhorar a eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;
2. Promover uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;
3. Garantir um sistema de acessibilidade e transporte mais inclusivo;
4. Reduzir o impacte negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos (em particular dos mais vulneráveis);

5. Reduzir a poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia.

O PAMUS-VDL tem como objetivos específicos:

1. Garantir acesso generalizado aos serviços de transporte coletivo;
2. Promover a integração física e tarifária do transporte coletivo;
3. Disponibilizar informação percetível sobre a rede, serviços e tarifários de transporte coletivo;
4. Hierarquizar a rede de interfaces de transporte coletivo;
5. Estruturar redes cicláveis urbanas de ligação aos principais polos geradores de mobilidade;
6. Utilizar com eficiência o espaço público incentivando a opção pelo modo pedonal;
7. Sensibilizar para a necessidade de concretização célere da rede viária estruturante;
8. Regulamentar a circulação de veículos pesados em meio urbano;
9. Incentivar a mobilidade partilhada;
10. Ampliar a rede de carregamento de veículos elétricos;
11. Ampliar a rede de carregamento de veículos elétricos;
12. Assegurar um planeamento urbanístico promotor da mobilidade sustentável;
13. Definir uma estratégia para campanhas de informação, sensibilização e educação dos cidadãos com vista à adoção de hábitos de mobilidade sustentáveis;
14. Definir a estratégia para participação pública e envolvimento ativo de todos os stakeholders no processo de planeamento e tomada de decisão;
15. Definir estrutura/órgão de planeamento e gestão dos transportes públicos;
16. Definir o modelo do Observatório do Sistema de Acessibilidades, Transportes e Mobilidade.

O PAMUS-VDL tem como horizonte temporal 2020 e como entidade responsável a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões.

Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Região Viseu Dão-Lafões

O PIACC VDL tem como referencial a definição de um caminho estratégico que permita a Viseu Dão-Lafões consolidar-se como uma comunidade resiliente às alterações climáticas a partir de

uma grande mobilização e compromisso de resposta aos desafios atuais e futuros das alterações climáticas, mitigando os impactes negativos e potenciando as oportunidades.

Os objetivos gerais do PIAAC VDL visam:

1. Conhecer melhor o fenómeno das alterações climáticas ao nível local e sub-regional;
2. Identificar as ações necessárias para a adaptação das populações, entidades e serviços públicos;
3. Promover a integração da adaptação no planeamento intermunicipal e municipal;
4. Promover a criação de uma cultura de cooperação na adaptação, transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial.

Os objetivos estratégicos do PIAAC VDL visam:

1. Promover uma governação integrada e flexível, capaz de responder com eficiência às ameaças e às oportunidades criadas pelas alterações climáticas;
2. Mobilizar, sensibilizar e capacitar as comunidades locais para os desafios das alterações climáticas;
3. Preparar a sub-região para responder ao agravamento dos riscos climáticos, fortalecendo a sua capacidade adaptativa.

O PIAAC VDL tem como horizonte temporal 2027 e como entidade responsável a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O PMDFCI define uma estratégia de defesa da floresta contra incêndios à escala municipal, visando estabelecer a estratégia municipal que defina medidas necessárias para o efeito e planeamento integrado das intervenções das entidades com responsabilidades nesta matéria

O plano identifica as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, além das ações de prevenção, inclui a previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Os objetivos gerais do PMDFCI visam:

1. Diminuir o número de ocorrências de incêndios;
2. Reduzir o número de incêndios acima de 100 ha;
3. Reduzir a área ardida em povoamentos florestais;

4. Reduzir o número de reacendimentos;
5. Manter a primeira intervenção em menos de 20 minutos.

O PMDFCI tem como objetivos estratégicos:

1. Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais;
2. Reduzir a incidência dos incêndios;
3. Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
5. Adaptar uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

O PMDFCI tem como horizonte temporal 2019-2028, sendo a Câmara Municipal de Carregal do Sal a entidade responsável.

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Carregal do Sal

O PMEPC é um plano de âmbito geral, onde estão definidas as orientações relativas ao modo de atuação dos diferentes organismos, serviços e estruturas existentes no concelho que desempenham funções no âmbito da proteção civil. Este plano destina-se a precaver e mitigar as situações de acidente grave ou catástrofe através de uma proteção mais eficaz e planeada à população, por parte dos intervenientes na proteção civil. Com a elaboração deste documento, o município passa a estar dotado de um instrumento que lhe permite enfrentar a generalidade das situações de emergência (situações de acidente grave ou catástrofe).

Os objetivos gerais do PMEPC visam:

1. Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
2. Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
3. Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
4. Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
5. Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
6. Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;

7. Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
8. Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
9. Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

A entidade responsável pelo PMEPC é a Câmara Municipal de Carregal do Sal.

Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal

A Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal executa o planeamento da rede municipal de equipamentos educativos do concelho. Propõe o reordenamento e requalificação da rede educativa municipal, tendo por objetivo melhorar a oferta, quer do ponto de vista da cobertura geográfica e da acessibilidade, quer do ponto de vista da capacidade de resposta face à procura.

As medidas da Carta Educativa pretendem ser capazes de adequar os meios às necessidades, numa lógica de melhor aproveitamento de recursos e de promoção das indispensáveis condições para uma prática pedagógica facilitadora do sucesso escolar.

Os objetivos estratégicos da Carta Educativa visam:

1. Rentabilizar os meios e os recursos disponíveis do Concelho;
2. Requalificar/ racionalizar o parque escolar;
3. Potencializar o desenvolvimento de polos educativos junto a aglomerados com certo significado;
4. Desenvolver uma rede de transportes ao serviço da comunidade educativa;
5. Melhorar a oferta educativa numa lógica de formação permanente;
6. Combater o abandono e o insucesso escolar;
7. Apostar na formação cívica e ambiental;
8. Apostar na Formação Profissional;
9. Fomentar o desenvolvimento das artes;
10. Fomentar o desenvolvimento do desporto;

11. Potencializar o Ensino Recorrente e a Educação Especial;
12. Apoiar a formação de agentes educativos.

A Carta Educativa encontra-se estabelecida pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, tendo como entidade responsável a Câmara Municipal de Carregal do Sal.

Carta Social do Concelho de Carregal do Sal

A Carta Social do Concelho de Carregal do Sal permite um conhecimento mais aprofundado da rede de serviços e equipamentos existentes em cada freguesia do concelho de Carregal do Sal. Permite, assim, um conhecimento mais abrangente e sistematizado das respostas sociais, funcionando como um instrumento de divulgação da informação.

A Carta Social tem como objetivos estratégicos:

1. Agregar informação sobre as respostas sociais para divulgação;
2. Participação e mobilização de vários atores sociais.

A Câmara Municipal de Carregal do Sal é a entidade responsável pela Carta Social.

Plano Estratégico de Carregal do Sal

Em alinhamento com os novos paradigmas que defendem a necessidade de definir estratégias integradas de desenvolvimento, sustentadas na adequada avaliação do potencial socioeconómico e territorial e na ampla participação cívica, a Câmara Municipal de Carregal do Sal assume o desafio de planear a sua estratégia para o período 2016-2025, definindo como prioridade a necessidade de atuação nos domínios do emprego e competitividade, cultura, sustentabilidade e ambiente, ordenamento do território e obras públicas.

O Plano Estratégico propõe a seguinte visão para o concelho: “Em 2025, Carregal do Sal deverá afirmar-se como um território competitivo e capaz de atrair investimento e pessoas, a partir da valorização dos recursos naturais, patrimoniais e das dinâmicas diferenciadoras associadas ao turismo e cultura e ao setor agroflorestal”.

Os objetivos estratégicos do Plano Estratégico visam:

1. Emprego e Competitividade: Afirmar o concelho como território de excelência no suporte ao investimento, através da oferta de espaços e serviços adequados às necessidades das empresas e de uma rede forte de parcerias estratégicas;

2. Sustentabilidade e Ambiente: Preservar e valorizar os recursos naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos do Mondego e Dão, e garantir padrões de qualidade ambiental elevados através da aposta na gestão eficiente dos recursos disponíveis e na economia circular;
3. Ordenamento do Território e Qualidade Urbana: Valorizar o contexto urbano-rural, através da qualificação da rede polinucleada de pequenos centros urbanos e da adequada gestão de usos do solo;
4. Educação e Inclusão Social: Promover a coesão e inovação social através do reforço da aposta na educação, da valorização da identidade cultural e da eficácia dos serviços de proximidade;
5. Turismo e Cultura: Valorizar a identidade e os elementos histórico-culturais únicos (Aristides de Sousa Mendes, património arqueológico e rios Mondego e Dão) como âncoras estratégicas para a consolidação de um destino turístico de qualidade;
6. Setor Agroflorestal: Fomentar a multifuncionalidade e potenciar a valia económica do espaço rural e a competitividade do setor agrícola, através da valorização das atividades florestais (floresta de pinheiro manso) e agrícolas (ênfase da viticultura).

O Plano Estratégico tem como horizonte temporal 2016-2025, sendo a Câmara Municipal de Carregal do Sal a entidade responsável pelo plano.

Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da Vila de Carregal do Sal

O PERU da Vila de Carregal do Sal define uma estratégia integrada de reabilitação para a vila sede de concelho, promovendo melhores condições urbanas e ambientais e permitindo reforçar a identidade do território, mais coeso e apto a atrair moradores e novas dinâmicas do seu tecido social, económico e cultural.

O PERU assume como visão de futuro para esta localidade “reforçar o papel da vila de Carregal do Sal enquanto principal centralidade urbana concelhia onde se encontram os principais equipamentos, espaços e serviços públicos, apostando na qualificação do espaço coletivo, nomeadamente espaços de lazer e recreio e espaços de circulação pedonal e ciclável e no estímulo a novas dinâmicas culturais, económicas e de reabilitação urbana”.

Enquanto objetivos estratégicos, o PERU visa:

1. Reabilitar o parque edificado e reforçar as dinâmicas e complementaridades funcionais;
2. Qualificar o espaço público e reforçar a unidade e as relações de proximidade;
3. Atrair e fixar residentes e atividades;

4. Qualificar espaços verdes existentes, potenciando o seu usufruto por parte da população;
5. Garantir o equilíbrio através da criação de novos espaços e de corredores verdes;
6. Revitalizar e dinamizar o comércio local e os serviços de proximidade;
7. Apoiar e incentivar empreendedores e novas dinâmicas económicas;
8. Valorizar os produtos locais;
9. Reforçar a identidade local;
10. Promover a inclusão social;
11. Favorecer a participação e o envolvimento dos atores locais;
12. Promover comportamentos sustentáveis, ao nível da eficiência energética e da valorização dos RSU;
13. Minimizar o impacto do automóvel no centro urbano e melhorar a qualidade ambiental contribuindo para a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa e do ruído;
14. Favorecer a articulação entre a vila e as funções urbanas complementares na periferia promovendo modos de mobilidade suave.

O PERU encontra-se estabelecido pelo Aviso n.º 13653/2016, de 4 de novembro, tendo como horizonte temporal 2016-2025 e como entidade responsável a Câmara Municipal de Carregal do Sal.

2.3.2. Normas com incidência e relevância no território

Perante a relevância que algumas normas dos IGT têm sobre a revisão do PDM, considera-se importante elencar um conjunto de normas e informação com incidência e relevância no território a considerar no âmbito da revisão do PDM de Carregal do Sal.

Plano Setorial da Rede Natura 2000

O PSRN 2000 identifica a cartografia dos sítios e dos respetivos habitats a proteger, juntamente com as respetivas orientações de gestão. No concelho de Carregal do Sal localiza-se parte da Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal, importando transpor a respetiva cartografia e orientações de gestão consideradas matéria no âmbito do PDM. Assim, considera-se que nas áreas abrangidas pela Rede Natura 2000, independentemente da categoria ou subcategoria de espaço abrangida, devem ser interditas as seguintes ações, atividades ou projetos:

a. A deposição de resíduos líquidos e sólidos, de inertes e de materiais de qualquer natureza, e o lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado, de acordo com a legislação em vigor;

b. A instalação de indústria que dê lugar à produção de fumos, cheiros ou resíduos que agravem as condições ambientais ou de salubridade;

c. A exploração de recursos geológicos, exceto em situações de interesse público;

d. A introdução de espécies invasoras, identificadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro.

Quanto às seguintes ações e atividades, considera-se que devem ser condicionadas e realizar-se apenas mediante autorização da entidade competente:

a. A reconstrução, conservação e ampliação de edificações existentes, licenciadas ou autorizadas, que acarretam aumento de área de implantação;

b. As ações que impliquem a alteração da morfologia do uso do solo no leito e nas margens das linhas de água;

c. A construção barragens e açudes em zonas sensíveis;

d. A abertura de novas vias de comunicação e o alargamento das existentes, bem como a instalação de redes de infraestruturas;

e. A abertura e alargamento de pedreiras.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

Os PROF estabelecem os corredores ecológicos, que devem contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos planos territoriais municipais. Simultaneamente definem sub-regiões homogéneas referentes a unidades territoriais com elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante de funções dos espaços florestais e às suas características. O concelho de Carregal do Sal é abrangido por duas sub-regiões homogéneas, designadamente, Alto Mondego e Terras do Dão, e por corredores ecológicos que se desenvolvem ao longo dos rios Dão e Mondego, assim como das principais ribeiras do concelho.

Para cada sub-região homogénea do PROF, importa identificar as espécies florestais a privilegiar, distinguidas em dois grupos (Grupo I e Grupo II) em resultado da avaliação da aptidão do território para as mesmas, exceto nas reconversões de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, quando a espécie a replantar for o azevinho, a azinheira ou o sobreiro e estas fizerem parte das espécies do Grupo II. Nestas, não podem ser feitas reconversões para outras espécies de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, exceto se for utilizada na replantação outra espécie igualmente do

Grupo I, sem prejuízo dos regimes legais específicos de proteção de determinadas espécies e do regime jurídico das ações de arborização e rearborização. O recurso a outras espécies que não se encontrem identificadas no Grupo I ou Grupo II, ou reconversões em situações distintas das referidas anteriormente, tem de ser tecnicamente fundamentado, com base nas características das espécies a usas e condições edafoclimáticas do local de instalação, e ser devidamente autorizado pelo ICNF. Devem ser admitidas reconversões de povoamento puro de espécies do Grupo I, para povoamentos mistos com espécies do Grupo II, se a espécie do Grupo I mantiver a dominância.

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis

O PGRH identifica massas de água superficiais no concelho de Carregal do Sal, designadamente, os rios Dão e Mondego, as ribeiras de Beijós e de Cabanas e a albufeira da Aguieira. Relativamente a massas de água subterrânea, o território municipal encontra-se totalmente inserido na massa de água do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego, existindo captações de água destinadas ao abastecimento público denominadas por “Captações de Cabriz”. A rede hidrográfica e as áreas inundáveis que afetam os perímetros urbanos, a par da informação anteriormente mencionada, apresentam relevância a nível territorial, devendo ser contempladas na revisão do PDM. A par desta informação, também a definição de índices de impermeabilização do solo e a identificação das servidões e restrições de utilidade pública no âmbito dos recursos hídricos, nomeadamente o domínio hídrico, as zonas de proteção de albufeiras de água pública de serviços públicos e perímetros de proteção de captações de água destinadas ao abastecimento público, deverão ser considerados na revisão do PDM.

Plano de Ordenamento da Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas

O PROZAG estabelece zonas para efeito de ocupação, uso e transformação do solo, nomeadamente, a zona de proteção alargada, a zona de proteção imediata, a zona de proteção florestal, as zonas preferenciais de desenvolvimento turístico e as zonas agrícolas e florestais. Segundo o respetivo diploma, o regime de ocupação, uso e transformação do solo a estabelecer nos PMOT devem ser compatibilizados com o PROZAG, devendo ainda demarcar zonas de proteção, num limite mínimo de 500 metros, das captações de água para abastecimento público existentes, ou previstas, por forma a garantir a melhor qualidade da água. Na zona de proteção alargada só deverá ser permitida a construção de edificações em áreas urbanas delimitadas em PDM, admitindo-se obras em edificações já existentes. Nas áreas agrícolas e florestais classificadas no Plano não podem ser autorizadas atividades que não as agrícolas e florestais.

Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira

O POAAP abrange o concelho de Carregal do Sal e incide sobre o plano de água e respetiva zona de proteção, com uma largura de 500 metros, medida na horizontal, a contar do nível de pleno armazenamento. Este plano é composto pelo zonamento da área de intervenção e respetiva regulamentação, informação considerada determinante para a revisão dos PDM. As normas do POAAP a transpor para o PDM devem seguir a matriz de transposição elaborada pela CCDR Centro, conforme se apresenta em anexo (Anexo I).

Plano Regional de Ordenamento do Território Centro (proposta)

De acordo com as normas de planeamento e gestão territorial da proposta de PROT Centro, para a edificabilidade em solo rústico:

1. A edificabilidade rege-se pelos princípios de contenção da edificação isolada, da contenção do parcelamento da propriedade e da racionalização das operações de infraestruturação, privilegiando, quando técnica e economicamente viável, a adoção de sistemas independentes e ambientalmente sustentáveis. Os PMOT devem contrariar a dispersão, orientando a edificação para áreas estruturadas para esse fim, designadamente para os aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa;
2. No solo rústico deve promover-se a recuperação das edificações, devendo os PDM definir os parâmetros urbanísticos a aplicar às operações de reconstrução, reabilitação e ampliação, garantindo um adequado enquadramento paisagístico e arquitetónico e a preservação e valorização dos valores ambientais e privilegiando o recurso a sistemas independentes, racionais e ambientalmente sustentáveis;
3. Nos aglomerados rurais deve prever-se a estruturação e qualificação urbanística e ambiental permitindo o recurso a infraestruturas apropriadas às suas caraterísticas. A edificabilidade deve privilegiar as caraterísticas tipo-morfológicas do edificado existente;
4. Nas áreas de edificação dispersa deve atender-se aos seguintes critérios:
    a. A densificação construtiva não deve exceder a capacidade das infraestruturas existentes, sem prejuízo da respetiva requalificação urbanística, ambiental e paisagística;
    b. A impermeabilização, a manutenção e o reforço do coberto vegetal devem salvaguardar as caraterísticas biofísicas e paisagísticas existentes;

c. Em áreas dominantemente residenciais, fortemente estruturadas pela parcela agrícola, deve procurar manter-se os traços paisagísticos e a relação entre a habitação e a atividade agrícola/hortícola.

5. A edificação isolada deve ter como função o suporte às atividades económicas associadas à valorização dos recursos naturais, ambientais, culturais e paisagísticos e/ou à promoção da multifuncionalidade dos espaços rurais, podendo as novas construções, terem as seguintes finalidades:

   a. Edificação para fins habitacionais de quem exerça atividade agrícola ou atividades conexas ou complementares à atividade agrícola, nas seguintes condições:

      i. Comprovação da inexistência de qualquer outra habitação na mesma exploração agrícola e de alternativas de localização;

      ii. Tipologia unifamiliar;

      iii. Área mínima do prédio de 3 ha no concelho de Carregal do Sal[2].

   b. Construções de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais;

   c. Empreendimentos turísticos e instalações de recreio e lazer;

   d. Estabelecimentos industriais, incluindo os afetos à atividade extrativa, cuja localização exija proximidade da matéria-prima ou que pela sua natureza técnica e económica, justifique a sua localização em solo rural;

   e. Construções ligadas a atividades que contribuam para reforçar a base económica e a promoção do emprego nos espaços rurais que pela sua natureza técnica, económica e/ou de complementaridade com as atividades instaladas, justifique a sua localização em solo rural;

   f. Equipamentos de utilização coletiva na proximidade dos aglomerados rurais que possibilite uma forte interação com estes e apenas quando o elevado grau de consolidação dos aglomerados não os permita acolher;

   g. Infraestruturas territoriais, designadamente nos domínios dos transportes, do abastecimento de água, do saneamento, da energia e das comunicações;

   h. Edificações ligadas à proteção civil.

Em solo rústico, o PDM pode permitir o uso e a ocupação turística em áreas que não se verifiquem incompatibilidades funcionais entre os usos dominantes e o uso turístico. Podem ser admitidos projetos localizados em Rede Natura 2000 e em áreas protegidas, desde que tenham

[2] De acordo com a Portaria n.º 19/2019, de 15 de janeiro, a unidade mínima de cultura associada a terenos de regadio para a Região Viseu-Dão-Lafões é de 2,5 ha.

caraterísticas compatíveis com a conservação dos valores que os respetivos regimes e planos de ordenamento visam salvaguardar.

O PROT Centro estabelece que cabe ao PDM definir os critérios para a localização dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico e dos Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI), devendo obedecer às seguintes normas:

1. NDT:
    a. Nos NDT localizados em áreas classificadas como ZPE ou sítios Rede Natura 2000, deverá ser assegurado o levantamento rigoroso dos valores naturais em presença com o acompanhamento do ICNF;
    b. Os NDT integram apenas empreendimentos turísticos, e equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo;
    c. A implementação de NDT requer a aprovação prévia de Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, nos termos legais, identificando os respetivos sistemas de execução;
    d. Quando a instalação de empreendimentos turísticos em NDT já se encontra regulamentada em PDM eficaz, este plano pode excecionar obrigatoriedade de elaboração de PU ou PP;
    e. Devem ser previstas medidas compensatórias a favor do interesse público, nos termos legais, pela afetação de valores naturais e de recursos territoriais;
    f. A solução de ocupação do solo deve promover a concentração da edificação e das áreas impermeabilizadas. A área de concentração não deverá ser superior a 35% da área total do NDT. A restante área deve compreender as áreas de equipamentos como o golfe, se for o caso, e espaços verdes adequados, desempenhando também as funções de área de enquadramento;
    g. A densidade de ocupação bruta máxima admitida para a área de concentração da edificação não deve ser superior a 60 camas por hectare, podendo ser de 100 camas por hectare em parcelas ocupadas exclusivamente com hotéis e pousadas;
    h. Categoria mínima de 4 estrelas;
    i. A área mínima dos NDT é estabelecida por unidade territorial, podendo variar em função de critérios objetivos estabelecidos em PDM;
    j. As soluções paisagísticas devem valorizar o património natural e cultural do local e da envolvente;
    k. A estrutura ecológica deve ser contínua e em articulação com a EEM;

l. Os NDT devem ainda obedecer aos parâmetros de qualidade estabelecidos na proposta de PROT-C;

m. Área mínima do NDT por unidade territorial: 15 hectares para Dão Lafões e Planalto Beirão;

n. Atividades preferenciais de recreio e lazer ao ar livre;

o. Melhorar a conectividade com as Centralidades Urbano Turísticas (CUT) e os Núcleos Urbanos de Turismo e Lazer (NUTL).

2. ETI:

a. Soluções arquitetónicas e construtivas que asseguram a adequada inserção na morfologia do terreno e garantam a preservação das vistas;

b. Soluções paisagísticas que valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente;

c. Os estabelecimentos hoteleiros obedecerão aos critérios das normas por unidade territorial;

d. São excecionadas das referidas normas os hotéis que resultem de reabilitação e renovação de edifícios preexistentes e de valia patrimonial, bem como as pousadas.

No que respeita aos critérios de ordenamento dos empreendimentos turísticos em solo urbano, considera-se:

1. Na área dos perímetros urbanos existentes, incluindo as Centralidades Urbano Turísticas, são permitidas, todas as tipologias de empreendimentos turísticos;

2. Núcleos Urbanos de Turismo de Lazer (NUTL):

i. São permitas, todas as tipologias de empreendimentos turísticos;

ii. Nos NUTL identificados na proposta de PROT-C a administração local deve elaborar PU, quando tal se afigure necessário;

iii. Os empreendimentos turísticos a localizar nos NUTL devem cumprir critérios de inserção territorial, integração paisagística, qualidade urbanística e ambiental, designadamente, ocupação do solo com soluções arquitetónicas que promovam a concentração da edificação e das áreas impermeabilizadas, soluções arquitetónicas e construtivas que assegurem a adequada inserção na morfologia do terreno e garantam a preservação das vistas e da paisagem, soluções paisagísticas que valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente; e estrutura de proteção ambiental contínua e em articulação com a estrutura ecológica municipal.

No âmbito dos riscos naturais e tecnológicos, o PROT Centro refere que devem privilegiar-se as seguintes normas:

1. Normas que promovam a prevenção e redução da perigosidade relacionada com:
    a. Radioatividade natural;
    b. Movimentos de massa em vertente;
    c. Cheias e inundações, e nomeadamente as relativas à ação de inundação proveniente da rotura total ou parcial de barragens;
    d. Incêndios florestais, nomeadamente na interface urbana, na envolvente de unidades industriais, de equipamentos e infraestruturas;
    e. Manuseamento, armazenamento ou transformação de matérias perigosas;
    f. Transporte de mercadorias perigosas, por via rodoviária e ferroviária;
    g. Áreas minerais abandonadas ou degradadas, nomeadamente as explorações de minerais radioativos.
2. Normas que promovam a redução da perigosidade e da vulnerabilidade relacionada com os episódios de ondas de frio e de calor, nomeadamente em espaços de elevada vulnerabilidade social e junto de grupos de risco.

Plano de Urbanização de Carregal do Sal

O PUCS considera categorias de solos em função do uso dominante, atribuindo a cada um deles, por via regulamentar, uma determinada função ou uso dominante, indicando os respetivos parâmetros urbanísticos. As diversas classes de solos consideradas no PUCS são: solos urbanizados de alta, média e baixa densidade, solos de urbanização programada de média e baixa densidade, equipamentos/infraestruturas e estrutura ecológica primária e secundária. O PUCS e o PDM devem apresentar uma articulação direta entre si, cujas normas e índices também devem traduzir a mesma estratégia de zonamento.



3

Características e tendências do território

3. Características e tendências do território

3.1. Recursos naturais e sustentabilidade ambiental

3.1.1. Características biofísicas

A caracterização biofísica de um território permite descrever os elementos naturais que constituem pontos fortes e/ou condicionantes ao planeamento e ordenamento do território. Nesta caracterização consideram-se como fatores abióticos o relevo do terreno, a geologia, o clima e os recursos hídricos e como fator biótico o património natural.

Atualmente está disponível para o território de Carregal do Sal um conjunto de estudos e de informação que caracteriza de forma pormenorizada o sistema biofísico do Concelho, pelo que não se pretende duplicar informação, mas sim ter uma abordagem sintetizada das principais características biofísicas deste território.

Nesta caracterização, destacam-se os seguintes documentos: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDMCS que suportaram a 1.ª Revisão do PDM, o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano de Gestão da Região Hidrográfica, o Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Carregal do Sal, o Plano Estratégico de Carregal do Sal.

3.1.1.1. Geologia

As características geológicas são a base das transformações que ocorrem na superfície terrestre na relação com Homem e o clima, contribuindo, em sentido lato, para as diferentes tipologias de solo e de relevo que podem ser identificadas na superfície terrestre. Estas características são igualmente importantes para se compreender o território nas dimensões física, económica e social.

O território de Carregal do Sal está integrado na plataforma inclinada da Beira Alta, também designada por Fosso ou Plataforma do Mondego, predominantemente constituído por granitos. Aqui ocorre um desnível tectónico de orientação nordeste-sudoeste, desde os 500-550 metros de altitude, na área de Viseu e Mangualde, e até aos 200-250 metros, em Santa Comba Dão, o que contribui para a morfologia atual do território.

Segundo Rebelo, F. & Lema, P. B. (1996), nesta plataforma geológica “afloram depósitos de cobertura constituídos por areias e arenitos de grão fino a médio, podendo intercalar calhaus de quartzo de filão e de quartzito que correspondem a diferentes momentos da sua evolução durante o Terciário e Quaternário”. Segundo a Carta Geológica de Portugal (Figura 8), na parte oeste do Concelho estão presentes os granitos e granodioritos porfiróides, enquanto na parte leste se encontram maioritariamente granitos monzoníticos porfiróides e pequenas zonas de granitos moscovíticos-biotíticos.

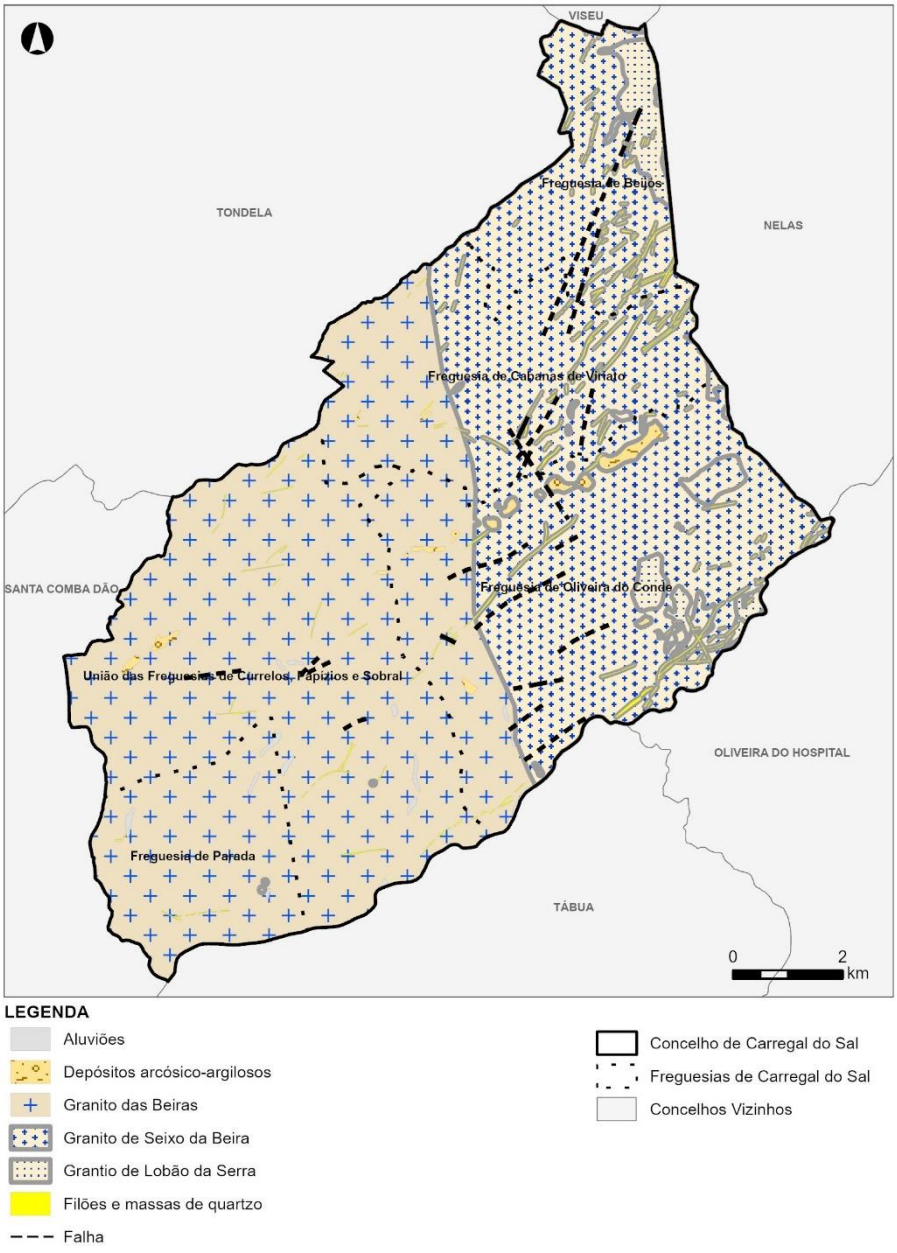


Figura 8. Carta geológica à escala 1:25.000
Fonte: LNEG, 2019

Recursos minerais e termalismo

Os recursos geológicos constituem-se, direta ou indiretamente, como uma das principais fontes de matérias primas para a fabricação dos mais variados produtos que se utilizam no dia a dia. Devido ao potencial económico, mas também aos impactos que exerce na paisagem e no meio ambiente, a exploração destes recursos deve ser estudada e caracterizada.

O potencial geológico da região Centro é expressivo, localizando-se nesta região um conjunto de massas minerais com capacidade de exploração, com grande valor económico. É, inclusivamente, nesta região que se localizam grande parte das jazidas de urânio do país, em especial nos distritos de Guarda e Viseu, com relevo para a presença na Urgeiriça (concelho de Nelas, vizinho de Carregal de Sal) de uma das maiores minas de urânio do país, atualmente desativada.

O concelho de Carregal do Sal, pelas suas características geológicas, apresenta um potencial de exploração que importa conhecer, contudo, a atividade de exploração de massas minerais é inexistente, tal como como se comprova pelos registos de explorações da Direção Geral da Energia e Minas.

Apesar de atualmente não existirem pedreiras em Carregal do Sal, identifica-se uma pedreira desativada, localizada na freguesia de Oliveira do Conde, que laborou sem licença de exploração e que atualmente se encontra abandonada e sem plano de recuperação das áreas minerais degradadas. Há ainda a registar a presença de dez jazigos de urânio, com maior concentração na freguesia de Cabanas de Viriato.

No que diz respeito à exploração de água hidrotermal, o concelho é abrangido por uma área de concessão na freguesia de Beijós. A atividade termal associada a esta concessão desenvolve-se nas Caldas de Sangemil, concelho de Tondela, com exploração de água bicarbonatada sódica sulfúrea (Figura 9).

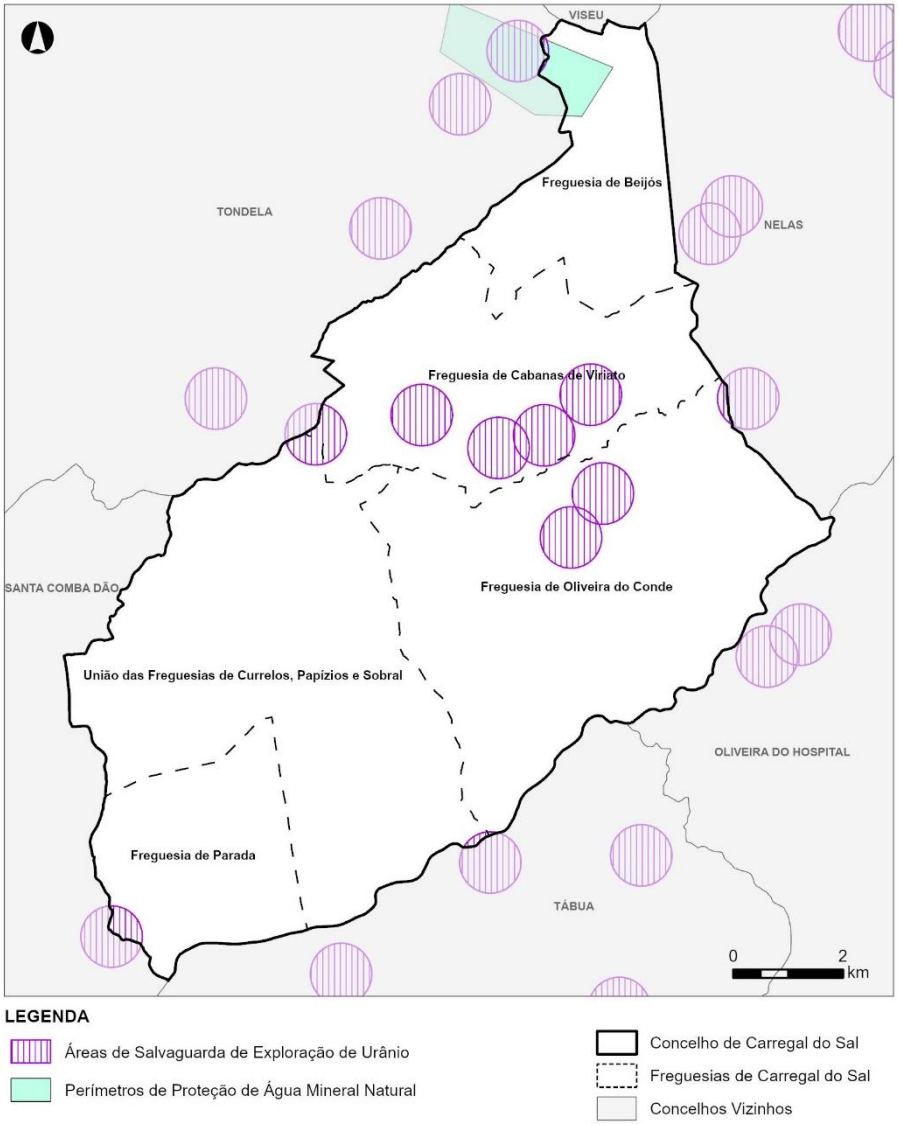


Figura 9. Jazigos de urânio e concessão hidrotermal do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base em dados do LNEG, 2019

Relativamente aos minérios com elevado valor comercial, várias empresas têm demonstrado o interesse na sua exploração. No caso de Carregal do Sal (Figura 10), registou-se um requerimento de exploração e dois requerimentos de prospeção e pesquisa:

- Área com cerca de 164 hectares denominada «Beijós», localizada nos concelhos de Carregal do Sal e Nelas, para exploração de depósitos minerais de quartzo e feldspato[3];
- Área com cerca de 486 km^2 denominada «Lobão», localizada nos concelhos de Tondela, Vouzela, Viseu, Mangualde, Nelas e Carregal do Sal, para prospeção e pesquisa de

[3] Aviso n.º 7152/2014, Diário da República n.º 114, Série II de 2014-06-17.

depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos [4];

: Área com cerca de 260 km^2 denominada «Boa Vista», localizada nos concelhos de Viseu, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Gouveia, Seia, Oliveira de Hospital, Tábua e Carregal do Sal, para prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos [5].

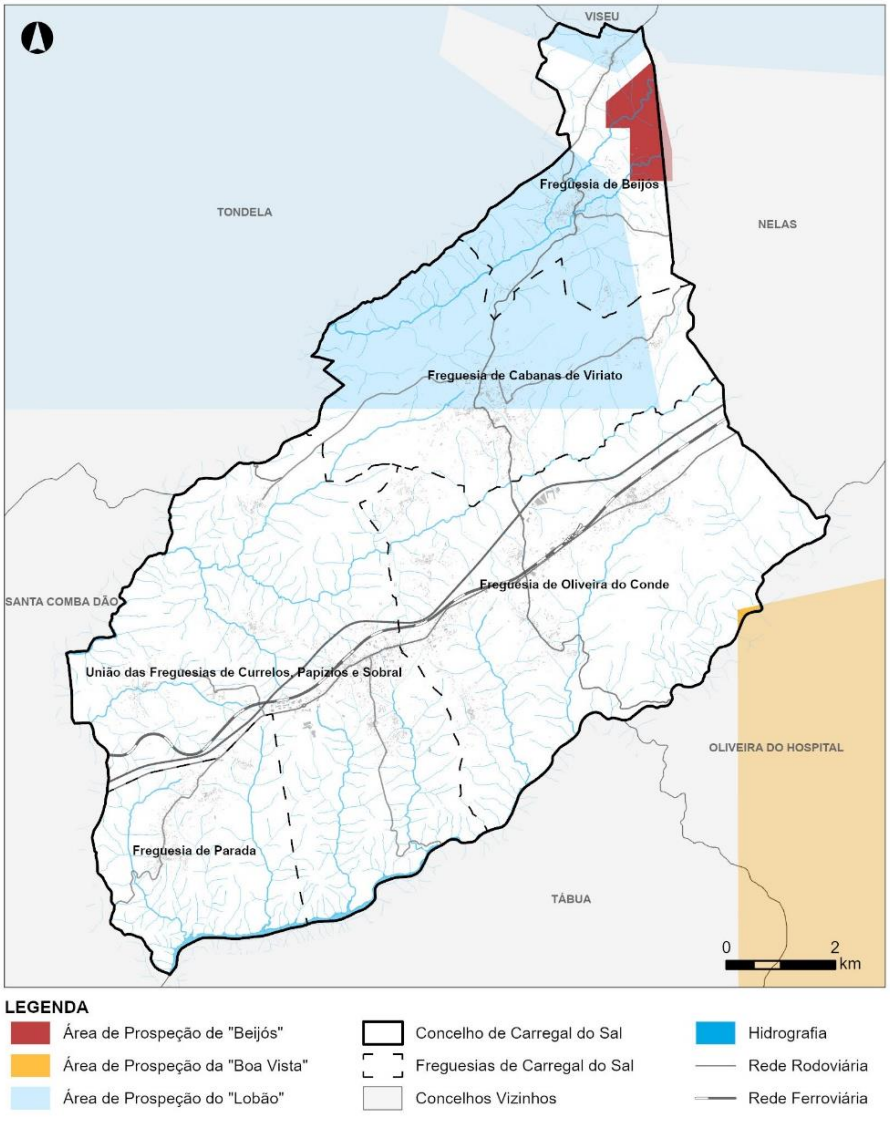


Figura 10. Áreas de prospeção e pesquisa de depósitos minerais com influência em Carregal do Sal
Fonte: DRE, Avisos n.º 7152/2014, 6133/2019 e 6518/2019

[4] Aviso n.º 6133/2019, Diário da República n.º 67/2019, Série II de 2019-04-04.
[5] Aviso n.º 6518/2019, Diário da República n.º 70/2019, Série II de 2019-04-09.

Estas potenciais áreas de exploração incidem significativamente sobre várias freguesias de Carregal do Sal. A área "Lobão" é a que abrange uma superfície de maior dimensão, com 1311 hectares de Cabanas de Viriato e 695 hectares em Beijós, sendo que a área "Beijós", localizada na freguesia com o mesmo nome, ocupa 142 hectares, enquanto a área "Boa Vista" apenas abrange cerca de 7 hectares, localizados na freguesia de Oliveira do Conde.

Radioatividade natural

A radioatividade não é um fenómeno recente nem exclusivamente resultante da ação antropogénica. Após a descoberta da radioatividade e da consequente utilização em várias áreas de atividade, sabe-se hoje que os radionuclídeos presentes no ambiente poderão igualmente ter origem natural.

Segundo informação da APA[6], independentemente da sua origem, os radionuclídeos podem ocorrer na atmosfera na forma gasosa ou particulada (associados ao aerossol atmosférico). Em geral, a forma particulada é a que representa maior risco radiológico, uma vez que essas partículas interagem com a biosfera, através dos processos de transporte e deposição atmosférica.

A exposição do homem à radioatividade pode afetar a sua saúde, nomeadamente através de alterações genéticas e aparecimento de diversos tipos de neoplasias (leucemia, cancros do pulmão, pele e estômago, entre outros). A exposição pode ser direta (nomeadamente por exposição do ser humano à fonte de radiação) ou por via indireta através do meio ambiente (ar, água, solo, alimentos), devido à introdução acidental daquelas substâncias no meio ambiente.

Em Portugal, a exploração de urânio na Urgeiriça, e os consequentes resultados para a saúde pública, que tem vindo a preocupar a população residente nesse território, fez crescer o interesse e a investigação dos efeitos nos seres humanos da exposição prolongada à radioatividade, nomeadamente com origem natural.

De acordo com o Mapa de suscetibilidade ao radão[7] (1:1.000.000), elaborado pela APA para todo o território nacional, todas as freguesias de Carregal do Sal apresentam um índice de suscetibilidade ao radão elevado. Importa referir que o mapa de suscetibilidade dá apenas a indicação dos níveis médios de radão para determinada zona, não devendo ser utilizado para prever o nível de radão num edifício (Figura 11).

[6] https://rea.apambiente.pt/content/controlo-radiol%C3%B3gico-do-ambiente
[7] https://apambiente.pt/prevencao-e-gestao-de-riscos/mapa-de-suscetibilidade-ao-radao

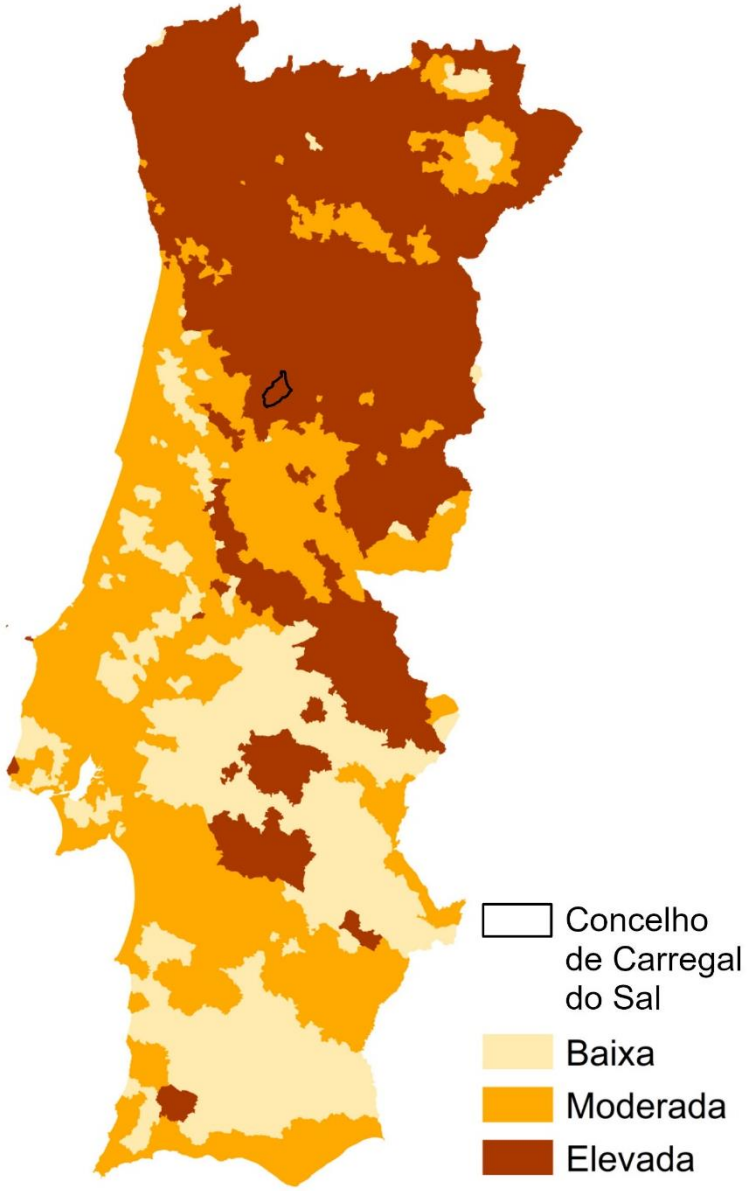


Figura 11 Mapa de suscetibilidade ao radão
Fonte: SPI, adaptado da publicação produzida pela APA (2023)

Hidrogeologia

Do ponto de vista hidrogeológico, o concelho de Carregal do Sal localiza-se na unidade do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego (Figura 12), sendo constituído, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares.

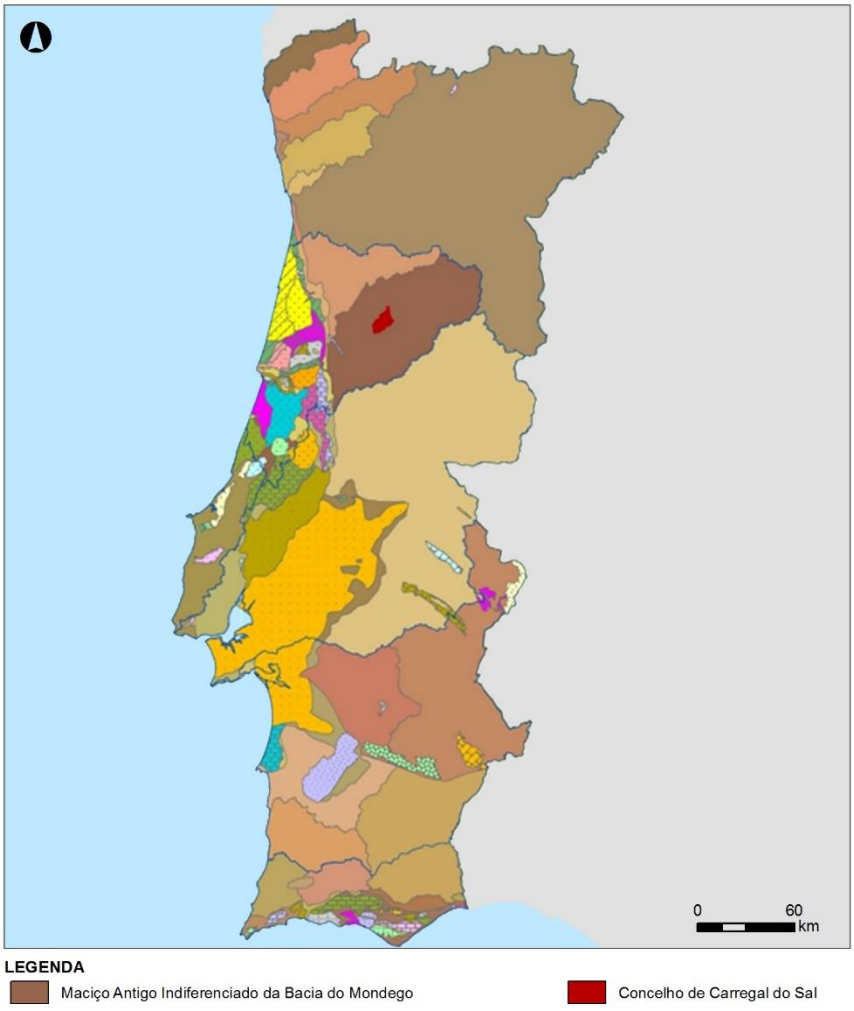


Figura 12. Massas de água subterrânea e localização de Carregal do Sal
Fonte: Sistemas Aquíferos de Portugal Continental, FCUL, 2000.

Aqui predominam rochas duras com diferentes graus de alteração, circulando a água subterrânea através da rede de fracturação. Estas formações geológicas são, geralmente, pouco produtivas. Os aquíferos mais produtivos estão restritos a estreitas faixas ao longo dos rios e subordinados a estes. A recarga dos aquíferos é através da precipitação ou por drenância dos aquíferos freáticos adjacentes.

Sismicidade

À semelhança do território continental nacional, Carregal do Sal é um concelho que apresenta vulnerabilidade a situações de risco geológico, nomeadamente a episódios sísmicos.

O Concelho encontra-se próximo de uma falha ativa que atravessa o concelho vizinho de Oliveira do Hospital. A carta de isossistas máximas observadas até à atualidade (Figura 13), indica que este Concelho se encontra numa zona de transição entre o risco sísmico moderado a baixo. Contudo, não é de excluir a hipótese de surgirem danos significativos devido à atividade sísmica.

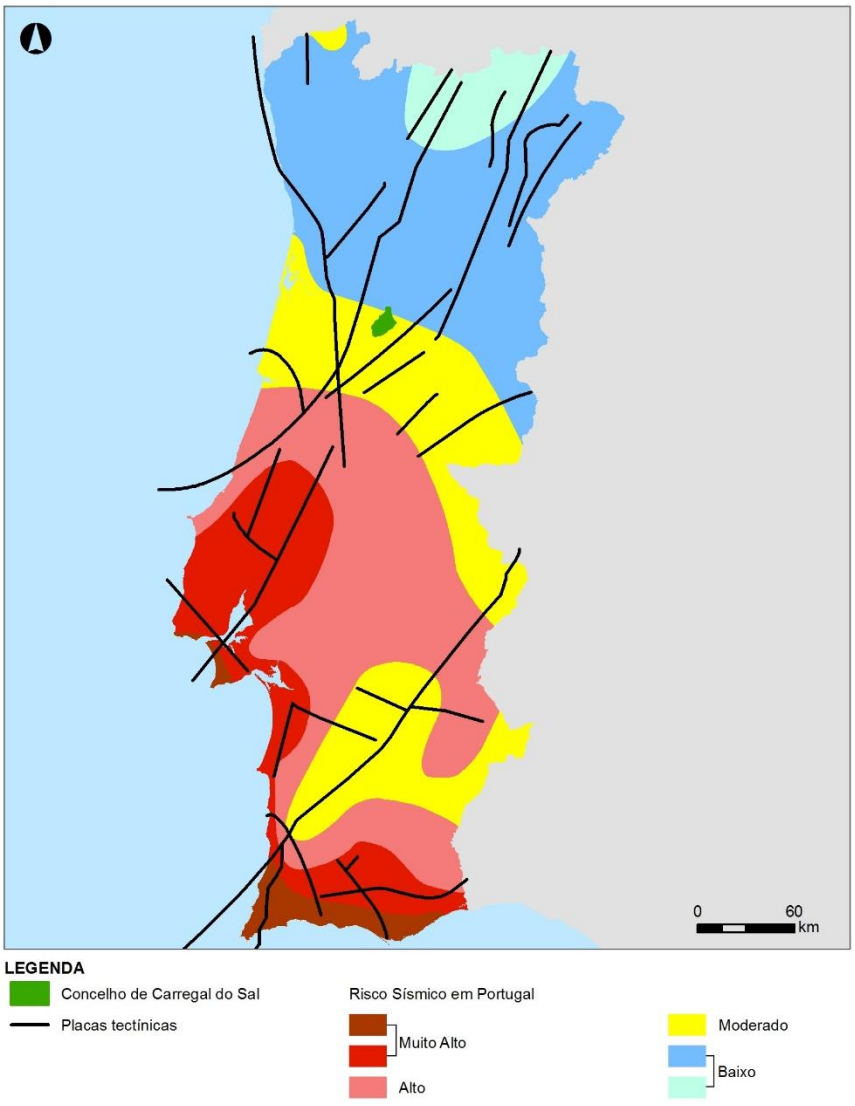


Figura 13. Carta de risco sísmico de Portugal
Fonte: IPMA, acedido em 2019

3.1.1.2. Relevo

As características do relevo condicionam as aptidões, capacidades e potencialidades do território sendo, por isso, considerado um dos fatores mais determinantes na sua ocupação. A caracterização que se desenvolve, tendo por base a cartografia digital e a sua análise, baseia-se nos seguintes parâmetros: hipsometria, declives e exposição solar.

Hipsometria

A análise hipsométrica tem por base a delimitação de classes hipsométricas compostas pela estrutura fisiográfica entre pontos de cotas mais altas e pontos a cotas mais baixas. Fortemente influenciado pela sua estrutura geológica, que se pode analisar anteriormente, o relevo de Carregal do Sal é moldado por uma extensa rede hidrográfica que talhou o território do Concelho, drenando para o rio Dão (a norte) e o rio Mondego (a sul).

Carregal o Sal apresenta uma morfologia de relevo com vertentes suaves, influenciada pela rede de drenagem, onde se destacam duas grandes superfícies aplanadas, no eixo Carregal do Sal-Oliveira do Conde e em Cabanas de Viriato, que correspondem às linhas de cumeada das bacias hidrográficas locais.

Orograficamente, estende-se por um território sem grandes elevações. A maior elevação do Concelho localiza-se na zona este, no limite entre as freguesias de Cabanas de Viriato e Beijós (374 metros), sendo que a menor elevação se localiza na zona dos rios Dão e Mondego (120 metros) (Figura 14).

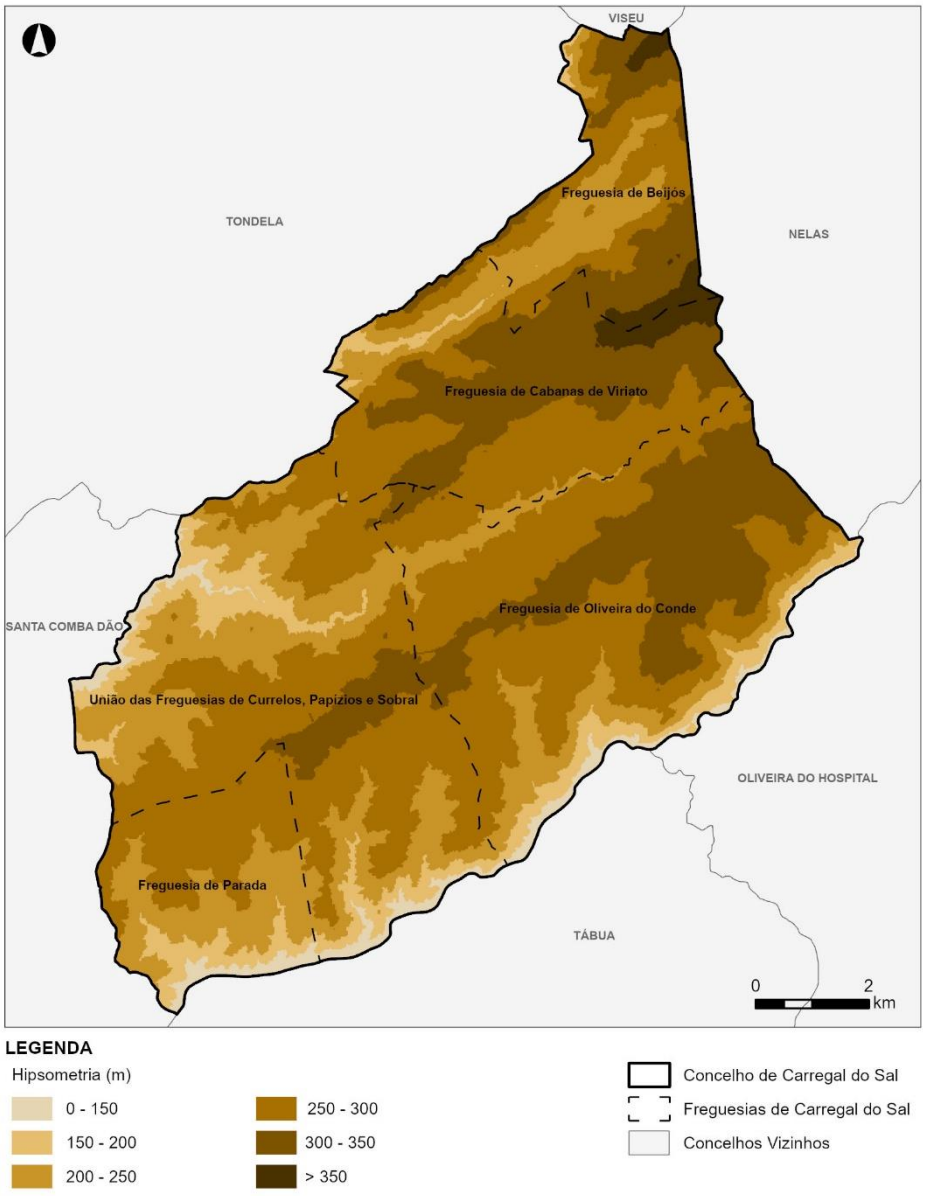


Figura 14. Mapa hipsométrico do concelho de Carregal do Sal
Fonte: CMCS, 2018

Declive

O declive é outras das componentes relevantes para a análise do relevo, cujas classes são baseadas na graduação de inclinação de encostas.

Tendo por base o tratamento e a análise dos dados topográficos de Carregal do Sal (Figura 15), verifica-se que, no geral, é um Concelho pouco declivoso, predominando as classes de declives inferiores a 10%. Os declives mais acentuados localizam-se nas encostas dos rios Dão e

Mondego, onde se encontram linhas de água bastante encaixadas, e perto da foz das ribeiras de Beijós e de Cabanas.

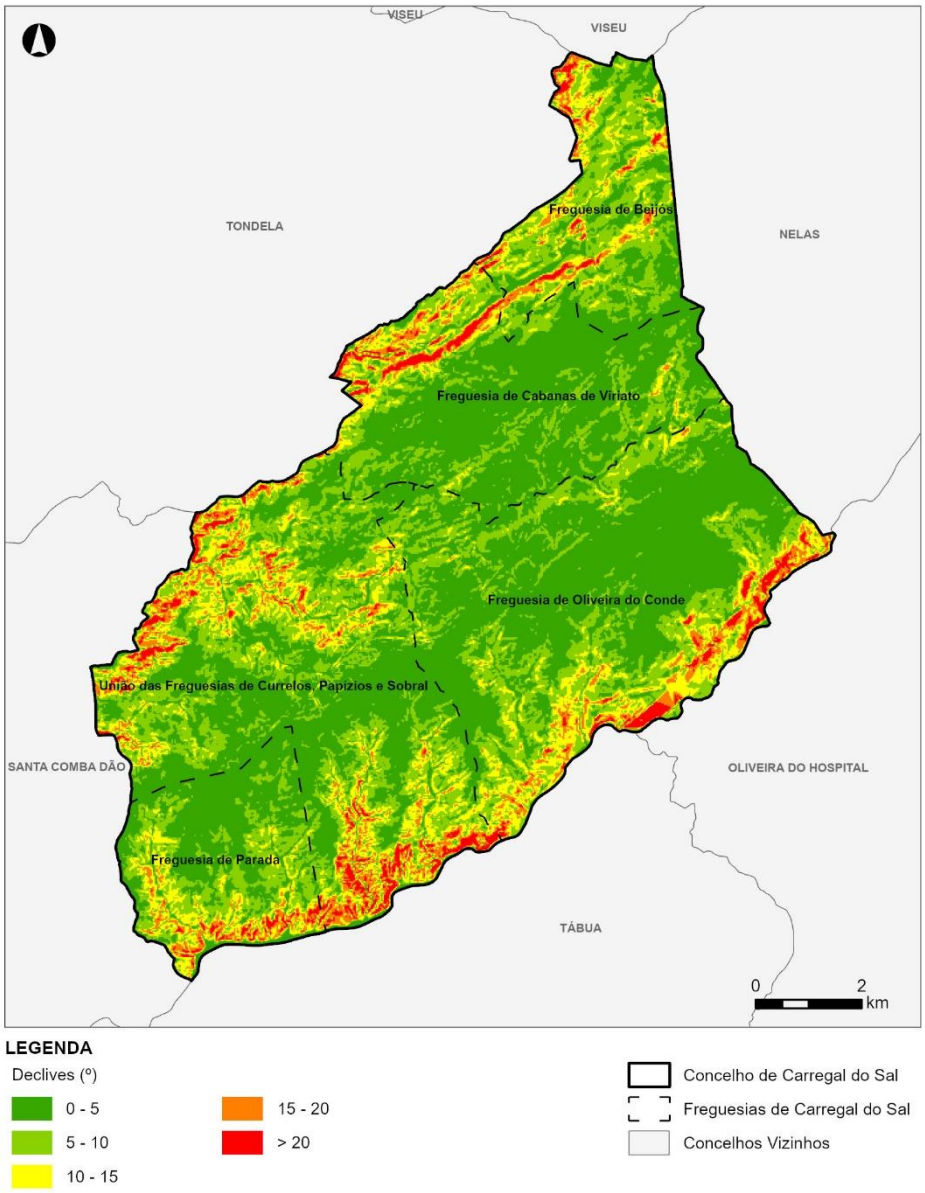


Figura 15. Mapa de declives do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

Exposição solar

A exposição solar corresponde à orientação geográfica das vertentes, sendo um fator fundamental na análise da distribuição do coberto vegetal. A análise deste fator, mais do que o conforto térmico proporcionado pela exposição solar, importa para a relação com o grau de insolação, o que

permite aferir o teor de humidade do coberto vegetal (relacionado com a propagação de incêndios).

Analisando as exposições solares do Concelho (Figura 16), observa-se que as vertentes a este e oeste são as mais significativas (cerca de 60% da área), conferindo uma ocupação por vertentes soalheiras. Já as vertentes voltadas a norte e sul, são as menos predominantes.

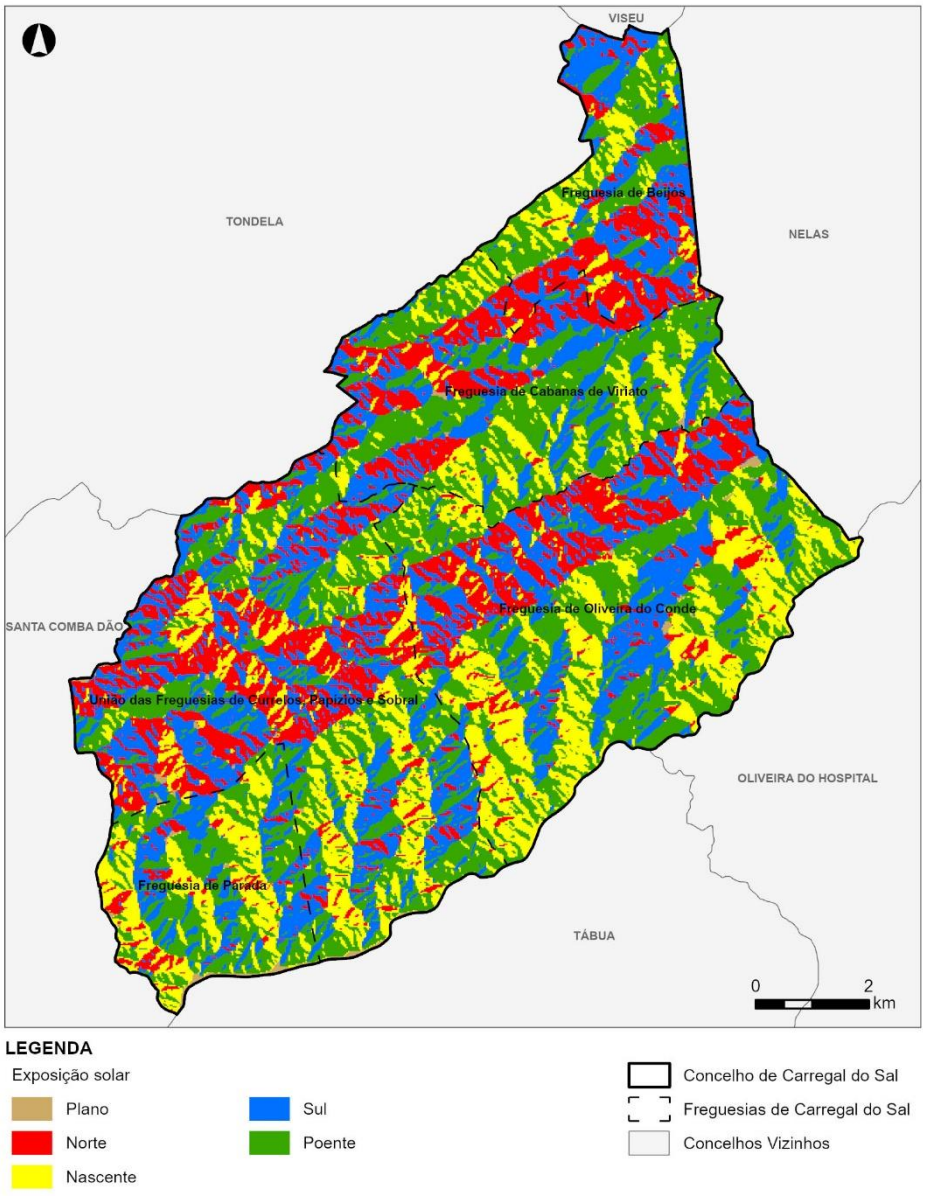


Figura 16. Mapa de exposições solares do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

3.1.1.3. Recursos hídricos

O concelho de Carregal do Sal é drenado por uma rede hidrográfica extensa, onde se destacam os rios Dão e Mondego e os seus tributários. Esta riqueza hídrica muito contribui para a fertilidade e produtividade dos solos, sendo um dos elementos a preservar e a valorizar.

O rio Mondego, que define os limites do Concelho a sul, apresenta um caudal irregular, com longos períodos de estiagem e, no extremo, cheias invernais. A norte, o rio Dão é um afluente da margem direita do Mondego, consistindo na segunda corrente fluvial mais relevante do Concelho.

A nível administrativo, esta bacia integra a Região Hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste, também designada por RH4. A gestão desta bacia é regida por um "Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4"[8].

Estes dois principais cursos de água estruturam a rede hidrográfica local, destacando-se, na sub-bacia do Mondego, as ribeiras do Porto de São João, de Valboa, de Currelos, de Casal Mendo, das Poldras e da Azenha e, na sub-bacia do Dão, as ribeiras de Beijós e de Cabanas (Figura 17).

[8] Aprovada em Resolução de Conselho de Ministros n.º 16-b/2013, de 22 de março e retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

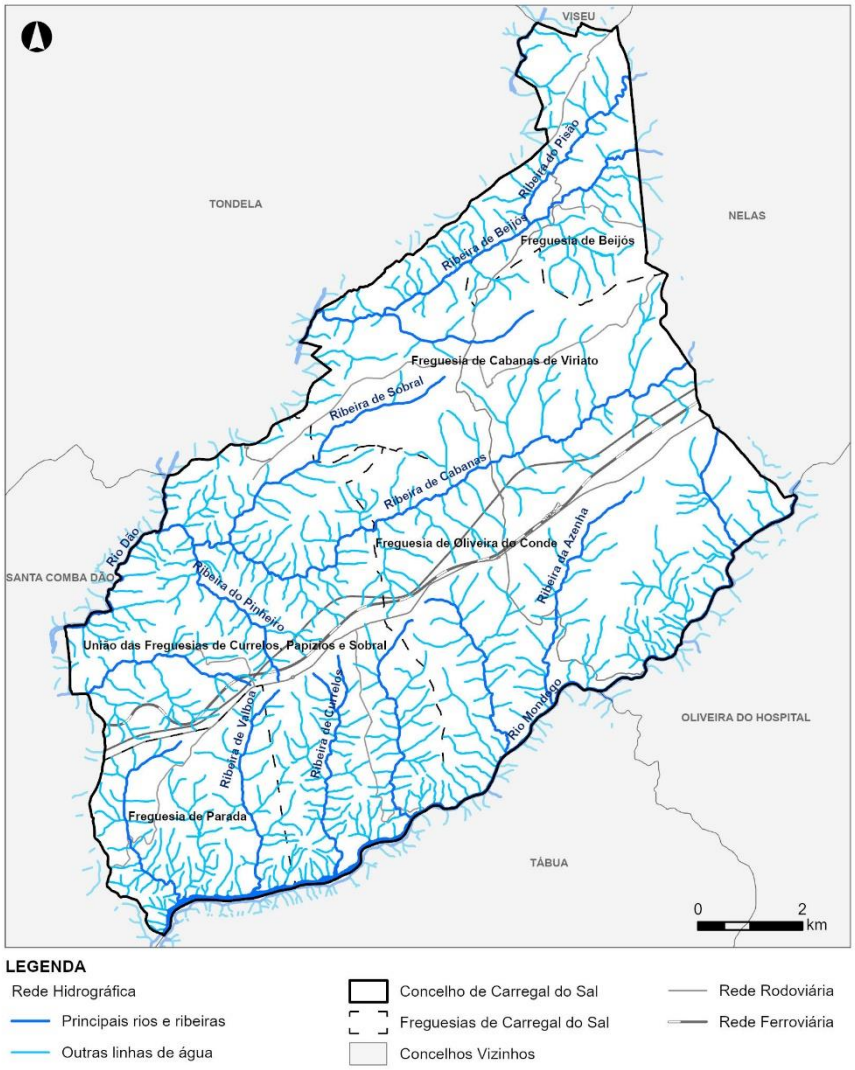


Figura 17. Rede hidrográfica do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

Associada a esta riqueza hídrica, pratica-se uma diversidade de culturas de regadio e, nas encostas, surge o olival e as vinhas associadas à produção de azeite e vinho. Por outro lado, o Concelho apresenta, ao longo das margens, uma diversidade de habitats e ecossistemas que evoluíram com a ocupação destes espaços, existindo ainda vestígios de moinhos e açudes, usados para a retenção de águas, rega e pesca. Há ainda a destacar um conjunto de pequenas praias fluviais, utilizadas informalmente, pois não se encontram classificadas de acordo com a legislação para a prática balnear: no rio Mondego, em Oliveira do Conde, a Praia Fluvial Pé Rodrigo e a Praia Fluvial da Azenha; no rio Dão, em Carregal do Sal, a Praia Fluvial de Papízios (Marcude).

No limite dos concelhos de Penacova e Mortágua, junto do extremo sul do Concelho, localiza-se a Barragem da Aguieira, nos braços dos rios Mondego, Dão e Criz. Encontra-se em funcionamento desde 1981, tem uma capacidade de 423 milhões de m³ e a sua área inundada é de 20.000

hectares. Tem como principais funções a produção e fornecimento de energia hidroelétrica, a irrigação agrícola e o amortecimento de cheias no rio Mondego. Esta última função é significativa, tendo sido concebida para reduzir as pontas de cheia em Coimbra e no leito regularizado do Baixo Mondego. Tem uma potência instalada de 337,2 MW e produz 209,9 GW/ano (dados de 2010).

O Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira (POAA) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2007 e publicado em DR 1.ª série n.º 246, de 21 de dezembro de 2007, incidindo sobre o plano de água e respetiva zona de proteção.

Segundo o Relatório de Caracterização da Região Hidrográfica dos rios Vouga, Mondego e Lis, elaborado em 2016, a Albufeira da Aguieira é uma zona sensível devido às quantidades de fósforo total, estando em elevado risco de eutrofização. Estes compostos têm origem provável em pressões de origem difusas como por exemplo os fertilizantes utilizados na agricultura.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, segundo esse mesmo Relatório, as massas de água superficiais do Concelho associadas ao rio Dão têm uma boa qualidade química, enquanto as massas de água associadas ao rio Mondego têm qualidade química medíocre.

No âmbito dos recursos hídricos superficiais, o concelho é abrangido pelas massas de água superficiais indicadas na seguinte tabela (Tabela 3):

Tabela 3. Massas de água superficiais em Carregal do Sal

Massas de Água	Tipologia	Estado 2º ciclo PGRH
PT04MON05598 – Rio Dão (HMWB – Jusante B. Fagilde)	Rios	Razoável
PT04MON0605 – Ribeira de Beijos	Rios	Bom
PT04MON0609 – Ribeira de Cabanas	Rios	Bom
PT04MON0613 – Rio Dão	Rios	Razoável
PT04MON0618B – Rio Mondego	Rios	Razoável
PT04MON0633 – Albufeira de Agueira	Albufeiras	Medíocre

Tal como referido no âmbito da hidrogeologia, no que diz respeito às águas subterrâneas, o sistema aquífero no Concelho é fundamentalmente recarregado pela precipitação atmosférica e por drenância dos aquíferos freáticos adjacentes, sendo necessário garantir a proteção a estes sistemas pela sua importância pra o abastecimento de água pública. De acordo com o citado Relatório, a massa de água subterrânea do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego encontra-se em bom estado quantitativo e químico.

As captações de água subterrânea existentes no Concelho são concessionadas à Águas do Planalto, que faz a sua extração através de poço de captação, para abastecimento público. Segundo a informação disponível, existem no concelho 4 poços subterrâneos para a captação de água ativos, encontrando-se atualmente descativada a captação superficial (Figura 18).

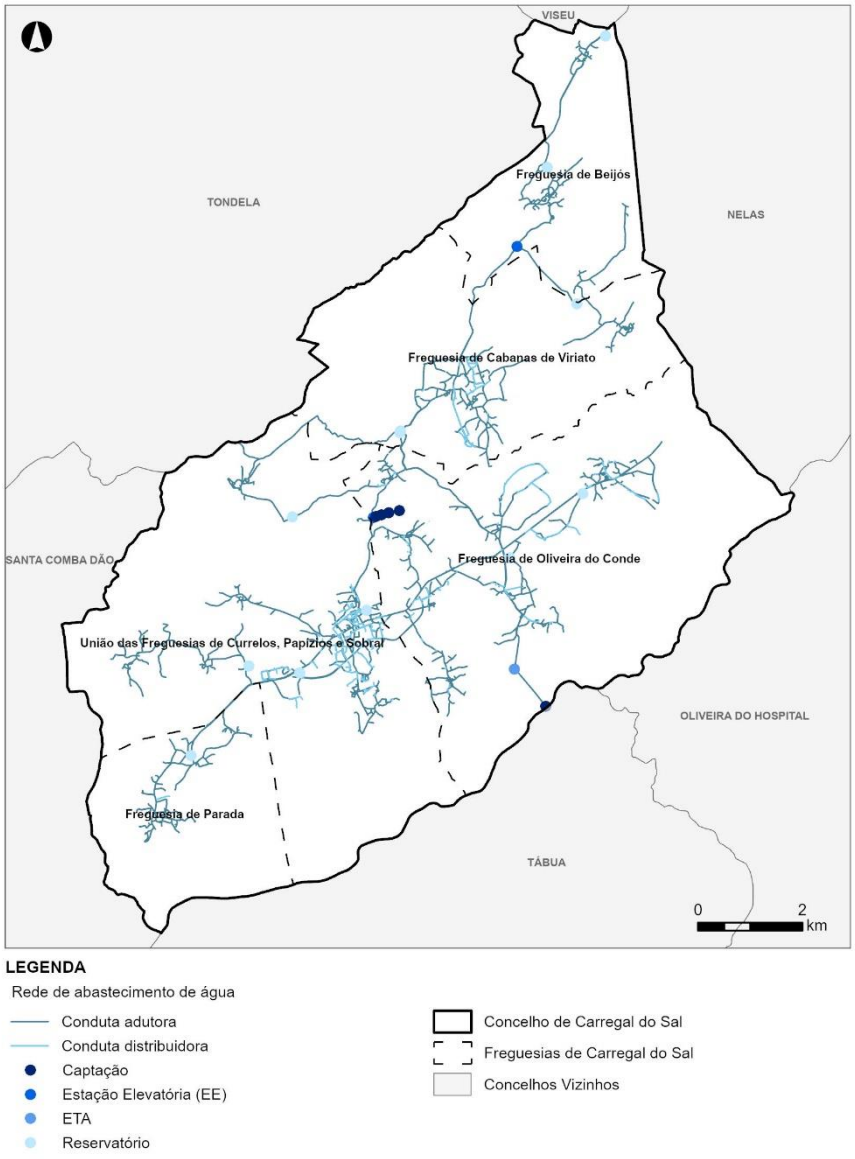


Figura 18. Localização das captações de água subterrânea registadas
Fonte: CMCS, 2019

3.1.1.4. Clima

O clima é um elemento condicionante das componentes bióticas e abióticas presentes no território, influenciando a forma como o indivíduo ocupa e transforma o espaço e a paisagem.

De acordo com o Atlas Climático Ibérico[9], o concelho de Carregal do Sal tem um clima mediterrâneo, do tipo Csb segundo a classificação de Köppen-Geiger, ou seja, temperado com Verão seco e suave.

Os dados históricos da região Viseu-Dão Lafões indicam uma elevada amplitude térmica, com o período de verão quente e o inverno muito frio. Desta forma, a temperatura máxima média de verão varia entre 23º C e 29º C, aumentando em certos fundos de vales para valores superiores a 32º C. No inverno, a temperatura mínima média tem valores próximos de 6º C e nos fundos de vales vai até valores mínimos médios próximos de 1º C (Daveau et al, 1995). No Concelho os ventos são predominantemente do quadrante nascente e poente.

Os dados das Normais Climatológicas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), obtidos entre 1981-2010, permitem analisar com maior atualidade a variação anual da temperatura e da precipitação ao longo do ano. Tendo em conta que não existem dados específicos para o concelho de Carregal do Sal, serão utilizados, por questões de proximidade, os dados relativos à Estação Meteorológica de Viseu.

Em relação à temperatura do ar (Figura 19), o território apresenta as seguintes características:

- A média das temperaturas mínimas nos meses mais frios (dezembro a março) ronda os -6º C;
- A média das temperaturas máximas dos meses mais quentes (julho a setembro) atinge os 40º C;
- Ocorrem frequentes extremos de temperatura do ar, tendo-se registado quer extremos de aumento quer extremos de redução de temperatura.

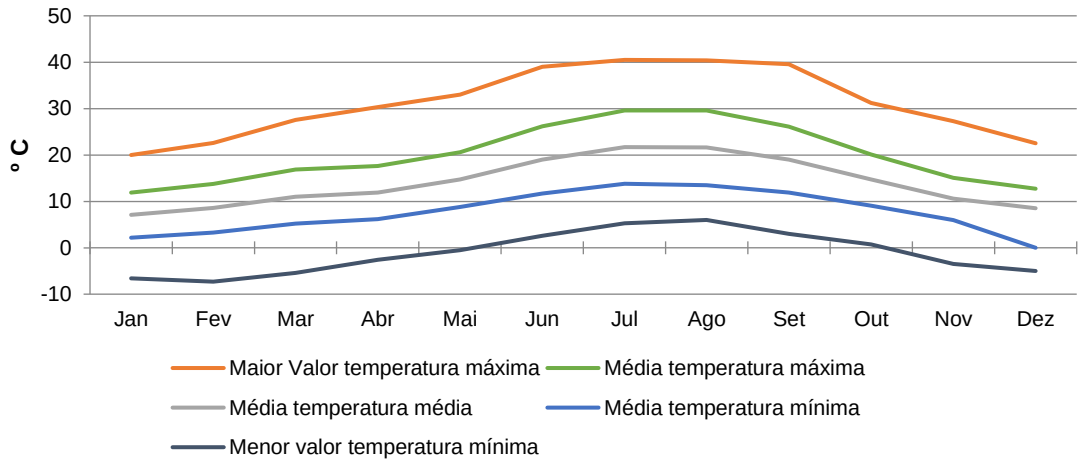


Figura 19. Registo médio da temperatura do ar na estação meteorológica de Viseu (1981-2010)
Fonte: IPMA, 2019

Relativamente à dados da precipitação (Figura 20), constata-se o seguinte:

[9] Elaborado pela Agência Estatal de Meteorologia de Espanha e pelo Instituto de Meteorologia – Portugal. Disponível em http://www.ipma.pt/resources.www/docs_pontuais/ocorrencias/2011/atlas_clima_iberico.pdf

- Os níveis médios mais elevados de precipitação, acima dos 100 mm diários, ocorrem durante os meses de outubro a maio, com exceção de março;
- Os níveis médios mais reduzidos de precipitação, abaixo dos 20 mm diários, ocorrem nos meses de julho e agosto;
- O valor máximo diário, de 98,4 mm, foi registado em dezembro;
- A precipitação total anual é de 1199 mm, coincidente com o valor máximo histórico médio de 1200 mm.

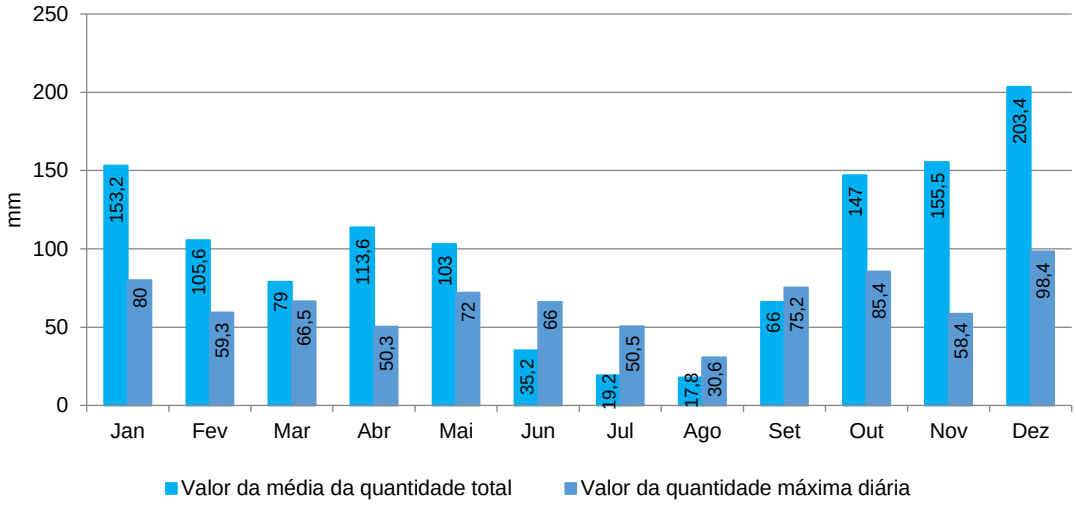


Figura 20. Registo da precipitação média na estação meteorológica de Viseu (1981-2010)
Fonte: IPMA, 2019

Em termos geográficos, e segundo dados da APA (Figura 21), constata-se que a maioria do concelho de Carregal do Sal, apresenta valores médios de 1000 a 1200 mm, registando-se os valores superiores na extremidade norte do concelho (entre 1200 e 1400 mm) e inferiores a sul (entre 800 e 1000 mm).

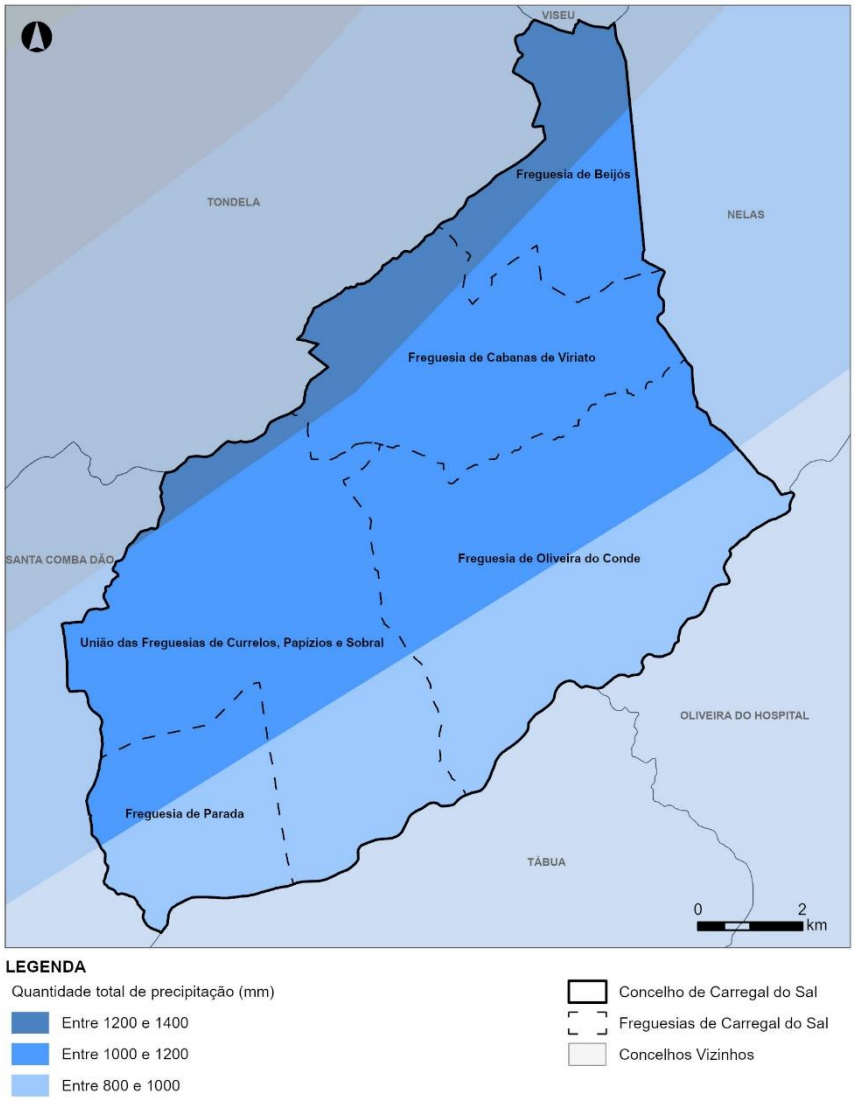


Figura 21. Quantidade total de precipitação no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base no Atlas do Ambiente Digital da Agência Portuguesa do Ambiente (2018)

Relativamente à quantidade de radiação solar, todo o Concelho apresenta valores na ordem dos 140 a 145 kcal/cm^2 (Figura 22).



Figura 22. Quantidade total de radiação global no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base no Atlas do Ambiente Digital da Agência Portuguesa do Ambiente (2018)

Índice de conforto bioclimático

Como já referido, o clima de Carregal do Sal situa-se dentro da classificação Csb, segundo a classificação de Köppen-Geiger, ou seja, clima temperado com verão seco e suave. O Atlas do Ambiente adota uma classificação que considera oito níveis de qualificações entre o Muito Frio e o Muito Quente (Figura 23).

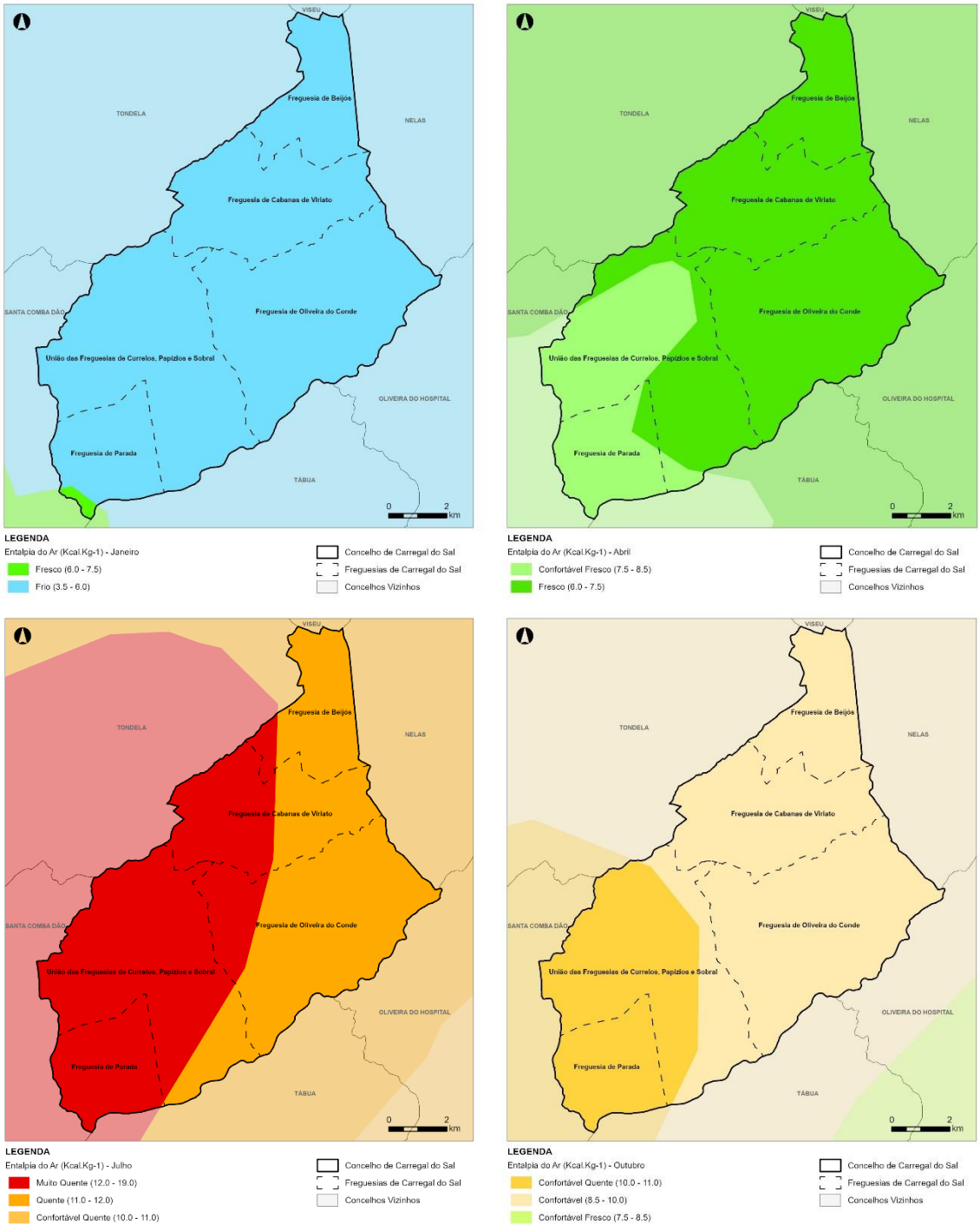


Figura 23. Variação dos valores médios do Índice Bioclimático no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base no Atlas do Ambiente Digital da APA (2018)

O concelho de Carregal do Sal apresenta um índice Frio de conforto bioclimático em janeiro. Já em abril o índice mais representativo é o Fresco, com a parte oeste do Concelho com o índice Confortável (Fresco). Em julho o Concelho encontra-se igualmente dividido em dois índices: a

metade oeste, com um índice Muito Quente, e a metade leste com um índice Quente. Em outubro a maioria do Concelho apresenta um índice Confortável e uma parte oeste tem o índice Confortável (Quente).

De acordo com os dados disponíveis no Portal do Clima (que disponibiliza dados relevantes para o estudo das alterações climáticas), na região Viseu Dão-Lafões, desde a década de 70 do século XX, tem-se verificado um aumento geral da temperatura, com impacte ao nível das temperaturas mínimas, médias e máximas. Já quanto à precipitação média anual acumulada, não é possível concluir quanto à sua variação.

Desta forma, o perfil climático, assim como as tendências climáticas futuras de extremos de temperatura, contribuem e irão reforçar o impacte das alterações climáticas no concelho de Carregal do Sal.

3.1.1.5. Património natural e paisagem

As estruturas naturais e a paisagem de um território, cujas características estão dependentes do meio bioclimático onde se inserem, constituem um importante recurso para o desenvolvimento socioeconómico do território. O seu reconhecimento, proteção e valorização é fundamental para a sustentabilidade dos sistemas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar, manutenção do solo e da água nos ecossistemas e ainda para a construção de paisagens equilibradas. A identificação dos locais com maior potencial ambiental e paisagístico permite orientar o ordenamento do território para uma melhor e mais sustentável utilização destes recursos.

O concelho de Carregal do Sal apresenta uma paisagem diversificada, sendo possível identificar um conjunto de valores naturais com relevância, nomeadamente associados a habitats naturais de grande relevância ecológica, a áreas florestais e à riqueza hídrica (Figura 24).

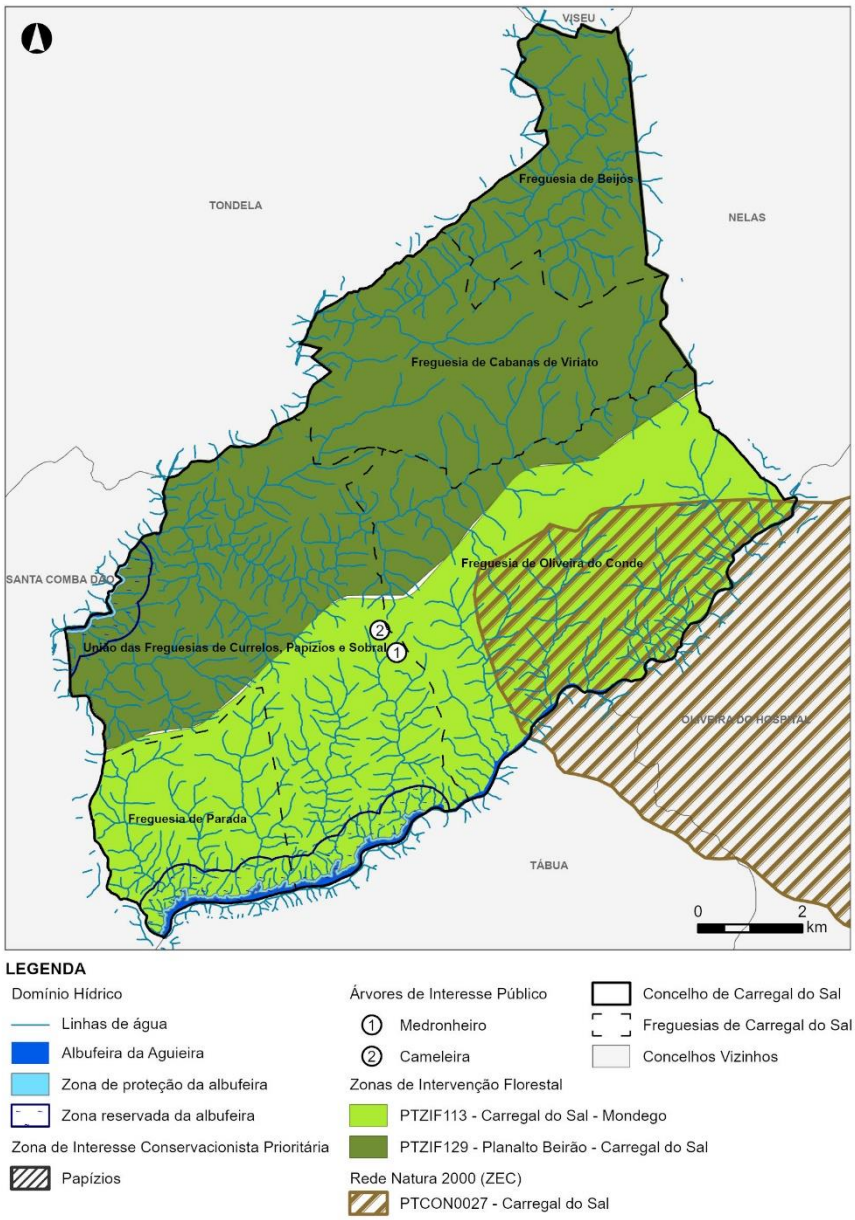


Figura 24. Valores naturais no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

Rede Natura 2000

O território de Carregal do Sal integra a Rede Natura 2000 através do Sítio de Importância Comunitária (SIC) de Carregal do Sal, localizado na parte este do concelho. Este SIC foi criado em 1997 e integra a Lista Nacional de Sítios com o código PTCON0027. Atualmente, através da entrada em vigor do Decreto-Lei 1/2020, de 16 de março alterou a classificação do Sítio de Importância Comunitária (SIC) para Zona Especial de Conservação (ZEC). Ocupa uma área de 9.554 hectares e encontra-se distribuído pelos concelhos de Carregal do Sal, Oliveira do Hospital,

Seia e Tábua. Cerca de 15% da área pertence a Carregal do Sal, abrangendo a freguesia de Oliveira do Conde.

Localiza-se numa área composta por elevações graníticas, onde circulam linhas de água como o rio Mondego, o rio Seia e o rio Cobral. A sua ocupação com mosaico-silvo-pastoril ocorre nos locais com melhores características topográficas e, consequentemente, com melhores solos. Os solos com melhor qualidade, tipicamente nas zonas mais aplanadas, são ocupados com terrenos agrícolas e nas vertentes mais inclinadas ocorrem extensas manchas de pinhais de produção (*Pinus pinaster*).

A relevância ecológica está diretamente relacionada com a presença de quinze habitats naturais e seminaturais, incluindo três considerados prioritários. É possível encontrar aqui, nos ecossistemas ribeirinhos, a salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitânica*), uma espécie endémica da Península Ibérica, muito vulnerável. Os solos mais degradados ou incipientes, assim como os afloramentos graníticos em abundância, são o habitat preferencial da espécie vegetal *Narcissus scaberulus*, um endemismo lusitano cuja ocorrência é exclusiva desta Zona Especial de Conservação.

Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

A floresta constitui um recurso estratégico importante do Concelho, que importa conservar e valorizar economicamente. Com este propósito, as ZIF são espaços contínuos de ocupação maioritariamente florestal que são geridas por um agrupamento de proprietários e produtores florestais. No interior do concelho localizam-se duas ZIF, designadamente:

- Carregal do Sal - Mondego – ZIF n.º 113 - Criada em 2010, tem na totalidade 5.454 hectares e localiza-se na parte sul do Concelho (freguesias de Carregal do Sal, Oliveira do Conde e Parada);
- Planalto Beirão – Carregal do Sal – ZIF n.º 129 – Criada em 2010, tem uma área total de 6.204 hectares e localiza-se na parte norte do Concelho (freguesias de Carregal do Sal, Oliveira do Conde, Cabanas de Viriato e Beijós).

O Município, em parceria com uma das entidades gestoras da ZIF, tem envidado esforços para o aumento da área plantada com pinheiros mansos e carvalhos, tendo promovido um programa florestal denominado “Reflorestar Carregal” dedicado à reflorestação do concelho com estas duas espécies, em especial nas áreas ardidas em outubro de 2017. Existe ainda a intenção de criação de um Centro de Competências nesta área.

No contexto biofísico do PROF do Centro Litoral, aprovado pela Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, Carregal do Sal integra duas sub-regiões homogéneas, as Terras do Dão e o Alto Mondego. A primeira caracteriza-se por ser uma região com elevado potencial lenhoso, aptidão para a silvo-pastorícia e por ter características paisagísticas particulares relacionadas com o vale

do Dão e do Mondego. A sub-região homogénea do Alto Mondego, além do elevado potencial de produção lenhosa, caracteriza-se pelo risco de erosão nas vertentes dos vales dos principais cursos de água e destaca-se pela presença de habitats, de flora e de fauna, com elevado valor de conservação, onde se insere a Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal.

O POAA destaca como local prioritário, em termos de espécies de grande interesse conservacionista, Papízios, devido à presença de uma grande extensão de carvalhal.

Áreas do sistema hídrico

No sistema hídrico de Carregal do Sal, os valores naturais a valorizar e preservar estão relacionados com os biótopos ribeirinhos, presentes nos diversos leitos de cursos de água. O POAA identifica, no concelho de Carregal do Sal, a ribeira da Azenha como uma zona de interesse conservacionista. Graças à sua galeria ripícola bem desenvolvida apresenta condições ótimas para a reprodução de espécies de anfíbios. Destaca-se, com menor valor conservacionista embora relevante, a ribeira de Basto, com uma zona ripícola bem definida e relativamente bem conservada.

Adicionalmente, nos termos da Lei da Água, as seguintes zonas são consideradas como zonas com valores naturais a preservar:

Designação	Diploma
PTA0x2RH4 – Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Mondego	Art.º7 da DQA
Área de influência da zona sensível da Albufeira da Aguieira	Decreto-Lei n.º 198/2008, 8 de outubro
Captações de Cabriz (4 poços)	Portaria n.º 361/2013, de 18 de dezembro
Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal	RCM n.º 142/97, de 28 de agosto.

Árvores de Interesse Público

As árvores singulares que se destacam no conjunto são elementos fundamentais do património natural, seja pela raridade da espécie, pela idade, porte ou significado. Segundo o ICNF, registam-se dois exemplares de árvores com relevância de conservação:

- Medronheiro *Arbutus unedo* L. – DR, 2.ª série, de 27 de agosto de 2003, processo KNJ1/427; localizado junto a um caminho de terra batida, à entrada da Propriedade do Amieiro, em Carregal do Sal;
- Cameleira *Camellia japonica Thumb*. – DR, 2.ª série, de 27 de agosto de 2003, processo KNJ1/428; localizada no pátio interior de uma casa tradicional da região beirã, denominada por Casa do Zagão, em Carregal do Sal.

Paisagem

O território de Carregal do Sal está profundamente relacionado com a sua localização num amplo maciço antigo do Planalto Beirão, denominado por plataforma do Mondego.

De forma a melhor compreender a diversidade do território é fundamental identificar áreas homogéneas, com características paisagísticas específicas. De acordo com o sistema de classificação da Paisagem de Portugal Continental[10], Carregal do Sal enquadra-se numa grande unidade de paisagem: Dão e Médio Mondego (45), que integra uma subunidade:

- Unidade 45 – abrange a quase totalidade do Concelho, correspondendo, no essencial, a planaltos e colinas, com uma matriz de ocupação de base florestal;
- Subunidade 45A – corresponde à extremidade norte do concelho, na freguesia de Beijós, relacionada com o vale do Dão, onde se destaca a vinha, rodeada de povoamentos florestais.

[10] De acordo com a obra “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”.

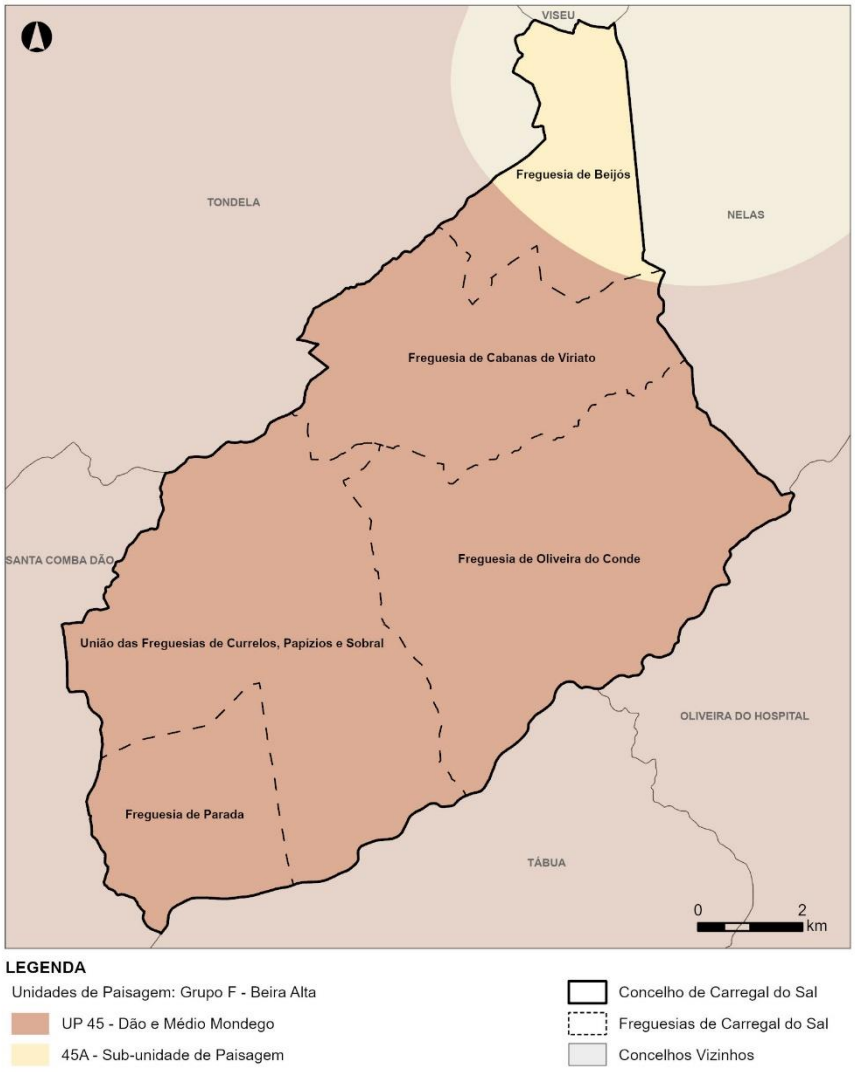


Figura 25. Unidades de paisagem (nível nacional) do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base em "Contributos para a identificação da Paisagem de Portugal Continental, 2001

Em geral, o Concelho caracteriza-se por uma paisagem complexa e heterogénea, cujo padrão integra um planalto, entre os 200 e os 600 metros de altitude, constituído por uma sequência de colinas e rasgado pelos vales do Dão e Mondego. Esta paisagem é também influenciada pela proximidade à serra da Estrela.

O uso do solo relaciona-se com o relevo: as encostas mais declivosas encontram-se cobertas com matas (pinheiro-bravo e eucalipto) e nas zonas planas a ocupação é agrícola.

Na subunidade 45A, no vale do Dão, a paisagem é mais aberta. Este enquadramento, com influências geológicas e climáticas, favorece as condições ideais para a agricultura, em particular a vinicultura, estando integrada na região demarcada do Dão e sub-região de Terras de Senhorim

(juntamente com Nelas). Na parte superior das encostas dominam os matos e matas e na parte inferior estas são ocupadas com vinha e olival.

3.1.2. Exposição do território a perigos naturais e tecnológicos

O resultante do funcionamento dos sistemas naturais e antrópicos cria, de um modo geral, condicionamentos à qualidade do ambiente e à segurança e qualidade de vida das populações. Estes condicionamentos são designados de perigo, ou seja, o processo (ou ação) natural, tecnológico ou misto, suscetível de produzir perdas e danos identificados no território.

É da relação entre perigos e elementos expostos que resulta a "quantificação" do risco. Conhecer os riscos naturais e as vulnerabilidades presentes num dado território é fundamental para o planeamento territorial, de forma a tomar opções que ajudem a mitigar e a adaptar a exposição de pessoas e bens a esses elementos perigosos.

Com o objetivo de reduzir a exposição e vulnerabilidade aos riscos naturais, a análise de risco tem sido aplicada na elaboração dos planos de emergência de proteção civil e, mais recentemente, no Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios. Esta consiste num processo identificativo dos riscos presentes num território e na análise detalhada dos mesmos, com o objetivo de proceder da melhor forma à mitigação da exposição e adaptação da comunidade aos perigos.

No âmbito desta caracterização tem-se em consideração os estudos desenvolvidos a nível nacional, regional e municipal que abordam os níveis de exposição da população e de bens materiais e naturais aos riscos naturais.

O elemento fundamental para a identificação das principais suscetibilidades do território de Carregal do Sal foi o "Guia Metodológico para a produção de cartografia municipal" (PROCIV, 2008) e o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), documento que se encontra em fase de conclusão e que suporta a identificação dos riscos existentes. Neste âmbito, só serão referidos, e com base na informação consultada, os perigos a que o território de Carregal do Sal está exposto.

Ter conhecimento das áreas que são mais suscetíveis aos vários perigos é essencial para a orientação dos processos de ordenamento e de desenvolvimento do território de Carregal do Sal. Importa, assim, sistematizar a informação dos riscos existentes no Concelho (Tabela 4 e Tabela 5).

Tabela 4. Riscos naturais
Fonte: SPI, com base na análise de informação complementar, 2019

Categoria	Designação	Impacte no concelho	Risco
Condições meteorológicas	Ondas de calor	À semelhança do panorama regional e nacional, Carregal do Sal está sujeito ao	Elevado

adversas		fenómeno das ondas de calor, apresentando um impacte de maior magnitude nos vales do rio Dão e do Mondego, onde a amplitude térmica é maior.	
	Secas	Face ao aumento esperado do alargamento e acentuação da severidade das secas, a nível nacional, Carregal do Sal está igualmente exposto a este fenómeno. Neste cenário, prevêem-se problemas de incompatibilização de utilizações na albufeira da Aguieira, com impacte nas atividades de Carregal do Sal.	Moderado
	Nevões e vagas de frio	Os fenómenos meteorológicos como o gelo, a geada, a neve e o granizo, associados a temperaturas anormalmente baixas, têm vindo a intensificar-se na região, com impactes mais significativos nas culturas agrícolas.	Moderado
Hidrologia	Cheias e inundações	O Plano do Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis não identifica Carregal do Sal como zona crítica sujeita à ameaça das inundações. O risco de inundação por cheias associadas ao Mondego e Dão não é significativo, não existindo registos históricos da sua ocorrência. Estão 110 edificações em locais vulneráveis a edificações, afetando as áreas de Beijós, Papízios, Póvoa da Forcada, Carregal do Sal e Oliveira do Conde, Travanca de São Tomé, Alvarelhos e Pinheiro.	Reduzido
Geodinâmica interna	Sismos	O Concelho localiza-se numa zona de sismicidade moderada a baixa.	Moderado
Geodinâmica externa	Movimentos de massa	O território de Carregal do Sal não possui declives muito acentuados. Os fenómenos de movimentos de massa com impactes mais profundos podem ocorrer nos vales dos rios Dão e Mondego.	Reduzido
Outros	Radioatividade natural	Carregal do Sal insere-se na região onde se registam os valores históricos mais elevados de exposição a elementos radioativos naturais a nível nacional.	Elevado

Tabela 5. Riscos mistos
Fonte: SPI, com base na análise de informação complementar, 2019

Categoria	Designação	Impacte no concelho	Risco
Relacionados com a atmosfera e vegetação	Incêndios florestais	As condições climáticas do Concelho, associadas à forte densidade florestal, favorecem a ocorrência de incêndios florestais, sendo o elemento mais perigoso para as pessoas e bens no Concelho. Em especial, verifica-se uma grande vulnerabilidade da área abrangida pela Rede Natura 2000 (SIC Carregal do Sal).	Elevado
Relacionados com o solo	Degradação e contaminação dos solos	Apesar de ser expetável algum nível de contaminação dos solos por pesticidas e fertilizantes, provenientes de práticas agrícolas, o estado químico e ecológico das águas subterrâneas no concelho de Carregal do Sal varia entre o medíocre a bom, no entanto o risco de contaminação é reduzido.	Reduzido

Do conjunto de elementos perigosos identificados no Concelho, e tendo presente o histórico de ocorrências danosas para pessoas e bens, é relevante destacar os incêndios florestais nesta caracterização. Pelas características físicas do Concelho, com tendência a agravar-se num cenário de alterações climáticas, e pela ocupação dos povoamentos florestais existentes, o Concelho apresenta um elevado risco de incêndio florestal.

Verifica-se, ainda, uma correspondência com o risco de incêndio rural, cujas classes de risco alto e muito alto correspondem a 38,8% da área do Concelho, localizando-se nos setores sul e noroeste, em particular o setor sul da freguesia de Parada, os setores sudeste e noroeste da freguesia de Carregal do Sal, o setor sul de Oliveira do Conde e o setor oeste de Cabanas de Viriato (Figura 26).

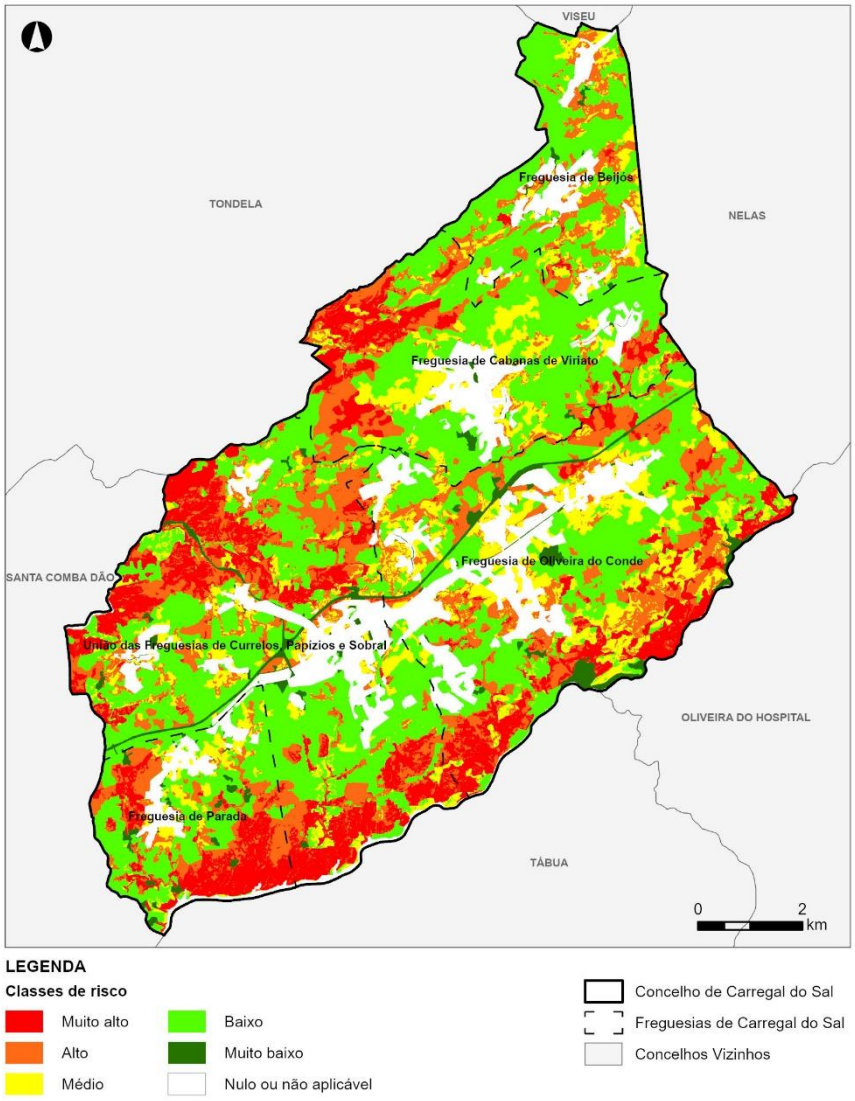


Figura 26. Mapa de risco de incêndio rural de Carregal do Sal
Fonte: PMDFCI 2019-2028

Fazendo um retrato histórico das ocorrências de incêndio florestal, por forma a reforçar a importância do problema no Concelho, e utilizando-se os dados do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), verifica-se no concelho de Carregal do Sal, entre os anos de 2008 e 2017, um total de 222 ocorrências e 7226,7 hectares ardidos (Tabela 6).

Tabela 6. Área ardida (hectares) e número de ignições no concelho de Carregal do Sal por ano

Fonte: PMDFCI 2019 com base no ICNF 2018

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Área ardida	5,6	3,0	158,4	8,9	1706,8	3,5	296,5	6,2	10,7	5027,1
N.º de ignições	14	15	27	29	38	18	19	12	26	24

Os dados históricos (2012-2016) indicam que a freguesia de Oliveira do Conde foi a que registou uma maior média de área ardida por 100 hectares de área florestal (17 hectares), seguida de longe pela freguesia de Carregal do Sal (0,3 hectares). Relativamente ao número de ocorrências neste período, destacam-se as freguesias de Beijós e de Parada, com 0,8 hectares e 0,5 hectares, respetivamente (Tabela 7).

Tabela 7. Área ardida e número de ocorrências em 2017 e média do período 2012-2016
Fonte: PMDFCI 2019-2028, com base no ICNF, 2018

Freguesia	Área Ardida (área ardida em espaço florestal /100 ha)	N.º de Ocorrências (n.º de ocorrências em espaço florestal/100 ha)	Média Área Ardida (média da área ardida em espaço florestal /100 ha)	Média N.º Ocorrências (média do n.º de ocorrências em espaço florestal/100 ha /100 ha)
Beijós	80,6	0,8	0,1	0,4
Cabanas de Viriato	61,1	0,1	0	0,2
Carregal do Sal	68,1	0,3	0,3	0,3
Oliveira do Conde	48,1	0,3	17	0,2
Parada	78,8	0,5	0,2	0,4

No ano de 2017 registou-se o maior incêndio no Concelho desde que há registo, tendo ardido quase 50% da área total do Concelho, num total de 5.559 hectares (segundo dados do ICNF). Para além das perdas de mancha florestal, entre 70 a 80%, registaram-se perdas em habitações e uma vítima mortal[11].

[11] Agência Lusa (17.10.2018), "Incêndio destruiu dez casas e 70 a 80% da floresta de Carregal do Sal"; Relatório da Comissão Independente de Avaliação dos Incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental (2018); PROF do Centro Litoral (2019).

3.2. Ocupação do solo

O estudo e análise às caraterísticas do uso do solo no concelho de Carregal do Sal, nas últimas décadas, é fundamental para obter uma perceção geral das atividades e aproveitamento do território. A existência de diferentes momentos de análise da ocupação do solo permite fazer aferições sobre as transformações ocorridas, identificando as dinâmicas e tendências do uso do solo, o que irá contribuir para o melhor ordenamento do solo no futuro.

O solo, tal como identificado na Lei de Bases e no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, é um recurso natural não renovável e constitui uma componente essencial dos ecossistemas e dos processos naturais, sendo o suporte físico de todos os usos no território. Nesse sentido, as decisões de ocupação e de gestão são determinantes para a conservação e se assegurar a sua capacidade de fornecimento de serviços.

3.2.1. Perspetiva geral do uso e ocupação do solo

A análise do Uso e Ocupação do Solo baseia-se nas versões de 1995, 2007, 2010 e 2015 da Carta de Ocupação do Solo (COS), opção sustentada pela segurança e maturidade das metodologias aplicadas nos tratamentos e levantamentos que lhe servem de base.

A COS produzida e atualizada periodicamente pela Direção Geral do Território (DGT) pretende retratar o uso e a ocupação do solo bem como a sua representatividade num determinado momento temporal. Esta é produzida com base em interpretação visual de imagens aéreas orto retificadas e encontra-se organizada segundo uma hierarquia que representa a ocupação do solo com quarenta e oito classes agrupadas em cinco níveis de detalhe.

Na COS 2015, a DGT decidiu proceder a uma generalização sob a forma de 9 megaclasses, com a intenção de ter um padrão de comparabilidade inter-anual (com os anos anteriores), uma vez que as nomenclaturas de 2007 e 2010 são iguais, mas para os anos 1995 e 2015 diferem entre si, tal como sucede para os anos de 2007 e 2010. Estas megaclasses partilham os conceitos de uso e ocupação do solo (territórios artificializados, agricultura, pastagens, sistemas agroflorestais, florestas, matos, espaços descobertos ou com vegetação esparsa e corpos de água). No decorrer deste capítulo analisa-se o concelho de Carregal do Sal com base nas megaclasses produzidas pela DGT.

Dos resultados obtidos através das análises espaciais elaboradas e conforme documentado na Figura 27, conclui-se que:

- A maioria do território concelhio é ocupado por florestas (62%);
- O somatório das restantes áreas não artificializadas representa 32% do território;
- Os territórios artificializados convivem maioritariamente com áreas agrícolas.

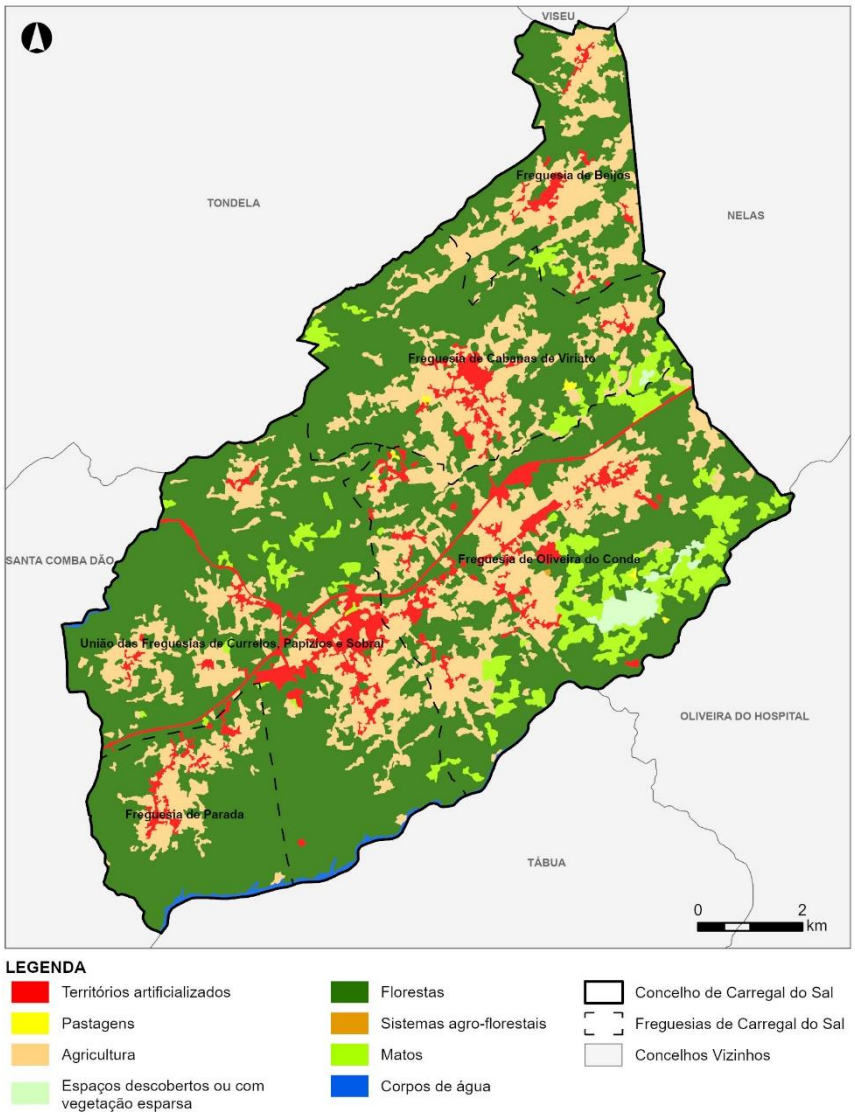


Figura 27. Uso/ocupação do Solo no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base na informação da DGT (COS2015), 2019

A Figura 28 ilustra a representatividade de cada megaclasse no contexto global do concelho, destacando-se o seguinte:

- A megaclasse floresta perfaz uma área total de 7213 ha, dos quais 49% correspondem a florestas de pinheiro bravo (presente em todo o concelho) e 34% a florestas de eucalipto (presentes na zona sul do concelho);

- A agricultura é a segunda classe com maior representatividade no concelho, ocupando 2941 ha (cerca de 25%). Esta está essencialmente associada a sistemas culturais e parcelares complexos (1953 ha) e culturas temporárias (594 ha).
- Os territórios artificializados ocupam aproximadamente 6% da área total do concelho, distribuindo-se de forma dispersa e ao longo da rede viária. Nos territórios artificializados, destacam-se os tecidos urbanos (70%) e a indústria, comércio e equipamentos (13%).
- A megaclasse matos encontra-se na zona este do território e ocupa cerca de 5% do território municipal, associados a áreas naturais em que o coberto arbustivo é superior a 25%.
- As quatro megaclasses com menor representatividade são os corpos de água, os espaços descobertos ou com vegetação esparsa, as pastagens e os sistemas agroflorestais que ocupam, em conjunto, apenas 1,6% do território.

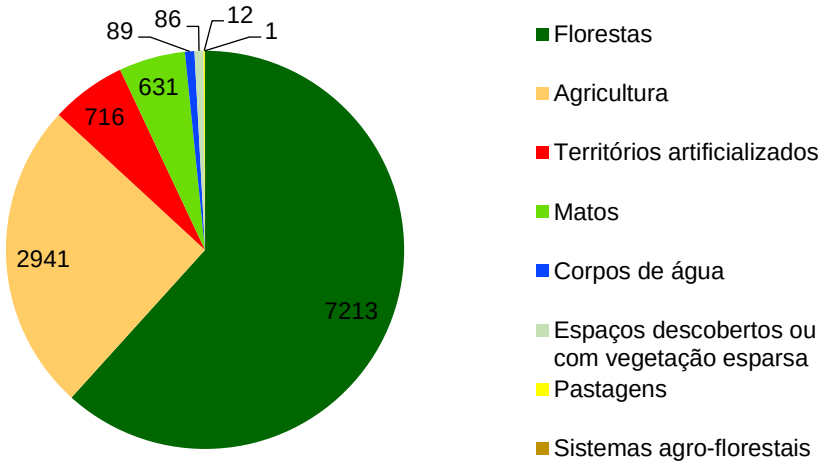
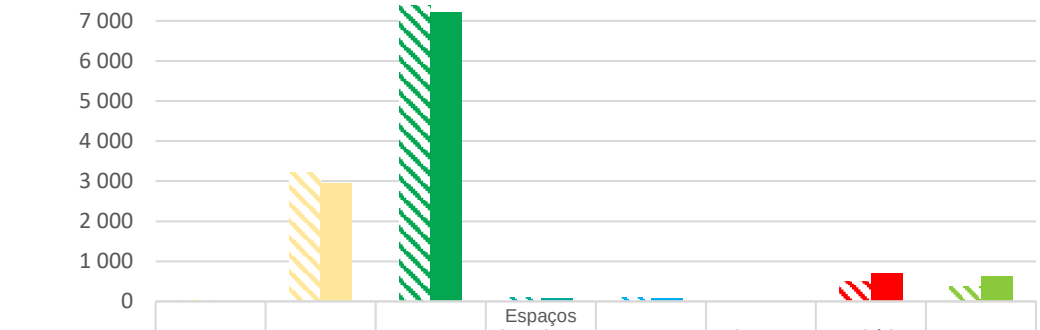


Figura 28. Distribuição das categorias da carta de ocupação do solo (áreas em ha)
Fonte: SPI, com base na informação da DGT (COS2015), 2019

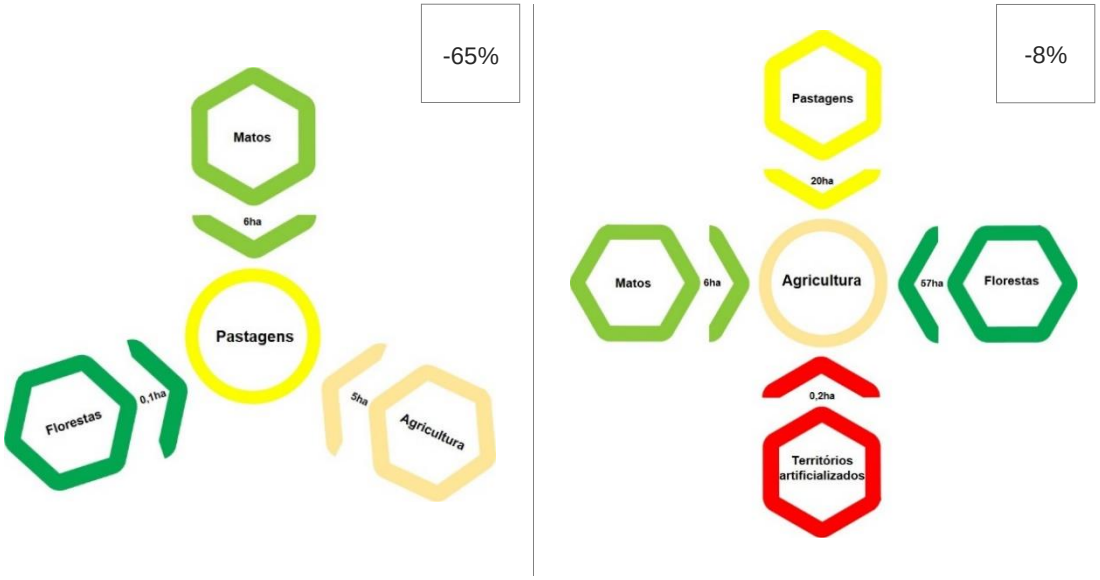
Analisando as dinâmicas do território desde 1995, é possível verificar que, em 20 anos, as pastagens, a agricultura, as florestas e os espaços descobertos foram as classes que perderam dimensão, -65%, -8%, -2% e -2%, respetivamente. É de notar o aumento de 41% nos territórios artificializados, sobretudo devido à expansão dos tecidos urbanos e de 75% nos matos (Figura 29).



	Pastagens	Agricultura	Florestas	Espaços descobertos ou com vegetação esparsa	Corpos de água	Sistemas agro-florestais	Territórios artificializados	Matos
COS 1995 (ha)	34,40	3212,93	7393,66	88,19	90,03	1,19	508,65	360,15
COS 2015 (ha)	12,06	2941,33	7212,51	86,10	89,42	1,19	715,94	630,65

Figura 29.Comparação da ocupação do solo entre 1995 e 2015
Fonte: SPI, com base na informação da DGT, 2019

Os esquemas da Figura 30 elucidam as permutas de área entre as várias megaclasses. Neste caso, evidencia-se a transformação de 357 ha de florestas em matos, alteração com alguma expressividade na freguesia de Cabanas de Viriato, junto ao IC12, e na freguesia de Oliveira do Conde. Este fenómeno pode relacionar-se com a desflorestação, os incêndios e o êxodo rural, que levam ao abandono da floresta, ressalvando-se que estas ocorrências acontecem em parcelas adjacentes a zonas já classificadas anteriormente como matos. Foram também transformados 228 ha de agricultura em florestas. Outra alteração significativa foi a transformação de 117 ha de espaços agrícolas em territórios artificializados, onde se verifica a expansão dos tecidos urbanos, espaços industriais e estradas.



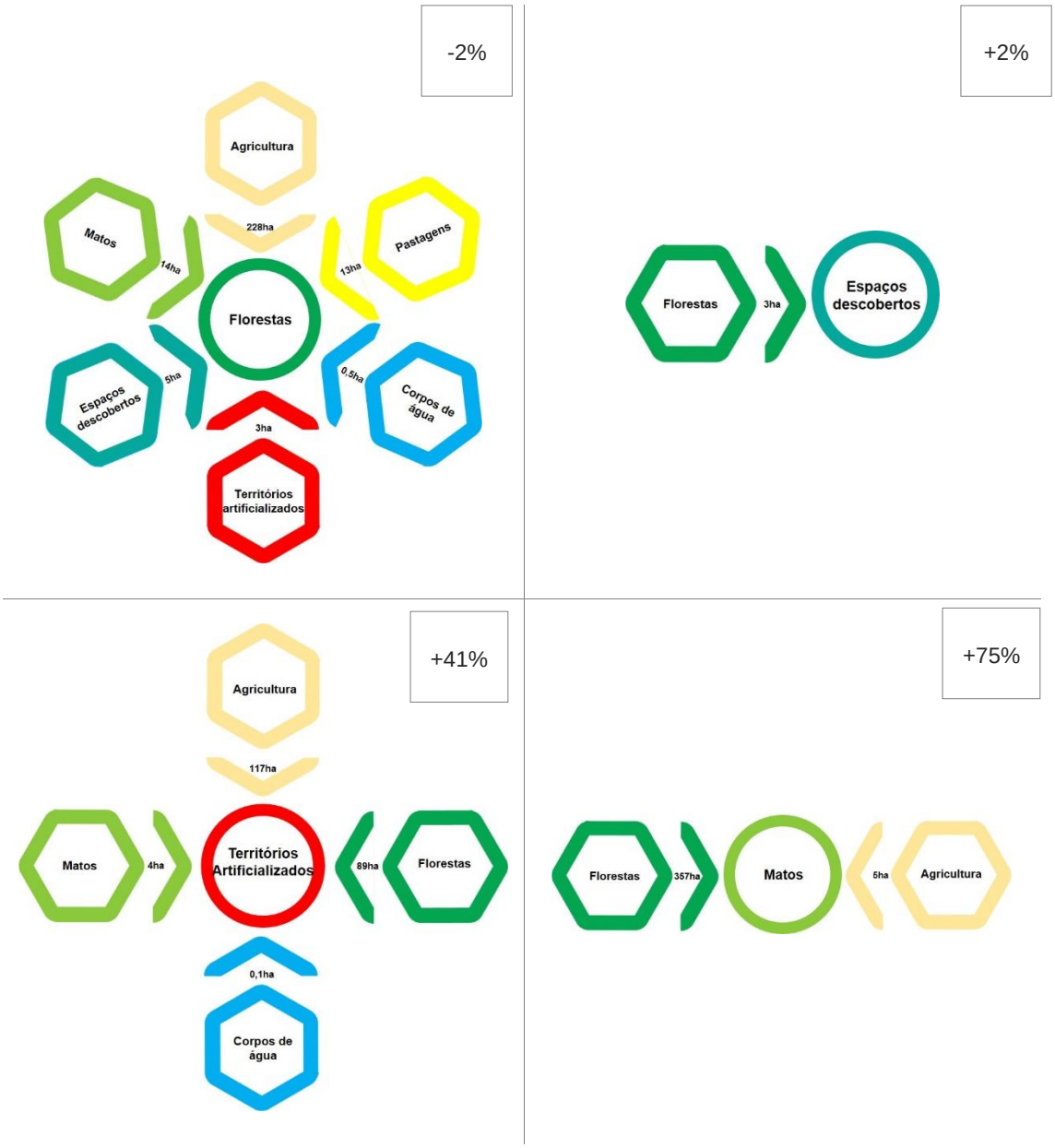


Figura 30.Transformações ocorridas entre megaclasses, entre 1995 e 2015
Fonte: SPI, com base na informação da DGT, 2019

Em conclusão, sintetizam-se as seguintes alterações ocorridas entre 1995 e 2015, no concelho de Carregal do Sal:

Aumento	Diminuição
270 ha de matos; 207 ha de territórios artificializados;	272 ha de agricultura; 181 ha de florestas 22 ha de pastagens; 2 ha de espaços descobertos;

3.2.2. Territórios artificializados

Segundo a DGT, os territórios artificializados são "superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a atividades relacionadas com as sociedades humanas. Esta classe inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer".

Analisando a Figura 31, é percetível que os aglomerados se encontram dispersos pelo concelho e que se foram expandindo ao longo dos anos (em termos globais cresceram de 509 ha para 716 ha), de uma forma mais acentuada entre 1995 e 2007.

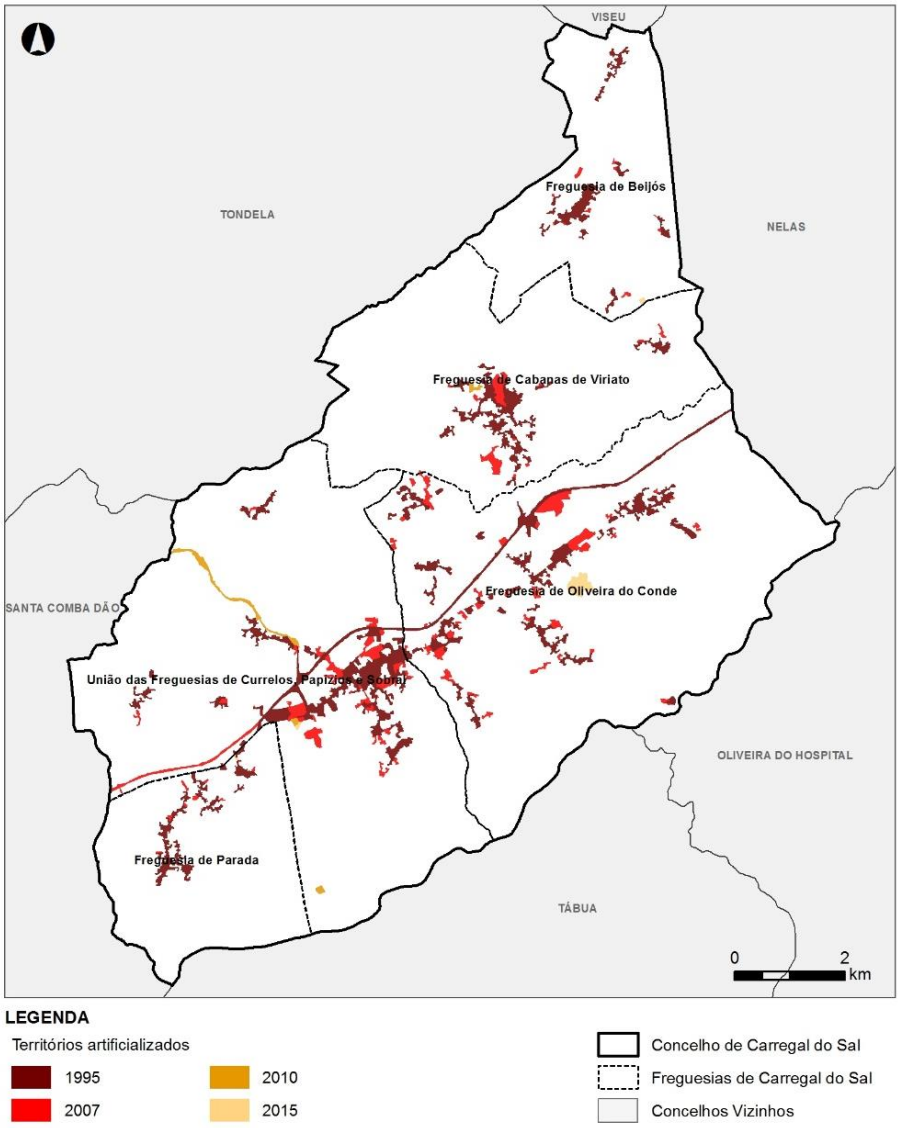


Figura 31.Evolução dos territórios artificializados
Fonte: SPI com base na informação da DGT, 2019

Tomando como exemplo o aglomerado de Parada, podemos ver na Figura 32 que a expansão dos territórios artificializados ocorreu entre 1995 e 2007. Este desenvolveu-se ao longo do eixo viário rodeado por manchas férteis destinadas à prática agrícola.

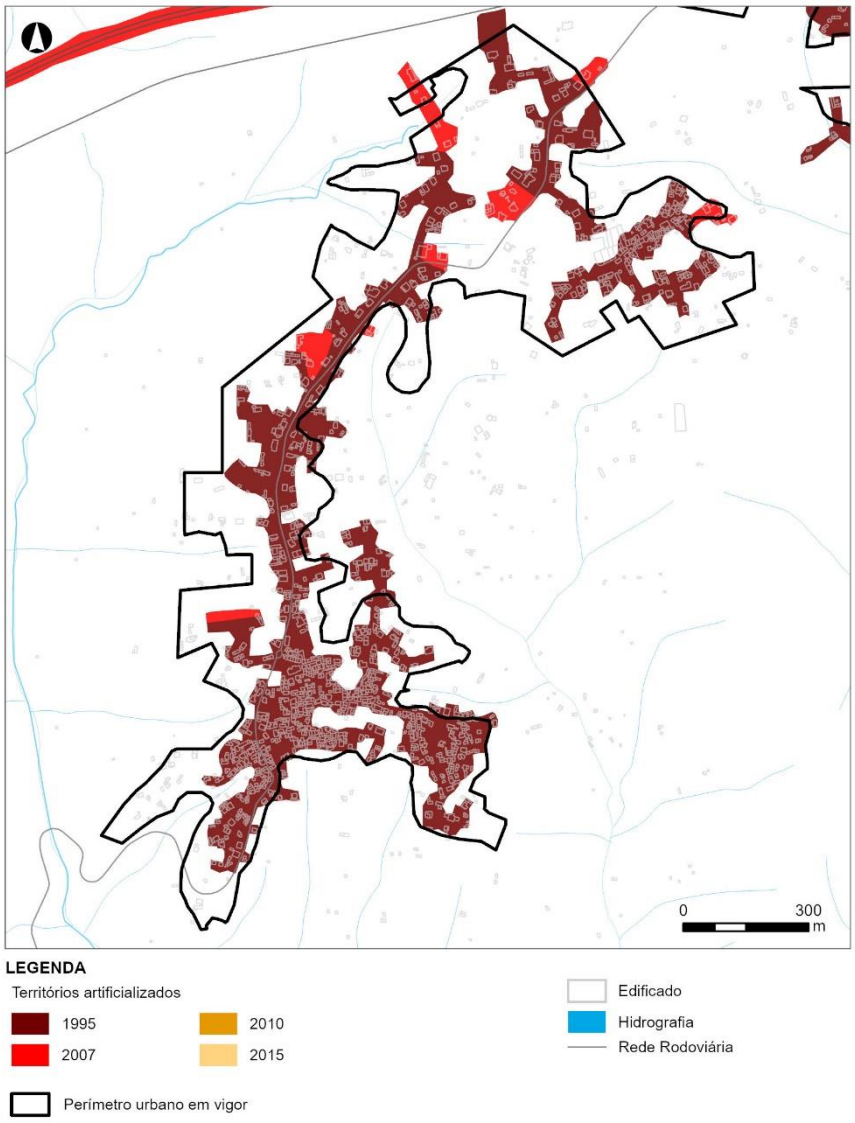


Figura 32.Evolução dos territórios artificializados no aglomerado de Parada
Fonte: SPI com base na informação da DGT, 2018

Por outro lado, a Figura 32 também permite comparar o crescimento urbano efetivo (através da COS) com o crescimento planeado que decorre do perímetro urbano presente no PDMCS em vigor. Neste caso foram contemplados, no perímetro urbano, além das zonas consolidadas, zonas dispersas com alguma edificação e áreas não artificializadas onde se previa a expansão do aglomerado que não chegou a ocorrer. Daqui resultam muitos espaços livres, por colmatar.

3.2.3. Territórios agrícolas, florestais e agroflorestais

No concelho de Carregal do Sal os territórios agrícolas, florestais e agroflorestais têm uma grande expressão, representando em conjunto 93% da sua superfície total (Figura 33). São áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, prados e culturas permanentes, e áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais.

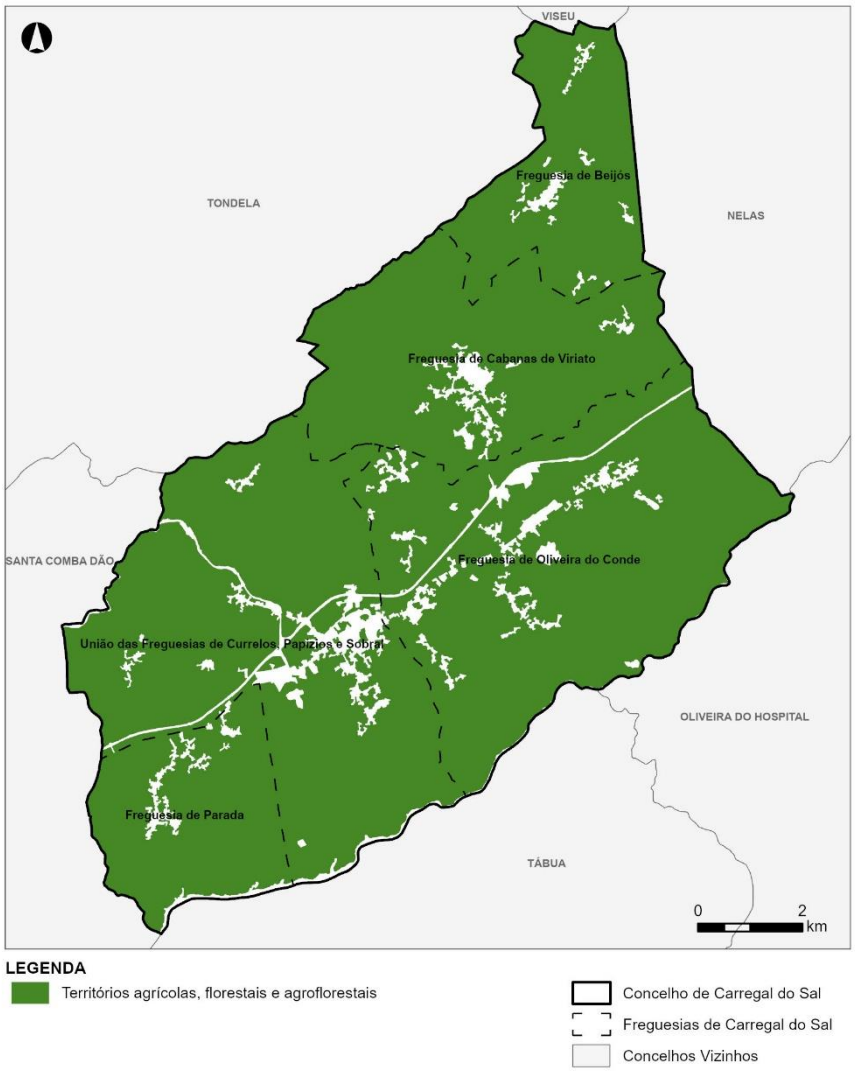


Figura 33. Representação dos territórios agrícolas, florestais e agroflorestais
Fonte: SPI com base na informação da DGT (COS2015), 2018

Segundo o PNPOT, em 2016 existiam em Portugal Continental 235.774 explorações agrícolas que ocupavam cerca de 351.300 ha de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), estando a grande maioria das explorações e do volume de trabalho presente no Norte e no Centro do Continente.

Em Carregal do Sal o sistema agrícola assenta numa agricultura familiar, associada a explorações de reduzida dimensão física e de pequena dimensão económica pouco especializada, caraterizada normalmente pela pluriatividade e plurirrendimento dos agregados familiares do concelho.

No Concelho, a agricultura corresponde a 25% da ocupação do território e está associada maioritariamente a sistemas culturais e parcelares complexos (66%), que correspondem a combinações diversificadas entre culturas temporárias, permanentes e pastagens (Figura 34).

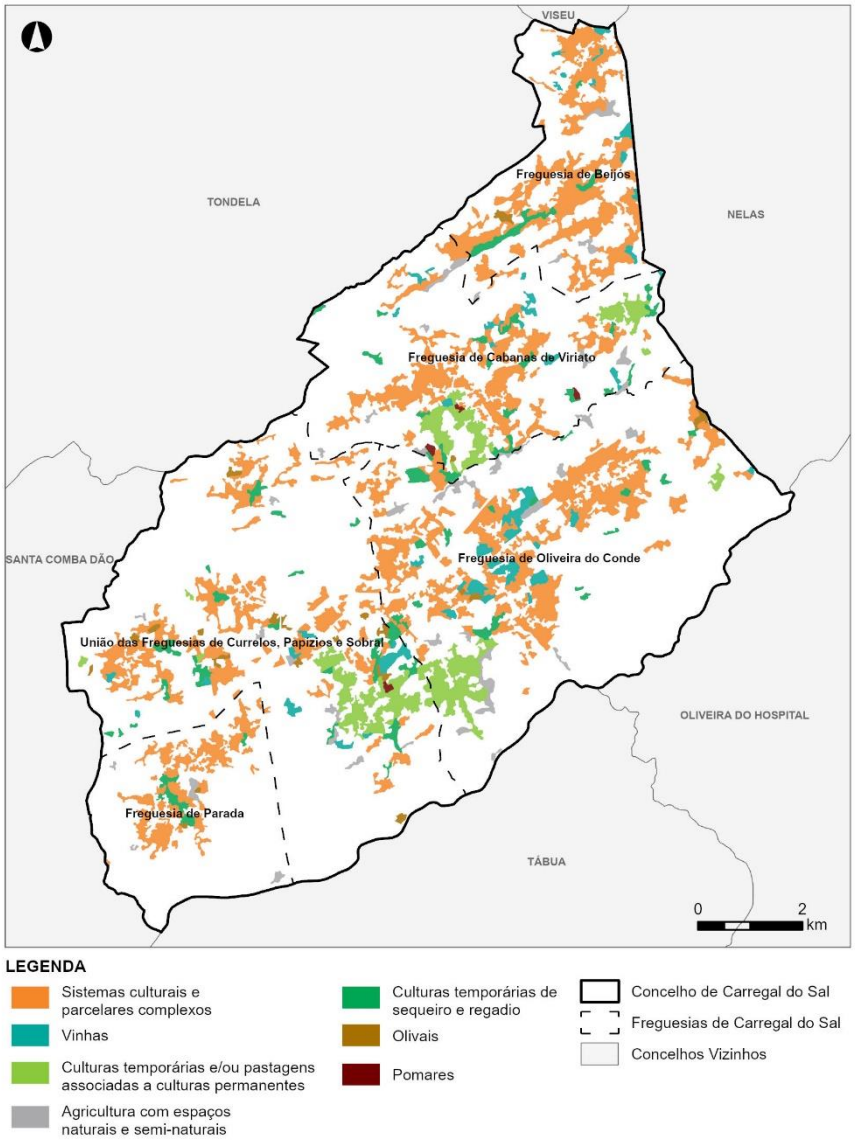


Figura 34. Áreas agrícolas presentes no concelho
Fonte: SPI com base na informação da DGT (COS2015), 2018

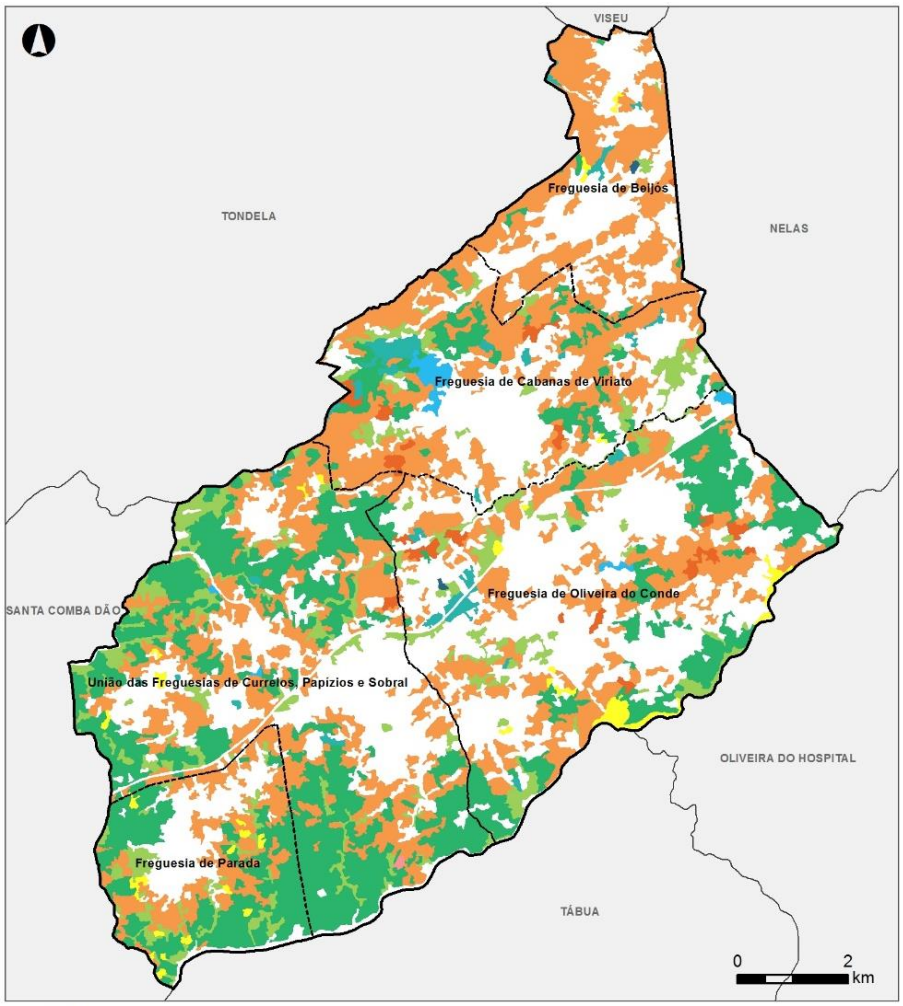
Este tipo de ocupação está muitas vezes situado na proximidade de aglomerados urbanos em resultado da produção agrícola de frutos ou legumes para consumo próprio. As culturas temporárias são a segunda cultura mais representativa, ocupando cerca de 20% das áreas agrícolas, de uma forma dispersa pelo território, mas com maior concentração a sul de Currelos. As vinhas assumem uma expressão também relevante neste território, decorrente da sua tradição vinícola (nomeadamente associada à Região Demarcada do Vinho do Dão), ocupando cerca de 6% da área agrícola.

Segundo o Inventário Florestal Nacional, cerca de 70% do território português é abrangido por florestas, realidade acompanhada também pelo concelho de Carregal do Sal (onde 62% da sua superfície total é ocupada por florestas).

Uma vez que a floresta é um recurso natural renovável, essencial à manutenção de todas as formas de vida, foram estabelecidos mecanismos de proteção, consagrados na Lei de Bases da Política Florestal. Esta Lei tem como objetivo basilar a proteção de espécies florestais devido ao seu valor cultural, económico e à função de suporte de *habitat* no território. Contempla a necessidade de elaboração dos PROF e estabelece as normas específicas de utilização e exploração florestal, com o intuito de garantir a produção sustentada de um conjunto de bens e serviços associados.

O PROF Centro Litoral, plano que se aplica ao concelho de Carregal do Sal, tem como objetivos estratégicos a minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; especialização do território; melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; internacionalização e aumento do valor dos produtos; melhoria geral de eficiência e competitividade do setor e a racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

A espécie florestal dominante em Carregal do Sal é o pinheiro bravo, que representa uma ocupação de 49%, seguido do eucalipto que ocupa 34% do território. As zonas de maior concentração de pinheiro-bravo e eucalipto são denominadas de áreas de produção lenhosa, que como o nome indica têm como função dominante a produção lenhosa, com objetivo primordial o aumento da competitividade por via da silvicultura adequada ao incremento da produtividade. É importante garantir que estas atividades garantam a gestão e o tratamento permanente dos espaços florestais, sem espaços em abandono, como forma de minimizar os efeitos da desertificação e os riscos de incêndio que tanto se fazem sentir nestes territórios.



LEGENDA

- Florestas de pinheiro bravo
- Florestas de outros carvalhos
- Florestas de outras resinosas
- Florestas de eucalipto
- Florestas de pinheiro manso
- Florestas de castanheiro
- Florestas de outras folhosas
- Florestas de espécies invasoras
- Florestas de azinheira
- Concelho de Carregal do Sal
- Freguesias de Carregal do Sal
- Concelhos Vizinhos

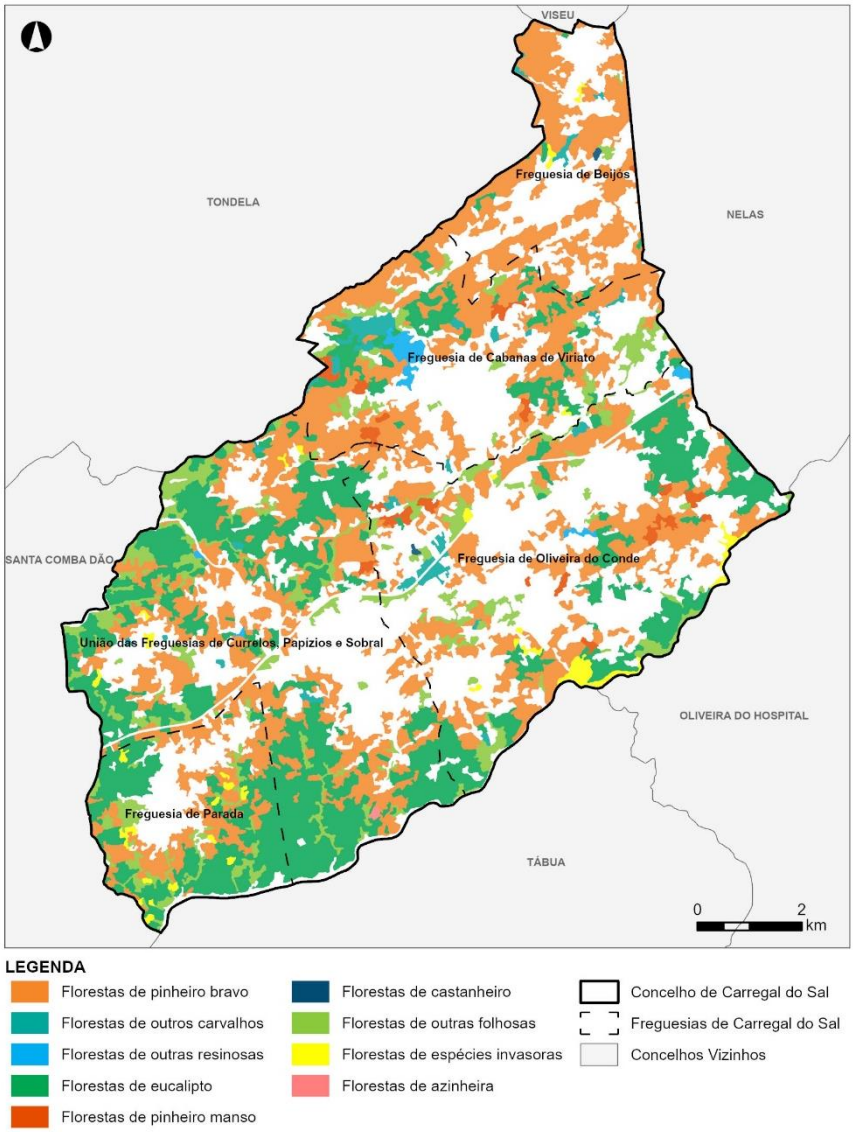


Figura 35. Áreas florestais presentes no concelho
Fonte: SPI, com base na informação da DGT (COS2015), 2018

Analisando as dinâmicas do território entre 1995 e 2015, constata-se que houve um ligeiro aumento dos territórios florestais, na ordem dos 90 ha, contrariamente aos territórios agrícolas, que no concelho tiveram uma perda de cerca de 300 ha. Já os territórios agroflorestais não sofreram qualquer alteração (Figura 36).

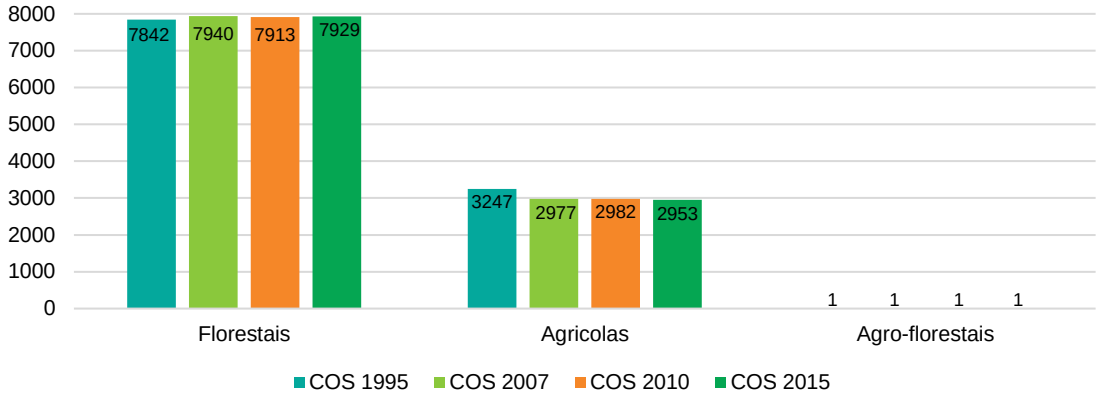


Figura 36. Evolução dos territórios agrícolas, florestais e agroflorestais entre 1995 e 2015
Fonte: SPI, com base na informação da DGT, 2018

3.3. Sistema urbano

O sistema urbano reflete as centralidades funcionais e as dinâmicas de urbanização, traduzindo a ocupação humana e a organização do território. A caracterização do sistema urbano do concelho de Carregal do Sal considera a estrutura do povoamento e a forma da ocupação urbana, bem como as dinâmicas populacionais e o seu impacto na ocupação do território.

O estudo da estrutura de povoamento e dos vários aglomerados releva no atual quadro legal, materializado no RJIGT, que à luz dos novos critérios de classificação do solo deixou de reconhecer a categoria de solo urbanizável. Com este novo enquadramento legal, afigura-se fundamental adaptar e adequar o atual sistema de classificação do solo do PDM em vigor, no sentido de conter a dispersão urbana e promover, em contrapartida, a colmatação e a regeneração urbana.

Enquanto centro urbano complementar, tal como preconizado no PROT-C, a sede de concelho de Carregal do Sal contribui para o reforço da coesão territorial e na articulação com os subsistemas regionais existentes. Deverá assim maximizar as relações entre os espaços urbanos e rurais e criar condições de acesso a equipamentos e serviços de apoio à população.

3.3.1. Povoamento e rede urbana

A análise à estrutura do povoamento do concelho de Carregal do Sal tem como ponto de partida a situação atual, resultante da política de ocupação e transformação do solo estabelecida nos instrumentos de planeamento municipal, particularmente no PDM, através da caracterização dos aglomerados urbanos existentes. Com base neste conhecimento é possível definir e reponderar a hierarquia urbana, considerando as necessidades da população, as orientações estratégicas e o

contexto regulamentar, tendo como referência as tendências de desenvolvimento, os constrangimentos que enfrentam e a relações que exercem intra e interconcelhias.

3.3.1.1. Forma da ocupação urbana

O Concelho de Carregal do Sal apresenta uma ocupação polinucleada e com marcas históricas significativas. Tal como se conhece atualmente, resultou da junção do designado concelho de Currelos com o extinto concelho de Oliveira do Conde, mais as freguesias de Papízios e Sobral de Papízios, que pertenciam ao concelho de Viseu, e a freguesia de Parada, pertencente ao extinto concelho de São João das Areias[12].

A ocupação urbana tem uma relação direta com a morfologia do território e, a exemplo de muitos dos aglomerados em Portugal, com as principais vias estruturantes, rodo e ferroviárias. No Concelho, destacam-se como principais aglomerados, a vila de Carregal do Sal, sede de concelho, que forma com Oliveira do Conde uma espécie de conurbação, estruturada pela EM 234, bem como Cabanas de Viriato, a norte. Estes aglomerados dispõem-se ao longo das linhas de cumeada e ocupam zonas servidas pelo atual IC12 e pela linha ferroviária da Beira Alta. O seu desenvolvimento é marcadamente linear.

Já os restantes aglomerados, com um papel mais complementar, alguns deles sede de freguesia, apresentam características marcadamente rurais. Com uma localização mais dispersa no território, formam lugares que se organizam em torno de um pequeno núcleo tradicional, geralmente mais compacto. Na sua envolvente surge geralmente uma ocupação mais fragmentada, composta exclusivamente por habitações unifamiliares e associada a atividades agrícolas, agropecuárias ou agroflorestais, contribuindo para uma maior dispersão da ocupação edificada (Figura 37).

[12] Marques, Hermínio da Cunha; (1988). Carregal do Sal – 150 anos. Câmara Municipal de Carregal do Sal.

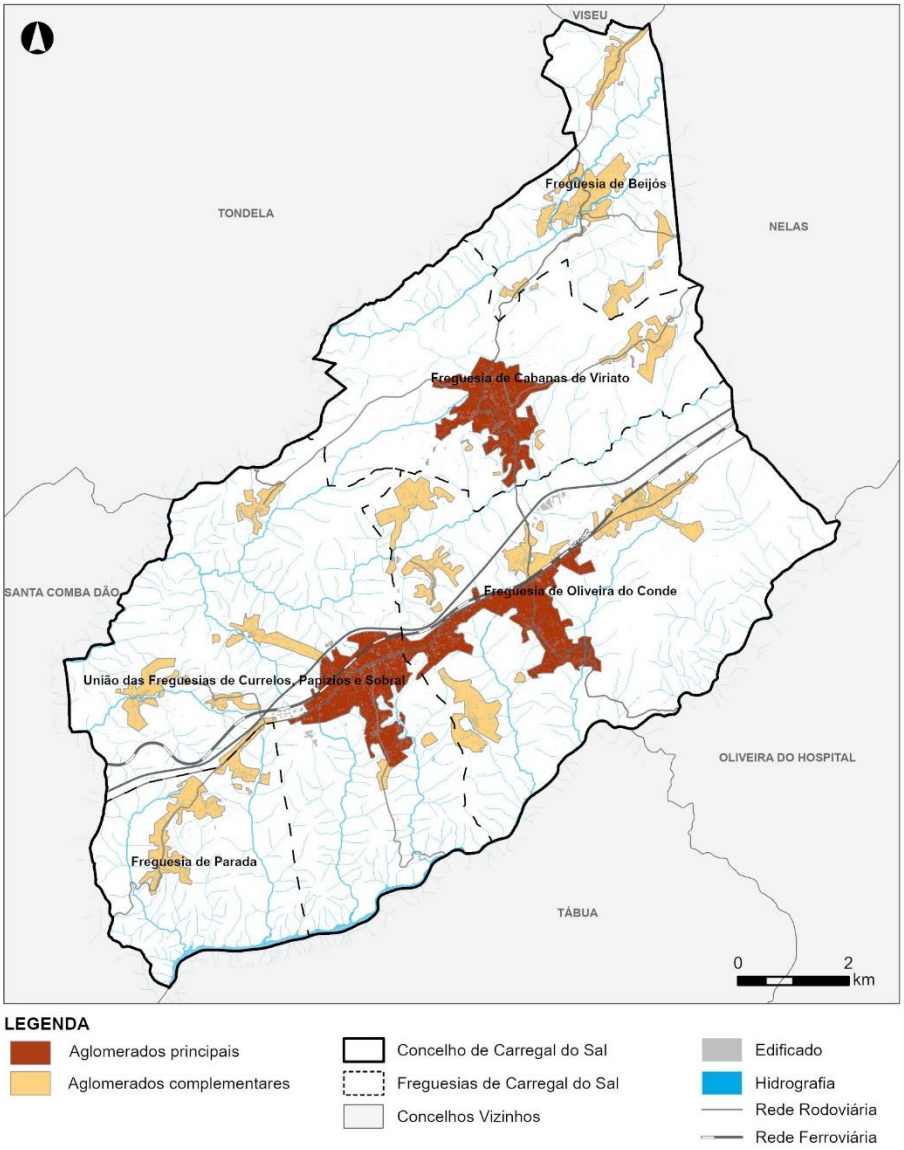


Figura 37. Ocupação urbana no Concelho
Fonte: SPI, com base na informação da DGT, 2019

3.3.1.2. Hierarquia urbana

A identificação da hierarquia urbana existente no Concelho tem por base a definição dos Perímetros Urbanos delimitados no PDM em vigor[13]. Sendo o perímetro urbano constituído por solo qualificado com vocação urbana, no regulamento em vigor identificam-se três categorias de espaço: 1 – espaços urbanos, 2 – espaços urbanizáveis e 3 – espaços industriais.

Os “espaços urbanos” correspondem às áreas de maior densidade de concentração do edificado e com maior nível de infraestruturação, destinando-se predominantemente ao uso habitacional,

[13] Resolução do Concelho de Ministros n 171/2011, de 21 de dezembro de 2001.

podendo integrar outras funções compatíveis com esta função. É estabelecida uma regulamentação diferente para cada um dos aglomerados urbanos, agrupados em três grupos: Carregal do Sal e Cabanas de Viriato; sedes de freguesias; e as restantes localidades.

Os “espaços urbanizáveis” são áreas de projetadas para a expansão urbana, assumindo a capacidade de vir a adquirir as características de espaço urbano, mediante a sua infraestruturação, através da elaboração de planos de pormenor ou operações de loteamento.

Os “espaços industriais” definem-se como um conjunto de espaços existentes ou previstos na planta de ordenamento onde estão instaladas, ou poderão vir a ser instaladas unidades industriais, comerciais ou de serviços, comportando ainda as instalações para atividades de apoio (habitações de vigilantes, escritórios, armazéns, pavilhões de feiras e exposições).

Na Planta de Ordenamento do PDM em vigor identificam-se um total de dezoito aglomerados urbanos (Figura 38):

- Carregal do Sal e Oliveira do Conde;
- Cabanas de Viriato;
- Beijós;
- Parada e Póvoa de Santo Amaro;
- Fiais da Telha;
- Vila Meã;
- Travanca de São Tomé;
- Papízios;
- Laceiras;
- Póvoa das Forcadas;
- Oliveirinha;
- Alvarelhos;
- Pardieiros;
- Sobral;
- Póvoa da Pegada;
- Póvoa de Lisboa;
- Póvoa da Arnosa;
- Deldoreto.

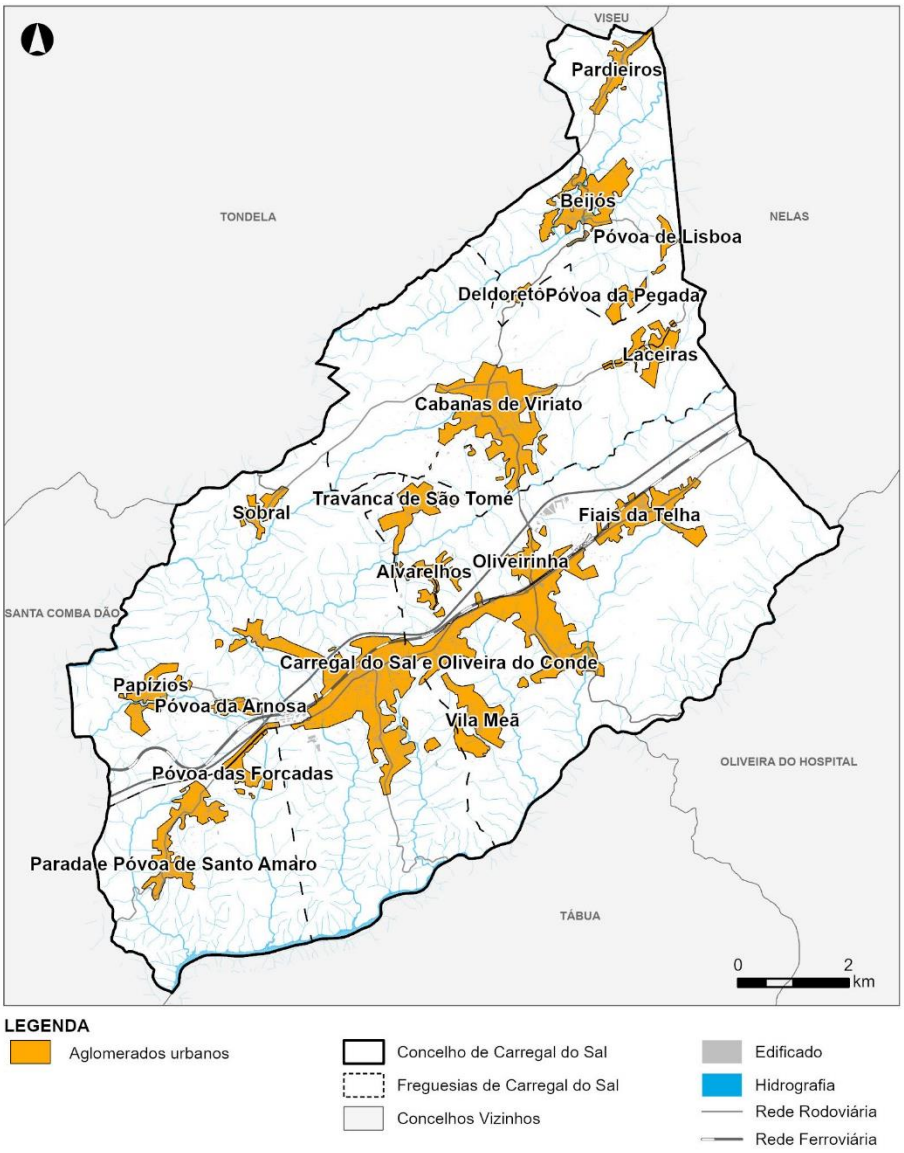


Figura 38. Aglomerados urbanos do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base nos dados da CMCS, 2019

Além destes aglomerados, identificam-se três zonas industriais, localizadas fora dos aglomerados urbanos:

- Zona Industrial/Parque Empresarial de Sampaio;
- Zona Industrial/Parque Empresarial de Gândara;
- Zona Industrial/Parque Empresarial de São Domingos.

Daqui resulta uma hierarquia urbana onde, num primeiro nível, surge a Vila de Carregal do Sal, num segundo nível o aglomerado de Cabanas de Viriato, num terceiro nível as sedes de freguesia

de Oliveira do Conde, Parada, Papízios, Sobral e Beijós e, num quarto nível, as restantes localidades.

3.3.1.3. Dimensão populacional e do parque habitacional

Tendo presente os limites dos aglomerados urbanos do Concelho, é relevante ter uma perspetiva geral da dimensão populacional e do parque habitacional existente. Esta análise permite obter um retrato das duas principais dimensões que compõem estes espaços – população e edifícios.

Os dados relativos à variação da população residente nos aglomerados urbanos do concelho, identificados no PDMCS em vigor, entre os Censos de 2001 e 2011, demonstram que, com exceção de Carregal do Sal e Oliveira do Conde, Póvoa da Arnosa e Deldoreto, a maior parte dos aglomerados existentes perderam população (Tabela 8). O crescimento de Carregal do Sal e Oliveira do Conde deve-se, sobretudo, a fluxos migratórios internos no Concelho.

Tabela 8. População residente nos aglomerados de Carregal do Sal
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação (2001 e 2011)

	População residente (2001)	População residente (2011)	Taxa de variação – 2001 e 2011 (%)
Carregal do Sal - Oliveira do Conde	1.536	3.728	142,71
Cabanas de Viriato	1.455	1.314	-9,69
Beijós	677	491	-27,47
Parada e Póvoa de Santo Amaro	691	668	-3,33
Fiais da Telha	815	788	-3,31
Vila Meã	382	367	-3,93
Travanca de São Tomé	351	301	-14,25
Papízios	308	256	-16,88
Laceiras	213	173	-18,78
Póvoa das Forcadas	202	142	-29,70
Oliveirinha	392	234	-40,31
Alvarelhos	305	256	-16,07
Pardieiros	358	307	-14,25
Sobral	289	270	-6,57
Póvoa da Pegada	79	65	-17,72
Póvoa de Lisboa	76	23	-69,74
Póvoa da Arnosa	117	127	8,55
Deldoreto	15	23	53,33

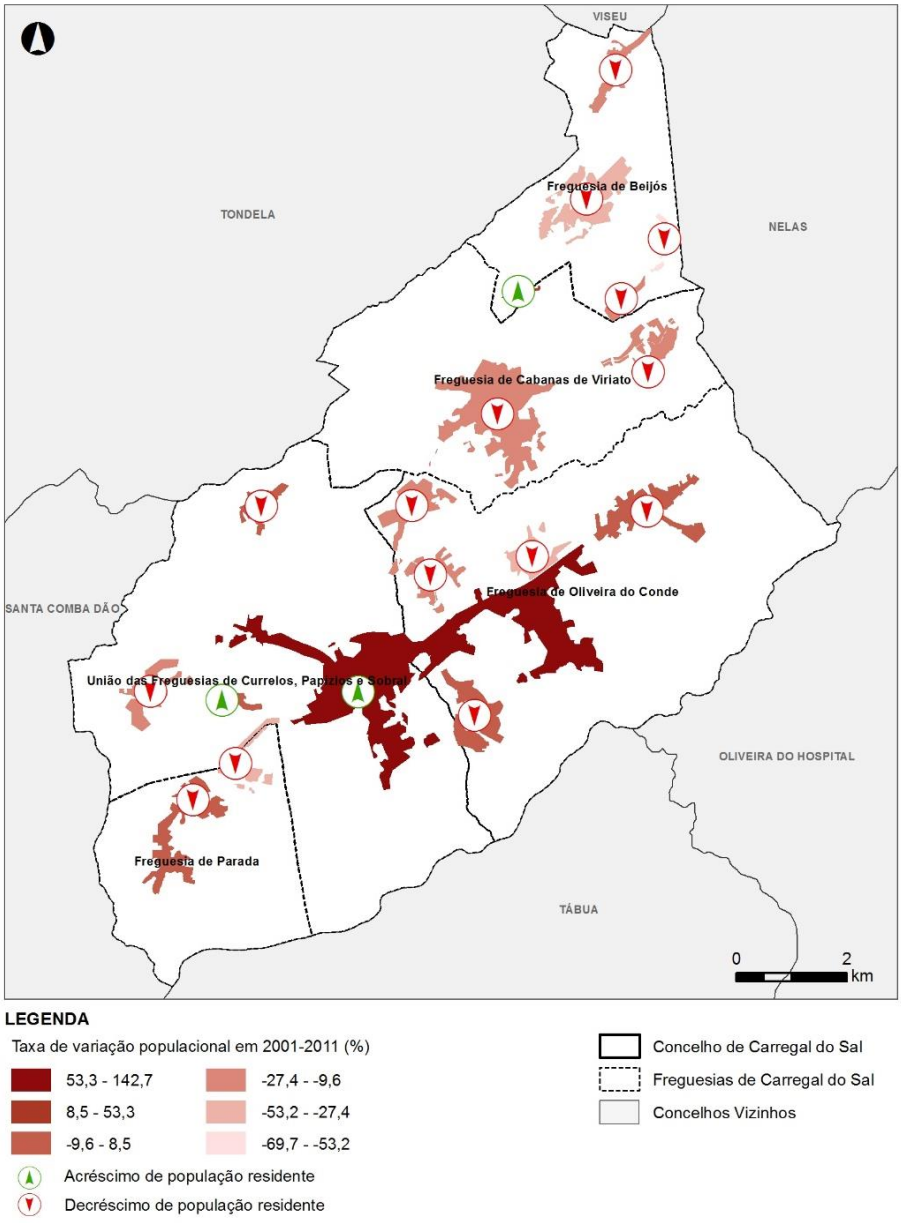


Figura 39. Variação populacional em 2001-2011
Fonte: SPI, com base nos dados da CMCS, 2019

No que diz respeito à evolução do parque edificado existente nos aglomerados urbanos, entre os períodos censitários de 2001 e 2011, regista-se um aumento do número de edifícios clássicos em praticamente todos locais. O aumento mais significativo registou-se no aglomerado composto Carregal do Sal e Oliveira do Conde, onde surgiram numa década mais de 1.000 novos edifícios (Tabela 9).

Tabela 9. Edifícios clássicos nos aglomerados urbanos de Carregal do Sal

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação (2001 e 2011)

	Edifícios clássicos 2001	Edifícios clássicos 2011	Taxa de Variação – 2001 e 2011 (%)
Carregal do Sal - Oliveira do Conde	760	1.859	144,61
Cabanas de Viriato	797	900	12,92
Beijós	376	376	0,00
Parada e Póvoa de Santo Amaro	444	490	10,36
Fiais da Telha	398	464	16,58
Vila Meã	234	283	20,94
Travanca de São Tomé	201	210	4,48
Papízios	175	192	9,71
Laceiras	147	171	16,33
Póvoa das Forcadas	94	89	-5,32
Oliveirinha	221	162	-26,70
Alvarelhos	192	183	-4,69
Pardieiros	188	207	10,11
Sobral	182	174	-4,40
Póvoa da Pegada	73	64	-12,33
Póvoa de Lisboa	32	30	-6,25
Póvoa da Arnosa	68	85	25,00
Deldoreto	3	8	166,67

Foram ainda comparadas as densidades de ocupação (ed./ha) como fator de referência para esta análise, usando as áreas em hectares dos aglomerados urbanos do concelho de Carregal do Sal, definidos no PDMCS em vigor, e o número de edifícios clássicos por lugar constantes nos Censos de 2011.

O resultado dessa análise é espalhado na Figura 40, registando-se uma reduzida densidade de edifícios nos aglomerados (3 edifícios/hectare). Estes valores evidenciam uma estrutura de ocupação urbana caracterizada por um nível elevado de dispersão pelo território e pela reduzida compacidade da malha urbana, muito influenciada pelo sobredimensionamento dos perímetros urbanos.

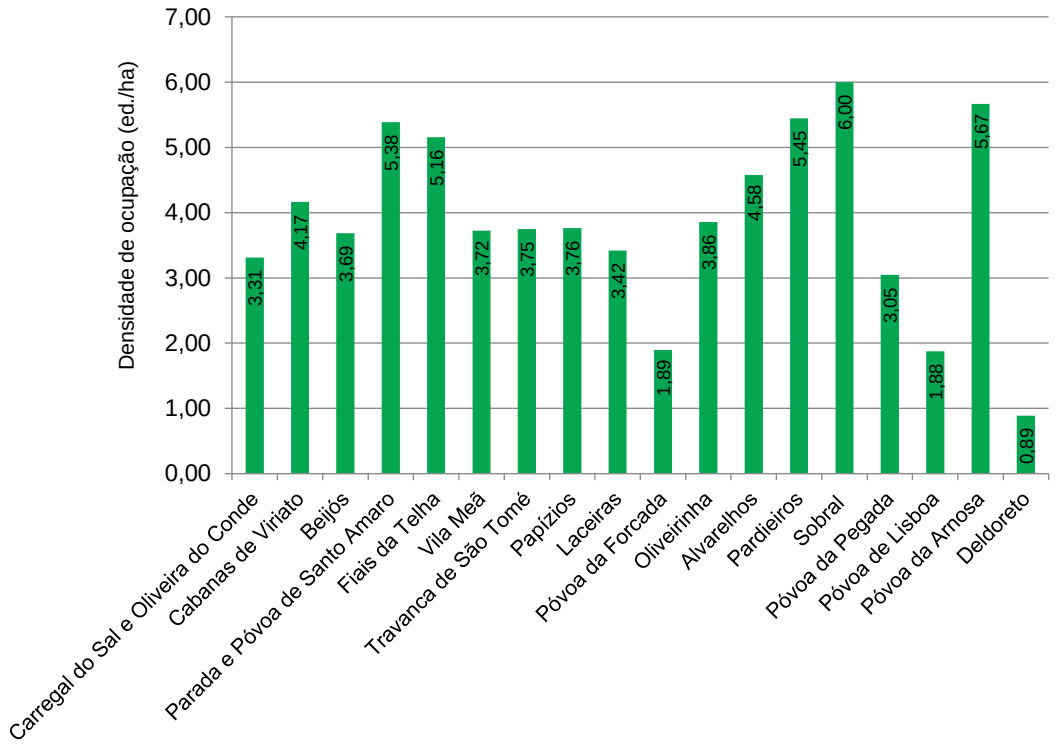


Figura 40. Densidade de ocupação nos aglomerados de Carregal do Sal, 2011
Fonte: SPI, INE – Recenseamento da população e habitação (2001 e 2011)

3.3.1.4. Infraestruturas, equipamentos e serviços

Os aglomerados estruturam-se e dependem das infraestruturas existentes, do acesso a equipamentos e aos serviços por eles proporcionados. Esta relação é fundamental para a caracterização e categorização dos lugares, sendo por isso fundamental sistematizar a informação relativa a estes temas (Tabela 10), desenvolvendo-se posteriormente nos diversos capítulos que constituem o presente documento.

Tabela 10. Presença de rede viária, transportes e infraestruturas nos aglomerados de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

Rede viária e infraestruturas / Aglomerado urbano	Rede viária e de transportes públicos	Rede viária nacional ou regional	Rede ferroviária	Transporte público de passageiros		Rede de abastecimento de água e eletricidade	Rede de saneamento	Rede de gás canalizado	Comunicações móveis
Carregal do Sal-Oliveira do Conde		•	•	•		•	•	•	•
Cabanas de Viriato		•		•		•	•		•
Beijós		•		•		•	•		•
Parada e Póvoa de Santo Amaro				•		•	•		•
Fiais da Telha		•		•		•	•		•
Vila Meã						•	•		
Travanca de São Tomé				•		•	•		•
Papízios			•	•		•	•		
Laceiras				•		•	•		
Póvoa das Forcadas				•		•	•		•
Oliveirinha			•			•	•		•
Alvarelhos				•		•	•		
Pardieiros				•		•	•		
Sobral				•		•	•		
Póvoa da Pegada				•		•	•		
Póvoa de Lisboa						•	•		
Póvoa da Arnosa						•	•		
Deldoreto		•				•			

A análise comprova que existe uma boa cobertura ao nível da rede viária principal, mesmo quando não atravessa os aglomerados, ao contrário dos serviços de transporte publico rodoviário onde se

identificam algumas falhas no serviço. No que diz respeito ao transporte ferroviário, o concelho é servido pela linha da Beira Alta, através de uma estação principal (Carregal do Sal) e de dois apeadeiros (Papízios e Oliveirinha-Cabanas).

Relativamente às infraestruturas urbanas, os dados comprovam que praticamente todos os aglomerados são servidos por redes de abastecimento de água, sistemas de saneamento e eletricidade. A rede de gás canalizado encontra-se instalada apenas numa pequena parte da vila de Carregal do Sal.

Já no que respeita às redes de comunicações móveis (2G, 3G e 4G), verifica-se que existem falhas de cobertura no Concelho (independentemente do operador). Este problema não se coloca na sede de concelho, mas mesmo nos aglomerados que possuem cobertura identificam-se algumas ‘zonas de sombra’. O acesso às telecomunicações é atualmente uma necessidade para a população, sendo uma ferramenta essencial em situações trabalho, lazer e de emergência, pelo que as insuficiências de cobertura devem merecer uma especial atenção.

A localização dos equipamentos coletivos, dependendo das suas funções e da sua cobertura, é feita preferencialmente nas sedes de concelho e de freguesia. Os dados da Tabela 11 demonstram essa realidade, que segue uma lógica de hierarquia dos aglomerados. Assim, os equipamentos administrativos, de justiça e segurança, de saúde, ensino e sociais, concentram-se maioritariamente no aglomerado de Carregal do Sal, Oliveira do Conde e Cabanas de Viriato, realçando, deste modo, o grau de dependência dos restantes aglomerados face a este, principalmente à sede de concelho, a vila de Carregal do Sal.

Tabela 11. Presença de equipamentos coletivos nos aglomerados de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

Tipo de equipamento / Aglomerado urbano	Saúde	Educação	Solidariedade e segurança social	Cultura e Lazer	Desportivos	Administrativos, de justiça e segurança	Religiosos
Carregal do Sal-Oliveira do Conde	●	●	●	●	●	●	●
Cabanas de Viriato	●	●	●	●	●	●	●
Beijós			●	●	●	●	●
Parada e Póvoa de Santo Amaro			●	●	●	●	●
Fiais da Telha				●	●		●
Vila Meã				●			●
Travanca de São Tomé				●	●		●
Papízios					●		●
Laceiras				●	●		●
Póvoa das Forcadas							
Oliveirinha				●			●
Alvarelhos							●
Pardieiros				●	●		●
Sobral				●	●		●
Póvoa da Pegada							●
Póvoa de Lisboa							●
Póvoa da Arnosa							●
Deldoreto							

3.3.2. Caracterização urbanística dos aglomerados

Tendo presente o objetivos associados à revisão do PDMCS, nomeadamente no que diz respeito à revisão dos perímetros urbanos delimitados, importa conhecer com algum detalhe as características urbanísticas dos 18 aglomerados urbanos delimitados no PDMCS em vigor. Em anexo (Anexo II) encontram-se as fichas individuais de caraterização dos perímetros urbanos em vigor.

3.3.2.1. Carregal do Sal – Oliveira do Conde

O perímetro urbano de Carregal do Sal e Oliveira do Conde (Figura 41), aglomeração com maior expressão no Concelho, é constituído pela vila de Carregal do Sal, sede de freguesia e principal centro administrativo do concelho, por Oliveira do Conde, sede de freguesia, e os lugares de Pinheiro, Currelos e Azenha. Segundo os Censos, em 2011 este perímetro urbano integrava 1.859 edifícios clássicos e nele residiam 3.728 indivíduos.

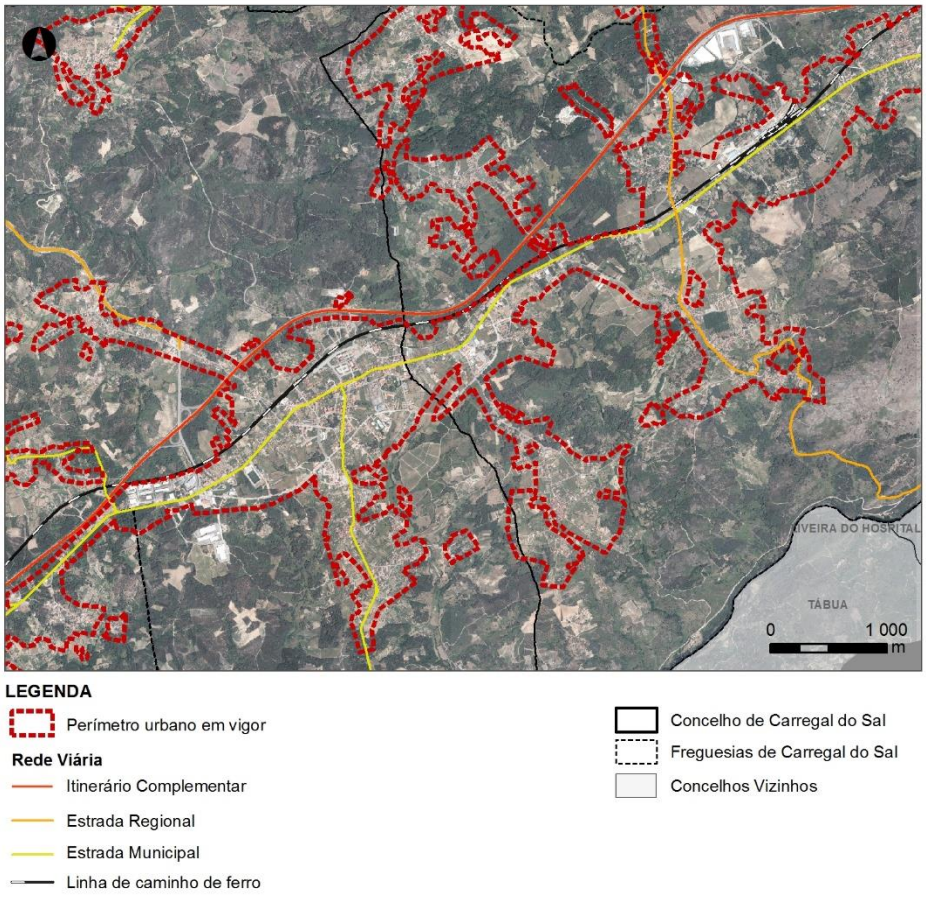


Figura 41. Perímetro Urbano de Carregal do Sal e Oliveira do Conde
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

Esta ocupação, que se estende ao longo da linha de cumeada que separa as bacias dos rios Mondego e Dão, estrutura-se de forma linear ao longo da EM 234, assim como da linha ferroviária da Beira Alta, vias que desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento deste território.

A origem provável do aglomerado de Carregal do Sal é apontada para a envolvente à rua da Fonte, rua Rodela e rua Salinas, sendo que atualmente pouco resta da configuração original. O aglomerado apresenta uma malha irregular, que se foi desenvolvendo em função da abertura de vias, sendo que em alguns locais fomenta o crescimento linear, ligando-se à localidade de Oliveira do Conde. A construção da variante a sul e a aprovação do PU de Carregal do Sal, procuram incutir um melhor ordenamento urbano, através de traçados reguladores da malha urbana.

A localidade de Oliveira do Conde, que foi concelho até 1836 e que era constituído pelas atuais freguesias de Oliveira do Conde, Cabanas de Viriato e Beijós, atualmente constitui uma freguesia com a mesma designação. Juntamente com a vila de Carregal do Sal formam um contínuo urbano de cerca de 4km, partilhando entre si algumas das principais funções existentes no território.

Em Oliveira do Conde localizam-se solares co valor patrimonial, destacam-se também o pelourinho, marco da relevância administrativa do passado, e a Igreja Matriz, onde se encontra o túmulo de Fernão Gomes de Góis. Em termos urbanísticos, o núcleo tradicional apresenta uma malha irregular, estruturada em função dos caminhos estabelecidos no território, com uma ocupação bastante consolidada. Na envolvente do núcleo tradicional destaca-se a presença de grandes quintas e de uma ocupação dispersa resultante da ocupação de parcelas de menor dimensão.

Elementos importantes para a estruturação da malha e para as dinâmicas urbanas destes aglomerados são os diversos equipamentos e espaços de lazer existentes. Destacam-se, deste conjunto, o Jardim da Câmara Municipal e o Parque Alzira Cláudio, principal espaço de lazer deste território, o edifício da Câmara Municipal, o Centro Cultural, a Biblioteca, o Estádio Municipal, o Pavilhão Desportivo, as Piscinas Municipais e a Escola Secundária de Carregal do Sal. Junto ao limite oeste do perímetro urbano, localizam-se as zonas industriais de São Domingos e de Gândara.

O lugar de Pinheiro, que integra o perímetro urbano de Carregal do Sal, localiza-se a norte da linha de caminho de ferro e do IC12, elementos que geram uma barreira ao contínuo urbano. Este aglomerado é exemplo dos fenómenos de dispersão urbana que foram ocorrendo no Concelho, estruturando-se em torno da Estrada de Carregal do Sal, principal eixo de ligação ao centro da Vila, sendo constituído exclusivamente por moradias unifamiliares. Este tipo de aglomerado é funcionalmente dependente do centro administrativo de Carregal do Sal, com o qual exerce as principais relações diárias ao nível do comércio e serviços.

O lugar de Currelos, situado a cerca de 3 km a sul do centro da Vila, foi até 1836 sede de concelho. É marcadamente rural, destacando-se a fertilidade dos seus solos, o que poderá ter estado na origem desta povoação. A estrutura linear de ocupação é feita em torno da Estrada de Currelos/EM 635, sendo constituída por edifícios maioritariamente unifamiliares aos quais se associam pequenos logradouros ou terrenos agrícolas, aspeto que reforça o seu carácter rural.

A localidade de Azenha, localizada na freguesia de Oliveira do Conde, que dista aproximadamente 5 km da Vila, configura um pequeno aglomerado, com características marcadamente rurais, que surge na envolvente a Oliveira do Conde. É um dos vários casos de ocupação dispersa que surgem no território, tendo uma vocação puramente habitacional, função à qual se associa alguma atividade de agricultura de subsistência.

3.3.2.2. Cabanas de Viriato

O perímetro urbano de Cabanas de Viriato, com uma superfície de 344 ha (Figura 42), localiza-se na freguesia com o mesmo nome e corresponde ao principal núcleo urbano de toda a freguesia. Segundo dados do INE, em 2011 englobava um total de cerca de 900 edifícios clássicos, onde residiam cerca de 1.314 habitantes.

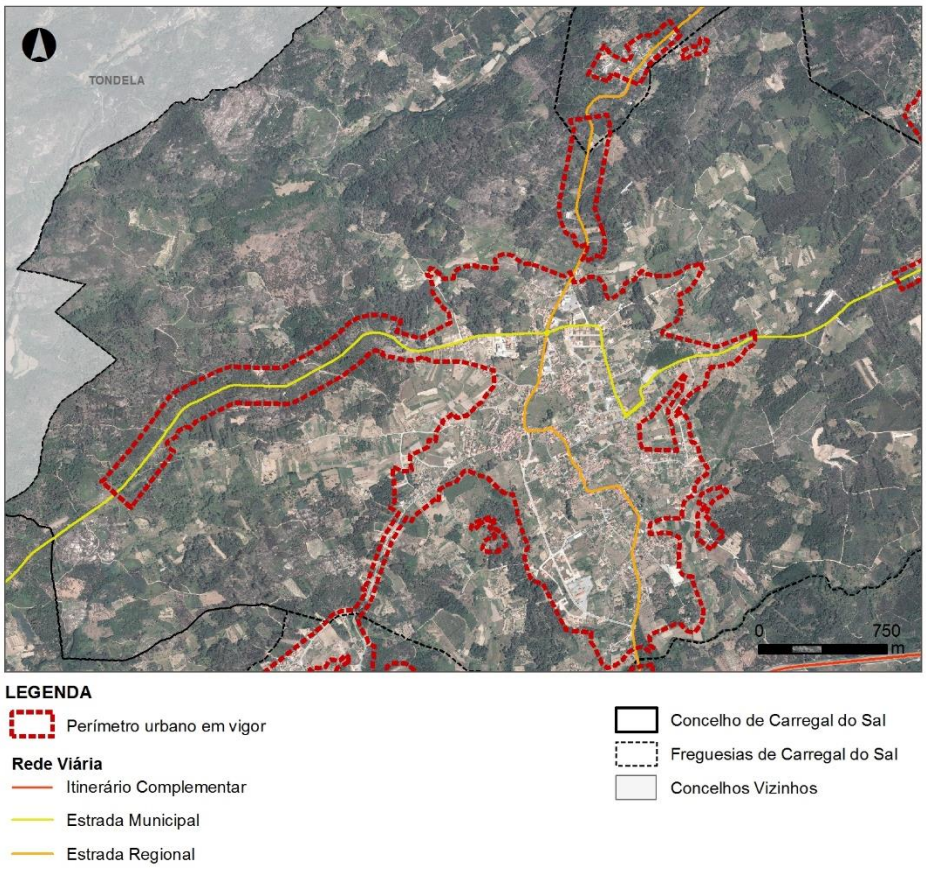


Figura 42. Perímetro Urbano de Cabanas de Viriato

Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor, 2019

O aglomerado de Cabanas de Viriato fez parte do antigo concelho de Oliveira do Conde até 1836, data em que ocorreu a sua extinção e se formou o atual concelho de Carregal do Sal. O perímetro urbano, com uma delimitação extensiva, induziu a dispersão da ocupação, segundo um modelo em que a habitação unifamiliar convive com pequenas explorações agrícolas. O território associado a Cabanas de Viriato é composto por um conjunto de pequenos núcleos dispersos, gerando grandes áreas de colmatação no interior do perímetro urbano, sendo uma área de baixa densidade habitacional.

Exceção a esta característica, mais presente nas franjas do perímetro existente, é o núcleo histórico e central. Constituído pela rua do Viriato, elemento marcante deste local, o núcleo apresenta uma malha irregular, formada por uma rede intrincada de ruas geralmente estreitas, marginadas por frentes edificadas contínuas, com alguns focos de degradação.

Na zona norte do perímetro, na envolvente ao quartel dos Bombeiro Voluntários de Cabanas de Viriato, localiza-se uma urbanização, delimitada pela avenida Cristo Rei e pela rua Toiceiras, que, pese embora a sua infraestruturação, apresenta atualmente uma ocupação ainda reduzida. Perto desse local encontra-se um afloramento granítico, ocupado de forma informal por um conjunto de pequenas construções (palheiros).

3.3.2.3. Beijós

O perímetro urbano de Beijós, com uma superfície de 118 ha (Figura 43), é sede de freguesia no concelho de Carregal do Sal. De acordo com os Censos de 2011, integrava, nesta data, 376 edifícios clássicos e contava com 491 habitantes. É um território com uma matriz agrícola forte, beneficiando da qualidade dos solos nas margens das ribeiras de Travassos (noroeste) e do Pisão (sudeste). A EM 337, juntamente com estas duas linhas de água, têm um papel relevante na ocupação neste aglomerado.

O aglomerado principal estrutura-se em torno das ruas Abade Pais Pinto, que atravessa o aglomerado no sentido sul-norte, a rua Miguel Bombarda, no sentido este-oeste e a rua Afonso Costa, a sudeste. Para além destes eixos estruturantes, o aglomerado desenvolve-se também de forma orgânica ao longo da encosta, desde a cota mais baixa, junto ao Poço da Relva, até à rua Defensores da Pátria e ao Bairro do Castelo, na cota mais alta.

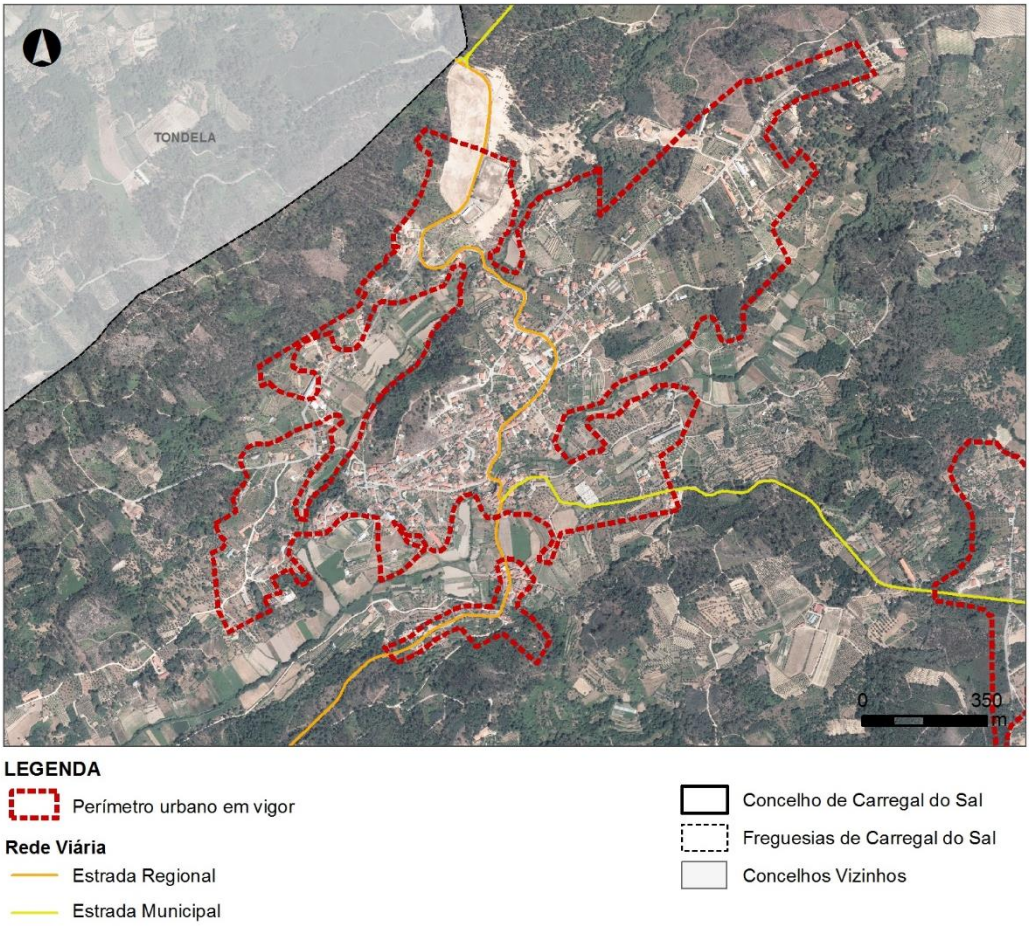


Figura 43. Perímetro Urbano de Beijós
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

Apresenta alguns vestígios históricos e com interesse patrimonial, como são exemplo a Igreja de São João Batista, a Capela (particular) de Nossa Senhora das Areias, fontanários e vestígios romanos.

3.3.2.4. Parada e Póvoa de Santo Amaro

O perímetro urbano de Parada e da Póvoa de Santo Amaro (Figura 44), com uma área de cerca de 116 ha, é sede de freguesia de Parada e, segundo dados dos Censos 2011, integrava, nesta data, 490 edifícios clássicos e 668 indivíduos residentes.

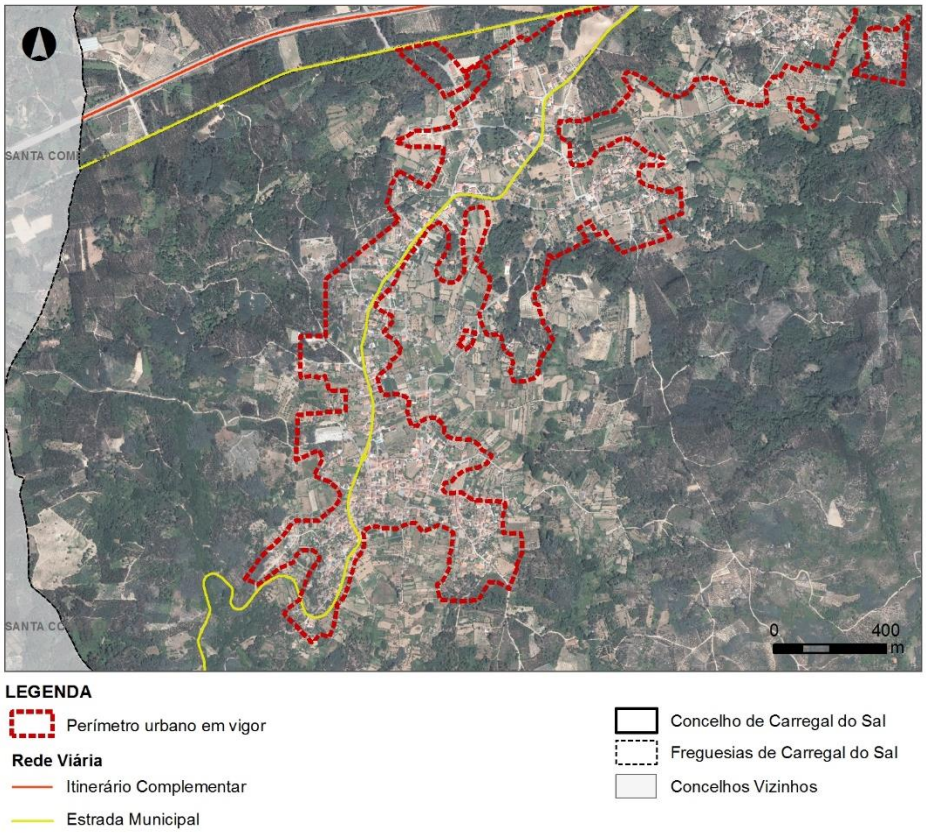


Figura 44. Perímetro Urbano de Parada e Póvoa de Santo Amaro
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

Estes dois lugares desenvolveram-se em torno da EM 633, via que permite uma ligação direta à vila de Carregal do Sal (a cerca de 6 km de distância) e ao concelho de Santa Comba Dão. É delimitado a norte pela linha de caminho-de-ferro e pela IC12, a poente encontra-se próximo da ribeira do Porto e, a sul, do rio Mondego. Caracteriza-se por um povoamento disperso, associado maioritariamente a terrenos agrícolas. O parque edificado é na sua maioria composta habitação unifamiliar, disposta ao longo de vias estreitas e caminhos rurais.

O pequeno núcleo tradicional/histórico do aglomerado estrutura-se a partir de uma rede de arruamentos principais, destacando-se a avenida Sá Carneiro, que estabelece a ligação à localidade de Póvoa de Santo Amaro e a outros pontos do concelho, e a rua das Torres e Santo Cristo, com início no largo do jardim Dr. Manuel Costa, junto à igreja, sendo estas responsáveis por organizar o tecido urbano mais compacto. No prolongamento para sudeste destas vias, localiza-se a área de expansão mais recente, localizada ao longo da rua de Nossa Senhora da Ribeira.

3.3.2.5. Fiais da Telha

O perímetro urbano de Fiais da Telha (Figura 45), que ocupa uma superfície com 129 ha, localiza-se na freguesia de Oliveira do Conde, próximo do aglomerado de Carregal do Sal e Oliveira do Conde, sendo separado deste por uma área de solo urbanizável. Segundo os Censos, possuía, em 2011, um total de cerca de 464 edifícios clássicos e cerca de 788 habitantes residentes.

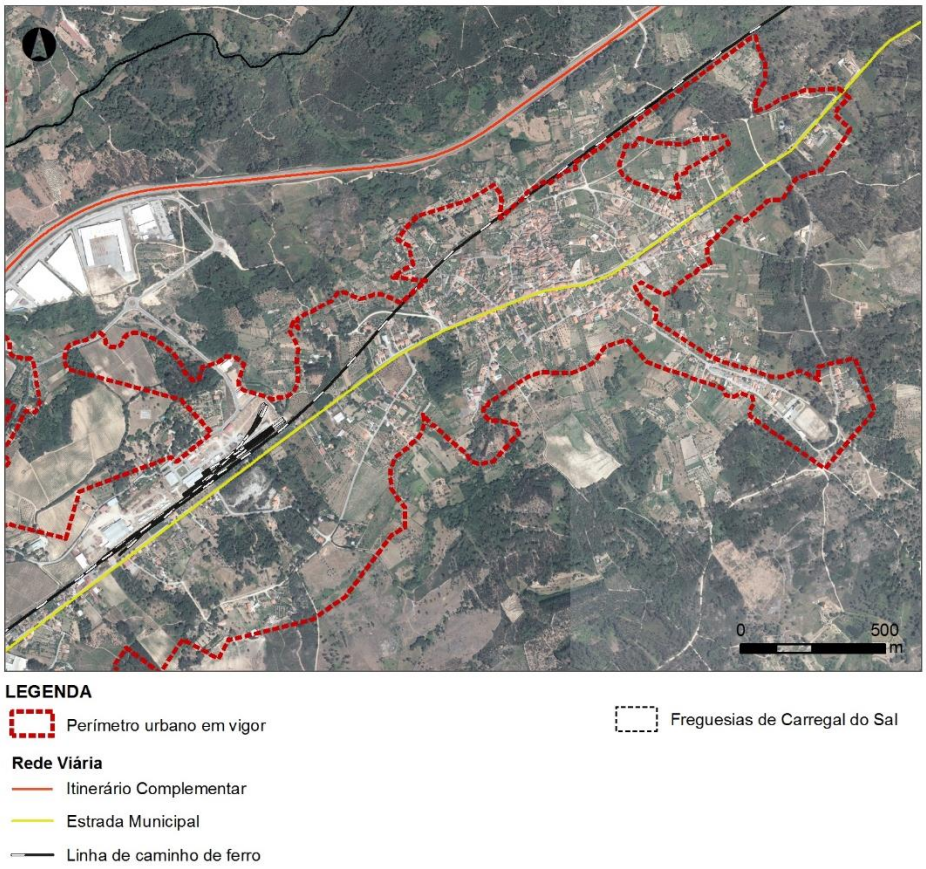


Figura 45. Perímetro Urbano de Fiais da Telha
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

O perímetro urbano de Fiais da Telha estrutura-se através da EM 234, sendo atravessado a norte pela linha de caminho-de-ferro da Beira Alta e a, sul, pela ribeira da Azenha. A sua proximidade à Vila permite o acesso aos diversos equipamentos e serviços de maior relevância, como o centro de saúde, escolas, ou equipamentos administrativos.

O núcleo tradicional/histórico localiza-se entre a linha de caminho-de-ferro (a norte) e a EM 234 (a sul), onde se pode verificar uma grande densidade de construções em banda e geminadas, e, a norte deste eixo, por um conjunto de arruamentos que organizam uma rede orgânica também com construções junto às vias, entre as quais se destacam a rua Direita, que atravessa o aglomerado de norte a sul, e a rua poço do Andorinho/rua da Bomba. Identificam-se alguns registos de

interesse patrimonial, tais como a antiga Capela de Santo António e um dólmen, designado por Lapa da Orca, classificado como monumento nacional.

A ocupação é compacta, em particular no quarteirão correspondente à Igreja de Santo António. O restante território é caracterizado por uma ocupação dispersa, distribuída ao longo de ruas estreitas e com características rurais, composto por moradias unifamiliares. É através da avenida do Estádio, rua Vale do Pereiro e bairro das Gândaras que se alcança a zona sul do aglomerado, área que inclui habitação social e o polidesportivo e que se caracteriza pela presença de algumas explorações agrícolas.

3.3.2.6. Vila Meã

O perímetro urbano de Vila Meã possuí cerca de 93 ha (Figura 46) e localiza-se na freguesia de Oliveira do Conde, junto ao aglomerado de Carregal do Sal e de Oliveira do Conde. Em 2011, segundo os Censos, existiam 283 edifícios clássicos e 367 indivíduos residentes.

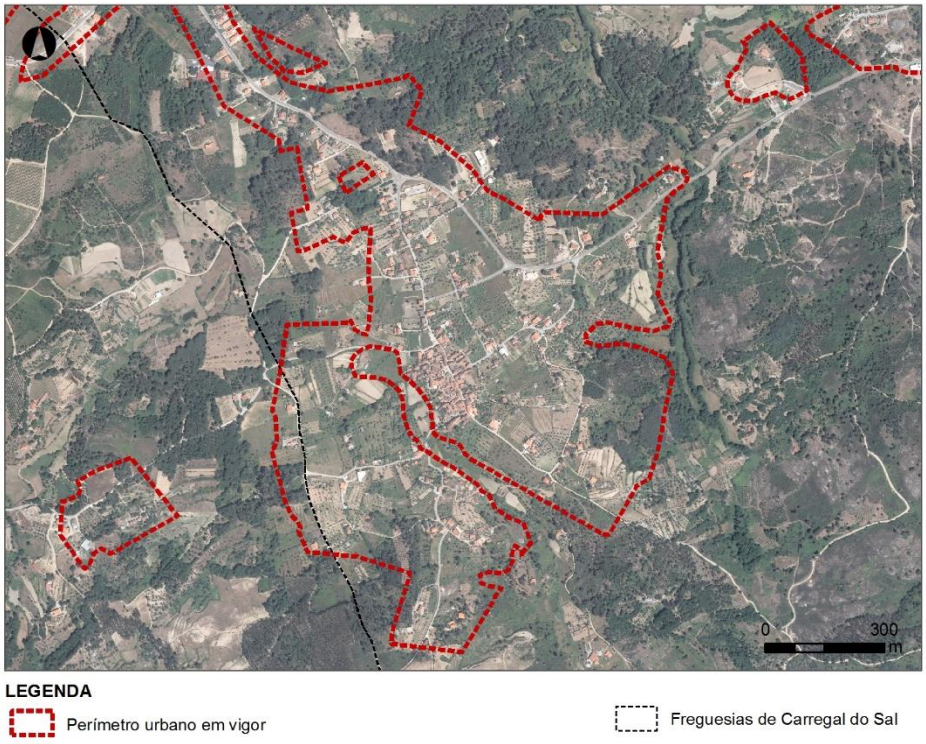


Figura 46. Perímetro Urbano de Vila Meã
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

Trata-se de um pequeno aglomerado que se encontra praticamente na continuidade do perímetro da vila de Carregal do Sal e de Oliveira do Conde, distando da Vila em cerca de 2,5 km. O acesso ao aglomerado e ao núcleo central é efetuado através da estrada de Vila Meã. Identificam-se

alguns registos históricos tais como sepulturas pré-romanas, sendo a mais conhecida denominada de Cova da Moura e a Capela de São Domingos.

A ocupação, à exceção do núcleo tradicional, que se desenvolve em torno do largo São Domingos, é dispersa e de baixa densidade. Tem, na generalidade das situações, uma relação com atividades de exploração agrícola. O núcleo tradicional, mais compacto, é constituído por habitações dispostas continuamente ao longo das vias, com construção típica em granito, em muitos casos degradadas. É estruturado por um conjunto de vias estreitas e pequenos largos, mantendo uma malha irregular.

3.3.2.7. Travanca de São Tomé

O aglomerado de urbano de Travanca de São Tomé (Figura 47), com 75 ha, localiza-se a norte da freguesia de Oliveira do Conde. Segundo os Censos de 2011, a localidade possuía cerca de 210 edifícios clássicos e cerca de 301 habitantes.

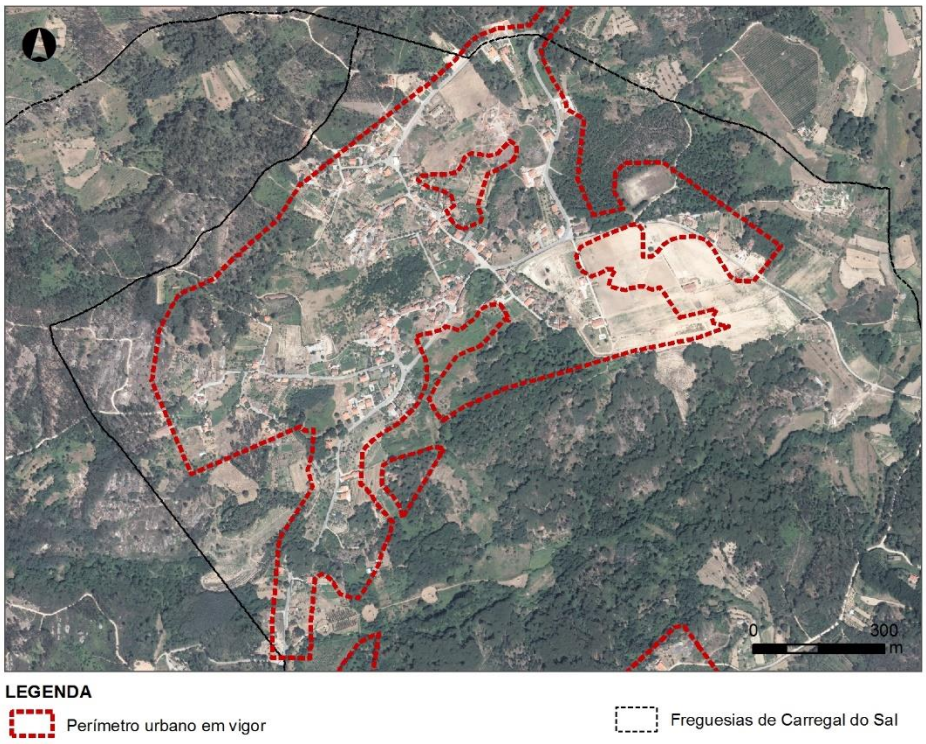


Figura 47. Perímetro Urbano de Travanca de São Tomé
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

O aglomerado de urbano de Travanca de São Tomé é delimitado a sudeste pela rua Cabriz, a partir do qual este se desenvolve, distando cerca de 3,5 km da vila de Carregal do Sal. Em termos patrimoniais possui uma Capela Românica, em pedra e com dois imponentes túmulos, e ainda um conjunto antigo de casas e solares.

A ocupação está estruturada ao longo da rede viária local, resultando num crescimento linear, libertando o tardoz das parcelas para a exploração agrícola. É uma ocupação de baixa densidade, composta por moradias unifamiliares.

3.3.2.8. Papízios

O aglomerado de Papízios, localizado na freguesia de Carregal do Sal junto ao limite poente do concelho, tem um perímetro que abrange uma área de 113 ha (Figura 48). Segundo os Censos de 2011, existiam, nesta data, 192 edifícios clássicos e cerca de 256 indivíduos residentes.

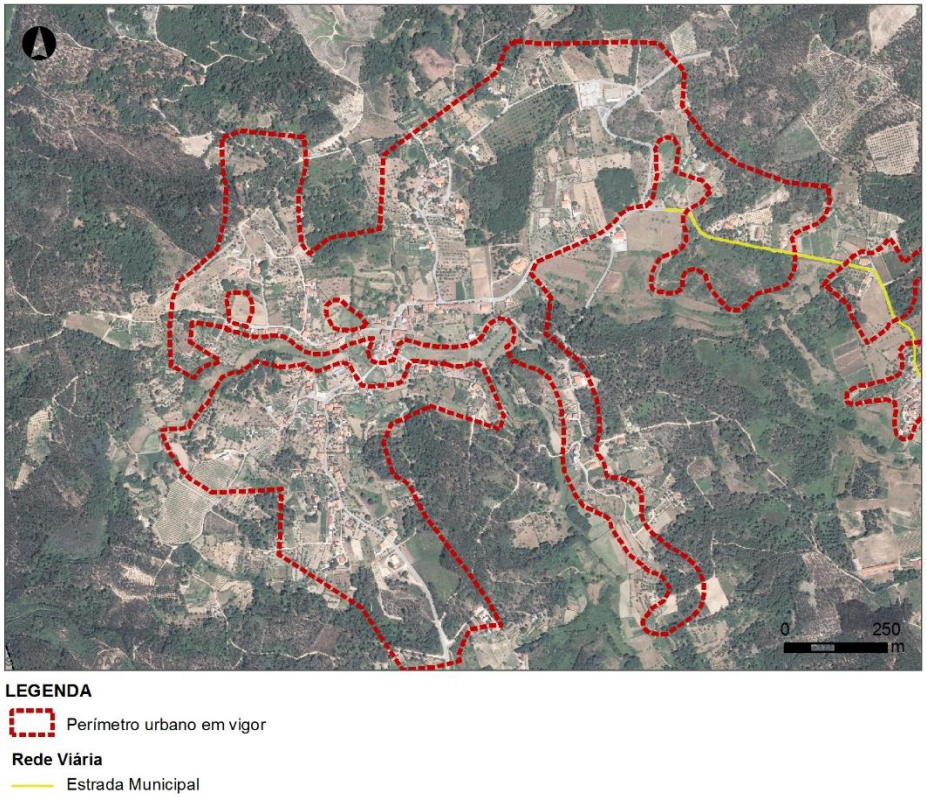


Figura 48. Perímetro Urbano de Papízios
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

O aglomerado de Papízios é atravessado pela ribeira da Azenha, que divide o perímetro em dois núcleos distintos, este aglomerado mantém algumas características rurais. A EM 630, a partir da Rua da Igreja, faz a ligação à vila de Carregal do Sal (8 km). O apeadeiro de Papízios, na extremidade sul do perímetro, encontra-se afastado do núcleo mais central.

Em termos urbanos, o aglomerado caracteriza-se por uma ocupação dispersa, estruturada por um conjunto de vias que se ramificam a partir das ruas do Soito, Direita e da Igreja. São habitações

unifamiliares, onde se associam pequenos logradouros ou algumas propriedades agrícolas, na sua generalidade em relativo bom estado de conservação.

3.3.2.9. Laceiras

O perímetro urbano de Laceiras (Figura 49), localizado na freguesia de Cabanas de Viriato, junto ao limite nordeste do Concelho, abrange uma área de 68 ha. Contava em 2011, segundo os dados dos Censos, com um total de 171 edifícios clássicos e 173 indivíduos.

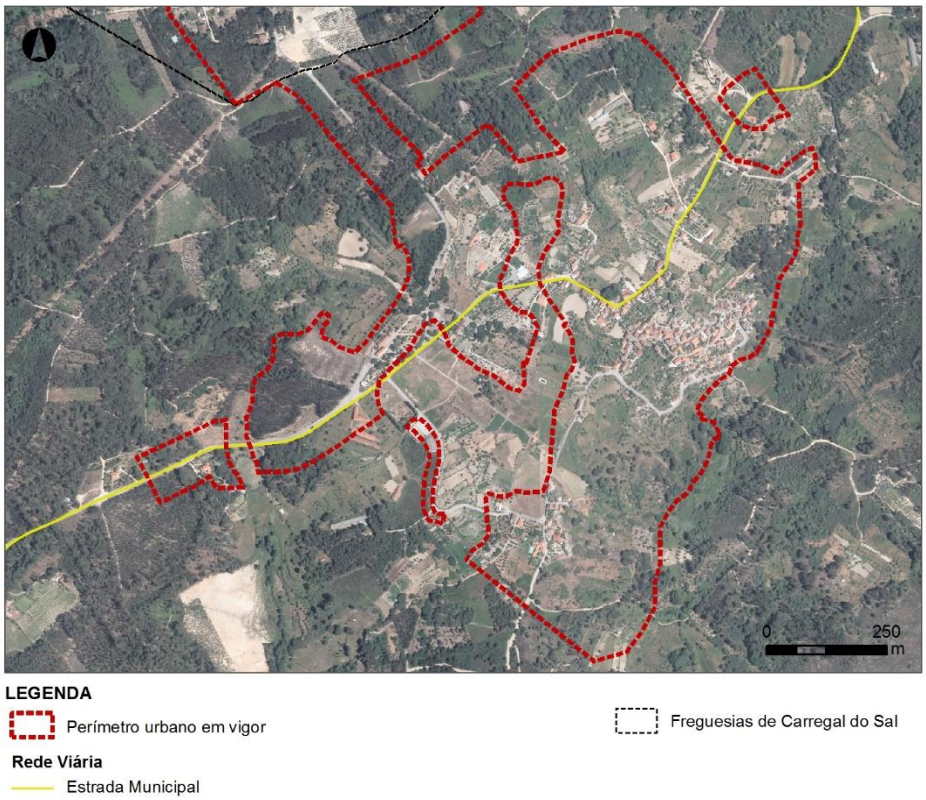


Figura 49. Perímetro Urbano de Laceiras
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

O principal acesso a este aglomerado é feito pela EM 640, que permite a ligação à sede de concelho, localizada a cerca de 7,5 km. Neste perímetro urbano identificam-se pequenos núcleos habitacionais isolados. O núcleo tradicional, acessível através da rua do Comércio, é composto por edifícios mais antigos, que formam uma malha estreita e irregular.

3.3.2.10. Póvoa das Forcadas

O perímetro urbano de Póvoa da Forcada (Figura 50), localizado na freguesia de Parada, abrange uma área de 47 ha e situa-se junto à localidade de Póvoa de Santo Amaro. Segundo os dados dos Censos de 2011, nesta data abrangia 89 edifícios e contava com 142 habitantes.

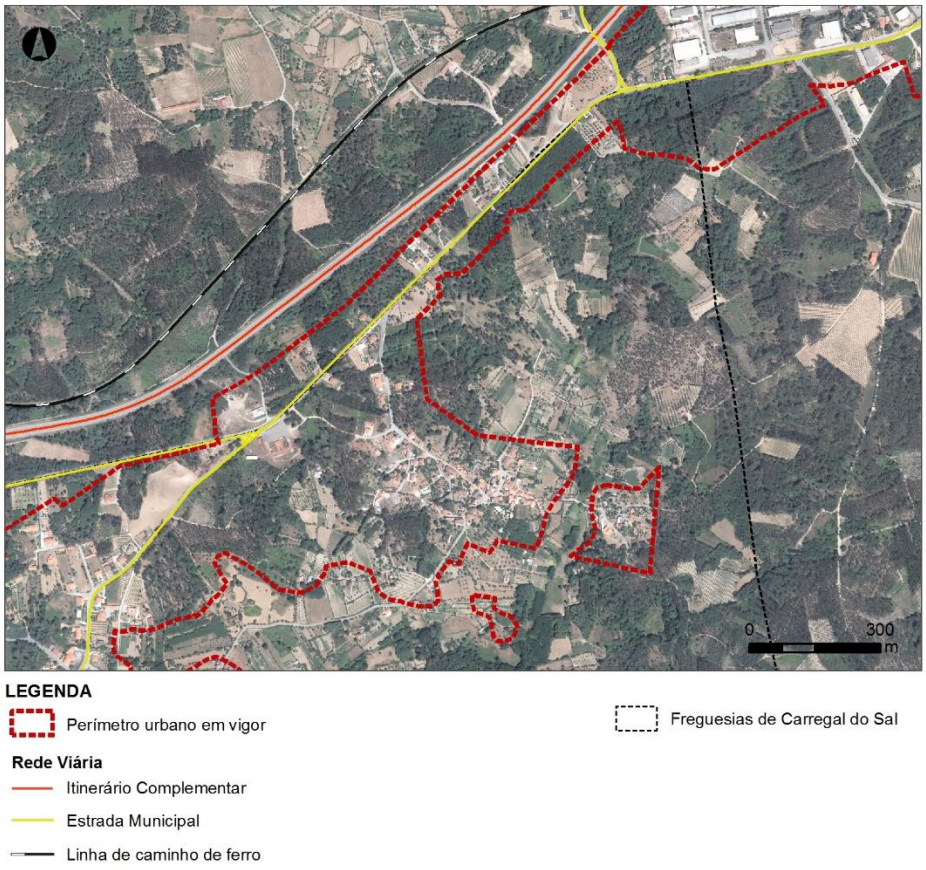


Figura 50. Perímetro Urbano de Póvoa da Forcada
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

O perímetro urbano de Póvoa das Forcadas apresenta um núcleo principal com funções exclusivamente residenciais, beneficiando da proximidade à sede de Concelho. A ocupação é essencialmente linear, suportada nas vias de acesso local, e composta por habitações unifamiliares isoladas.

3.3.2.11. Oliveirinha

O perímetro urbano de Oliveirinha (Figura 51), com uma área com 37 ha, localiza-se na freguesia de Oliveira do Conde, junto ao aglomerado de Carregal do Sal e Oliveira do Conde, sendo separado deste pela linha de caminho-de-ferro. Segundo os Censos de 2011, nesta data abrangia 162 edifícios clássicos e contava com uma população de 234 habitantes.

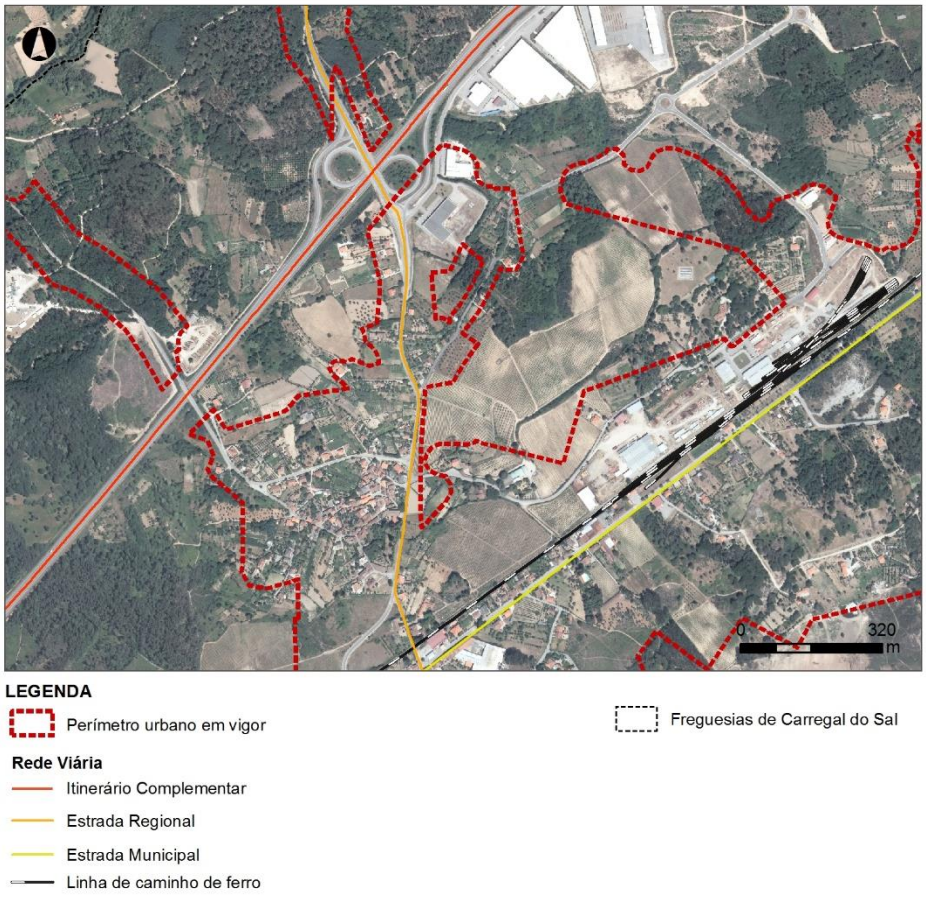


Figura 51. Perímetro Urbano de Oliveirinha
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

O perímetro urbano de Oliveirinha tem como limite sul a linha de caminho-de-ferro, e, a norte o IC12. Em termos patrimoniais, este aglomerado, caracteriza-se pelas suas casas solarengas e pela presença de uma capela do século XVII, que tem como padroeira a Nossa Senhora dos Prazeres.

O núcleo central situa-se entre a rua dos Carvalhais e a estrada Nova dos Carvalhais, sendo um núcleo bastante compacto, com habitações unifamiliares, estruturado por um conjunto de ruas estreitas. Na coroa envolvente a este pequeno núcleo verifica-se alguma ocupação dispersa e um conjunto de áreas por colmatar.

3.3.2.12. Alvarelhos

O perímetro urbano de Alvarelhos (Figura 52) ocupa uma área de 51 ha e localiza-se na freguesia de Oliveira do Conde, junto ao limite norte do aglomerado de Carregal do Sal e de Oliveira do Conde. Segundo os dados dos Censos de 2011, nesta data aqui se localizavam 183 edifícios clássicos e 256 habitantes.

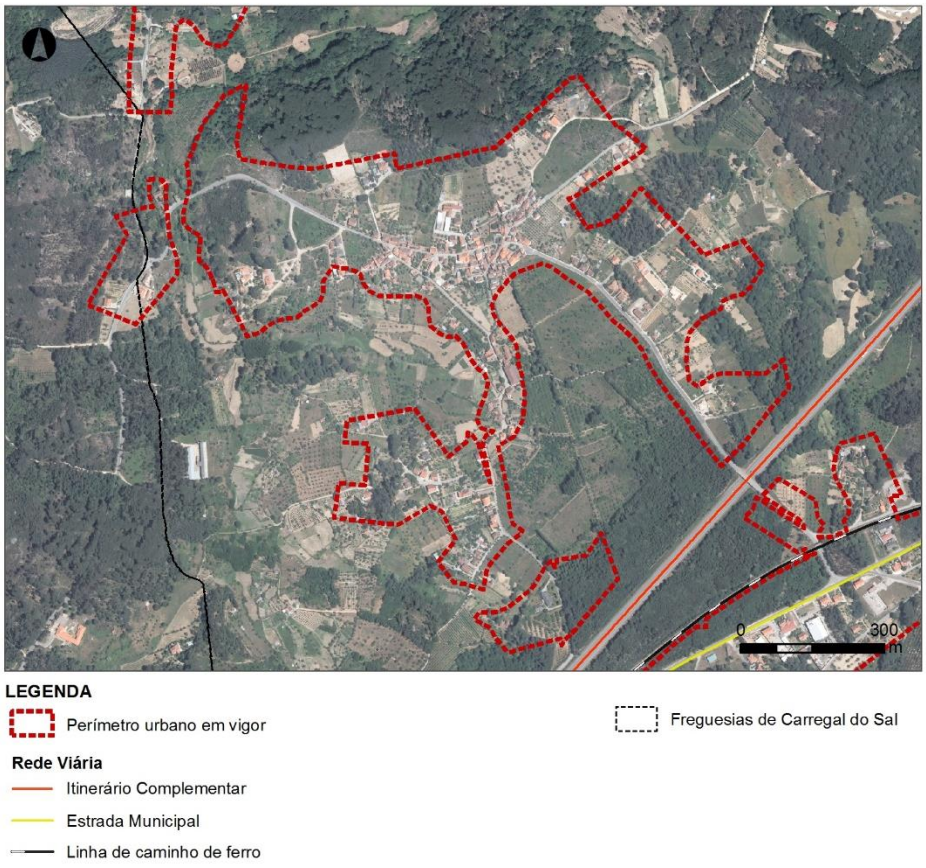


Figura 52. Perímetro Urbano de Alvarelhos
Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor, 2019

O perímetro urbano de Alvarelhos, limitado a sul pela pelo IC12, encontra-se a cerca de 3 km da vila de Carregal do Sal. Estrutura-se por um conjunto de vias secundárias e caminhos rurais, sendo a ocupação feita por habitações unifamiliares, associadas muitas vezes a pequenos terrenos agrícolas. Nesta localidade encontram-se alguns edifícios com valor patrimonial, tal como a Capela do Imaculado Coração de Jesus e a "Casa Fidalga".

O núcleo tradicional de Alvarelhos corresponde à área envolvente ao largo do Ladrão, espaço caracterizado por vias estreitas e quarteirões compactos, preenchidos por edifícios, reforçando as características de malha urbana irregular.

3.3.2.13. Pardieiros

O perímetro urbano de Pardieiros (Figura 53), localizado na freguesia de Beijós, abrange uma área com 50 ha junto ao limite norte do concelho de Carregal do Sal. Segundo dados dos Censos de 2011, nesta data integrava 207 edifícios clássicos e contava com 307 residentes.

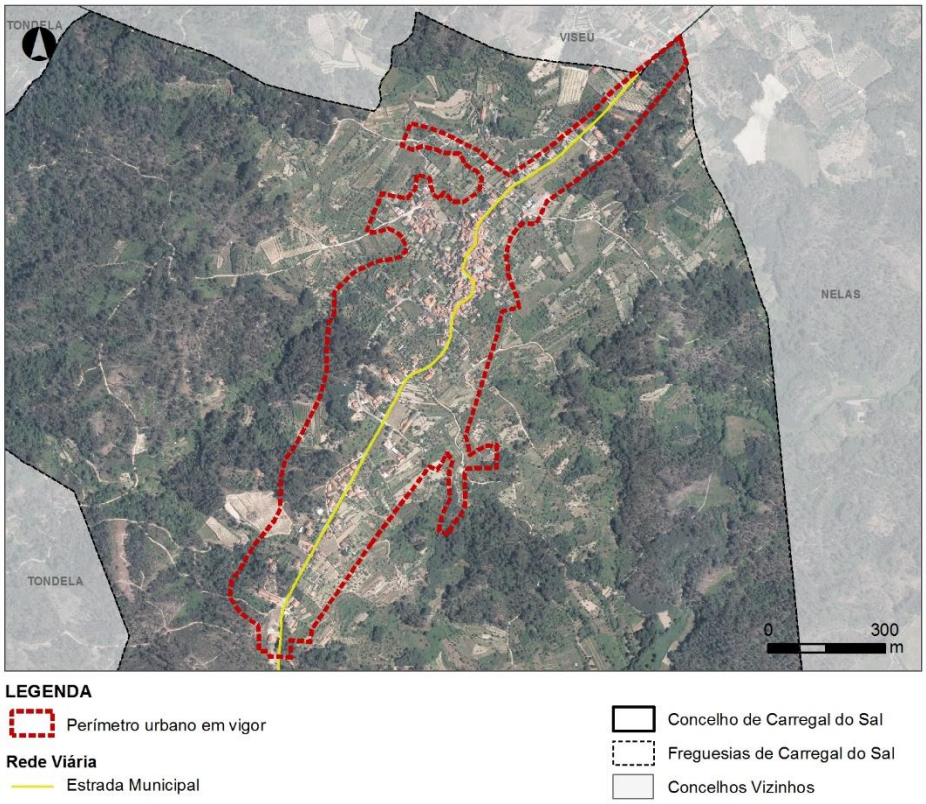


Figura 53. Perímetro Urbano de Pardieiros
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

O aglomerado de Pardieiros desenvolve-se ao longo da EM 595/rua Miguel Bombarda, via de acesso que liga à sede de freguesia, distando dela cerca de 4,2 km, e ao centro da vila, através da ER 337, da qual dista em cerca de 14,5 km. É em torno desta última que se localiza a maior parte do parque edificado, correspondendo a habitações unifamiliares. Trata-se de um povoamento disperso, de características rurais. O centro da localidade é atravessado pela rua Miguel Bombarda, encontrando-se aqui uma ocupação mais compacta.

3.3.2.14. Sobral

O perímetro urbano de Sobral, que abrange uma área de 44 ha (Figura 54), localiza-se junto ao limite noroeste do concelho que faz fronteira com o município de Tondela, integrando a União de freguesias de Currelos, Papízios e Sobral. Segundo dados dos Censos, em 2011 existiam no aglomerado cerca de 174 edifícios clássicos e residiam 270 indivíduos.

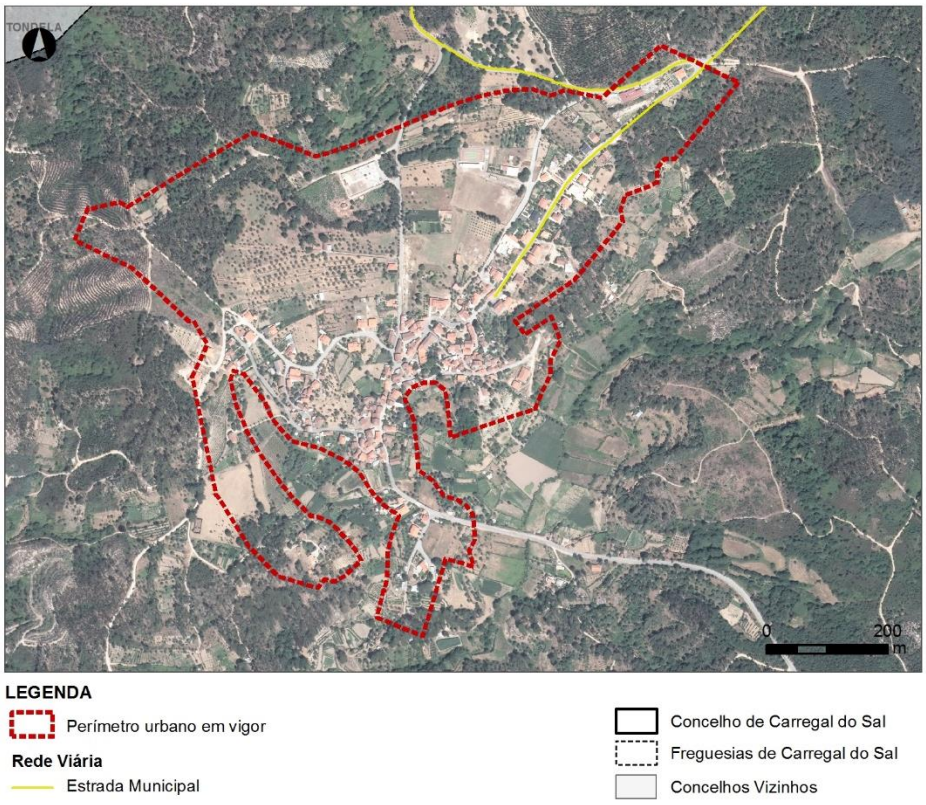


Figura 54. Perímetro Urbano de Sobral
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

A ocupação do perímetro urbano de Sobral é estruturada pela EM 640, da qual ramificam um conjunto de vias de acesso local e alguns caminhos, mantendo uma matriz rural. O núcleo tradicional é formado pela rua da Romãzeira, rua Direita, rua do Cemitério, rua da Fonte, rua Barroca e da rua da Igreja, apresentando uma malha irregular e consolidada. A ocupação assenta numa matriz de moradias unifamiliares.

3.3.2.15. Póvoa da Pegada

O perímetro urbano de Póvoa da Pegada (Figura 55) estende-se por uma área com 32 ha, localizada na freguesia de Beijós. Neste perímetro, segundo os dados dos Censos de 2011, existiam 64 edifícios clássicos e residiam 65 indivíduos.

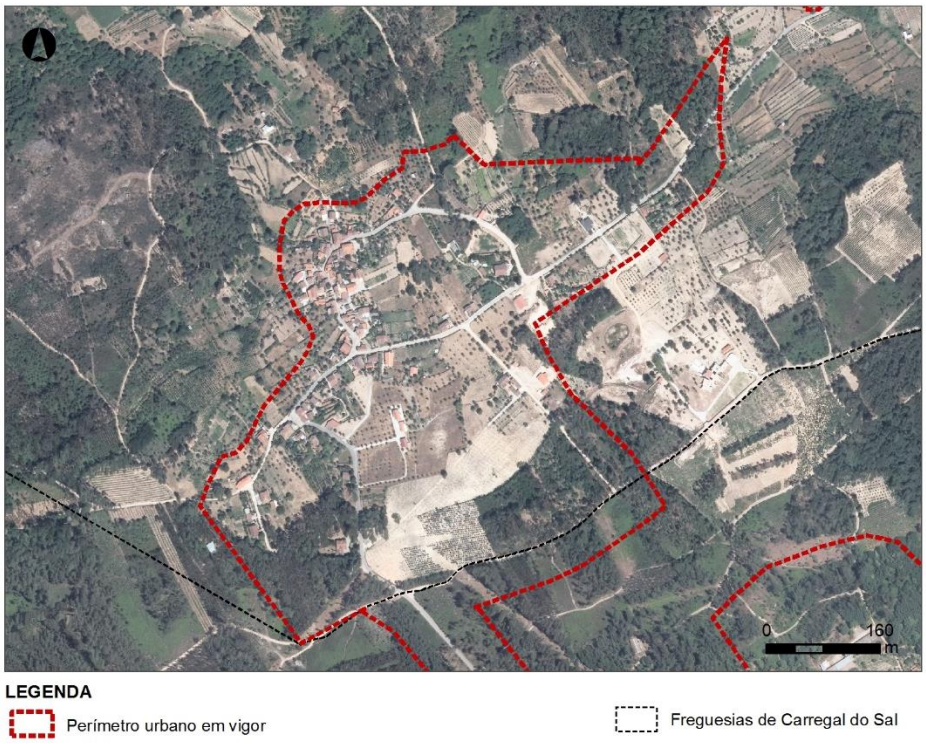


Figura 55. Aglomerado Urbano de Póvoa da Pegada
Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor, 2019

O perímetro urbano de Póvoa da Pegada, que se liga à vila de Carregal do Sal através da ER 337, distando deste cerca de 10 km, apresenta uma matriz de ocupação rural. Desenvolve-se a partir da rua do Outeiro e da rua Nova, vias locais que estruturam e definem o núcleo tradicional, e da qual se ramifica um conjunto de vias de acesso local e caminhos. Ao longo destas vias vão surgindo pontualmente algumas moradias unifamiliares.

3.3.2.16. Póvoa de Lisboa

O perímetro urbano de Póvoa de Lisboa (Figura 56), com uma área de 19 ha, localiza-se na freguesia de Beijós, junto ao limite este do Concelho, onde faz fronteira com Nelas. Neste local, segundo os Censos de 2011, existiam 30 edifícios clássicos e residiam 61 habitantes.

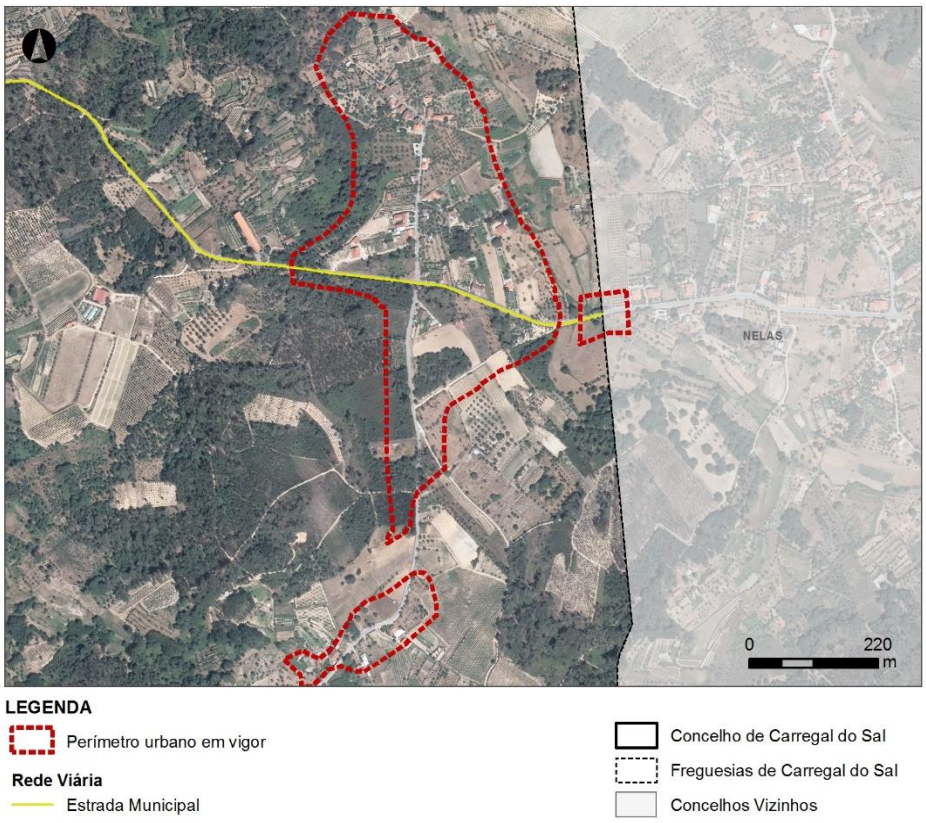


Figura 56. Aglomerado Urbano de Póvoa de Lisboa
Fonte: SPI, com base na informação do PDMCS em vigor, 2019

A ocupação do aglomerado de Póvoa de Lisboa dá-se de forma linear e dispersa, a partir de uma via transversal à EM 641, e é constituída por moradias unifamiliares, associadas a terrenos agrícolas.

3.3.2.17. Póvoa da Arnosa

O perímetro urbano de Póvoa da Arnosa, que se estende por 17 ha, localiza-se na freguesia de Carregal do Sal. Segundo os dados dos Censos de 2011, contava nesta data com 85 edifícios clássicos e uma população residente de 127 indivíduos.

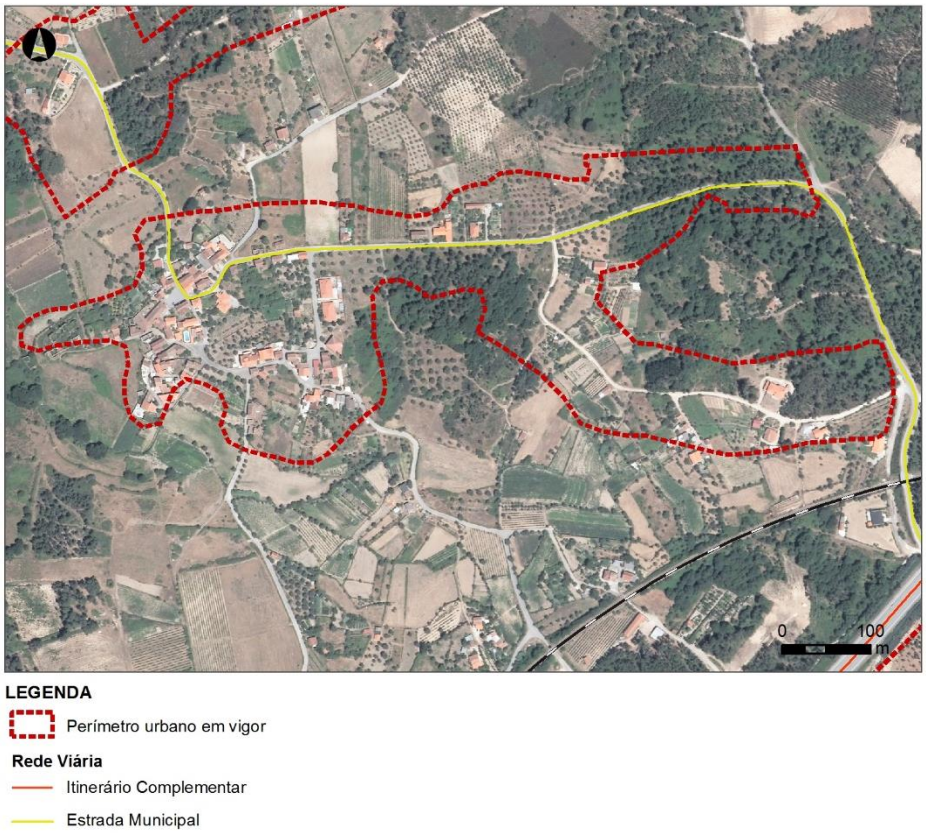


Figura 57. Perímetro Urbano de Póvoa da Arnosa
Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor, 2019

O aglomerado localiza-se a norte do IC12 e desenvolve-se a sul da EM 630, distando cerca de 6 km da sede de concelho. Caracteriza-se por um povoamento disperso com características rurais. O principal núcleo da Póvoa da Arnosa encontra-se a oeste do aglomerado, estando organizado através de um conjunto de vias de acesso local que estruturam a ocupação, entre elas a rua dos Chafariz, a rua das Carvalhas, a rua do Apeadeiro e a rua da Fonte. O parque edificado caracteriza-se por um conjunto de habitações unifamiliares, que partilham o território com algumas explorações agrícolas.

3.3.2.18. Deldoreto

O perímetro urbano de Deldoreto ocupa uma área de 9 ha e localiza-se na freguesia de Beijós (Figura 58). Segundo os dados dos Censos para 2011, nesta data contava com 8 edifícios clássicos e uma população residente de cerca de 23 indivíduos.

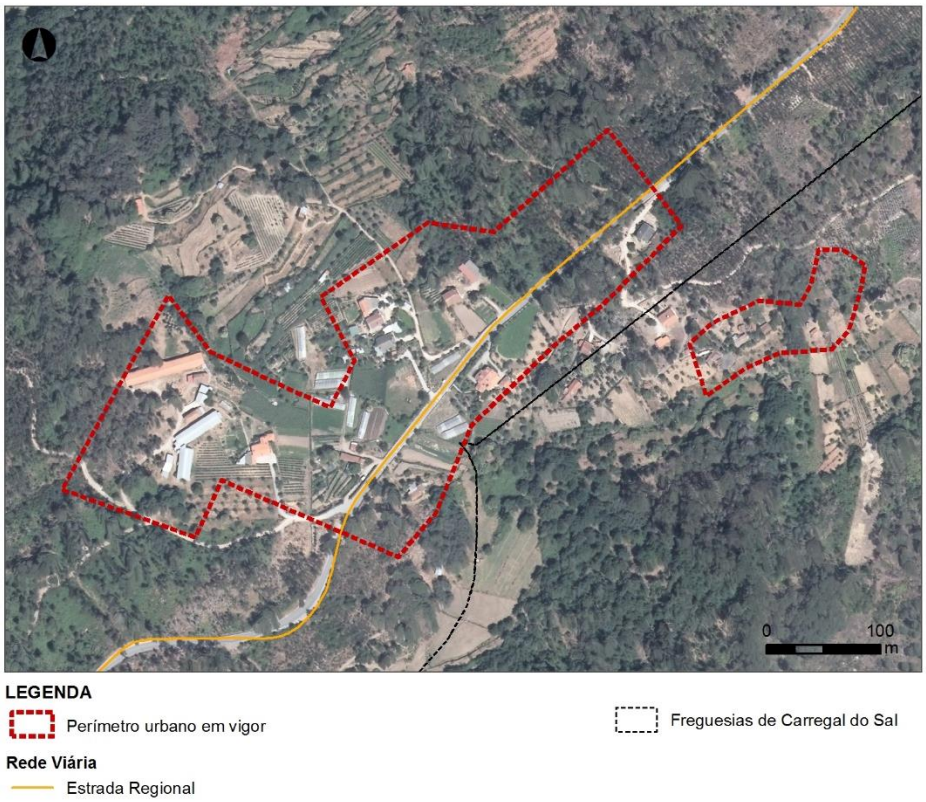


Figura 58. Perímetro Urbano de Deldoreto
Fonte: SPI, com base na informação do PDM em vigor, 2019

Este aglomerado apresenta-se como o assentamento urbano de menor dimensão no Concelho, desenvolve-se a partir da ER 337. Com características marcadamente rurais, destaca-se a exploração agrícola e agropecuária aqui existente, que coabita com um conjunto de habitações distribuídos de forma orgânica pelo território.

3.3.2.19. Síntese das características urbanísticas do Concelho

A ocupação urbana no concelho de Carregal do Sal apresenta-se sob a forma de aglomerados de média e pequena dimensão, polarizados pela sede de concelho, num total de 18, segundo o atual PDM (Tabela 12): Carregal do Sal-Oliveira do Conde, num primeiro nível, Cabanas de Viriato, num segundo nível, os aglomerados de Parada, Papízios, Sobral e Beijós, num terceiro nível, e, por fim, um conjunto de pequenos aglomerados. Esta ocupação, em muitos casos marcada por uma elevada dispersão, em larga medida induzida por perímetros urbanos sobredimensionados, apresenta alguns desafios de ordenamento e gestão do território que importam acautelar nesta revisão do PDMCS.

Carregal do Sal e Oliveira do Conde formam, atualmente, o principal contínuo urbano do Concelho. É neste local que se desenvolvem as principais funções socioeconómicas e se

promovem as relações territoriais com os restantes aglomerados, apresentando-se como espaço polarizador das dinâmicas funcionais do Concelho. Dentro do perímetro urbano identificam-se diferentes funções urbanas, uma variabilidade das tipologias de ocupação e uma malha estruturada em função dos diferentes períodos de desenvolvimento urbano. Esta diversidade deve urbanística ser acautelada, tendo em conta o papel central e polarizador deste aglomerado, de resto atualmente dotado de um plano de urbanização.

Cabanas de Viriato surgem num segundo nível de organização do território. Apresenta uma ocupação esparsa que tem na sua génese um núcleo tradicional consolidado, mas atualmente pouco valorizado e dinâmico. Há assim duas matrizes de ocupação, que se replicam nos restantes aglomerados, que assentam num centro tradicional consolidado, com uma malha urbana irregular, geralmente desqualificado, a que se associa uma coroa envolvente de ocupação mais recente, marcada por construções de habitação unifamiliar, de 1 ou 2 pisos, que se dispõe isoladamente ou de forma linear ao longo das ruas, estradas e caminhos municipais, resultantes da ocupação de parcelas de média ou pequena dimensão.

Os aglomerados de Parada, Papízios, Sobral e Beijós, surgem num terceiro nível. Apresentam uma matriz de ocupação idêntica à de Cabanas de Viriato, embora com uma densidade de ocupação mais reduzida. Os centros tradicionais apresentam alguns serviços de apoio à população e comércio, inseridos numa malha tradicional compacta e irregular, em torno da qual se dispõe uma ocupação esparsa de habitações unifamiliares de 1 ou 2 pisos. Esta ocupação envolvente ao núcleo tradicional apresenta características marcadamente rurais, onde a habitação está geralmente associada à exploração agrícola, agropecuária ou agroflorestal, seja ela de tipo familiar ou comercial.

Pontualmente, na envolvente a estes aglomerados referidos, vão surgindo pequenos lugares de características rurais e de muito baixa densidade, com uma grande dependência funcional da vila e das sedes de freguesia. A ocupação é orgânica, dispersa e geralmente à face de uma via de acesso local. As habitações, maioritariamente de 1 ou 2 pisos, apresentam geralmente um pequeno logradouro onde é desenvolvida alguma atividade agrícola, geralmente de subsistência. É neste tipo de aglomerados que se destaca a presença de “aviários”, uma atividade que teve uma grande expansão no Concelho, mas que se encontra atualmente em regressão.

Tabela 12. Síntese estatística das características do parque edificado do Concelho
Fonte: INE – Recenseamento da população e habitação 2011

Perímetro	Área	Edifícios	Tipologia	Pisos	Idade

Urbano	(ha)	n.º	Densi-dade	Isolados (%)	Geminados (%)	Em banda (%)	1 / 2 (%)	3 / 4 (%)	< 30 (%)	> 30 (%)
Carregal do Sal e Oliveira do Conde	561	1859	3,3	73,6	5,7	16,3	89,9	9,0	30,7	69,3
Cabanas de Viriato	216	900	4,2	55,2	17,0	26,9	90,9	9,1	27,4	72,6
Beijós	102	376	3,7	99,7	0,3	0,0	97,9	2,1	32,7	67,3
Parada e Póvoa de Santo Amaro	91	490	5,4	99,0	0,8	0,0	99,6	0,4	17,6	82,4
Fiais da Telha	90	464	5,2	62,5	31,5	5,6	100,0	0,0	31,3	68,8
Vila Meã	76	283	3,7	98,6	1,4	0,0	99,3	0,7	34,3	65,7
Travanca de São Tomé	56	210	3,8	59,0	41,0	0,0	63,8	36,2	27,6	72,4
Papízios	51	192	3,8	44,3	11,5	44,3	95,3	4,7	22,4	77,6
Laceiras	50	171	3,4	95,9	1,2	2,9	81,3	18,7	32,2	67,8
Póvoa das Forcadas	47	89	1,9	95,5	4,5	0,0	98,9	1,1	31,5	68,5
Oliveirinha	42	162	3,9	77,2	22,8	0,0	97,5	2,5	24,7	75,3
Alvarelhos	40	183	4,6	59,0	36,6	4,4	88,0	12,0	23,0	77,0
Pardieiros	38	207	5,4	100,0	0,0	0,0	99,5	0,5	28,0	72,0
Sobral	29	174	6,0	99,4	0,6	0,0	94,3	5,7	29,9	70,1
Póvoa da Pegada	21	64	3,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	28,1	71,9
Póvoa de Lisboa	16	30	1,9	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	40,0	60,0

Póvoa da Arnosa	15	85	5,7	71,8	16,5	11,8	91,8	8,2	23,5	76,5
Deldoreto	9	8	0,9	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	12,5	87,5

3.4. Habitação e dinâmicas urbanísticas

A caracterização das dinâmicas urbanísticas, principalmente ao nível da habitação, é um fator preponderante para se perceber a evolução, da transformação do território e do impacto das políticas e plano de desenvolvimento territorial definidas para um determinado concelho. A habitação, que desempenha uma função social, económica e de suporte à vida da população, é o espelho dessa dinâmica e, por isso, tem um papel preponderante na transformação e programação do território.

A revisão do PNPOT identifica a problemática que reveste a habitação em Portugal, onde se destaca o envelhecimento do parque habitacional em muitos centros urbanos, a importância das famílias na produção de habitação, e a necessidade de reformulação das políticas de habitação, de forma a fomentar o mercado de arrendamento e promover diferentes formas de apoio no acesso à habitação, de forma a regular a oferta de habitação, sobretudo em zonas de maior pressão imobiliária ou em zonas para as quais é necessário atrair população. Em resposta a estes desafios, foi concebida uma nova geração de políticas de habitação, que estruturam um conjunto de novos programas públicos de apoio, e, mas recentemente, concebida uma nova lei de bases, que pretende regular o setor e garantir que as famílias portuguesas tenham acesso a habitação digna e a custos equilibrados.

Considerando o contexto socioeconómico de Carregal do Sal, que se integra numa região dinâmica mas que apresenta um território de baixa densidade e em retração populacional, é fundamental avaliar as dinâmicas registadas nos últimos anos no que diz respeito à habitação e que desafios se projetam, considerando as tendências demográficas, a evolução económica e o poder de compra das famílias, assim como o impacto das políticas de habitação.

3.4.1. Caracterização do parque edificado e da dinâmica construtiva

Numa perspetiva geral, e tendo por base os dados dos Censos de 2011, o parque edificado do concelho de Carregal do Sal representa 4,2% do número total de edifícios existentes na sub-região de Viseu Dão-Lafões. A tendência geral, registada nas três dimensões territoriais analisadas (região Centro, região de Viseu Dão-Lafões e Concelho), é destes edifícios

desempenharem uma função exclusivamente residencial representando, no concelho, cerca de 96,9% do parque edificado total. Em termos de características da tipologia do edifício estes são, na sua generalidade, habitações unifamiliares (97,5% de edifícios com apenas um alojamento), de um ou dois pisos (92%).

Considerando a população e a estrutura familiar como o principal dinamizador da habitação, espera-se uma relação direta entre a dinâmica demográfica e a evolução do parque habitacional. Acompanhando as dinâmicas verificadas no país, o parque habitacional do concelho de Carregal de Sal tem registado uma diminuição do número de novos edifícios concluídos (entre 2001 e 2017, registou-se uma diminuição de 79,8% no número de edifícios concluídos), acompanhando a tendência de diminuição da população residente.

Contudo, os valores analisados na relação entre número de famílias e o número de alojamento clássicos demonstra que entre 2001 e 2011 ocorreu um sobredimensionamento da oferta de alojamentos (Figura 59). Apesar de, neste mesmo período, se ter verificado a diminuição da população residente (5,5%) e um ligeiro aumento do número de famílias clássicas, o número de alojamentos é muito significativo, potenciando o surgimento de alojamentos vagos.

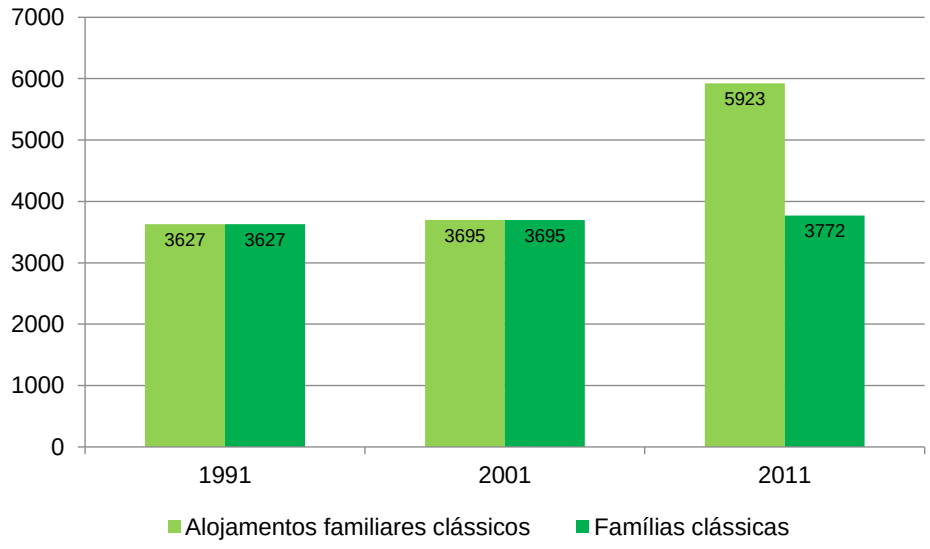


Figura 59. Evolução dos alojamentos e das famílias no concelho de Carregal do Sal entre 1991 e 2011
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

Tendo presente que existe uma percentagem significativa de alojamentos vagos, cerca de 15% de acordo com os dados dos Censos de 2011, o que representa um acréscimo relativamente a 2001, importa perceber em que situação se encontram esses edifícios.

De acordo com os dados do INE (Figura 60), a maioria desses alojamentos encontravam-se simplesmente desocupados, seguindo-se uma disponibilidade significativa de fogos desocupados

para venda, o que representa um acréscimo face a 2001, bem como uma diminuição dos fogos devolutos para demolição.

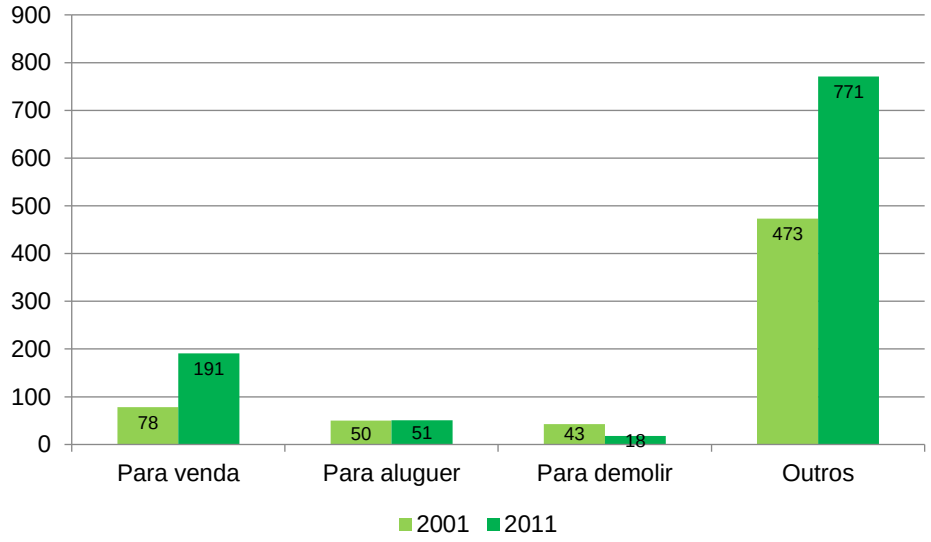


Figura 60. Estado dos fogos devolutos, entre 2001 e 2011, no concelho de Carregal do Sal
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

Ao longo dos últimos anos tem-se observado uma diminuição das dinâmicas construtivas no concelho de Carregal do Sal, o que acompanha as tendências verificadas no país e na sub-região de Viseu Dão-Lafões, expressando-se na diminuição do número de edifícios concluídos (Figura 61) e no número de licenças emitidas anualmente (Figura 62).

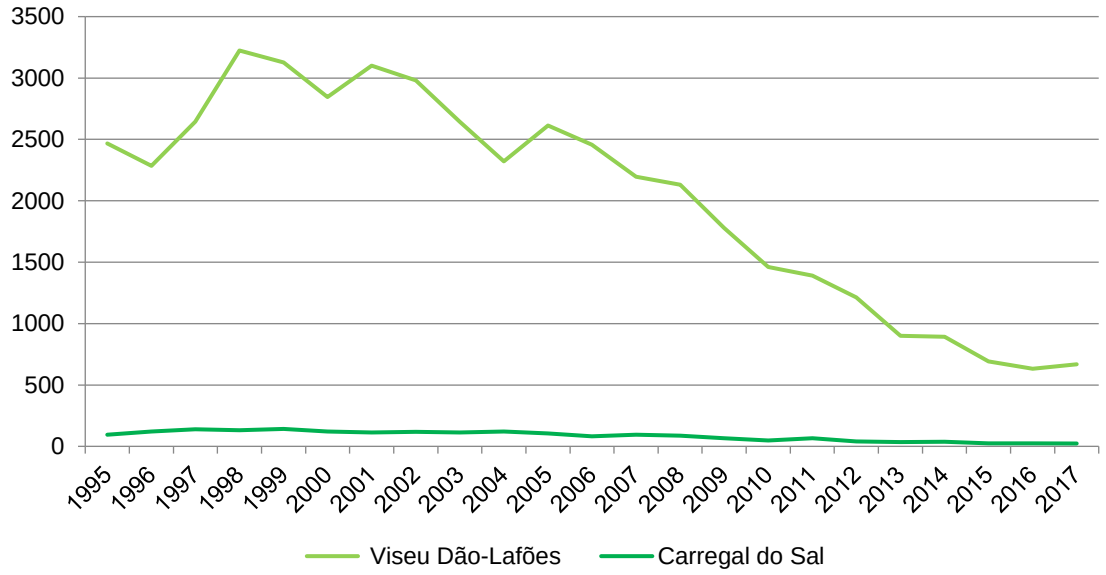


Figura 61. Edifícios concluídos em Viseu Dão-Lafões (NUTS III) e Carregal do Sal (1995 a 2017)
Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 2017

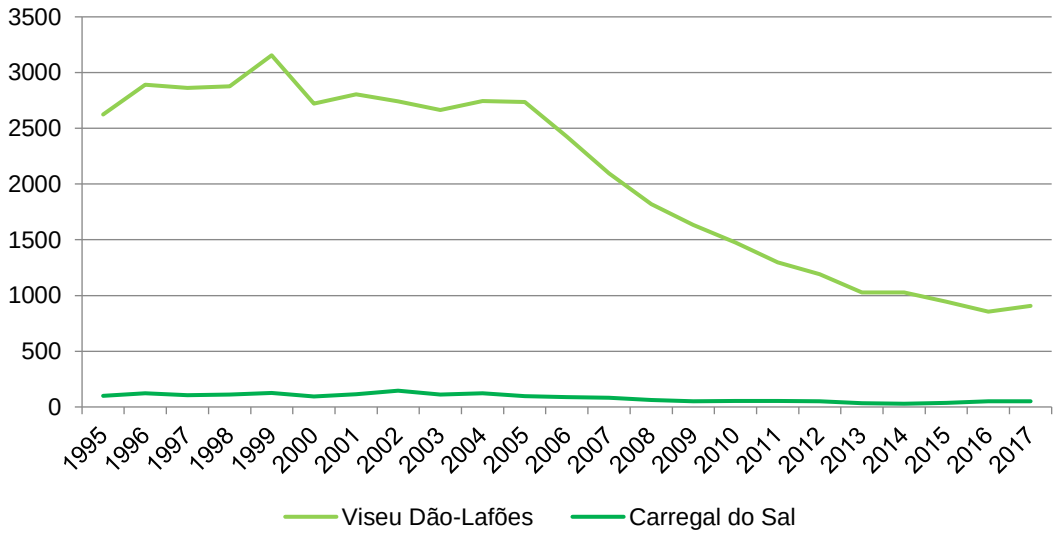


Figura 62. Edifícios licenciados em Viseu Dão-Lafões (NUTS III) e Carregal do Sal (1995 a 2017)
Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 2017

Ainda que a dinâmica urbanística registada no Concelho seja reduzida, contabilizando-se um total de 50 pedidos de licenciamento em 2017, a grande maioria destes pedidos é para a construção de edifícios novos (Figura 63). Este indicador, tendo presente as atuais políticas e estratégias de reabilitação urbana, demonstra que a reabilitação do parque edificado existente ainda não é a tipologia de intervenção dominante.

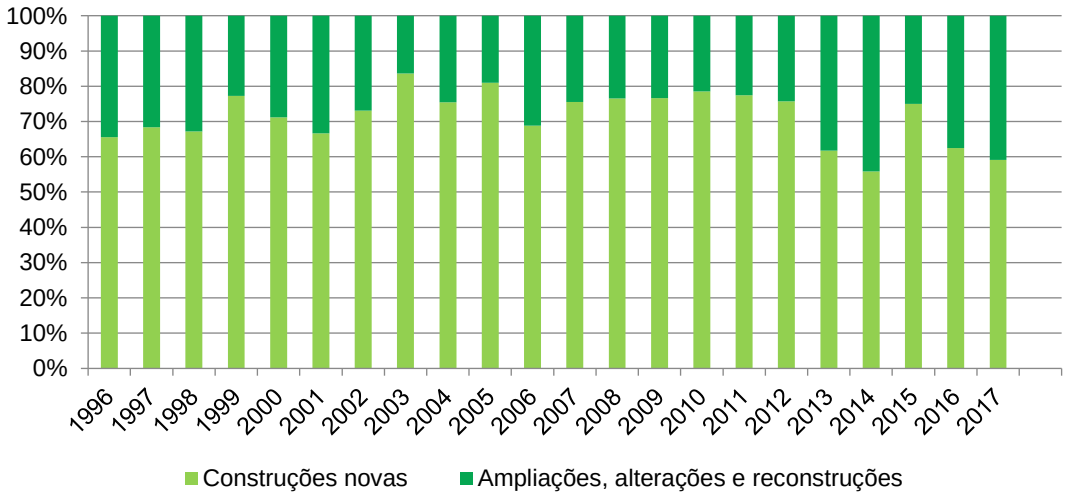


Figura 63. Tipo de construção no concelho de Carregal do Sal entre 1995 e 2017 (%)
Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 2017

Os dados relativos ao destino dos edifícios concluídos (Figura 64) demonstram que a grande maioria dos edifícios concluídos no Concelho, no intervalo de tempo analisado (1995-2017), tem

como principal destino a habitação familiar. Atualmente, já se destinam a outros fins, demonstrando a opção por outras finalidades como o comércio, serviços e o turismo.

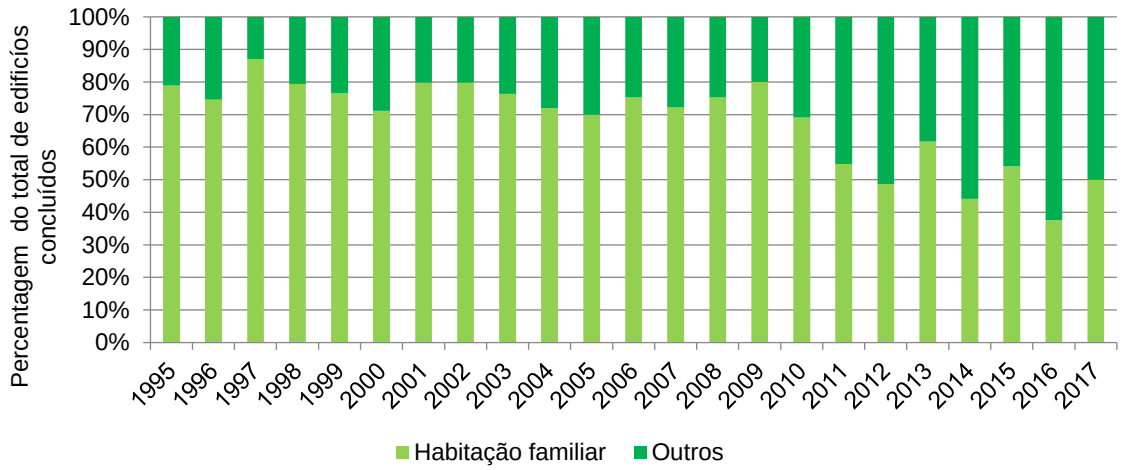


Figura 64. Destino dos edifícios concluídos no concelho de Carregal do Sal entre 1995 e 2017
Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 2017

Através da análise às várias épocas de construção do parque edificado existente, é possível constatar que o período de maior dinâmica construtiva ocorreu sensivelmente durante as décadas de 20 a 70 do século passado, representando mais de 50% do parque edificado existente em 2011 (Figura 65). Esta dinâmica foi diminuindo ao longo das décadas seguintes, o que contribui para o envelhecimento do parque edificado.



Figura 65. Época de construção do edificado no concelho de Carregal do Sal, em 2011
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

A análise à época de construção do edificado, para além de permitir a identificação das dinâmicas construtivas, permite, de igual forma, retirar algumas conclusões quanto à média de idade dos

mesmos (Figura 66) e a sua tradução geográfica. O parque edificado de Carregal do Sal, em 2011, apresentava uma média 40,4 anos de idade. O parque edificado mais envelhecido do Concelho concentra-se nas freguesias de Cabanas de Viriato e de Oliveira do Conde, 42,5 anos e 44,62 anos respetivamente. Pelo contrário, é nas freguesias de Parada e de Beijós que se localizam os edifícios com uma idade média de construção mais recente, 37,9 anos e 39,8 anos respetivamente.

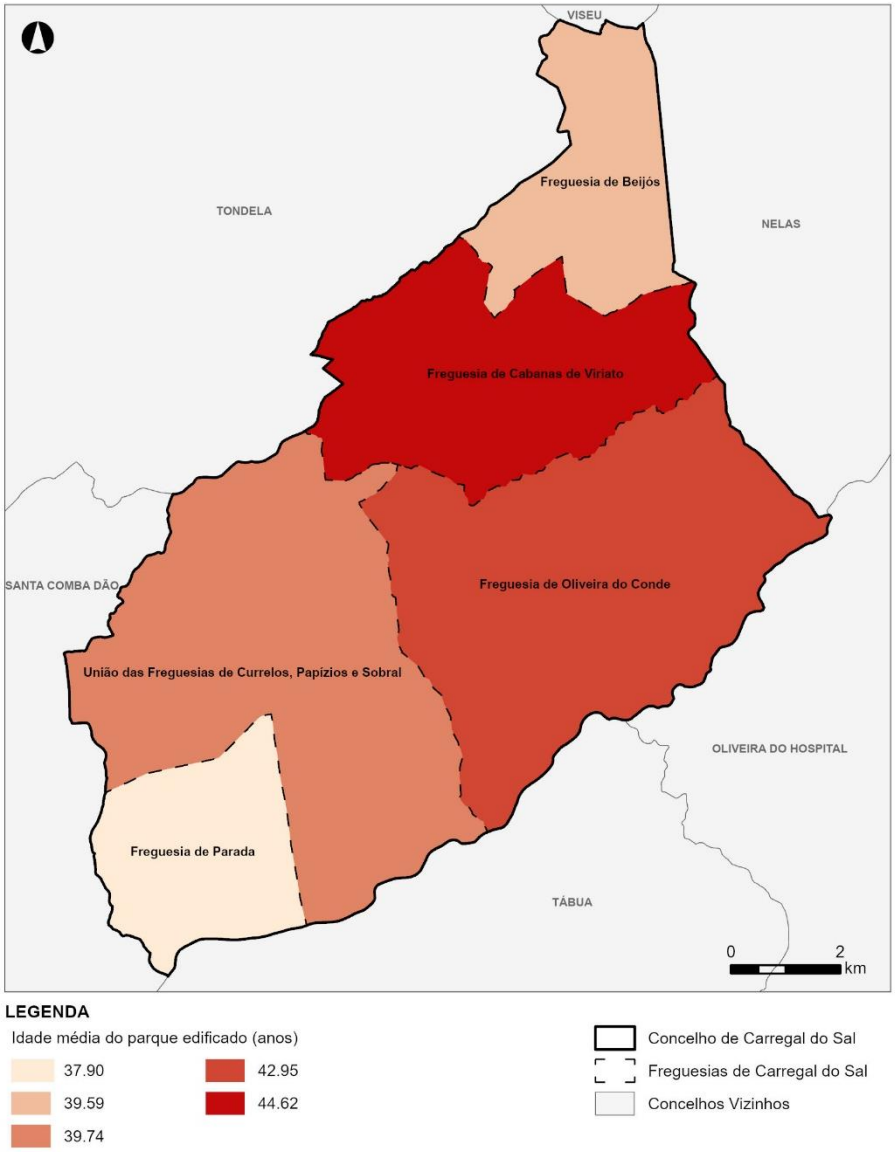


Figura 66. Idade média do parque edificado das freguesias de Carregal do Sal, em 2011
Fonte: INE, Censos 2011

A Tabela 13 permite analisar as necessidades dos edifícios do Concelho consoante a época em que foram construídos. Em 2011, a maioria dos edifícios localizados no concelho não

apresentavam necessidades de reparação. Neste quadro, importa destacar que dos 458 edifícios construídos até 1919, 82 encontravam-se muito degradados. Já os edifícios construídos entre 1996 e 2011 apresentam necessidades pequenas ou médias de reparações.

Tabela 13. Edifícios do concelho de Carregal do Sal por época de construção e respetivo estado de conservação, em 2011
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

Época de construção	Sem necessidade de reparação	Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações	Muito degradado
Até 1919	101	113	102	60	82
1919 - 1945	204	158	154	84	26
1946 - 1960	341	207	64	27	7
1961 - 1970	390	182	73	18	4
1971 - 1980	703	238	75	15	5
1981 - 1990	722	154	32	4	1
1991 - 1995	464	57	11	1	0
1996 - 2000	408	51	7	0	0
2001 - 2011	711	39	10	0	0

Relativamente às necessidades básicas dos alojamentos, importa referir que, em 2011, as principais carências em termos de infraestruturas básicas nos alojamentos existentes no Concelho prendiam-se, essencialmente, com a falta de banho/duche (cerca de 56% das carências), situação verificada, em particular, nas freguesias de Oliveira do Conde (36 alojamento sem banho/duche) e de Beijós (34 alojamentos sem banho/duches). Os alojamentos sem água canalizada, sem retrete e sem sistema de drenagem de águas residuais, representavam a segunda maior fatia (44% dos alojamentos com carência infraestruturais). Do total de alojamentos de famílias clássicas do concelho, no máximo 233 alojamentos apresentavam carências em termos de infraestruturas (3,9%). O principal destaque vai para os 130 alojamentos que, em 2011, não possuíam retrete (2,2% do número total de alojamentos do concelho), e para os 30 alojamentos sem água canalizada (0,5% do número total de alojamentos do concelho). As freguesias de Oliveira do Conde e de Beijós apresentavam na generalidade maior número de alojamentos familiares clássicos com necessidades básicas (Tabela 14).

Tabela 14. Número de alojamentos familiares de residência habitual, sem as principais funções (2011)
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

	Sem água canalizada	Sem retrete	Sem sistema de drenagem de águas residuais	Sem banho/duche
Beijós	8	10	8	34
Cabanas de Viriato	2	5	2	18
Oliveira do Conde	12	14	10	36
Parada	4	9	5	14
Carregal do Sal	4	7	3	28
Concelho	**30**	**45**	**28**	**130**

3.4.2. Política municipal de habitação e reabilitação urbana

As políticas e estratégias de reabilitação urbana e de habitação são, atualmente, ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de um Concelho. Um território que proporcione condições atrativas de habitação e de uso fruto do seu espaço urbano, locais onde a população desempenha o seu papel social e de lazer, são mais competitivos e exercem maior capacidade de fixação e atração de população. Perceber as estratégias existentes no concelho de Carregal do Sal nestes temas fundamentais, torna-se premente para a definição de uma visão estratégica de desenvolvimento territorial e de ordenamento do território.

Conforme identificado no Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, do IHRU, elaborado em fevereiro de 2018, existiam nesta data 12 famílias com necessidade de realojamento em Carregal do Sal, ou seja, que possuíam carências habitacionais graves.

O Município tem desenvolvido uma política municipal de habitação que visa garantir condições habitacionais dignas para a população, investindo nas habitações de carácter social. Em 2015, existiam no Concelho 51 fogos de habitação social, distribuídos por 50 edifícios, sendo que, destes, 48 são de propriedade exclusiva da autarquia e os restantes dois de propriedade parcial[14].

A reabilitação urbana constitui uma outra prioridade do Município, refletida no seu PECS e no conjunto alargado de investimentos de requalificação de espaços públicos e de reabilitação de edifícios e equipamentos urbanos realizados nos últimos anos. Esta aposta determinou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da vila de Carregal do Sal, em 2016, e a posterior formalização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), através de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU)[15]. Foi também nesta área que, no contexto do atual período de programação financeira 2014-2020, foi formalizado o Plano de Ação de Regeneração Urbana

[14] INE, Inquérito à caraterização da habitação social, 2015.
[15] Publicado em Diário da República n.º 212/2016, Série II de 2016-11-04, Aviso n.º 13653/2016).

(PARU), tendo em vista o apoio do FEDER a intervenções estratégicas em espaços públicos e edifícios, enquadrado num Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Verificou-se, igualmente, a necessidade de alargar o apoio à reabilitação urbana a outros aglomerados, designadamente às sedes de freguesia e núcleos com necessidades específicas de intervenção. Desta forma, entre 2017 e 2018 foram aprovadas seis novas ARU. A saber:

- ARU de Cabanas do Viriato (Aviso n.º 9194/2017, publicado no DR n.º 155/2017, Série II, 11 de agosto);
- ARU de Oliveira do Conde (Aviso n.º 9195/2017, publicado no DR n.º 155/2017, Série II, 11 de agosto);
- ARU de Papízios (Aviso n.º 6852/2018, publicado no DR n.º 98/2018, Série II, de 22 de maio);
- ARU de Beijós (Aviso n.º 6853/2018, publicado no DR n.º 98/2018, Série II, de 22 de maio);
- ARU de Fiais da Telha (Aviso n.º 6854/2018, publicado no DR n.º 98/2018, Série II, de 22 de maio);
- ARU de Parada (Aviso n.º 6855/2018, publicado no DR n.º 98/2018, Série II, de 22 de maio).

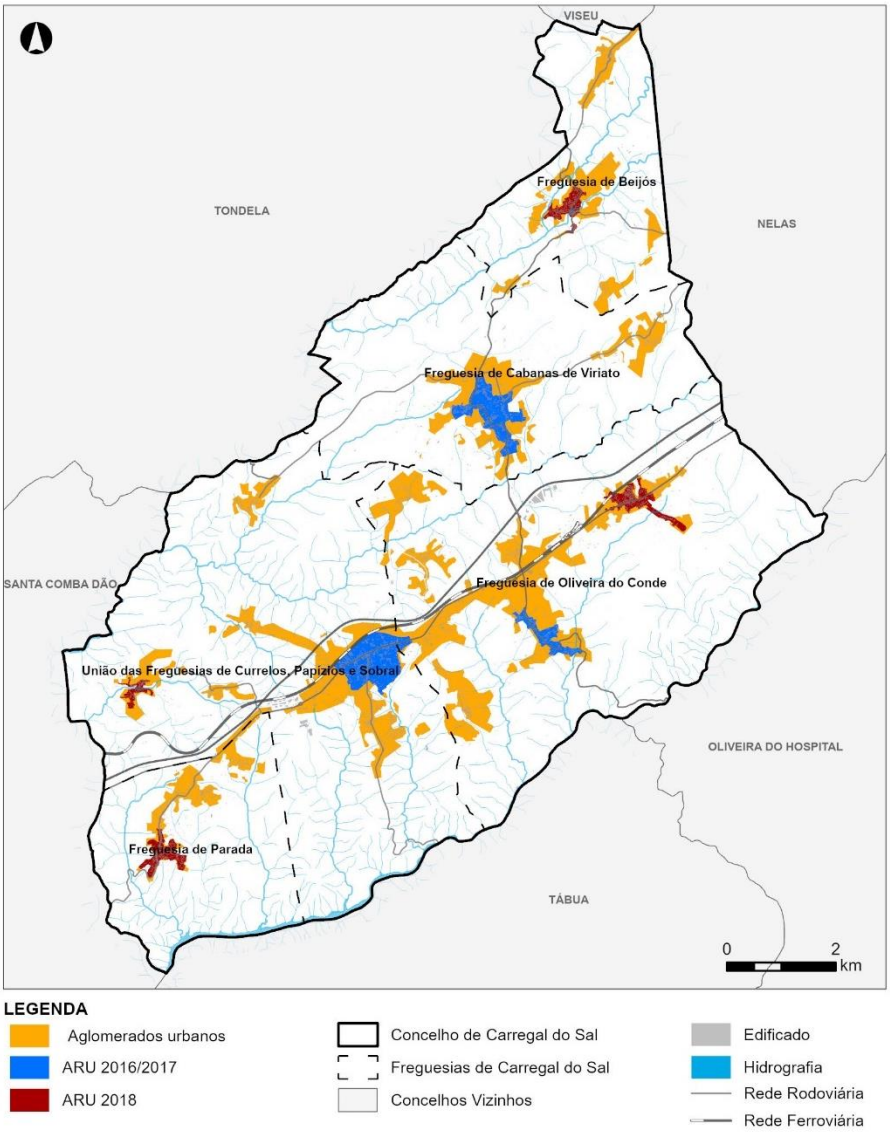


Figura 67. ARU no concelho de Carregal do Sal, aprovadas entre 2016 e 2018
Fonte: SPI, 2019

3.5. População e estruturas sociais

As pessoas são o vetor fundamental de progresso de um território, daí a importância do entendimento das dinâmicas demográficas e sociais para a definição de uma estratégia municipal de desenvolvimento e ordenamento do território. Considerando a população residente e flutuante, é necessário ter a perceção dos movimentos naturais e migratórios, bastante influenciadas pelas conjunturas sociais e económicas, e da sua distribuição espacial.

As dinâmicas demográficas e socias registadas em Portugal nas últimas décadas tiveram um impacto territorial expressivo, verificando-se a acentuação da macrocefalia a norte e sul, em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e a "litoralização" social e económica do país. Estas "migrações" tiveram como principal impacto o despovoamento e desinvestimento nas regiões interiores, gerando um conjunto significativo de territórios onde a densidade populacional é reduzida.

A esses fatores juntou-se a debilidade económica do país no contexto da crise económica e financeira recente, que acabou por afetar a estrutura populacional portuguesa, através da emigração significativa de população para o estrangeiro, com especial realce para a perda de população jovem em idade ativa. Estes eventos colocaram em causa a estrutura demográfica do país, com impacto em diversos setores como a educação, a saúde e a segurança social, e cujo resultado ainda hoje não está totalmente avaliado. Foi por este contexto deficitário dos territórios do interior do país, que o governo português definiu um conjunto de políticas de valorização e coesão territorial, com o intuito de desenvolver o crescimento económico e social do país, com uma vertente muito forte de valorização dos territórios do interior e de baixa densidade populacional.

Carregal do Sal, considerando as suas características e a sua localização, foi classificado como território de baixa densidade no âmbito do Programa de Valorização do Interior, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018. Considerando os objetivos da caracterização do território, é fundamental fazer e compreender o retrato social e demográfico do Concelho para definir a estratégia de desenvolvimento. Pretende-se, ao longo deste capítulo, compreender as dinâmicas das estruturas sociais e os seus principais desafios, de forma a ser possível a definição de estratégias de ordem social, familiar, saúde e segurança social adequadas à realidade.

3.5.1. Dinâmicas demográficas

Os dados históricos que retratam a evolução demográfica da população residente em Carregal do Sal demonstram que, após um crescimento da população até à década de 40 do século passado,

na qual atingiu o pico máximo de população, o Concelho tem vindo progressivamente a perder população, atingindo o seu mínimo em 2021. (Figura 68).

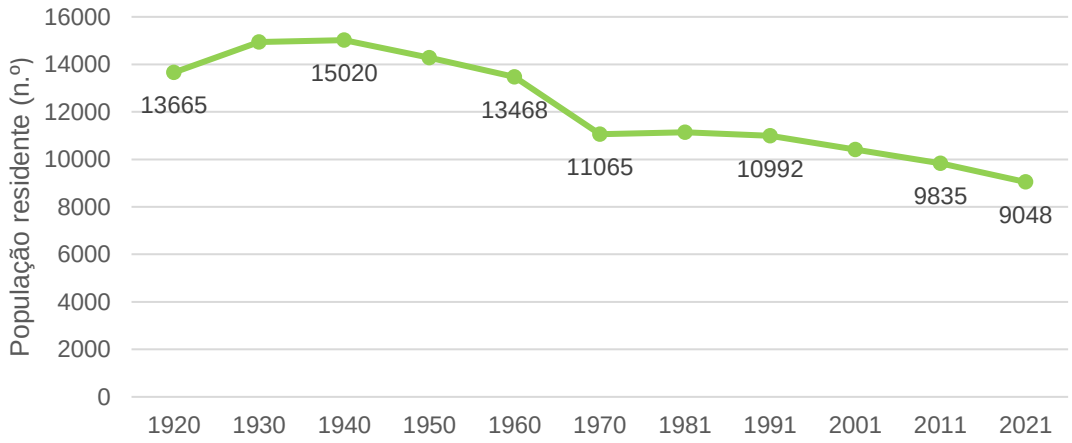


Figura 68. Evolução da população residente no concelho de Carregal do Sal (1920 a 2021)
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População (vários anos)

As dinâmicas demográficas registadas a nível regional, embora com oscilações menos expressivas, demonstram uma redução do número de indivíduos residentes ao longo do último período censitário (Tabela 15). Em termos percentuais, a população decresceu 0,8% na região Centro (menos 20.642 habitantes) e 3,1% na sub-região de Viseu Dão-Lafões (menos 9.073 habitantes).

Tabela 15. Evolução da população residente e taxa de variação
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

	População residente (n.º)				Taxa de variação (%)			
	1991	2001	2011	2021	1991-2021	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Centro	**2258768**	**2348397**	**2327755**	**2227912**	**-1,37**	**3,97**	**-0,88**	**-4,29**
Viseu Dão-Lafões	**282462**	**286313**	**277240**	**252984**	**-10,44**	**1,36**	**-3,17**	**-5,47**
Carregal do Sal	**10992**	**10411**	**9835**	**9048**	**-17,69**	**-5,29**	**-5,53**	**-8,00**
Beijós	1407	1217	975	816	-42,00	-13,50	-19,88	-16,31
Cabanas de Viriato	1819	1698	1533	1459	-19,79	-6,65	-9,72	-4,83
Oliveira do Conde	3708	3313	3122	2802	-24,43	-10,65	-5,77	-10,25
Parada	957	872	806	741	-22.57	-8,88	-7,57	-8,06
Carregal do Sal	3101	3311	3399	3230	4,16	6,77	2,66	-4,97

Os dados relativos à dinâmica demográfica ao nível da freguesia demostram um comportamento semelhante ao registado nas dimensões geográficas superiores, onde ocorre perda populacional.

Contudo, no caso específico das freguesias, Carregal do Sal foi a única onde se registou um ligeiro aumento da população, reflexo de migrações internas, ou seja, da deslocação de população das freguesias rurais para a sede de concelho.

Em 2011, as duas freguesias mais populosas eram Carregal de Sal e Oliveira do Conde, em conjunto estas possuíam 66,3% da população residente no concelho. Os restantes 33,7% distribuíam-se pelas freguesias de Cabanas de Viriato, Beijós e Parada, sendo esta última a freguesia menos populosa (806 habitantes). Com exceção da freguesia de Carregal do Sal, como já se referiu, todas as freguesias registaram perdas significativas de população (Tabela 15).

Em 2021, as freguesias de Beijós e Oliveira do Conde foram as freguesias onde se registou a maior perda populacional (-16.31% e -10,25%). A freguesia de Carregal do Sal foi a única freguesia no Concelho que cresceu até aos censos de 2011, contudo, registou um decréscimo populacional nos dados provisórios do último censo realizado.

Em termos proporcionais (Figura 69), segundo os dados censitários provisórios de 2021, a freguesia de Carregal do Sal é a freguesia com maior número de habitantes, correspondendo a 35,7% da população do concelho. Juntamente com a freguesia de Oliveira do Conde, perfaz 66,7% da população concelhia, comparativamente a 2011, a preponderância populacional destas duas freguesias aumentou em 0,4%. As restantes três freguesias de Carregal do Sal completam a população residente com os seus 33,3%.

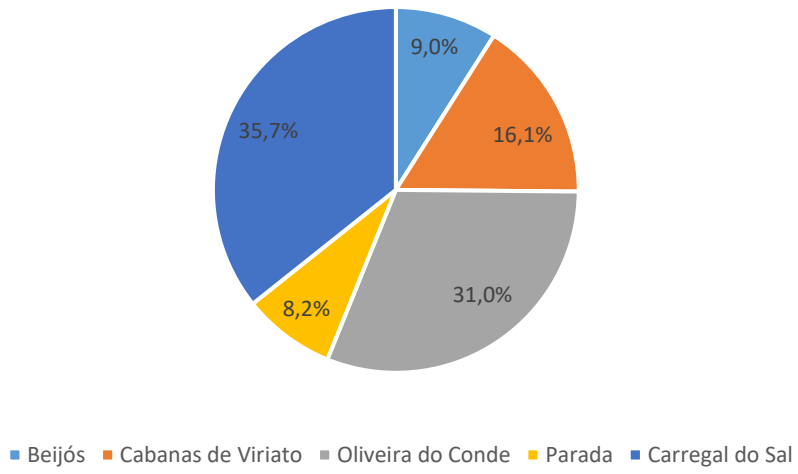


Figura 69. Distribuição da população residente em cada freguesia do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base no recenseamento provisório de 2021

De forma a completar as dinâmicas demográficas, procurou-se utilizar dados censitários mais recentes de 2021. Como tal, a Figura 70 revela a variação populacional entre os últimos dois censos.

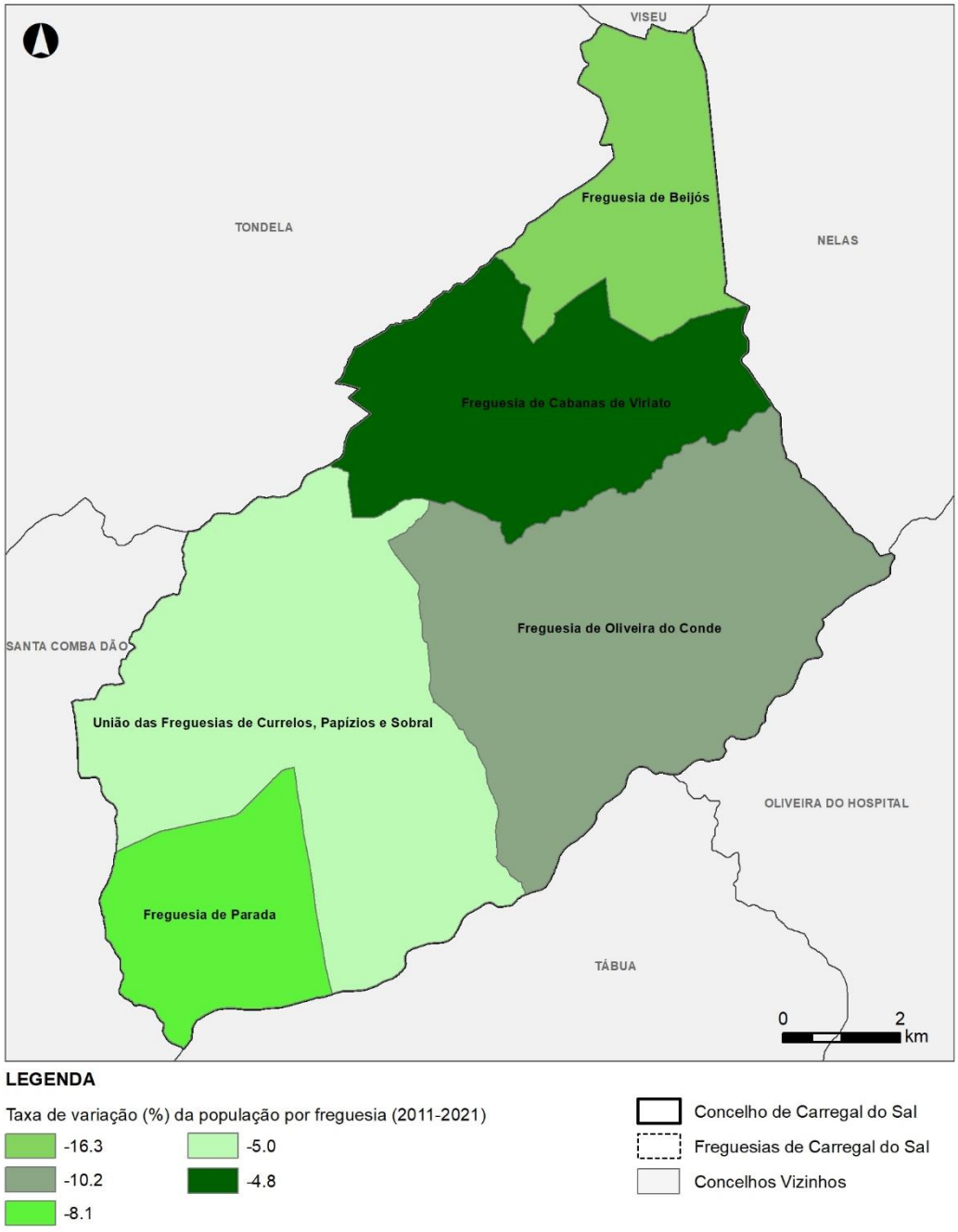


Figura 70. Taxa de variação da população residente de Carregal do Sal, por freguesia, entre 2011-2021
Fonte: SPI, com base nos dados do recenseamento geral da população do INE

A Tabela 16 identifica a densidade populacional (número de indivíduos residentes por km^2) nas diferentes realidades geográficas em análise. Tanto em 2001 como em 2011, o concelho de Carregal de Sal apresenta um número de habitantes por km^2 superior ao da Região Centro e da Sub-região de Viseu Dão-Lafões, com uma tendência regressiva face à perda de população.

Tabela 16. Densidade populacional por km^2
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

Escala	2001	2011
Centro	83,5	82,1
Viseu Dão-Lafões	82	79
Concelho de Carregal do Sal	88,6	83,7

A análise ao nível das freguesias (Figura 71), permite constatar que, em 2011, as freguesias de Carregal do Sal e de Oliveira do Conde possuíam o maior número de habitantes a residir por km^2. Já a freguesia de Parada registava a menor densidade populacional, com 69,1 habitantes/km^2.

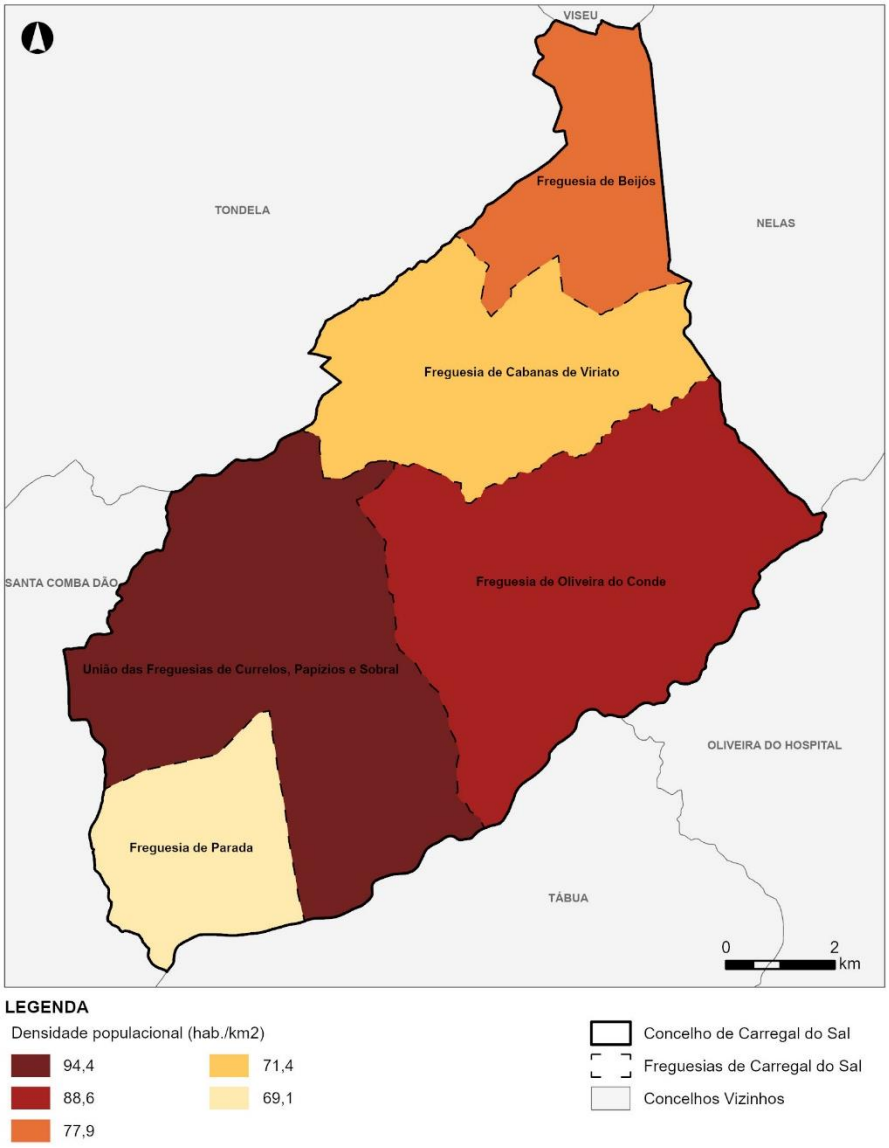


Figura 71. Densidade populacional de Carregal do Sal, por freguesia
Fonte: SPI, com base nos dados do recenseamento geral da população

As dinâmicas populacionais justificam-se pelos dados da evolução do saldo natural[16] e migratório[17] registados nas últimas décadas (Figura 72). Com exceção de alguns anos (1999, 2002 e 2015), onde se registou um saldo migratório positivo, mas, ainda assim, insuficiente para compensar as perdas, os valores do saldo natural e migratório têm sido sempre negativos, contribuindo para a perda constante de população no Concelho.

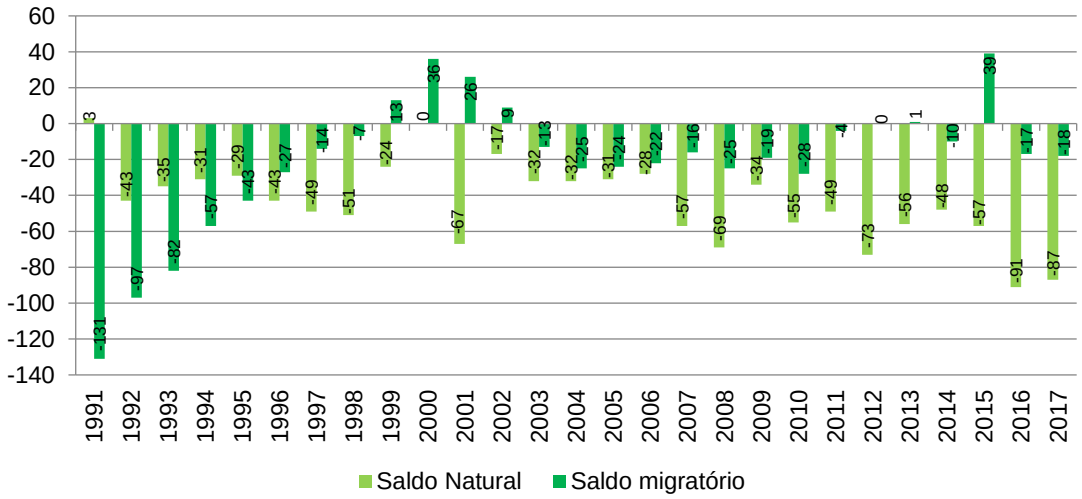


Figura 72. Saldo natural e migratório no concelho de Carregal do Sal
Fonte: INE, Indicadores demográficos

Associada à dinâmica demográfica negativa antes evidenciada, está a redução do número total de mulheres em idade fértil (15-49 anos) residentes no Concelho, um indicador que reflete a vulnerabilidade demográfica do Concelho. Se em 1991, segundo dados do INE, o número de mulheres em idade fértil representava cerca de 42% da população, em 2017 representava 40%.

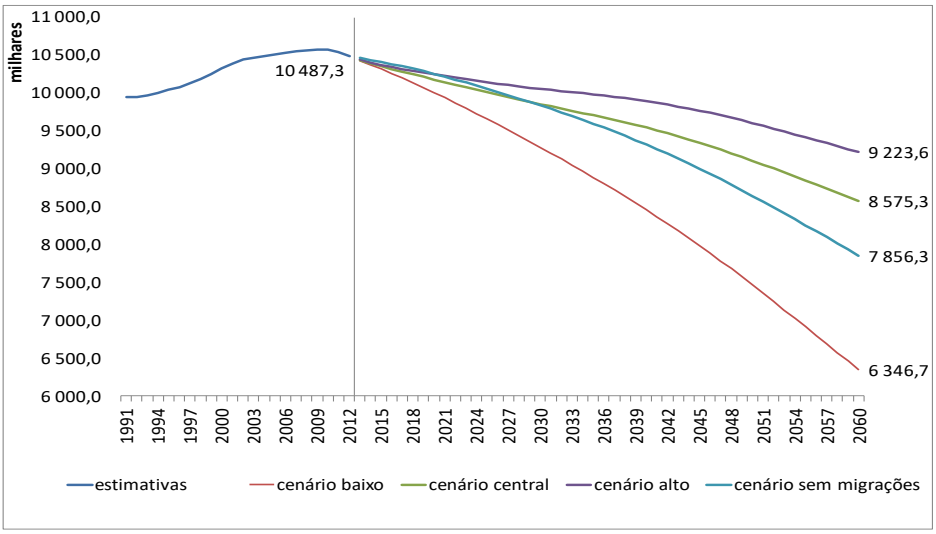
Dentro desta temática, importa analisar a capacidade de renovação de gerações, ou seja, o número médio de filhos que cada mulher deveria ter durante toda a sua vida fértil, para que as gerações pudessem ser renovadas. O número referência de filhos para assegurar a renovação de gerações é de 2,1 filhos. Em 2017, no concelho, o valor correspondia a 1,3 filhos (segundo o PORDATA, com base em dados do INE), o que também constitui um indicador de vulnerabilidade demográfica.

Com base em tendências e comportamentos da população, é possível projetar um conjunto de cenários da evolução da população para as próximas décadas, apesar deste exercício ter sempre uma componente de variabilidade, pelos múltiplos fatores socioeconómicos que influência a equação. As "Estimativas Provisórias Anuais de População Residente", da responsabilidade do INE, fornecem uma projeção, mediante diferentes cenários, da população previsível em Portugal e

[16] "Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo", Metainformação, INE.
[17] "Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo", Metainformação, INE.

na região Centro até 2060 (Figura 73), constituindo uma referência para a evolução demográfica no concelho de Carregal do Sal.

(a)



(b)

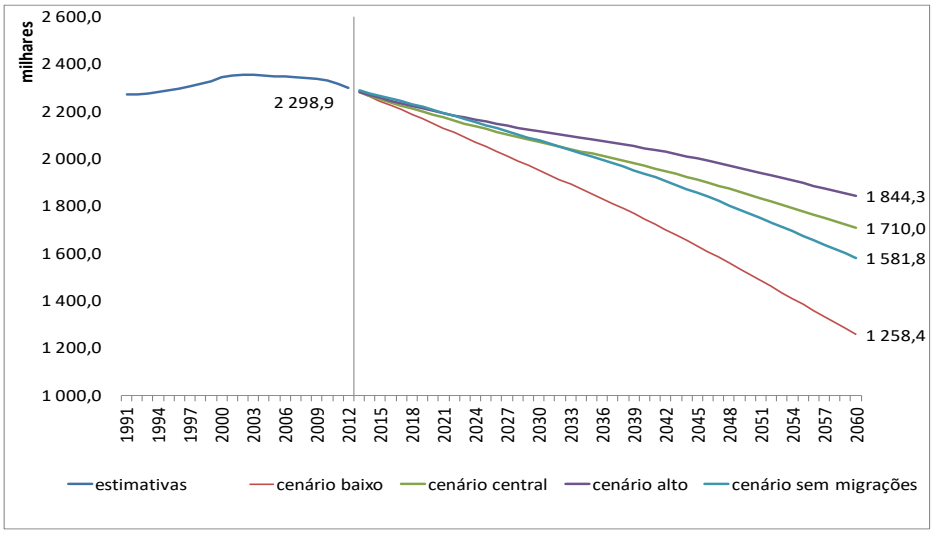
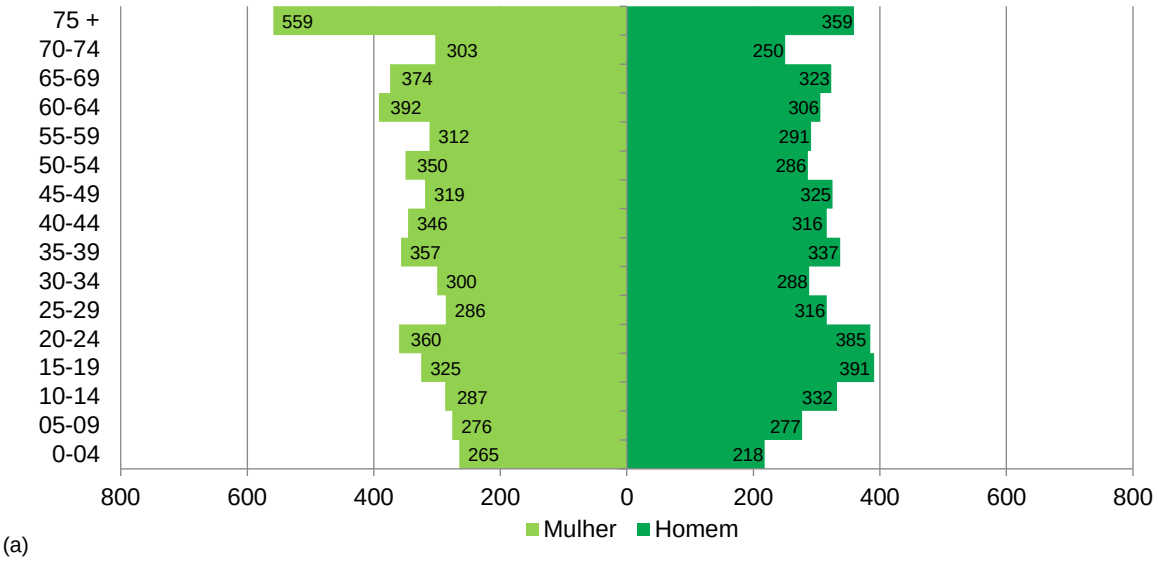


Figura 73. População residente (estimativas e projeções) em Portugal (a) e na Região Centro (b)
Fonte: INE, Projeções de população residente 2012-2060

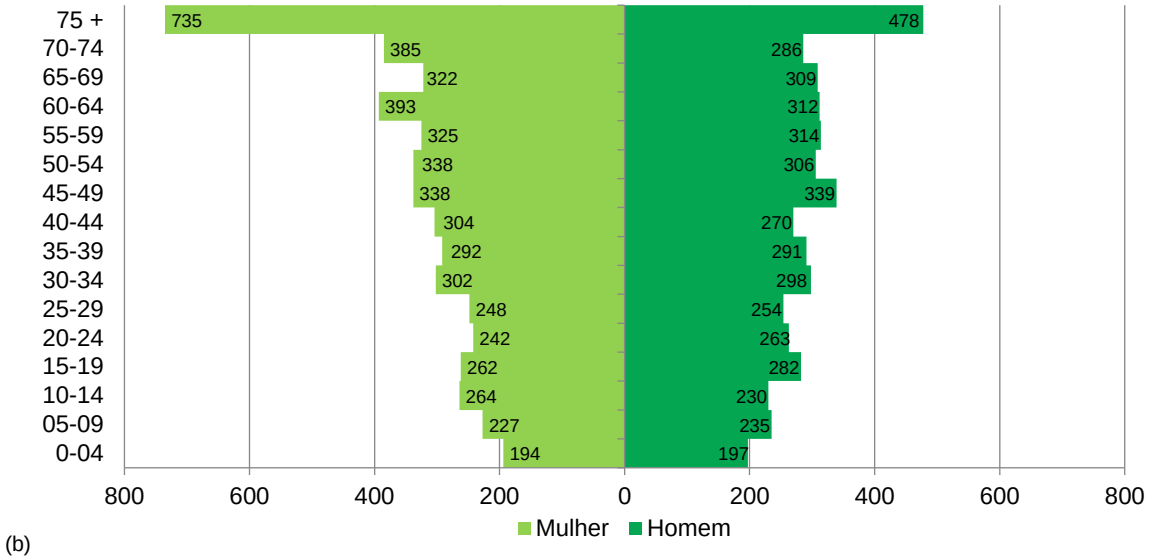
Como é possível verificar, em todos os cenários a tendência é de decréscimo da população residente. Carregal do Sal deverá acompanhar estas tendências, fruto das dinâmicas verificadas ao longo das duas últimas décadas, sendo que, um cenário favorável, será o de atenuar esta tendência e reduzir o seu impacto, criando condições para a manutenção da população atual e para a atração de população nacional oriunda dos principais centros urbanos, bem como de estrangeiros que aqui se pretendam fixar, potenciando fenómenos que já hoje se verificam no território interior.

3.5.2. Estrutura social e familiar

No que respeita à estrutura social e da dimensão das famílias existentes, verifica-se que Carregal do Sal apresenta uma estrutura etária cada vez mais envelhecida, refletindo uma tendência de inversão da pirâmide etária, observada um pouco por todo o país. Se na última década do século passado estávamos perante uma pirâmide etária mais equilibrada entre as diferentes faixas etárias, em 2011 a situação é diferente (Figura 74), com um claro aumento da população idosa, em particular do sexo feminino, e uma diminuição da população jovem.



(a)



(b)

Figura 74. Pirâmide etária do concelho de Carregal do Sal em 2001 (a) e 2011 (b)
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População (vários anos)

A pirâmide da estrutura etária permite antever o que se projeta para o futuro: um topo cada vez mais largo e uma base cada vez mais com menor expressão, o que traz novos e importantes desafios para a nossa sociedade e para a sustentabilidade do sistema de proteção social. Outro aspeto a considerar é a diminuição da população em idade ativa, representada no centro da pirâmide, o que representa uma redução da mão de obra disponível.

Entre 2001 e 2011, a evolução do envelhecimento da estrutura etária da população residente no Concelho teve repercussões territoriais em quase todas as freguesias, com exceção das freguesias de Carregal do Sal e de Oliveira do Conde (Tabela 17).

Tabela 17. Estrutura etária das freguesias de Carregal do Sal, em grandes grupos (%)
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

	2001			2011		
	<14 anos	15-64 anos	>65 anos	<14 anos	15-64 anos	>65 anos
Beijós	12,21	10,88	13,75	8,02	9,99	10,74
Cabanas de Viriato	15,59	15,85	18,27	13,59	14,93	18,21
Carregal do Sal	32,87	32,80	27,95	39,64	34,79	31,29
Oliveira do Conde	31,66	32,50	29,89	31,48	32,31	30,54
Parada	7,67	7,97	10,15	7,28	7,97	9,22
Total - Concelho	**15,90**	**63,28**	**20,82**	**13,70**	**60,73**	**25,57**

O índice de envelhecimento no Concelho tem vindo a aumentar ao longo dos últimos períodos censitários (Tabela 18), registando, em 2011, um valor de 170,9 idosos por cada 100 jovens[18], valor mais elevado do que o registado na região Centro e na sub-região de Viseu Dão-Lafões.

Tabela 18. Índice de envelhecimento
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

	1991	2001	2004	2007	2011	2014	2017
Centro	92,2	130,5	136,9	143,8	160,7	177	194
Viseu Dão-Lafões	84,3	126,5	135	144,3	163,2	182,5	203,5
Carregal do Sal	87,1	132,1	143,8	152,8	170,9	195,5	220

É ainda possível verificar que a freguesia de Carregal do Sal é a mais envelhecida, apresentando, em 2011, um índice de envelhecimento de 596 idosos por cada 100 jovens. Em contraponto, a freguesia de Oliveira do Conde é a mais "jovem", com um índice de envelhecimento de 181,1 idosos por cada 100 jovens (Figura 75).

[18] Para o cálculo do índice de envelhecimento é considerada jovem a população com menos de 15 anos.

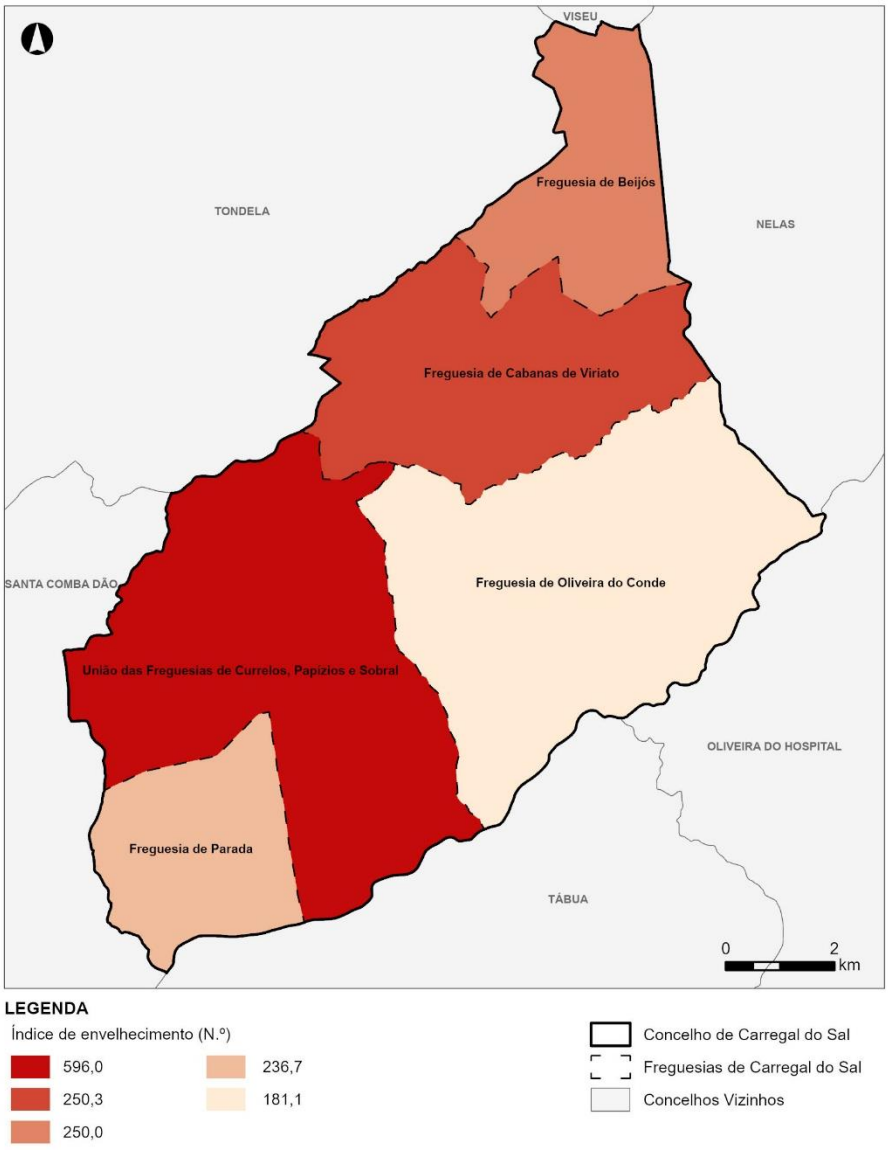


Figura 75. Índice de envelhecimento em Carregal do Sal, por freguesia (2011)
Fonte: SPI, com base nos dados do recenseamento geral da população

No que diz respeito à estrutura familiar, verifica-se, ao longo dos últimos três períodos censitários, um aumento do número de famílias clássicas residentes (Tabela 19). Entre 2001 e 2011 o aumento registado situava-se na ordem dos 6,8% de famílias clássicas na região Centro e de 5,9% na sub-região de Viseu Dão-Lafões. Em Carregal do Sal, a tendência de crescimento foi semelhante, ainda que o acréscimo tenha sido mais ligeiro (2,1% de famílias clássicas, correspondente a mais 77 famílias face a 2001).

Tabela 19. Número de famílias clássicas
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação

	1991	2001	2011
Centro	**752.866**	**847.265**	**904.770**
Viseu Dão-Lafões	**87.886**	**98.914**	**104.725**
Concelho de Carregal do Sal	**3.627**	**3.695**	**3.772**
Beijós	471	431	394
Cabanas de Viriato	637	593	589
Carregal do Sal	992	1.193	1.273
Oliveira do Conde	1.182	1.157	1.204
Parada	345	321	312

À escala local o comportamento é relativamente distinto, de 1991 a 2011, as freguesias de Beijós, Parada e Cabanas de Viriato perderam 10,9% de famílias, ao contrário da freguesia de Carregal do Sal, que aumentou o número de famílias clássicas (mais 28,3% famílias clássicas), assim como Oliveira do Conde (mais 1,86% famílias clássicas). Estas migrações internas são reflexo da maior atratividade destes dois principais núcleos urbanos.

Em Carregal do Sal, analisando a estrutura familiar, regista-se o predomínio das famílias de pequena dimensão (singulares e de 2 pessoas). Justificando esse facto, tem-se que, em 2011, a dimensão média das famílias no concelho era de 2,6 indivíduos[19], fator que contribui para que Carregal do Sal se enquadre no perfil dos concelhos com vulnerabilidades sociais, definido no PNPOT. Este valor demonstra a fragilidade demográfica que se tem vindo a evidenciar, nomeadamente com o aumento da população idosa e a baixa de natalidade.

3.5.3. Emprego e qualificação

A escolarização da população é um importante fator de desenvolvimento social e de sustentabilidade económica de um território, contribuindo para o acesso a trabalhos mais qualificados e para a melhoria da qualidade de vida da população residente. Nas últimas décadas assistiu-se em Portugal, e Carregal do Sal não é exceção, a um progresso no que diz respeito aos níveis de escolarização da população residente, em virtude da mudança de políticas de educação tornando a sua frequência obrigatória até ao ensino secundário e da existência de apoios à formação e qualificação da população.

Apesar da melhoria geral registada, a maioria da população residente no Concelho apresenta ainda baixos níveis de instrução, contribuindo, para tal, o volume significativo de população idosa, que não beneficiou das atuais políticas. A Figura 76 permite verificar a percentagem de população

[19] Dados do PORDATA, com base em dados do INE.

com determinado grau de instrução ao nível da região Centro, sub-região de Viseu Dão-Lafões e no concelho de Carregal do Sal.

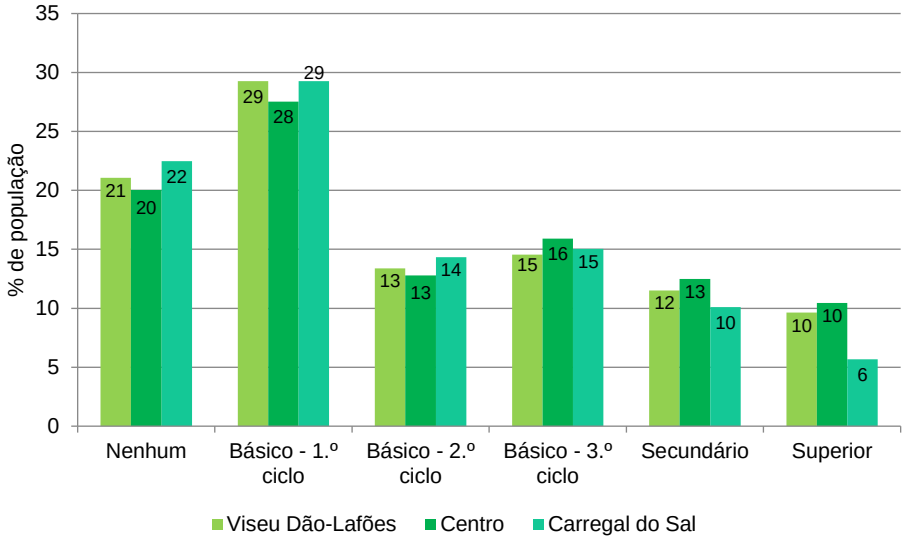


Figura 76. Níveis de instrução completos na região do Centro de Viseu Dão-Lafões e no concelho de Carregal do Sal, (2011)
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2011

A população sem nenhum tipo de instrução (analfabeta) ou apenas com o 1.º ciclo do ensino básico concluído tem, em 2011, maior expressão no concelho. Em termos globais, em 2011, verifica-se que cerca de 22% da população residente não possuía qualquer nível de instrução e 32% apenas o 1.º ciclo do ensino básico. De realçar que, entre 2001 (2,7%) e 2011 (6%), o número de indivíduos residentes no concelho de Carregal do Sal com o ensino superior completo aumentou.

Por seu turno, verifica-se que 24,1% da população que não possui nenhum nível de estudos está acima da faixa etária dos 65 anos, e que 56,6% da população com apenas o 1.º ciclo do ensino básico completo também tem mais de 65 anos.

No que diz respeito à população ativa[20], entre 2001 e 2011, é possível observar um ligeiro decréscimo da mesma no Concelho, acompanhando a tendência verificada ao nível da população residente. Dos 10.411 indivíduos residentes no concelho em 2001, apenas 4.163 habitantes estavam ativos (representavam 40% da população residente total), e dos 9.835 indivíduos residentes em 2011, apenas 3.855 habitantes estavam ativos (representavam 39,2% da população total).

[20] "Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)". Sistema de Metainformação do INE, verificado a dia 9 de julho de 2019.

A Tabela 20 traça um retrato entre os anos de 2001 e 2011 da população empregada por setores de atividade, indicando uma terciarização da mão-de-obra em detrimento das atividades do setor secundário. Nesta análise verifica-se uma redução da população que se encontra empregada tendo, neste período, diminuído cerca de 11%.

Tabela 20. População empregada por setor de atividade
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e habitação (2001 e 2011)

	2001		2011	
População Empregada	**nº**	**%**	**nº**	**%**
Setor Primário	336	8,7	153	4,5
Setor Secundário	1 764	45,7	1 327	38,8
Setor Terciário (social)	776	20,1	864	25,2
Setor Terciário (económico)	987	25,6	1 080	31,5
Total população empregada	**3 863**		**3 424**	
População Residente	**10411**		**9835**	

O mercado de trabalho tem vindo a sofrer uma série de mudanças significativas. Uma característica observável é reforço positivo da presença da mulher no mercado de trabalho, sendo que, entre 1960 e 2011, segundo dados do PORDATA, o peso da mulher na população empregada no concelho aumentou em 12,8%.

O desemprego é uma das maiores preocupações sociais da última década, e uma das que mais afetam a população, independentemente da faixa etária e grupos sociais. Segundo os dados dos Censos, em 2011 a taxa de desemprego no concelho era de 11,2%, valor justificado pelos efeitos da crise económica que se fizeram sentir desde sensivelmente 2008.

Em 2013 registou-se uma média anual de desempregados residentes em Carregal do Sal inscritos nos centros de emprego locais[21] de 5889 indivíduos, valor esse que tem vindo a decrescer. Mais recentemente, em 2018 estavam inscritos nos centros de emprego locais 237 indivíduos residentes no concelho (PORDATA, com base nos dados do IEFP/MTSSS). Esta significativa redução justifica-se pela recuperação económica que o país tem vindo a sentir ao longo dos últimos anos, e pelo aumento do investimento nacional – público e privado – e internacional em setores como a agricultura, turismo e novas tecnologias, contribuindo para novas oportunidades de emprego.

Por último, nesta análise às condições perante a atividade, importa perceber a relação de pensionistas presentes em Carregal do Sal. Os valores registados no Concelho destacam-se face ao panorama nacional e regional, sendo que, por cada 1.000 habitantes em idade ativa, 408 indivíduos são pensionistas (Tabela 21).

[21] O concelho de Carregal do Sal é abrangido pelo Centro de Emprego de Tondela. Deste modo os valores correspondem aos desempregados com residência em Carregal do Sal, inscritos no Centro de Emprego de Tondela.

Tabela 21. Número de pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa (‰)
Fonte: INE, Instituto de Informática

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Portugal	309,11	315,16	321,87	332,21	341,17	341,72	341,31
Centro	341,49	346,73	352,31	369,20	377,92	376,80	375,64
Viseu Dão-Lafões	331,52	334,97	339,15	362,58	370,34	367,95	367,18
Carregal do Sal	360,81	363,86	358,35	403,86	410,85	401,60	408,04

3.5.4. Perfil de vulnerabilidade social

Para concluir a análise das características da população residente em Carregal do Sal, importa perceber as vulnerabilidades sociais existentes, ou seja, quais as condições de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos sociais influenciados pelo contexto económico e social em determinado momento e lugar.

Segundo o PNPOT[22], as principais vulnerabilidades sociais existentes num território estão relacionadas com a existência de um elevado número de desempregados, idosos com mais de 75 anos e grupos vulneráveis, como imigrantes desintegrados socialmente, toxicodependentes e pessoas infetadas com VIH. A nível nacional, as zonas mais densamente povoadas – como as áreas metropolitanas, as principais cidades e territórios mais urbanos – e ainda os territórios rurais interiores, são os que apresentam uma maior vulnerabilidade social.

Segundo o perfil de vulnerabilidade social dos territórios de baixa densidade identificados no PNPOT, o interior da Região Centro tem registado, nos últimos anos, um forte declínio demográfico, económico e social e um envelhecimento crescente da população. Esta situação conduz ao aumento do isolamento social e geográfico e, como tal, expõe a fragilidade dos grupos dependentes. Revela-se particularmente preocupante, uma vez que na Região Centro Interior, embora os níveis de poupança sejam maiores, em termos de remunerações o cenário é desfavorável, na medida em que o ganho médio mensal dos trabalhadores pior remunerados é, efetivamente, muito baixo, e o desemprego é também mais significativo.

Carregal do Sal apresenta um nível baixo de população socialmente vulnerável, de acordo com o estudo considerado no PNPOT[23], sendo definido como perfil 2 de vulnerabilidade social (Figura 77). As principais vulnerabilidades sociais identificadas no Concelho são o envelhecimento da população, a fragilidade e a dependência social.

As mudanças sociais apontadas pelo PNPOT, e que se verificam no Concelho, como foi possível observar nas análises anteriores, remetem para a alteração da composição familiar (aumento dos

[22] Proposta de alteração do PNPOT – Diagnóstico, 6 de julho de 2018.
[23] Maia, C. et al (2017). *Perfis de vulnerabilidade social em Portugal*, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, XI Congresso de Geografia Portuguesa (9-11.11.2017), Porto.

núcleos monoparentais), para o reforço da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, que se associa às alterações de comportamento face à natalidade e à fecundidade e para o aumento constante do número de pensionistas.

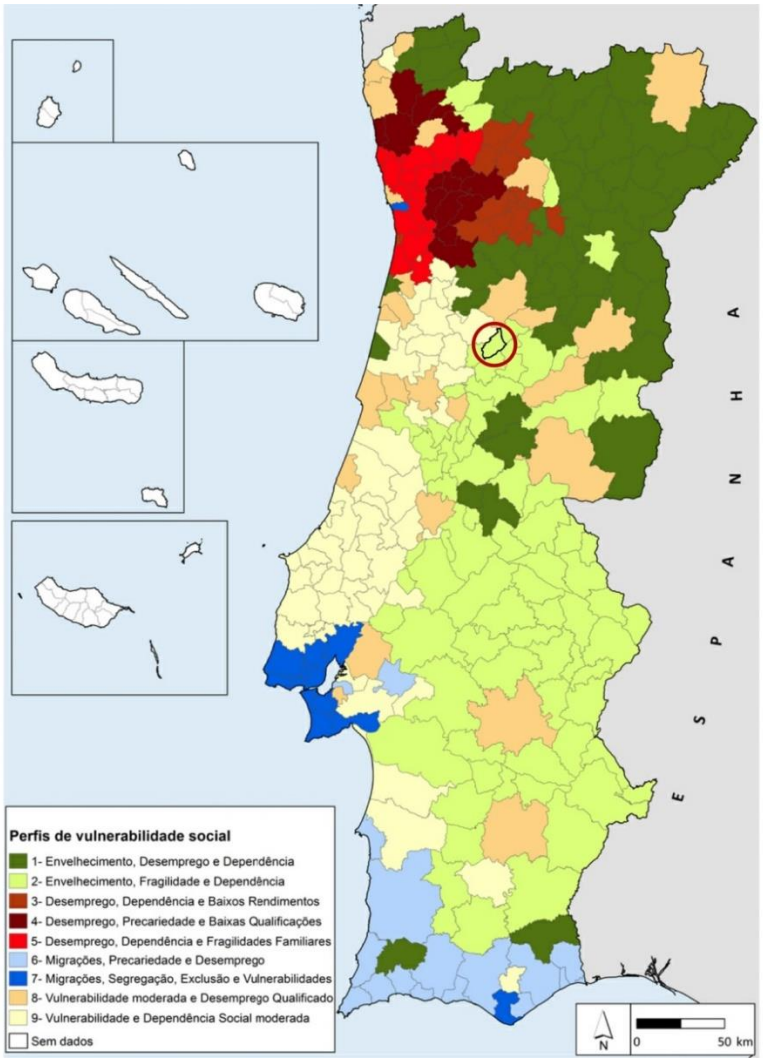


Figura 77. Perfis territoriais de vulnerabilidade social, por concelho (2017)
Fonte: Proposta de alteração do PNPOT – CEGOT.UP; fonte dos dados: INE, ISS, MTSSS, IEFP, INSA

3.6. Atividades económicas e inovação

A abordagem a esta temática deve ser, antes de mais, enquadrada num âmbito geral, sendo um tema que está intimamente ligada à dimensão macroeconómica nacional e internacional, que depois se reflete a nível regional e local. Deve ser referido, por isso, que neste período de análise Portugal atravessa um momento onde se procura reequilibrar económica e financeiramente, face à crise económica e financeira da última década e à conjuntura socioeconómica que daí proveio.

Portugal, tal como identificado na recente revisão do PNPOT, enfrenta um grande desafio que resulta do seu posicionamento face às mudanças no contexto da economia global e ao surgimento de novos mercados de produção e consumo. Assim, enquanto território com um nível de desenvolvimento intermédio, por um lado, tem dificuldades em competir com os países e regiões com níveis salariais mais baixos, por outro lado, tem dificuldades em competir com os países e regiões com os níveis tecnológicos mais avançados, dado o patamar tecnológico menos desenvolvido em que se posiciona.

A estratégia territorial consagrada no PROT Centro definiu como prioridades fundamentais, no âmbito do desenvolvimento económico e promoção do emprego, a aposta na qualificação dos recursos humanos, a mobilização de recursos para o reforço da inovação e competitividade e a valorização do território numa ótica de aproveitamento dos recursos naturais, culturais, gastronómicos, paisagísticos e patrimoniais. Estas opções devem-se enquadrar num objetivo de valorização da cooperação inter-regional, transnacional e transfronteiriça, como instrumento de suporte à internacionalização da Região.

Os municípios, após décadas de investimento em infraestruturação do território, lidam atualmente com novos desafios de outro cariz, nomeadamente no que diz respeito à capacitação dos agentes de desenvolvimento públicos e privados, à qualificação dos recursos humanos, à atração de investimentos, à articulação com o sistema científico e tecnológico e à criação de redes de cooperação empresarial, à análise do potencial de especialização e ao acesso a financiamento.

3.6.1. Análise global das atividades económicas no Concelho

Esta análise visa estabelecer um enquadramento geral das atividades económicas existentes no Concelho, caracterizando a economia local e o desempenho socioeconómico. A análise desenvolvida foca-se nos principais setores de atividade, na sua importância para o Concelho, e caracteriza o perfil socioeconómico existente. Tendo presente o contexto de competitividade económica existente entre territórios, é importante destacar e caracterizar a oferta de espaços industriais e as infraestruturas associadas. Com esta informação é possível ter um quadro global da dinâmica económica do concelho.

3.6.1.1. Caracterização geral

Num retrato geral ao número de empresas existentes no território, verifica-se que, em 2017 e segundo dados do INE, existiam 27.670 empresas na NUT III de Viseu Dão-Lafões e 851 empresas no concelho de Carregal do Sal, o que representa cerca de 3% do número total de empresas existentes na sub-região. Das 851 empresas, 96% correspondem a microempresas, que incorporam as denominadas Pequenas e Médias Empresas (PME)[24] (Figura 78).

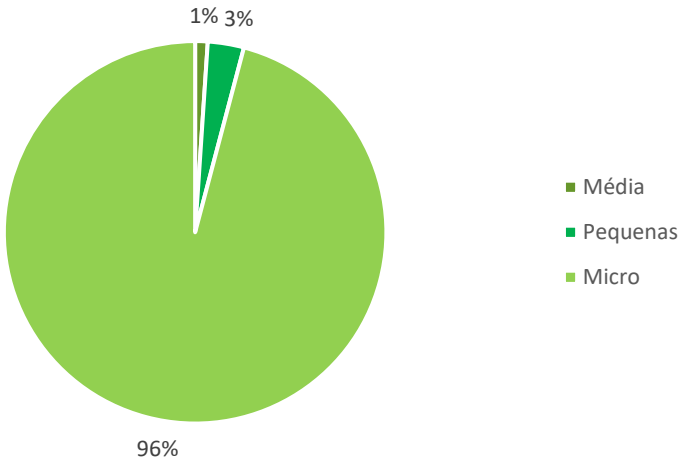


Figura 78. Dimensão das empresas localizadas em Carregal do Sal (2017)
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2019)

O número de empresas é um indicador que demonstra de forma simples a dimensão da atividade económica e a dinâmica empresarial registada no território. Percebe-se que, ao longo da última década, o número de empresas presentes no concelho de Carregal do Sal, a exemplo do que ocorreu na sub-região (e um pouco por todo o país), apresenta variações significativas que importam evidenciar (Figura 79).

[24] Recomendação da Comissão 2003/361.

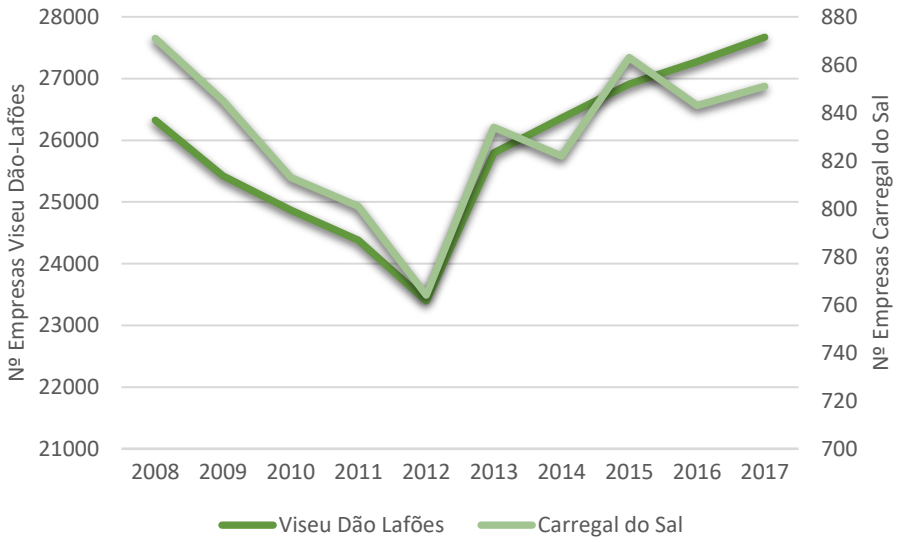


Figura 79. Número de empresas em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III), entre 2008 e 2017
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2019)

A última década revela dois períodos distintos, influenciados, naturalmente, pela crise económica que se fez sentir na Europa e em Portugal. Entre 2008 e 2012, período em que se acentuou a recessão económica, verificou-se uma diminuição do número de empresas tanto na sub-região, como em Carregal do Sal. Em Viseu Dão-Lafões este decréscimo foi de cerca de 11%, já em Carregal do Sal o decréscimo foi de 12%.

Após esse período, e retratando os últimos anos até ao momento, registam-se alguns indicadores de retoma económica e a abertura de novas empresas. A sub-região de Viseu Dão-Lafões tem apresentado uma dinâmica mais intensa, possuindo atualmente mais empresas do que as existentes no início da crise (26.323 empresas). Já Carregal do Sal, embora apresentando sinais de recuperação, apresentou uma dinâmica mais oscilante e sem superar o total de empresas existentes em 2008 (871 empresas).

O volume de negócios indica o total de vendas efetuado pelas empresas localizadas num determinado território, permitindo aferir a dinâmica económica das empresas locais. As tendências registadas nas áreas territoriais, em análise na última década, apresentam um comportamento interessante, considerando o clima económico que se registou (Figura 80).

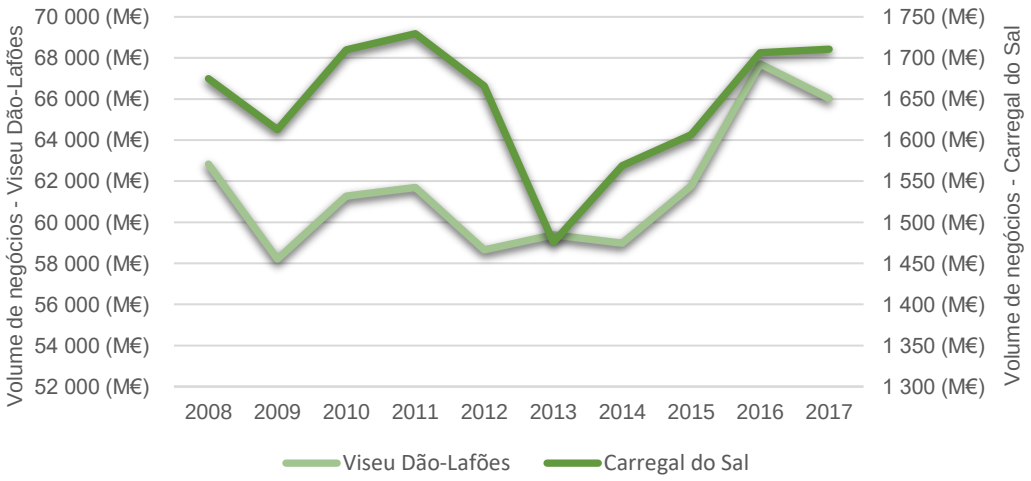


Figura 80. Volume de negócios (M€) em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III), entre 2008 e 2017
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2019)

Ao nível do volume de negócios, as empresas localizadas na sub-região de Viseu Dão-Lafões sofreram algum impacto com os efeitos da crise, mas a retoma dos últimos anos promoveu um crescimento de cerca de 5% em relação a 2008. Já em Carregal do Sal esse impacto fez-se sentir de forma mais abrupta em 2012 e 2013, recuperando nos anos seguintes para valores semelhantes aos de 2008. Carregal do Sal contribuía, em 2017, com um total de 1.711 milhões de euros, o que correspondia a cerca de 2,5% do total do volume de negócios da sub-região.

Quanto à riqueza gerada na transformação de produtos localmente, expressa pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB), verifica-se ao longo da última década uma variação reduzida, sendo que a diminuição mais significativa se registou em 2012 (NUT III) e 2013 (Carregal do Sal) (Figura 81).

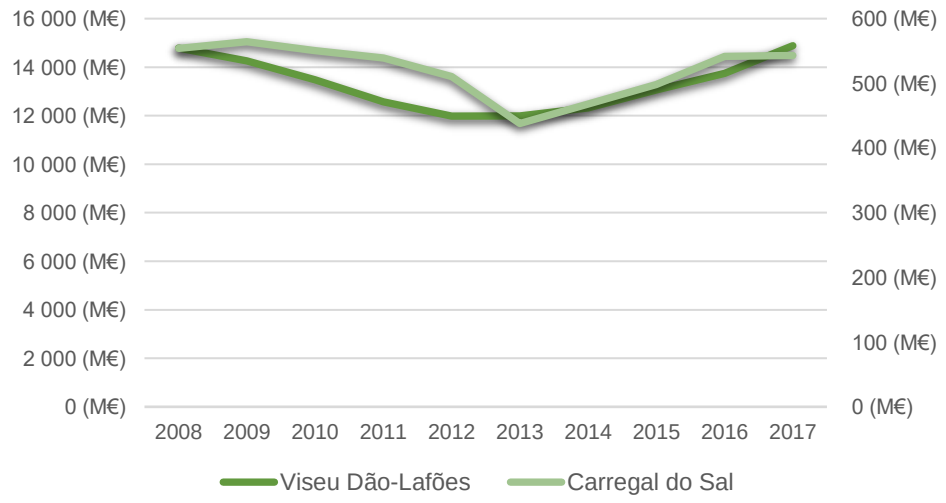


Figura 81. VAB (M€) das empresas em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III), entre 2008 e 2017
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2019)

Na última metade da década os valores do VAB voltaram a crescer, registando-se, em 2017, um VAB total de 543 milhões de euros em Carregal do Sal, o que representa cerca de 3,6% no total da sub-região. Estas melhorias, pós recessão económica e encerramento de algumas empresas menos resilientes, demonstram alguma vitalidade do tecido económico local, sendo que a variação do VAB apresenta valores superiores ao crescimento do volume de negócios.

Nesta análise é importante perceber a distribuição dos indicadores referidos anteriormente por setor de atividade, de modo a obter o perfil das atividades económicas existentes em Carregal do Sal. A tendência em Portugal é a afirmação do setor terciário, tendência que se reflete na NUT III Viseu Dão-Lafões e em Carregal do Sal (Figura 82).

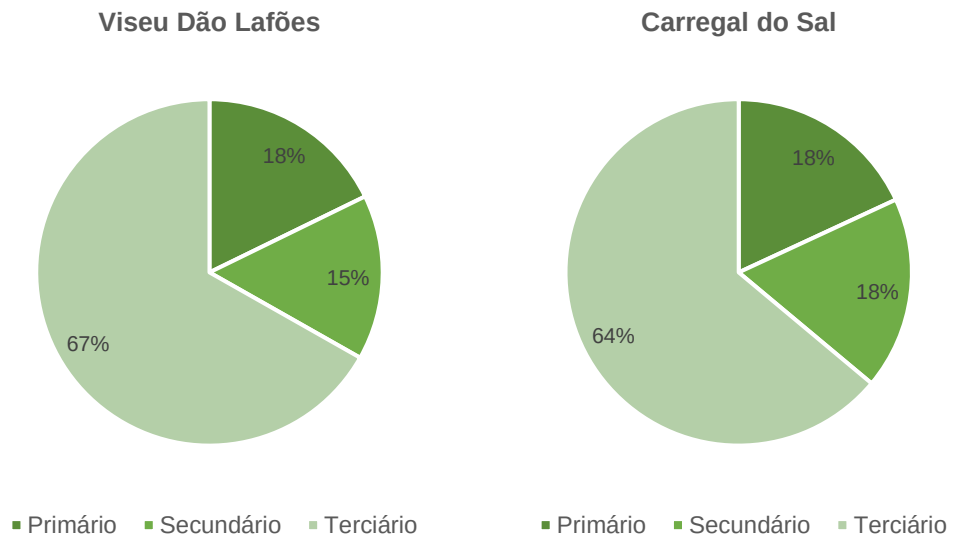


Figura 82. Distribuição das empresas por setor de atividade em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões em 2017
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2019)

Como se verifica tanto em Carregal do Sal como na sub-região, cerca de 65% das empresas aqui localizadas desenvolvem a sua atividade ligada ao setor terciário, tendo grande peso as atividades de consultoria, científicas e técnicas, nomeadamente jurídicas, contabilidade e ligadas ao ramo da construção (arquitetura e engenharia). Já as restantes atividades possuem uma presença semelhante na economia local, sendo que o setor primário tem uma maior presença em Carregal do Sal, em termos de número de empresas, comparado com os valores a nível nacional.

De forma a confirmar estas tendências, é importante analisar o comportamento do volume de negócios por setor de atividade. Os dados recolhidos para a sub-região demonstram que o setor terciário é o mais preponderante na economia, sendo que as empresas que desenvolvem a atividade neste setor geram 80% do volume de negócios. Em Carregal do Sal esta dinâmica é bastante diferente, com um contributo das empresas que operam no setor secundário de 57% (Figura 82).

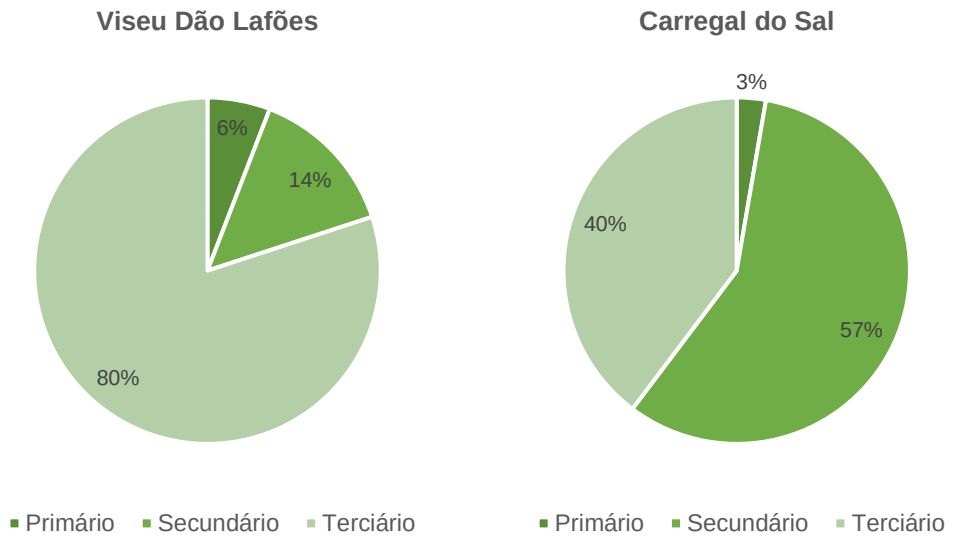


Figura 83. Distribuição do volume de negócios por setor de atividade das empresas em Carregal do Sal e Viseu Dão-Lafões (NUT III) em 2017
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2018)

Esta dinâmica é fomentada principalmente pela indústria e pelas atividades científicas ligadas à consultoria e projeto, que geram cerca de 1.000 milhões, um volume de negócios superior às restantes empresas do concelho dispersas pelos outros setores de atividade.

Carregal do Sal, pelas suas características, apresenta potencial na exploração dos recursos endógenos e naturais, por inerência das atividades ligadas à exploração agrícola e agroflorestal e à transformação desses produtos. Importa, por esse motivo, ter uma perspetiva geral sobre essas atividades (Tabela 22).

Tabela 22. Dados sobre atividade agrícola, agroflorestal e transformação em Carregal do Sal (2017)
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas (2018)

Empresas ligadas à exploração agrícola, agroflorestal e transformação desses produtos em Carregal do Sal (2017)	Empresas	Volume Negócios (M€)
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	133	40,22
Silvicultura e exploração florestal	20	*
Pesca e aquicultura	1	*
Indústrias alimentares	9	30,63
Indústria das bebidas	10	166,65
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	8	159,20
TOTAL	181	396,71

*Dados confidenciais

Em termos gerais, estas empresas representavam em 2017 um universo de 181 empresas ligadas às atividades de exploração agrícola e agroflorestal e transformação desses produtos, gerando um volume de negócios de cerca 400 milhões de euros. Esta atividade contribuiu em cerca de 23% do total de volume de negócios registados no concelho, valores gerados por 21% do número de empresas existente em 2017. São valores que expressam a relevância da atividade agrícola e agroflorestal no Concelho.

As atividades agrícolas e agroflorestais, pelas suas características muito próprias de exploração do solo, têm uma expressão territorial forte. Os dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (INE) para Carregal do Sal indicavam, nesta data, 638 explorações agrícolas instaladas no território, ocupando 2.761 hectares, o que representa cerca de 24% da superfície territorial de Carregal do Sal.

Em termos de ocupação da superfície por explorações agrícolas, de acordo com a mesma fonte, 51% desse valor é dedicado a superfície agrícola utilizada (SAU), 45% é utilizado por matas e florestas sem culturas sob-coberto, 2% superfícies agrícolas não utilizadas e 2% destinados a outras superfícies.

Para o âmbito desta caracterização é igualmente importante perceber as características das dimensões das parcelas agrícolas. O indicador relativo à distribuição SAU por dimensão da parcela, permite verificar que a maior fatia da SAU se enquadra em explorações com uma dimensão situada no intervalo 1 - < 5 hectares (64%), demonstrando a prevalência da propriedade de pequena dimensão (Figura 84).

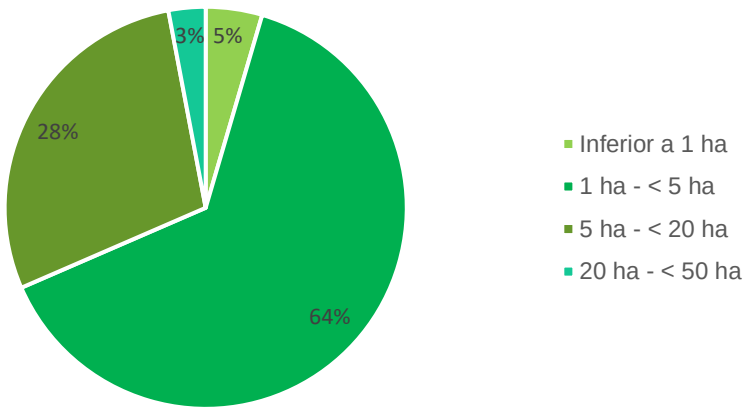


Figura 84. Dimensão da Superfície Agrícola Utilizada do concelho de Carregal do Sal em 2009
Fonte: INE, Recenseamento Agrícola (2009)

Em síntese, e tendo presente os resultados analisados neste ponto, é importante referir que Carregal do Sal tem apresentado uma dinâmica económica idêntica à média da sub-região de

Viseu Dão-Lafões, sendo um território, à imagem do que acontece a nível nacional, que apresenta sinais de retoma económica desde 2011. Num primeiro momento de caracterização, destacam-se as atividades de "consultoria, científica, técnicas e similares", principalmente atividades ligadas à contabilidade, engenharia e arquitetura, "indústrias transformadoras" e da "agricultura", apresentando um potencial de desenvolvimento nestes setores de atividades.

3.6.1.2. Infraestruturas industriais e serviços de conhecimento e inovação

A existência de espaços e infraestruturas direcionados para a acomodação das atividades industriais e económicas, num contexto de competitividade e cooperação entre territórios, é uma valência fundamental para o desenvolvimento territorial.

O planeamento destes espaços, pela necessidade de promover as melhores condições para empresários investidores, é um processo chave para o desenvolvimento económico do concelho (Figura 85). Neste âmbito, esse planeamento tem de conciliar as vertentes ambientais e impactos na vivência urbana, sem comprometer o desenvolvimento das atividades, mas também a promoção do custo de solo em valores apelativos ao investimento.



Figura 85. Zonas de atividades económicas de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

Do acordo com os dados do PDMCS em vigor, o concelho dispões de 65 hectares de "Espaços Industriais", sendo grande parte dos mesmos ocupados por três áreas de localização empresarial/zonas industriais: parque industrial de Sampaio, parque industrial de S. Domingos e parque industrial da Gândara (Figura 86).

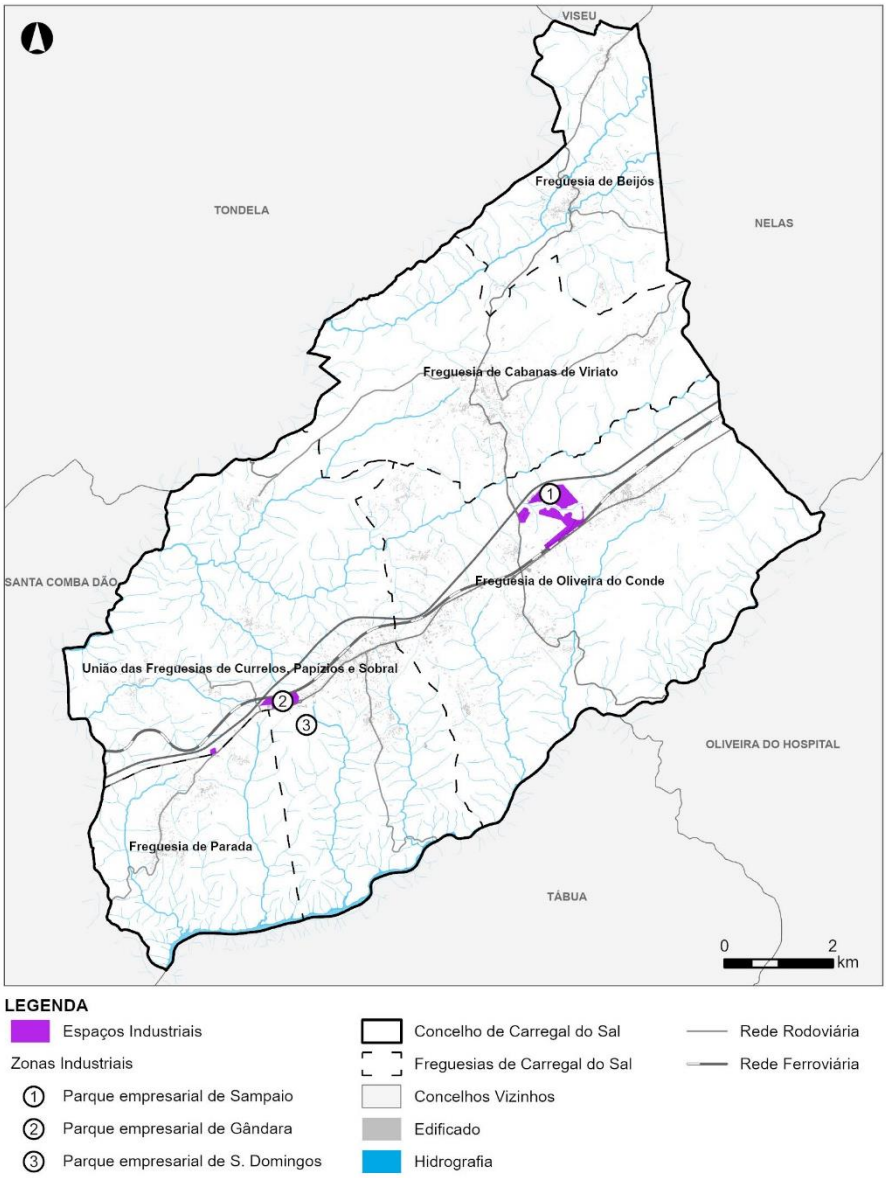


Figura 86. Espaços industriais e Áreas de localização empresarial de Carregal do Sal
Fonte: SPI com base na informação do PDM em vigor e AICEP, 2019

Do conjunto de parques industriais, apenas o parque industrial de Sampaio dispõe de lotes livres (Tabela 23), sendo que no PDMCS não estão identificadas novas áreas de localização industrial e empresarial.

Tabela 23. Áreas de localização empresarial no concelho de Carregal do Sal
Fonte: www.portugalsiteselection.pt/, 2019

Nome/identificação	Caraterísticas	
Zona Industrial/parque empresarial de Sampaio		
	**Localização**	Freguesia de Oliveira do Conde
	Área	272 359,00 m^2
	Número de lotes	31
	Número de lotes ocupados	26
	Ocupação	Zona industrial de grandes dimensões com apenas 5 lotes disponíveis (16% dos lotes)
Zona Industrial/parque empresarial de S. Domingos		
	**Localização**	Freguesia de Carregal do Sal
	Área	69 138,00 m^2
	Número de lotes	3
	Número de lotes ocupados	2
	Ocupação	Zona industrial com dimensões reduzidas e com apenas 1 lote disponível
Zona Industrial/parque empresarial de Gândara		
	**Localização**	Freguesia de Carregal do Sal
	Área	124 004,00 m^2
	Número de lotes	16
	Número de lotes ocupados	16
	Ocupação	Zona industrial totalmente ocupada

Relativamente aos equipamentos e serviços de conhecimento e inovação, dada a sua influência regional, importa realizar uma análise à escala da região Centro.

A rede de suporte à inovação e transferência de conhecimento para o tecido empresarial é uma importante aposta da Região. Neste âmbito, em 2007, surgiu a Rede de Incubação e Empreendedorismo da Região Centro (RIERC), promovida pela secção de Empreendedorismo e Incubação do Conselho Empresarial do Centro (CEC). Esta, constitui-se como um fórum regional estratégico no contexto do empreendedorismo, bem como um motor para a promoção de

dinâmicas de interação e articulação entre as incubadoras e parques tecnológicos da Região Centro[25].

A RIERC tem como principais objetivos: caraterizar a oferta regional em matéria de incubação de empresas e iniciativas ligadas ao empreendedorismo, medindo o seu impacto; apoiar o estabelecimento de parcerias; procurar mecanismos de financiamento a *start-ups* e *spin-off*; identificar boas práticas regionais; e promover a cooperação nacional e internacional entre incubadoras. A rede conta com 16 parceiros, dos quais 12 constituem Incubadoras de Empresas.



Figura 87. Rede de parceiros e incubadoras da RIERC
Fonte: RIERC, 2016

Deste contexto, pela proximidade geográfica, a AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu (com sede em Viseu) e a Associação BLC3 - Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro (sede em Oliveira do Hospital) destacam-se como potenciais parceiros estratégicos para as empresas de Carregal do Sal.

O Município possui um Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE), que tem como principal função estruturar potenciais investidores, prestando apoio e informações sobre sistemas de incentivos, prazos e procedimentos legais para a submissão de candidaturas de âmbito comunitário, nacional e intermunicipal. Este Gabinete que tem como principais objetivos[26]:

- Atender e acompanhar o empresário e o empreendedor, potenciando o desenvolvimento da economia local;

[25] Rede de Incubação e Empreendedorismo da Região Centro - https://rierc.pt/rierc. Consultado a 30/05/2019.
[26] Gabinete de Apoio ao Empresário da Câmara Municipal de Carregal do Sal - http://www.carregal-digital.pt/pages/670. Consultado a 30/05/2019.

- Apoiar, atrair, incentivar e acompanhar a instalação de novas empresas;
- Informar os empresários sobre incentivos ao investimento, fundos comunitários e outros programas de financiamento;
- Apoiar na tramitação dos pedidos de licenciamento industrial e de licenciamento de atividades económicas;
- Promover encontros empresariais com entidades parceiras do Município;
- Sensibilizar os empresários para as oportunidades de investimento;
- Potenciar o emprego, contribuindo simultaneamente para a melhoria da qualidade de vida da população.

3.6.1.3. Características do mercado laboral

O mercado laboral caracteriza-se pela relação empregador e empregado, que se relaciona com o desenvolvimento das atividades económicas. Existe um conjunto de indicadores estatísticos, embora em alguns casos sem uma base anual de análise, que permitem analisar esta relação e os impactos na dinamização e atratividade local para o desenvolvimento das atividades económicas. Na última década ocorreram transformações socioeconómicas significativas, com impacto ao nível da mão de obra e da sua qualificação.

O indicador da população ativa permite perceber a dimensão da população e mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). Em 2011, a população ativa de Carregal do Sal tinha uma dimensão de 3.855 indivíduos, o que representava cerca de 39% da população residente no Concelho. Este valor tem variado ligeiramente ao longo das últimas décadas, reflexo de fenómenos migratórios característicos deste território (Figura 88).

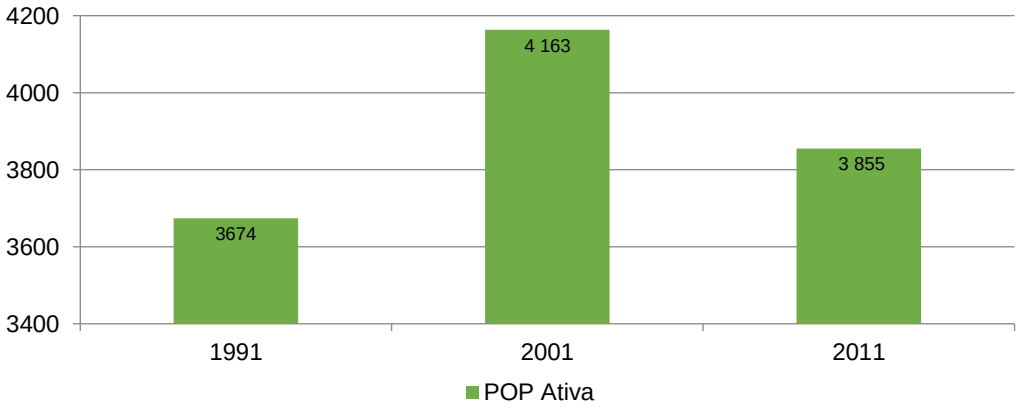


Figura 88. Evolução da população ativa no concelho de Carregal do Sal
Fonte: INE, Recenseamento da população (1991, 2001 e 2011)

Do total da população ativa em 2011, 89% dos indivíduos encontravam-se empregados. Este valor teve uma variação negativa ao longo da última década, como consequência da crise económica já antes referida, tendo decrescido 11,4%.

A distribuição da população empregada por setor de atividade também evidencia a forte terciarização da economia local, já antes referida. Por seu turno, a expressão do setor primário ao nível do emprego observou um forte decréscimo neste período. Isto deve-se à transformação estrutural da economia, mas também às necessidades menores de mão de obra no setor, fruto do desenvolvimento tecnológico e da mecanização (Tabela 24).

Tabela 24. População empregada por setor de atividade
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação (1991, 2001 e 2011)

	1991		2001		2011	
	nº	%	nº	%	nº	%
Setor Primário	703	20,5	336	8,7	153	4,5
Setor Secundário	1.439	42	1.764	45,7	1.327	38,8
Setor Terciário	1.285	37,5	1.763	45,6	1.944	56,8
Total população empregada	**3.427**		**3.863**		**3.424**	

Uma característica fundamental do mercado laboral é o nível de instrução da população residente. As habilitações académicas e profissionais da população concelhia são baixas, conforme demonstram os dados dos Censos 2011, existindo uma maioria de indivíduos sem nenhum tipo de instrução ou apenas com o 1.º ciclo do ensino básico concluído (Figura 89).

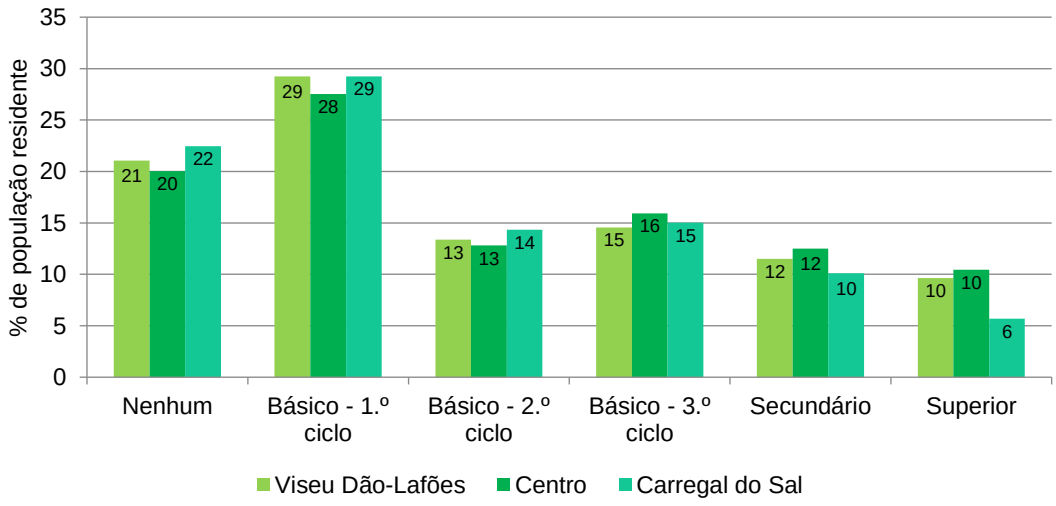


Figura 89. Níveis de instrução completos no concelho de Carregal do Sal e comparação à Região (2011)
Fonte: INE, Recenseamento da população

Os dados dos Censos demonstram que, em 2011, cerca de 22% da população residente não possuía qualquer nível de instrução e 29% apenas o 1.º ciclo do ensino básico. No que diz

respeito às qualificações mais elevadas, 10% população possuía, nesta data, qualificações ao nível do ensino secundário e 6% possuía qualificações ao nível do ensino superior. Esta informação é relevante, tendo em consideração que as atividades económicas mais relevantes no Concelho estão ligadas a atividades de consultoria, científicas e técnicas, nomeadamente jurídicas, contabilidade e ligadas ao ramo da construção (arquitetura e engenharia).

Importa ter uma noção da variação do ganho mensal da população empregada no Concelho, o que dá uma perspetiva não só dos rendimentos da população, mas dos "custos" associados à operação das empresas. O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses, incluindo, para além da remuneração de base, outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. Os dados recolhidos para Carregal do Sal, para 2013 (PORDATA), demonstram que o ganho médio mensal (843,5 €) situa-se abaixo do indicador análogo da região Centro (940,4 €), da sub-região Viseu Dão Lafões (899 €) e do país (1.093,3 €).

No reverso das dinâmicas de emprego, encontra-se a população que se encontra desempregada, sendo esta uma das preocupações sociais de maior relvo da última década. Segundo os dados dos Censos, em 2011 a taxa de desemprego no concelho era de 11,2%, valor à época justificado pelos efeitos da crise económica que se fez sentir a partir de 2008.

Os dados mais recentes sobre desemprego, que dizem respeito aos indivíduos inscritos nos centros de emprego locais[27] em 2018, indicavam que 237 indivíduos residentes no concelho efetuavam uma procura ativa por emprego (PORDATA, com base nos dados do IEFP/MTSSS). Estes são sinais de melhoria da economia, se considerarmos que à época dos Censos seriam cerca de 431 indivíduos desempregados.

3.6.2. Potencial de especialização económica

Com recurso ao Quociente de Localização pretendem-se encontrar padrões de especialização ou diversificação no concelho de Carregal do Sal. O Quociente de Localização constitui uma medida de avaliação do grau relativo de concentração de uma determinada atividade de forma a se poder tecer considerações sobre o grau de especialização/diversificação do território, no que concerne à variável em questão. Atente-se que este método não revela as atividades mais frequentes, mas aquelas que se distinguem em termos relativos no conjunto da região Centro (Tabela 25).

As atividades económicas que registam uma concentração acima da média (comparativamente à região Centro) correspondem às relacionadas com o setor das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M), indústrias transformadoras (C) e outras atividades de serviços

[27] O concelho de Carregal do Sal é abrangido pelo Centro de Emprego de Tondela. Deste modo os valores correspondem aos desempregados com residência em Carregal do Sal, inscritos no Centro de Emprego de Tondela.

(S). Destaca-se ainda, embora com menos expressão, o setor da agricultura (A) e da construção (F).

Tabela 25. Quociente de localização das atividades económicas, no concelho de Carregal do Sal (2014)
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCEI), 2014

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
1,03	0	1,36	0	0	1,01	0,78	0	0,92	0,31	0,58	2,39	0,67	0,29	0,82	0,50	1,12

Importa efetuar uma análise mais detalhada a algumas das áreas de especialização económica que mais se evidenciam no concelho de Carregal do Sal. Assim, das acima identificadas, é relevante a avaliação do setor da agricultura (A), indústria transformadora (C), atividade de consultoria, científica, técnicas e similares (M), turismo associado aos setores alojamento, restauração e similares (I) e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (R). Embora o Quociente de Localização não destaque estes últimos setores, o turismo e lazer são atividades económicas estratégicas para este território, pelo que importa conhecer as condições existentes para o seu desenvolvimento e elementos com potencial de valorização.

3.6.2.1. Agricultura

No concelho de Carregal do Sal, em 2014 existiam 143 empresas no setor da agricultura, com um total de 178 trabalhadores ao serviço (o que denota uma inversão da tendência de perda verificada entre 1991 e 2011). Esta atividade representava 1,7% do total do volume de negócios do Concelho, em valores brutos 2.573.123€ (Tabela 26).

Tabela 26. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço na Agricultura, em 2014
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2016

Agricultura	Empresas (Nº)	Pessoal ao serviço (Nº)	Volume de negócios (€)
Total	143	178	2.573.123
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	130	158	1.713.972
Silvicultura e exploração florestal	13	20	859.151
Pesca e aquicultura	0	0	0

A seção “agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” é a que tem maior expressão, em termos de número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, sendo também a que apresentou um maior crescimento, entre 2012 e 2014, que passou de 59 empresas, em 2012, para 138 em 2013 (Figura 90). Importa mencionar que, desta seção, estão incluídos produtos DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica

Protegida) produzidos no concelho e que deverão ser valorizados: Maçã Bravo de Esmolfe DOP e Maçã da Beira Alta IGP, Queijo, Requeijão e Borrego Serra da Estrela DOP.

Neste enquadramento, importa ter em conta que o concelho de Carregal do Sal se integra na região vinícola do Dão (integrando a Associação de Municípios Portugueses dos Vinhos) e que no seu território existem 5 produtores/engarrafadores e outros produtores que fazem parte das cooperativas vinícolas da região. Carregal do Sal faz parte da Associação de Municípios Portugueses dos Vinhos.

De forma a promover a produção vitivinícola de qualidade no concelho, foi reconhecido, através da portaria n.º 593/2010, os vinhos "Terras do Dão" e "Terras de Senhorim" como vinho regional, seguida da indicação geográfica (IG) "Beiras", como forma de reconhecer a qualidade e tipicidade dos vinhos produzidos.

Embora não existam dados estatísticos à escala do concelho que permitam aferir o seu número, destaca-se ainda a existência de alguns viveiristas/empresas ligadas à hortifruticultura, em especial na freguesia de Beijós.

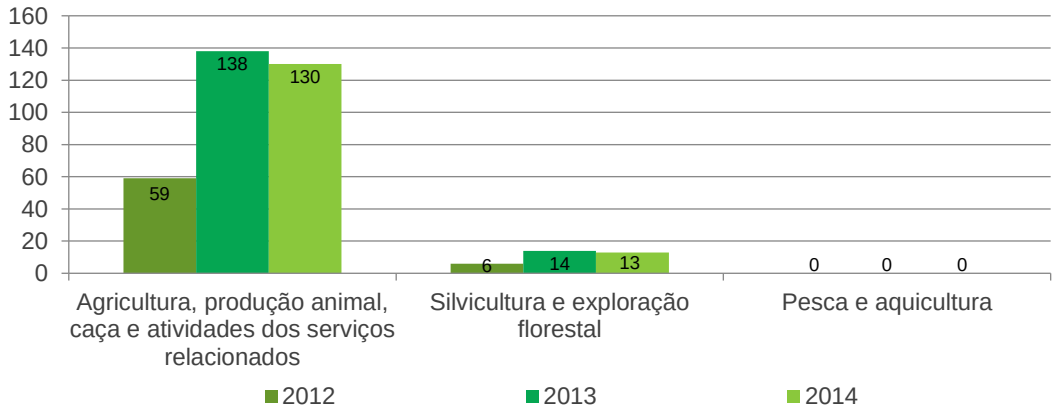


Figura 90. Evolução do número de empresas da agricultura, 2012-2014
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2016

Apesar de, atualmente, o número de empresas ligadas à silvicultura e exploração florestal ser reduzido (apenas 9,1% do total da seção A do CAE), o seu valor económico representa cerca de 33% do setor e, em termos produtivos, a floresta e a sua fileira apresentam diversas potencialidades de valorização económica, para além da produção de material lenhoso, tais como a exploração de outros produtos a atividades ligados à floresta, com destaque para o pinhão, a resina, a apicultura, a micologia, a silvo pastorícia, biocombustíveis (biomassa, *pellets*…), bem como suporte para o desenvolvimento do turismo de natureza ou cinegético.

De acordo com o PROFDL, o concelho de Carregal do Sal integra as sub-regiões homogéneas Terras do Dão e Alto Alva. A primeira, por ter características paisagísticas particulares

relacionadas com os vales do Dão e do Mondego, possui um elevado potencial lenhoso e aptidão para a silvo pastorícia, enquanto a segunda, possuindo também um elevado potencial de produção lenhosa, destaca-se pela presença de habitats, de flora e de fauna, com elevado valor de conservação, inserido na Rede Natura 2000, onde ocorre um risco elevado de erosão nas vertentes dos vales dos principais cursos de água (Figura 91).

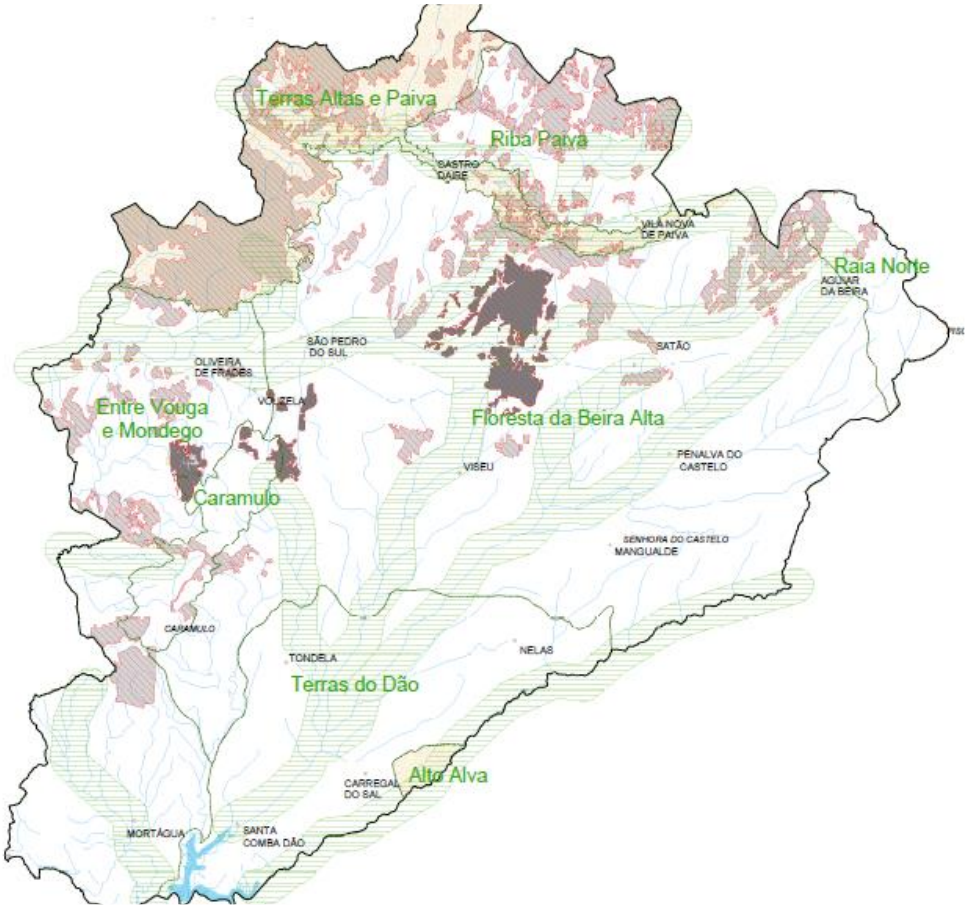


Figura 91. Carta de síntese do PROFDL
Fonte: MADRP-RF, PTPF PIN

Enquadradas no PROFDL, foram criadas duas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), cujos limites se podem verificar na Figura 92, abrangendo vários prédios rústicos de freguesias do município de Carregal do Sal.

De acordo com o Decreto-Lei nº 127/2005, de 5 de agosto, as ZIF correspondem a áreas territoriais contínuas e delimitadas constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade.

A ZIF Carregal do Sal-Mondego integra uma área de 5454 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Carregal do Sal, Oliveira do Conde e Parada. A gestão da ZIF de Carregal do

Sal-Mondego é assegurada pela entidade Solo Vivo - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Local, Rural, Agrícola, Florestal e Ambiental.

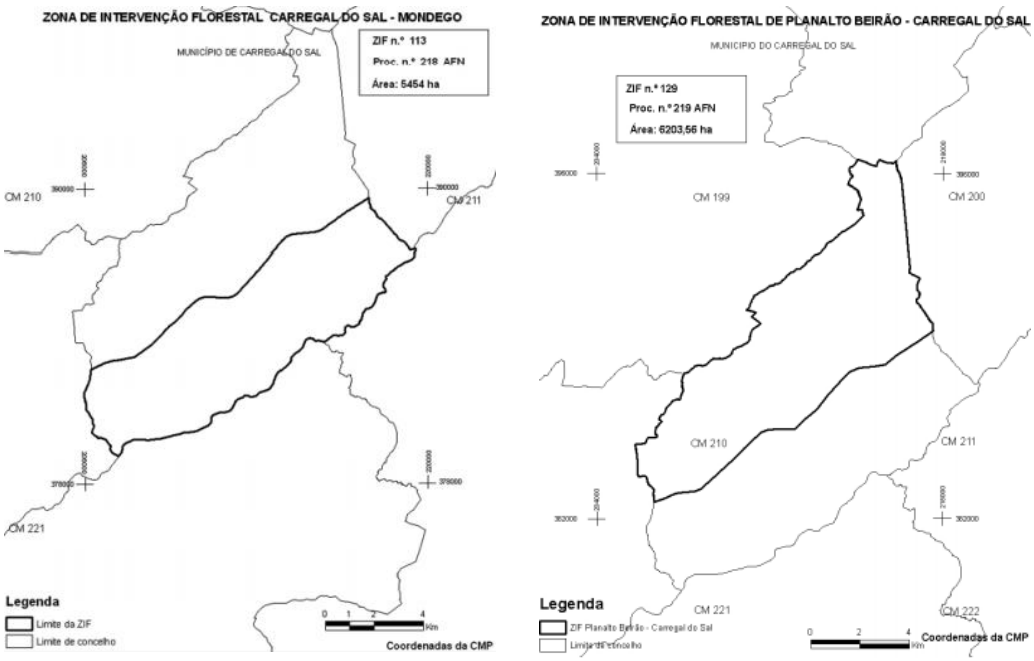


Figura 92. Limites da ZIF Carregal do Sal – Mondego e ZIF Carregal do Sal – Planalto Beirão
Fonte: DR, Despacho n.º 7809/2010 e Despacho n.º 17735/2010

A ZIF Planalto Beirão - Carregal do Sal tem uma área de 6203,56 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Carregal do Sal, Oliveira do Conde, Cabanas de Viriato e Beijós, do concelho de Carregal do Sal. A gestão desta ZIF é assegurada pela Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão (APFPB).

Para além do seu papel como gestora da ZIF, a APFPB tem desenvolvido, desde há vários anos, diversas atividades na área florestal, nomeadamente a silvicultura preventiva (roça de matos, limpeza de povoamentos, desrames e desbastes, limpeza de caminhos florestais, faixas de redução de combustível), vigilância e deteção de incêndios florestais, 1ª intervenção e rescaldo de incêndios, divulgação e sensibilização das populações e aconselhamento técnico sobre prevenção/combate a pragas e doenças (ações de controlo do Nemátodo da madeira do pinheiro). Importa ainda destacar que a APFPB tem desenvolvido também atividades no sentido de promover o pinheiro manso como recurso endógeno com elevadas potencialidades em termos económicos, uma vez que, para além do material lenhoso, também se associa à espécie o pinhão e outros produtos derivados de valor acrescentado. Existe ainda a intenção de criar um centro de competências para o pinheiro manso (em termos semelhantes ao Centro de Competências de Alcácer do Sal do qual a APFPB faz parte).

Por fim, ainda relacionado com a promoção de recursos endógenos ligados à floresta, a Câmara Municipal, com a colaboração da APFPB, organizou duas edições da Feira da Pinha e do Pinhão, um evento que juntou empresas da fileira do pinheiro manso, cogumelos, produtores de vinho, queijo, enchidos, doçaria tradicional e restauração, para além do artesanato referente ao pinheiro manso, pinha e pinhão.



Figura 93. Cartazes de iniciativas ligadas à promoção de recursos endógenos
Fonte: APFPB, 2016

3.6.2.2. Indústrias transformadoras (C)

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, a indústria transformadora tem sido uma das atividades com maior importância no concelho de Carregal do Sal nos últimos anos. No entanto, verificou-se um decréscimo entre 2008 e 2014, como se mostra na Tabela 27.

Tabela 27. Síntese de dados (2014) e variação do número de empresas (2008-2014)
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2016

Indústrias transformadoras	Empresas (Nº)	Pessoal ao serviço (Nº)	Volume de negócios (€)	Variação 2008-2014 (%)
Total	**85**	**843**	**74.337.797**	**-26**
Indústrias alimentares	12	80	3.506.577	-29
Indústria das bebidas	9	67	11.592.673	50
Fabricação de têxteis	1	…	…	0
Indústria do vestuário	2	…	…	-50
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	10	110	8.876.829	-29
Impressão e reprodução de suportes gravados	4	90	4.297.219	33
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	1	…	…	-50
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	3	14	571.876	-25
Indústrias metalúrgicas de base	3	9	410.739	50
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	13	90	11.446.928	-28
Fabricação de equipamento elétrico	1	…	…	-50
Fabrico de mobiliário e de colchões	21	40	1.054.276	-42
Outras indústrias transformadoras	3	90	16.756.786	50
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	2	…	…	-33

Neste período destaca-se a diminuição do número de empresas na “indústria de fabrico de mobiliários de colchões” com uma diminuição de 15 empresas (-42%), “indústrias alimentares”, com menos 5 empresas (-29%) e “fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” com diminuição de 28% (menos 5 empresas). Os dados relativos à “indústria de fabrico de mobiliários de colchões” demonstram as dificuldades da indústria de mobiliário especializada, que já foi uma atividade de grande potencial económico (mobiliário tradicional/de

autor), mas cujas especificidades não foram capitalizadas, tendo-se vindo a assistir ao seu declínio.

Em 2014, existiam 85 empresas da indústria transformadora, com um total de 843 trabalhadores e a que correspondiam 48% do total do volume de negócios do concelho (74.337.797€). A percentagem da população ao serviço e o volume de negócios que este setor compreende explicam a sua relevância para a economia local.

As indústrias de "fabrico de mobiliário e de colchões" são as mais frequentes e representativas no concelho, com a presença de 21 empresas, mas apenas 40 trabalhadores ao serviço. Por outro lado, são as 10 unidades de "indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário, fabricação de obras de cestaria e de espartaria" que abrangem um maior número de trabalhadores (110 indivíduos). Em termos de volume de negócios, destaca-se a categoria "outras indústrias transformadoras" com 16.756.786€, correspondente a 22,5% do volume de negócios da indústria transformadora sedeada em Carregal do Sal.

3.6.2.3. Atividades de consultoria, científica, técnicas e similares (M)

O setor da "atividade de consultoria, científica, técnica e similares" é também relevante no contexto local, tanto pelo número de pessoal ao serviço (307 indivíduos em 2014), como pelo volume de negócios que corresponde a 14,5% do total do volume de negócios das empresas do Concelho.

Tabela 28. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço por empresa da atividade de Consultoria, científica, técnicas e similares (2014)
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2016

Atividade de consultoria, científica, técnica e similares	Empresas (Nº)	Pessoal ao serviço (Nº)	Volume de negócios (€)
Total	**55**	**307**	**23.258.996**
Atividades jurídicas e de contabilidade	23	36	504.199
Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	6	11	1.135.671
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	16	240	21.111.524
Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	1	…	…
Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	3	8	303.555
Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5	…	…
Atividades veterinárias	1	…	…

Destaca-se o facto de 78% do pessoal ao serviço das empresas trabalhar em "atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins, atividades de ensaios e de análises técnicas" (240 pessoas). Em termos de volume de negócios, este setor também é preponderante, sendo responsável por 91% do volume de negócios gerados na "atividade consultoria, científica, técnica e similares".

Na Figura 94 é possível verificar, entre 2013 e 2014, uma diminuição das empresas de "atividades jurídicas e de contabilidade"; "atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins, atividades de ensaios e de análises técnicas"; e "atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão". Contudo, é de realçar o crescimento verificado na "publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião".

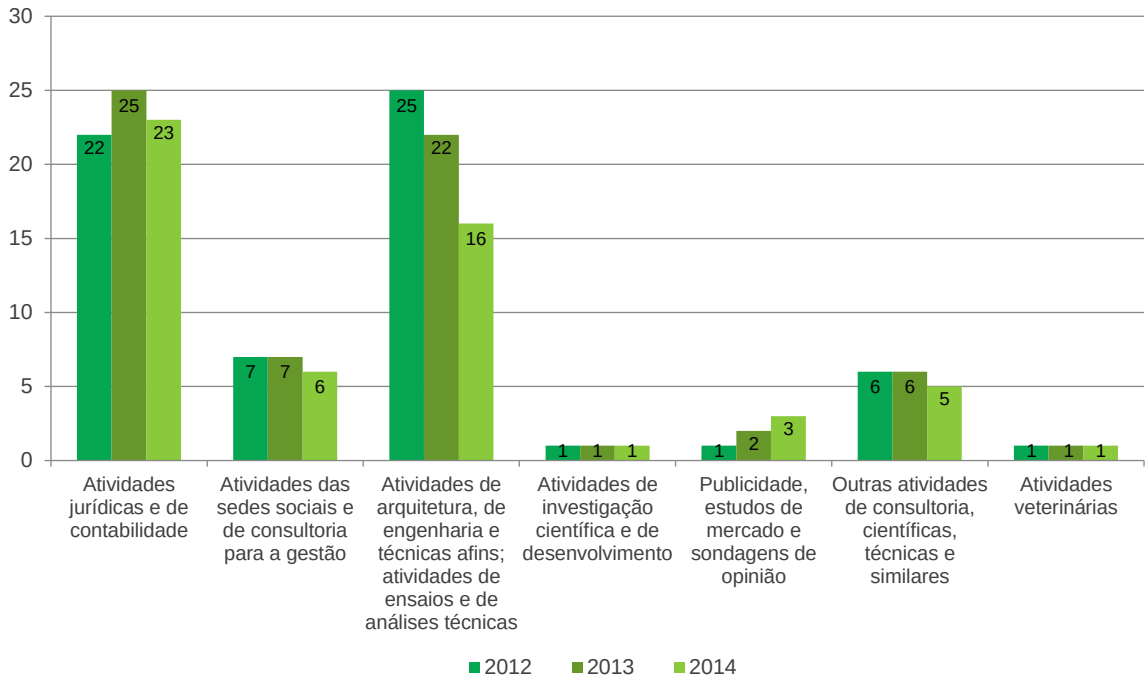


Figura 94. Evolução do número de empresas da atividade de Consultoria, científica, técnicas e similares
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2016

3.6.2.4. Turismo – Alojamento, restauração e similares (I) e atividades artísticas, de espetáculo, desportivo e recreativo (R)

Apesar de não se refletir diretamente no Quociente de Localização, o turismo e o recreio e lazer correspondem a um setor estratégico para Carregal do Sal, tendo em consideração as suas caraterísticas ambientais e paisagísticas e o património classificado e de interesse cultural.

Do ponto de vista estatístico, existem 59 empresas no concelho com atividades relacionadas com alojamento, restauração e similares (I) e 12 empresas relacionadas com atividades artísticas, de espetáculo, desportivo e recreativo (R). Estes dois CAE são os que diretamente se podem associar à atividade turística.

O setor do "alojamento, restauração e similares" corresponde a 3,1% do volume de negócios do concelho, equivalente a 4.831.729€. Dentro deste setor, destaca-se a "restauração e similares" com 56 empresas, 131 pessoas ao serviço e um volume de negócios de 4.460.023€.

Por sua vez, as "atividades artísticas, de espetáculos, desportivos e recreativos" apresentam um impacto menor na economia, com apenas 0,1% do total do volume de negócios do Concelho (93.095€). Dentro deste setor destacam-se as atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias e as atividades desportivas, de diversão e recreativas, ambas com 6 empresas, 6 pessoas ao serviço e um volume de negócios de 39.651e e 53.444€, respetivamente (Tabela 29).

Tabela 29. Número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço de empresas com CAE relacionado com o Turismo, em 2014
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2016

Turismo		Empresas (Nº)	Pessoal ao serviço (Nº)	Volume de negócios (€)
Total		71	153	4.924.824
Alojamento, restauração e similares (I)	Alojamento	3	10	371.706
	Restauração e similares	56	131	4.460.023
Atividades artísticas, de espetáculo, desportivo e recreativo (R)	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	6	6	39.651
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	0	0	0
	Lotarias e outros jogos de apostas	0	0	0
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	6	6	53.444

Como se verifica na Figura 95, entre 2012 e 2014 registou-se um ligeiro crescimento na restauração e similares e um ligeiro decréscimo no número de unidades e alojamento.

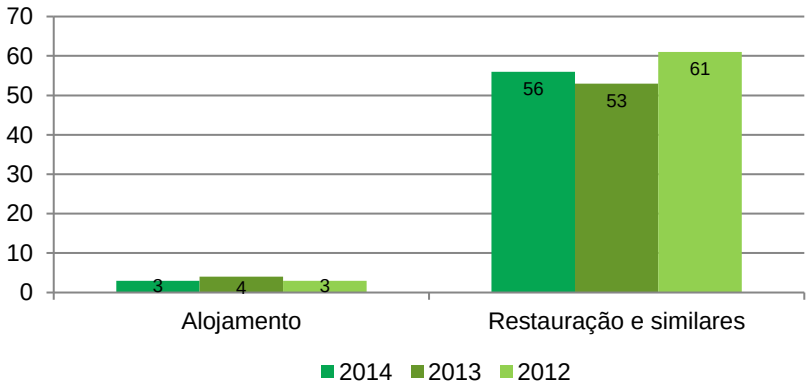


Figura 95. Evolução do número de empresas na secção de Alojamento, restauração e similares (I), entre 2012 e 2014
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2016

Apesar da reduzida expressão das atividades tendencialmente associadas ao setor económico, em termos de recursos e atrações turísticas existentes, o panorama é rico e diversificado, com elementos de destaque como a Casa do Passal, o Dólmen da Orca e o Túmulo de Fernão Mendes de Góis, todos eles monumentos nacionais.

Oferta Turística

Este capítulo procura efetuar um levantamento dos empreendimentos turísticos existentes no concelho de Carregal do Sal tal como os estabelecimentos de alojamento local.

Considera-se as seguintes tipologias de oferta turística:

- Empreendimento turístico (Decreto-Lei n.º 39/2008): os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, albergando, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.
- Estabelecimento de alojamento local (Decreto-Lei nº128/2014): aqueles que prestam serviços de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração, e que reúnam os requisitos previstos no decreto-lei mencionado.

De acordo com os dados mais recentes (2021), de acordo com o SIGTUR, a oferta turística no concelho de Carregal do Sal é a seguinte (Figura 96):

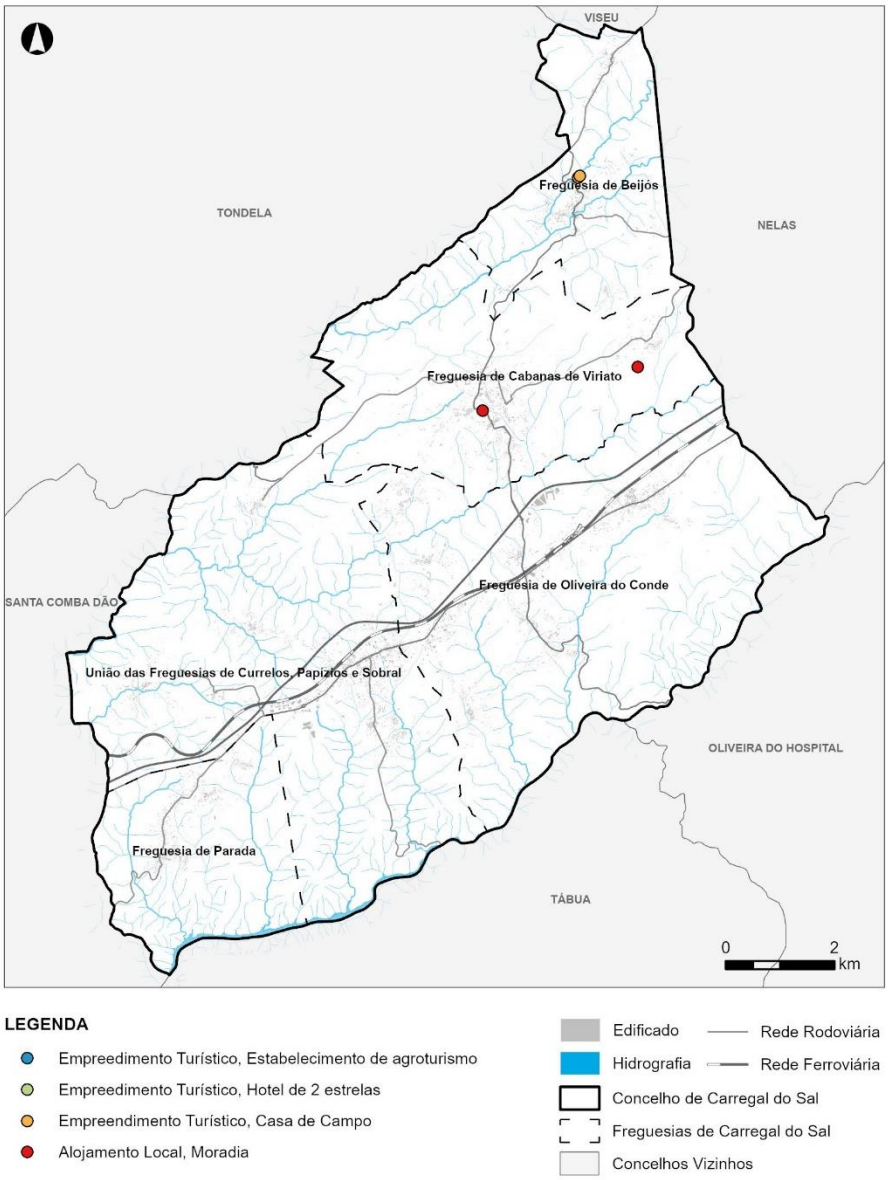


Figura 96. Oferta Turística no concelho de Carregal do Sal
Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Turismo, Turismo de Portugal (2021)

Em termos de empreendimentos turísticos (ET), estão distribuídos no concelho, quatro estabelecimentos categorizadas com esta tipologia. No total, os ET têm a capacidade de albergar 84 visitantes (Tabela 30).

Tabela 30. Empreendimentos turísticos em Carregal do Sal
Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Turismo, Turismo de Portugal (2021)

Empreendimentos turísticos	Tipologia	Capacidade	Unidades de Alojamento	Freguesia
Casas do Zagão	Estabelecimento de agroturismo	20 camas	10	Carregal do Sal
Casas de Campo Beijós – Olival e Mirtilos	Casa de Campo	16 camas	8	Beijós
Casa de Campo Cascata	Casa de Campo	8 camas	4	Beijós
Hotel Salinas	Hotel de 2 estrelas	38 camas	21	Oliveira do Conde

No concelho de Carregal do Sal, os quatro empreendimentos turísticos existentes estão localizados em três das cinco freguesias do concelho, apenas as freguesias de Parada e Cabanas de Viriato não possuem algum empreendimento turístico.

A Tabela 31 descreve a quantidade de estabelecimentos de Alojamento Local presentes no concelho de Carregal do Sal:

Tabela 31. Número de estabelecimentos de Alojamento Local
Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Turismo, Turismo de Portugal (2021)

Estabelecimentos de Alojamento Local	Nº do RNAL	Tipologia	Capacidade	Freguesia
Casa Laura	70171	Moradia	4 camas	Cabanas de Viriato
Casa das Lajes	116550	Moradia	6 camas	Cabanas de Viriato

A oferta turística relacionada com o Alojamento Local é reduzida, contando com dois estabelecimentos com a capacidade de albergar 10 visitantes. Esta oferta turística concentra-se na freguesia de Cabanas de Viriato, sendo a única freguesia das cinco existentes que dispõe desta tipologia de oferta.

Entende-se por agentes de animação turística, segundo o decreto-lei nº 186/2015, a pessoa singular ou coletiva que desenvolva, com caráter comercial, alguma atividade lúdica de natureza recreativa, desportiva ou cultural.

A Tabela 32 descreve o número de agentes de animação turística presentes no concelho de Carregal do Sal:

Tabela 32. Número de agentes de animação turística
Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Turismo, Turismo de Portugal (2021)

Agentes de animação turística	Entidade Regional Turismo (ERT)
Electricmood, Lda	Turismo do Centro de Portugal

A oferta de animação turística em Carregal do Sal é bastante reduzida, correspondendo a uma agente de animação turística denominado de Electricmood, Lda, que proporciona aos visitantes, passeios e atividades em bicicleta (BTT e cicloturismo), segway e similares.

Procura turística

A procura turística é traduzida pela quantidade de bens e serviços que os visitantes, residentes e não residentes adquirem aquando deslocação a um determinado lugar.

No sentido de quantificar a procura turística do concelho de Carregal do Sal, procurou-se identificar o número de hospedes e de dormidas nos alojamentos turísticos do concelho de Carregal do Sal.

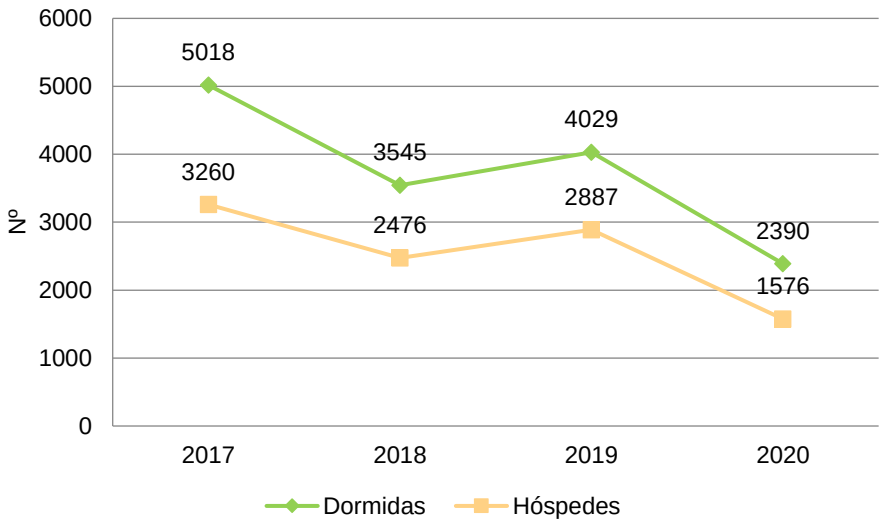


Figura 97. Dormidas e Hóspedes no concelho de Carregal do Sal
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A quantidade de dormidas entre 2017 a 2020 apresenta uma tendência negativa sobretudo em 2020, em consequência da pandemia COVID-19. No ano anterior, o concelho de Carregal do Sal apresentava sinais de recuperação. Em comparação a sub-região Viseu Dão Lafões, o concelho representa 0,86% das dormidas. O número de hóspedes tem acompanhado a tendência expressa pelo número de dormidas, decrescendo desde 2017, em acerca de 51,6%.

A estádia media nos estabelecimentos hoteleiros estabelece a relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, no período de referência.

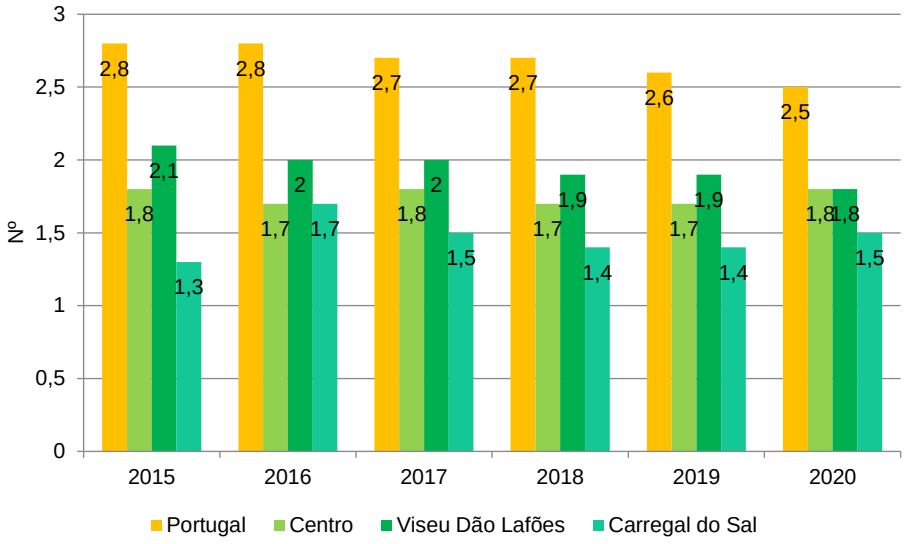


Figura 98. Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Centro, Viseu Dão Lafões e Carregal do Sal
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A média de dias em que os visitantes permanecem nos estabelecimentos hoteleiros, aumentou no período de análise, encurtando a distância de estadia média tanto na região Centro como na sub-região Viseu Dão Lafões, estando a contrariar a tendência negativa nacional.

A taxa líquida de ocupação-cama dos alojamentos turísticos estabelece a relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis e permite entender a capacidade de resposta à afluência de visitantes no período de referência.

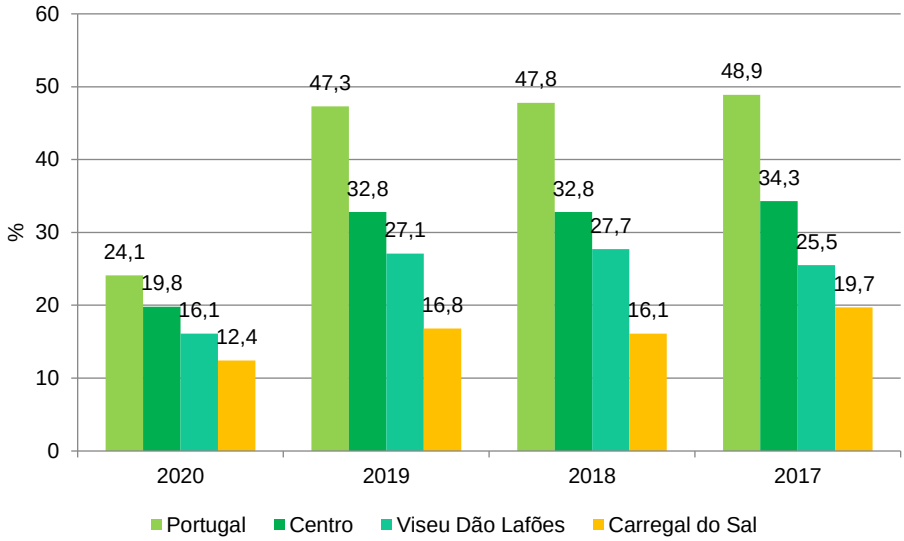


Figura 99.Taxa líquida de ocupação-cama nos alojamentos turísticos em Portugal, Centro, Viseu Dão Lafões e Carregal do Sal
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Carregal do Sal apresenta taxas de ocupação inferiores aos registados pela sub-região Viseu Dão Lafões e região Centro. Existe, no entanto, capacidade para receber mais visitantes, encontrando-se longe da capacidade máxima oferecida pelos estabelecimentos turísticos.

3.7. Equipamentos e serviços públicos

Os equipamentos coletivos de apoio à população, suportando uma rede de serviços públicos e privados de educação, saúde, segurança, justiça, apoio social, cultura e desporto, constituem um importante pilar de sustentabilidade social, sendo um fator de coesão territorial. A rede deve contribuir para a equidade de oportunidades de acesso e garantir os direitos dos cidadãos, nas diferentes áreas, independentemente da situação socioeconómica e geográfica. A disponibilidade dos serviços de interesse geral são, deste modo, um fator de desenvolvimento inclusivo e de integração, qualidade de vida e bem-estar das populações.

A DGT, segundo as “Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos”, considera “coletivas” as atividades para as quais existe uma rede de equipamentos coletivos de cariz público, normalmente baseadas no estabelecimento de uma rede hierárquica, bem como na indicação de normas para o seu dimensionamento e localização. A rede de equipamentos poderá, em determinadas condições, ser complementada por equipamentos e serviços privados. Estes surgem com a finalidade de assegurar a oferta e o acesso a determinados serviços quando a oferta pública não pode ser concretizada, suprindo as necessidades da população.

Cumpre ao ordenamento do território, em função da estratégia de desenvolvimento territorial definida, a distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer. A programação dos equipamentos está dependente da organização do espaço, das características do território e das dinâmicas demográficas. A abordagem deve ter em consideração a componente social que os equipamentos e serviços desempenham, sendo por norma elementos polarizadores território, funcionando âncoras funcionais dos espaços urbanos.

A inventariação e caracterização dos equipamentos coletivos existentes no Concelho permite identificar as carências ou sobredimensionamento de serviços, apoiando a programação dos equipamentos no período de vigência do plano. São considerados na análise os equipamentos e serviços de saúde, de ensino, solidariedade e segurança social, cultura e lazer, de suporte à atividade desportiva, administrativos, de justiça e segurança e os equipamentos religiosos.

3.7.1. Rede de equipamentos coletivos e serviços de saúde

A rede de equipamentos de saúde é, pelas suas especificidades e garantia de sustentabilidade, estabelecida à escala regional. Assim, a nível administrativo, as estruturas de saúde do concelho de Carregal do Sal pertencem à Administração Regional de Saúde do Centro, IP., nomeadamente ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Dão-Lafões.

Cumpre aos equipamentos de saúde garantir as condições para o desempenho de serviços de apoio à população em matéria de saúde, bem-estar e cuidados de proximidade. Segundo indicação da Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social do indivíduo, constituindo-se como um direito fundamental de todo o ser humano, e por isso, um dos pilares da sociedade.

Nesta matéria, no concelho de Carregal do Sal o acesso aos Cuidados de Saúde Primários é assegurado pelo Centro de Saúde de Carregal do Sal, que integra a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Aristides de Sousa Mendes e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), bem como pela Extensão do Centro de Saúde de Cabanas de Viriato (Figura 100).

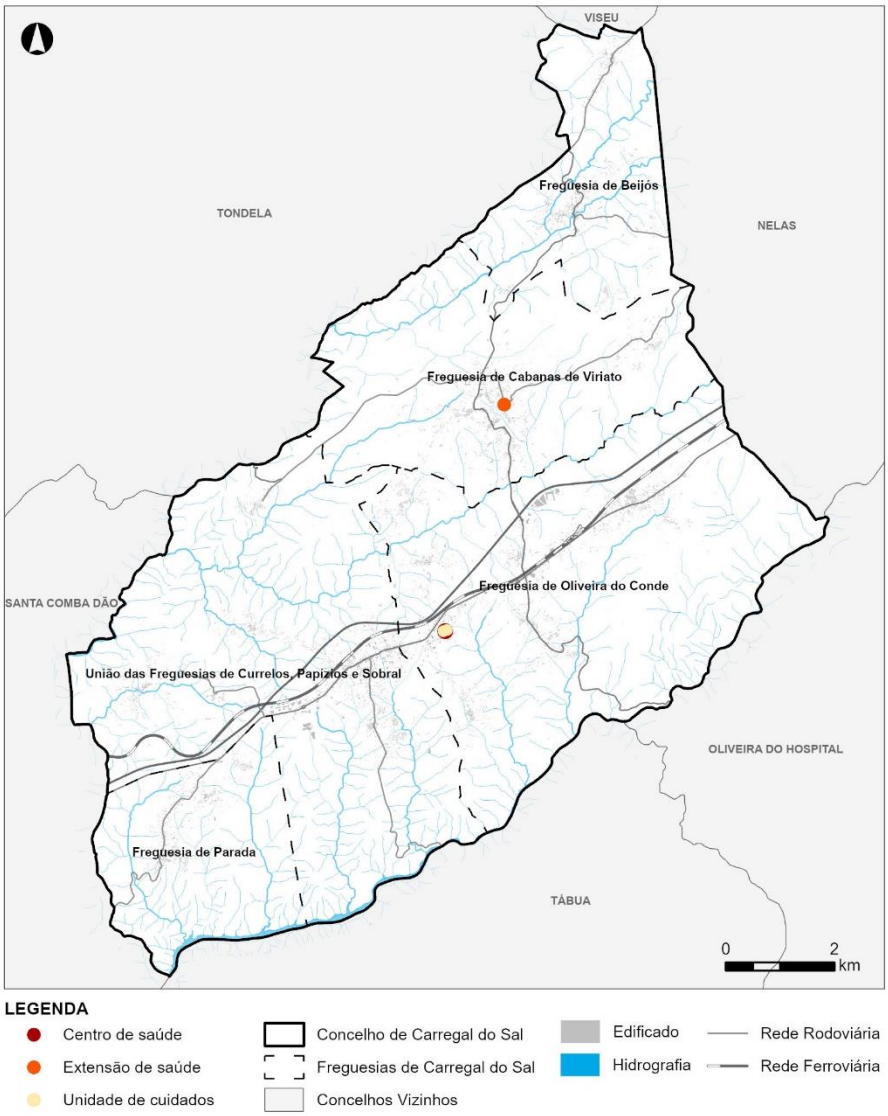


Figura 100. Equipamentos de saúde públicos no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, Ministério da Saúde, 2019

Segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Carregal do Sal (2016), são prestados os seguintes serviços de saúde à população:

- Consulta de Saúde Materna;
- Consulta de Planeamento Familiar;
- Consulta de Saúde Infantil;
- Consultas de Hipertensão Arterial e Diabetes;
- Consulta do Pé Diabético;
- Terapia Compressiva.

O Centro de Saúde de Carregal do Sal oferece ainda um conjunto de serviços específicos:

- Plano Oncológico;
- Cuidados de Enfermagem;
- Visitas Domiciliárias;
- Saúde Pública;
- Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP);
- Saúde Escolar.
- Fisioterapia;
- Psicologia;
- Medicina Dentária / Saúde Oral;
- Serviço Social;
- Programa de troca de seringas;

Resultado da reestruturação do parque hospitalar e da nova organização dos serviços de saúde, os serviços de saúde prestados à população de Carregal do Sal estão integrados no Centro Hospitalar Tondela Viseu. Este centro tem como unidades de referência o Hospital São Teotónio em Viseu, localizado a cerca de 40 minutos, e o Hospital Cândido de Figueiredo, em Tondela, a cerca de 20 minutos de Carregal do Sal.

A Tabela 33 apresenta a relação de médicos e enfermeiros por cada 1000 habitantes, sendo que em Carregal do Sal o rácio é de 1,4 médicos e 1,1 enfermeiros. Segundo relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)[28], é recomendado que o rácio seja de pelo menos 3,2 médicos por 1000 habitantes. Relativamente ao número de enfermeiros, as recomendações são superiores, o que demonstra que o número destes profissionais presentes em Carregal do Sal é muito inferior ao recomendado pela OCDE.

Tabela 33. Relação de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes
Fonte: INE, Anuário Estatístico – Centro, 2017

	Médicos por 1.000 habitantes	Enfermeiros por 1.000 habitantes
Portugal	5,0	7,0
Centro	4,7	7,2
Viseu Dão Lafões	4,0	8,3
Carregal do Sal	1,4	1,1

De acordo com o recente Diagnóstico Social do Concelho de Carregal do Sal, o total de recursos humanos disponíveis nas unidades de saúde do concelho de Carregal do Sal era de 22 indivíduos, sendo que deste total 13 eram especialistas (médicos e enfermeiros) (Tabela 34).

[28] Health at a Glance: Europe 2018. (https://www.oecd.org/health/health-at-a-glance-europe-23056088.htm)

Tabela 34. Recursos humanos nas unidades de saúde de Carregal do Sal
Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Carregal do Sal, 2016

Unidades funcionais	Médicos	Enfermeiros	Assistentes técnicos	Assistentes operacionais	Total
UCSP de Carregal do Sal	6	5	5	5	20
UCC Aristides Sousa Mendes	-	2	-	-	2

No que diz respeito aos utentes, em 2015, o Agrupamento de Saúde de Carregal do Sal servia um total de 10.459 utentes, sendo que, destes, 83,1% tinham médico de família, 16,1% não possuía, e 0,8% não tinha médico por opção (Tabela 35).

Tabela 35. Número de inscritos por unidade de saúde, com e sem médico de família, 2015
Fonte: Plano de Desenvolvimento, ACES Dão-Lafões, 2014/2016

Unidade de Saúde	Sem médico	Sem médico por opção	Com médico de família	Total de inscritos
C.S. de Carregal do Sal	1.685	86	8.688	10.459

3.7.1.1. Farmácias

Existem, atualmente, quatro farmácias no concelho de Carregal do Sal - uma na freguesia de Cabanas do Viriato e as restantes três na freguesia de Carregal do Sal. Segundo as orientações da DGT, o número ideal de farmácias presentes em determinado concelho é de 1/6000 habitantes (0,17 farmácias por 1000 habitantes). Nesta ótica, e considerando os dados de 2017, a situação em Carregal do Sal é satisfatória, existindo uma média de 0,5 farmácias por 1.000 habitantes, valor superior ao índice de capacitação e à média registada na sub-região (Figura 101).

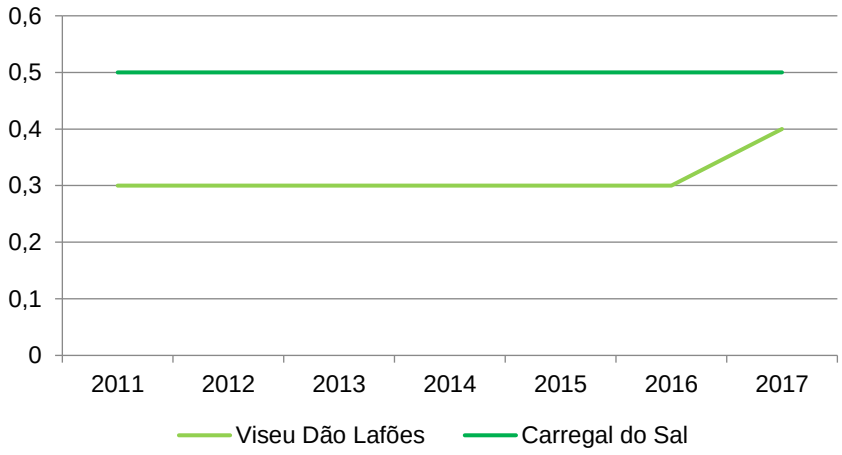


Figura 101. Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1.000 habitantes
Fonte: INE, Estatísticas das farmácias

3.7.1.2. Centros médicos e de diagnóstico

Ainda no âmbito dos cuidados de saúde, existe um conjunto de estabelecimentos complementares que desenvolvem serviços de diagnóstico (consultas e análises) e prestação de cuidados de saúde. Estes espaços têm total independência do serviço público, apesar de desempenharem um apoio à população em geral e serem fundamentais para potenciar a qualidade de vida da população.

Segundo os dados do Diagnóstico Social do Concelho de Carregal do Sal, existiam no Concelho, em 2016, um total de 15 estabelecimentos de saúde privados e que contribuem no apoio à prestação de cuidados de saúde da população residente (Tabela 36).

Tabela 36. Número de estabelecimentos de saúde privados
Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Carregal do Sal (2016)

Estabelecimentos de saúde privados	N.º
Clínica	4
Consultório médico	1
Posto de colheitas e análises clínicas	6
Clínica dentária	4
Total	**15**

3.7.2. Rede de equipamentos e serviços de ensino

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, designada por Lei-Quadro da Descentralização de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, estabelece os princípios da transferência de competências do estado central para os municípios e entidades intermunicipais. Neste quadro, os estabelecimentos escolares são responsabilidade das autarquias locais, pelo que importa analisar e caracterizar a oferta, as necessidades e constrangimentos existentes.

A Carta Educativa Municipal, de elaboração obrigatória e elemento que acompanha a revisão do presente Plano, caracteriza a situação existente e enquadra a estratégia para os equipamentos de ensino do Concelho. Assim, foram definidas propostas para o reordenamento e requalificação da rede de equipamentos educativos do município, tendo por objetivo garantir uma oferta melhor e adaptada às necessidades da população estudantil presente.

A rede educativa do concelho de Carregal do Sal integrava, no ano letivo de 2016/2017, um total de 10 equipamentos de ensino públicos, abarcando todos os níveis educativos do ensino obrigatório. Esta rede encontra-se organizada num “mega agrupamento” designado de Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, tendo resultado da junção do Agrupamento de Escolas de Cabanas de Viriato com o Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal (Figura 102).

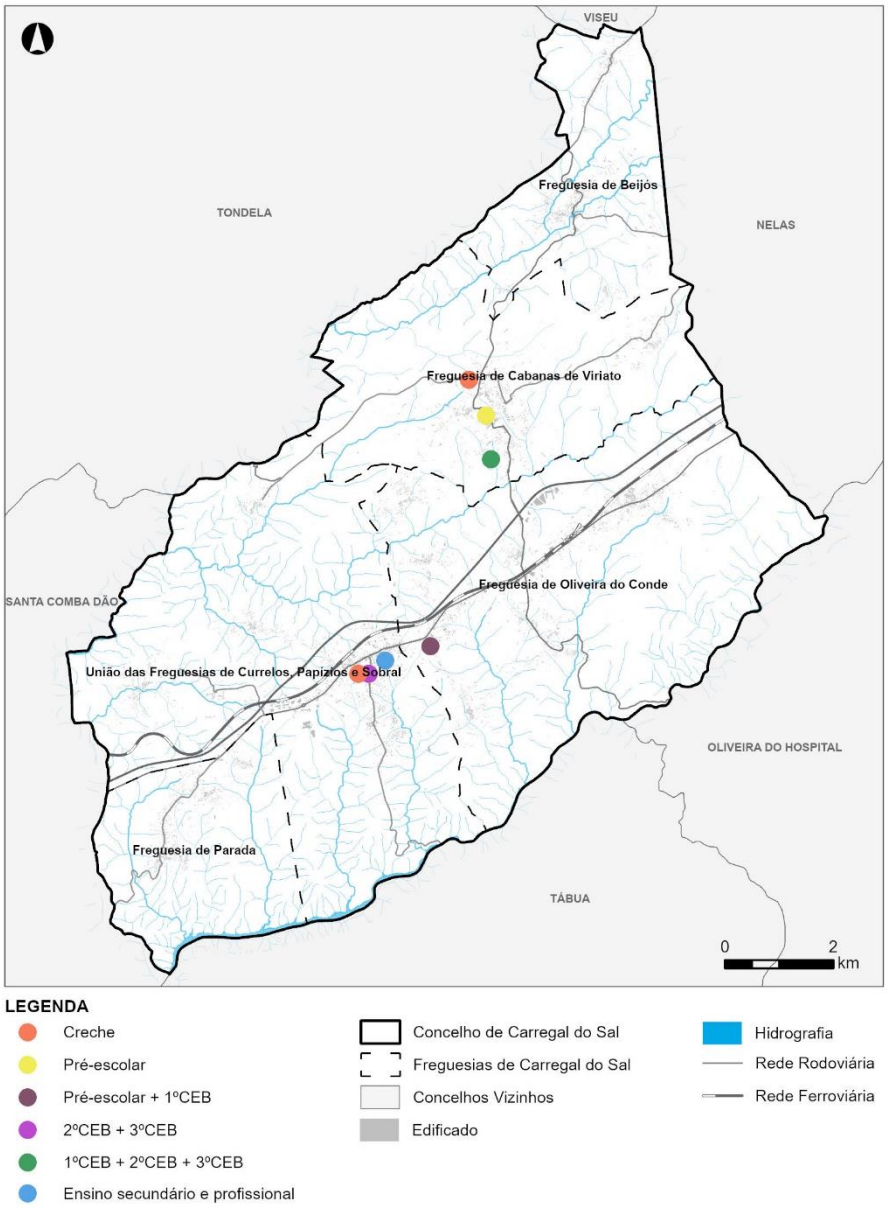


Figura 102. Equipamentos de ensino no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base em dados da CMCS (2019)

3.7.2.1. Estabelecimentos de educação pré-escolar e creches

Os estabelecimentos de educação pré-escolar destinam-se a crianças entre os 3 e 6 anos de idade. Estes estabelecimentos podem funcionar em edifícios distintos ou estarem associados a estabelecimentos de ensino básico.

No concelho de Carregal do Sal, a rede escolar pública ao nível do pré-escolar dispõe de dois jardins-de-infância, um na freguesia de Cabanas de Viriato e outro na freguesia de Oliveira do Conde. A rede de equipamentos a este nível é completada pela oferta privada de solidariedade social pelo Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal (Tabela 37).

Tabela 37. Dimensão dos estabelecimentos de ensino pré-escolar de Carregal do Sal, 2018 e 2019
Fonte: Carta Social, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2019)

Freguesia	Instituição	Capacidade	Inscritos
Oliveira do Conde	Escola Básica e Pré-Escolar Nuno Álvares	200	180
Cabanas de Viriato	Jardim de Infância Angelina de Sousa Mendes	50	33

A Creche é uma resposta social, desenvolvida em equipamento próprio ou associado a outros estabelecimentos de ensino, para acolher crianças dos quatro meses até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família. No concelho de Carregal do Sal existem duas creches localizadas nas freguesias de Cabanas de Viriato e de Oliveira do Conde.

As creches, com capacidade para cerca de 100 crianças, pertencem ao Centro Social Professora Elisa Barros Silva e à Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal, instituições (IPSS) com o intuito de prestar apoio social às famílias (Tabela 38). As dinâmicas existentes no concelho apontam para que a resposta social neste âmbito seja adequada.

Tabela 38. Capacidade e número de inscritos nas creches de Carregal do Sal
Fonte: Carta Social (2018, 2019)

Freguesia	Instituição	Capacidade	Inscritos
Cabana de Viriato	Centro Social Professora Elisa Barros Silva	66	59
Carregal do Sal	Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal	33	10

3.7.2.2. Estabelecimentos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos

O 1.º ciclo compreende os primeiros quatro anos de escolaridade obrigatória, para alunos entre os 6 e os 9 anos, orientados por um único professor. Já o 2.º ciclo destina-se aos alunos entre os 10 e os 11 anos, lecionado por dois anos, sob responsabilidade de um professor por área. O 3.º ciclo compreende três anos de escolaridade, para idades entre os 12 e os 14 anos.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Região Centro, do INE, no ano letivo de 2016/2017 verificava-se o seguinte:

- 1.º Ciclo | 2 unidades existentes no concelho a ministrar este nível de ensino, a Escola Básica Nuno Álvares (Oliveira do Conde) e a Escola Básica Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato), que serviam 297 alunos;
- 2.º Ciclo | 2 unidades existentes no concelho a ministrar este nível de ensino, a Escola Básica Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato) e a Escola Básica de Carregal do Sal (Carregal do Sal) que serviam 194 alunos;

- 3.º Ciclo | 2 unidades existentes no concelho a ministrar este nível de ensino, a Escola Básica Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato) e a Escola Básica de Carregal do Sal (Carregal do Sal), que serviam servem 308 alunos.

Destaca-se a oferta prestada pela Escola Básica Nuno Álvares, que serve as freguesias de Carregal do Sal, Oliveira do Conde e Parada, possuindo salas TIC, de artes plásticas, pavilhão polivalente, Gabinete de Enfermagem, salas de acolhimento e refeitório. Este centro educativo possui uma Unidade de Ensino Estruturado para o Apoio à Inclusão de Alunos com Perturbações do Espetro do Autismo.

3.7.2.3. Estabelecimentos de Ensino Secundário e profissional

A oferta educativa ao nível do ensino secundário concentra-se num único estabelecimento de ensino, a Escola Secundária de Carregal do Sal, localizado na freguesia de Carregal do Sal, com um total de 225 alunos, de acordo com os dados dos alunos matriculados no ano letivo 2016/2017 (INE - Anuário Estatístico, 2017).

A oferta formativa divide-se nos quatro agrupamentos de ensino: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais.

Além do ensino regular, o concelho possui uma oferta diferenciada de dois tipos:

- Cursos “Técnico de Massagem Estética & Bem Estar” e “Técnico de Proteção Civil”, com nível IV. Estes cursos possibilitam aos alunos uma aprendizagem vocacionada para o mercado de trabalho com certificado de qualificação profissional e equivalência ao 12º ano. Possibilita a candidatura ao ensino superior;
- Educação e Formação de Adultos, para equivalência ao 12.º ano, em horário pós-laboral.

3.7.2.4. Ofertas formativas adicionais

A oferta mais próxima ao nível do ensino superior e politécnico localiza-se no concelho de Viseu (a cerca de 40 km), precisamente o Instituto Superior Politécnico de Viseu, com uma oferta curricular variada, ao nível de licenciaturas, de mestrados, pós-graduações e cursos técnicos superiores profissionais. Também próximas, pela boa acessibilidade, estão as seguintes instituições:

- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH);
- Universidade de Coimbra (UC);
- Instituto Politécnico de Coimbra (IPC);
- Universidade de Aveiro (UA).

3.7.3. Rede de equipamentos de solidariedade e segurança social

Com o intuito de satisfazer as necessidades dos grupos etários mais dependentes e dos escalões sociais mais necessitados, as IPSS atuam na tentativa de satisfazer as necessidades específicas das crianças, jovens, idosos e pessoas com algum grau de deficiência.

A Rede Social[29] é um programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria. A nível local, a Rede Social materializa-se através da criação das Comissões Sociais de Freguesias e/ou Inter-freguesias (CSF/CSIF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), que se constituem como plataformas de planeamento, e coordenação da intervenção social.

Para que possam ser atingidos os seus objetivos, é proposta uma estratégia participada de planeamento cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Participado, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação." O CLAS de Carregal do Sal aprovou, em 2006, o primeiro Plano de Desenvolvimento Social (PDS). Recentemente foi publicado o Plano de Desenvolvimento Social 2016/2019 e, mais recentemente, o Plano de Ação 2018/2019.

O PDS é definido como "um plano estratégico para 3/5 anos no qual se definem as estratégias de intervenção, bem como os objetivos a alcançar. É um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objetivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local. O Plano de Desenvolvimento Social enuncia uma estratégia para atingir uma situação social desejável, mais realista, nos territórios sobre os quais incide"[30]. Para a elaboração deste documento foi adotada uma metodologia participativa e dinâmica, através da organização de grupos de trabalho, onde foram convidadas diversas entidades de diferentes áreas a dar o seu contributo.

3.7.3.1. Estabelecimentos de apoio à 3.ª idade

Todas as freguesias do concelho possuem IPSS com atuação nas várias valências. Com recurso à Carta Social do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social[31] e ao Diagnóstico Social, é possível aferir a existência no Concelho dos seguintes serviços:

- 4 Lares de idosos e residência, distribuídos por todas as freguesias exceto de Beijós;
- 5 Instituições que prestam serviços de apoio domiciliário a idosos, em todas as freguesias;
- 2 Centros de dia, localizados na freguesia de Beijós e na freguesia de Oliveira do Conde.

[29] Criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/1997, de 18 de novembro, e da Declaração de Retificação n.º 10-O/1998.
[30] "Guião Prático para a Implementação da Rede Social" (2004); Edição Instituto da Segurança Social, Lisboa.
[31] A Carta Social pode ser consultada no seguinte caminho: http://www.cartasocial.pt/index.php

A Figura 103 evidencia a cobertura territorial dos equipamentos de apoio à 3.ª idade, distribuídos por todas as freguesias do concelho.

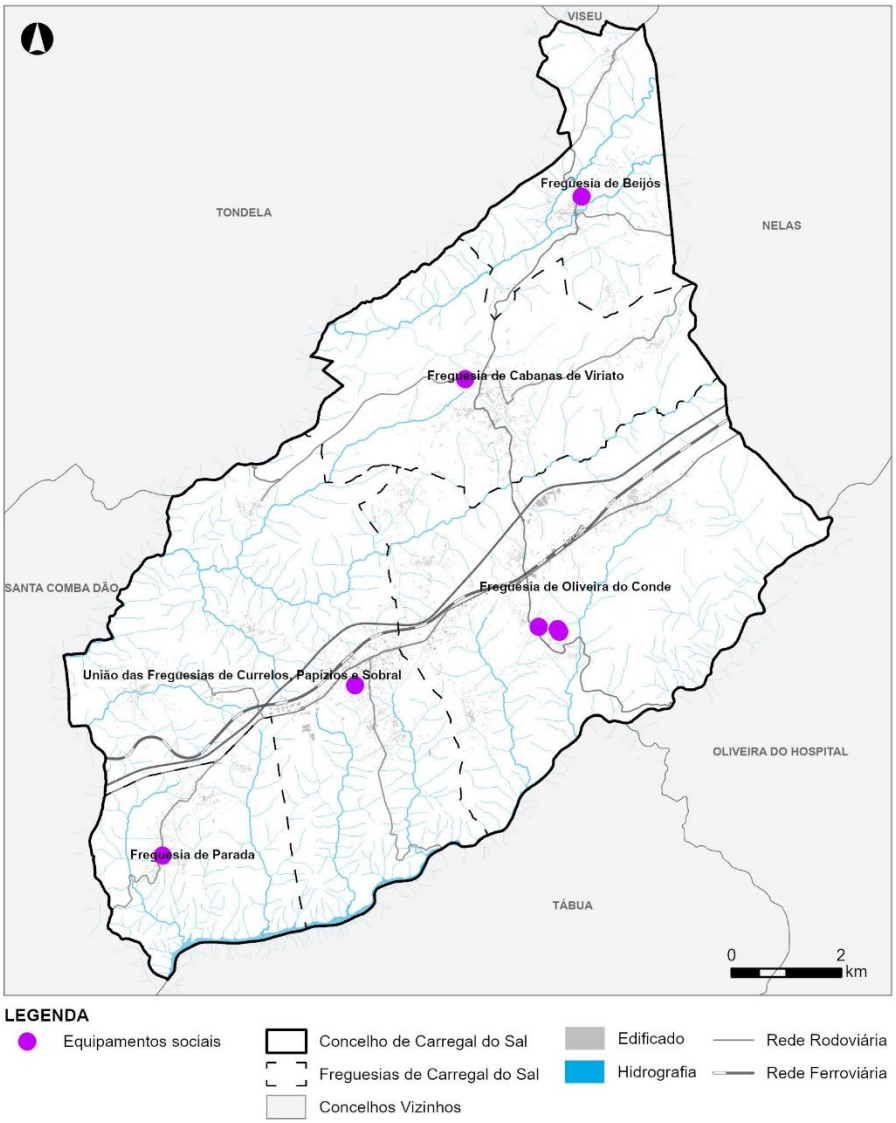


Figura 103. Equipamentos de solidariedade e segurança social de apoio à 3.ª idade
Fonte: SPI, com base nos dados da Carta Social (2018, 2019) e Diagnóstico Social de Carregal do Sal (2016)

A nível da capacidade e das taxas de ocupação, verifica-se que, independentemente do tipo de resposta social oferecida, todos os estabelecimentos existentes estão na ocupação plena ou muito perto disso (Tabela 39). Considerando as dinâmicas atuais, onde a estrutura da população está cada vez mais envelhecida, poderá existir uma procura superior à oferta existente no Concelho, o que justifica uma reponderação da rede de apoio à população idosa.

Tabela 39. Capacidade de resposta das instituições de apoio à 3.ª idade
Fonte: Carta Social (2018, 2019) e Diagnóstico Social de Carregal do Sal (2016)

Freguesia	Instituição	Respostas socias	Capacidade	N.º de utentes
Beijós	Caritas de Beijós	Centro de dia	7	5
		Apoio domiciliário	35	30
Cabanas de Viriato	Centro Social Professora Elisa Barros Silva	Lar de idosos e residência	60	60
		Apoio domiciliário	40	35
Carregal do Sal	Santa Casa da Misericórdia	Lar de idosos e residência	35	35
		Apoio domiciliário	-	-
Oliveira do Conde	Fundação José Nunes Martins	Lar de idosos e residência	14	13
	Caritas Paroquial de Oliveira do Conde	Centro de dia	25	20
		Apoio domiciliário	40	31
Parada	Caritas Paroquial de Parada	Lar de Idosos e residência	8	8
		Apoio domiciliário	30	25

O Município tem desenvolvido um conjunto de programas para apoiar os mais idosos destacando-se, nesse âmbito, a Universidade Sénior de Carregal do Sal. Este programa apresenta-se como uma resposta social de apoio à população idosa, de modo a proporcionar durante o período diurno uma solução que permita ao sénior adquirir conhecimentos em diversas áreas, tais como línguas, ciências sociais, saúde, informática, internet, dança, teatro.

3.7.3.2. Outros estabelecimentos de apoio social

No Concelho destaca-se, igualmente, um conjunto de instituições que prestam apoio áreas diversas, tais como a distribuição de produtos alimentares aos mais carenciados, apoio a situações de risco e apoio a pessoas com grau de incapacidade.

Neste âmbito, identifica-se a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal de Sal, dedicada a promover os direitos e a proteção da criança e do jovem, prevenindo situações de perigo e a Associação Portuguesa de Solidariedade Mãos Unidas Padre Damião, que tem como objetivo a recolha de produtos alimentares e outros bens, para distribuição mensal junto das famílias mais carenciadas. Em Carregal do Sal foi implementada uma Cantina Social, inserida na

Rede Solidária de Cantinas Sociais promovida pelo Programa de Emergência Alimentar, e que tem como parceiros a Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal.

De mencionar, também, o Polo da Associação de Paralisia Cerebral de Viseu, localizado na freguesia de Oliveira do Conde. Esta é uma Unidade Residencial que tem por objetivo o acolhimento de jovens com deficiência física e/ou psíquica que se encontram impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu agregado familiar. A Unidade serve a população de Carregal do Sal e dos concelhos de Nelas, Tondela, Santa Comba Dão e Mortágua. Existe também um Centro de Atividades Ocupacionais, cujo principal objetivo é desenvolver e disponibilizar condições que contribuem para a qualidade de vida dos utentes deste centro. Além de Carregal do Sal, abrange ainda os concelhos de Nelas e Santa Comba Dão.

3.7.4. Rede de equipamentos e serviços de cultura e lazer

A autarquia desempenha um importante papel no desenvolvimento, apoio e promoção das associações culturais, recreativas e desportivas. Segundo a Carta Educativa do Concelho, estas atividades têm por base três importantes pilares: o da iniciativa individual ou de grupos, apresentada de forma voluntária; o da cooperação; e, o da edificação de infraestruturas.

As atividades associativas e os equipamentos culturais são, por isso, instituições fundamentais na preservação e promoção da história e cultura local, na dinamização do território e no apoio a atividades de lazer. No Concelho existe um conjunto de espaços e instituições responsáveis por essa dinamização, representando-se pelos núcleos museológicos, centros culturais e ainda através de cerca de quatro dezenas de associações culturais, recreativas, desportivas, de artes, entre outras, dispersas um pouco por todas as freguesias.

Em termos de equipamentos culturais e de lazer, foram considerados os seguintes:

- Museus, núcleos museológicos e centros culturais;
- Bibliotecas;
- Associações de caça e pesca;
- Associações desportivas;
- Associações culturais, recreativas e desportivas;
- Associações de música, ranchos e artes.

Na freguesia de Carregal do Sal identificam-se o centro cultural, o museu, o núcleo museológico, com um polo na freguesia de Parada, e a Biblioteca Municipal.

O Centro Cultural de Carregal do Sal (Figura 104), localizado no centro da vila, é um equipamento da propriedade da Câmara Municipal, que visa potenciar uma atividade regular nos vários domínios artísticos (dança, teatro, música, cinema), estando igualmente preparado para diversas utilizações na área da formação/sensibilização, na qual se incluem seminários, *workshops*, apresentações de livros, reuniões, entre outras. No contexto regional, o Centro Cultural assume-se como um importante polo cultural, acolhendo também iniciativas de associações com sede nos concelhos vizinhos, como a Associação Cultural Contracanto, de Nelas, e o Conservatório de Música e Artes do Dão, de Santa Comba Dão.



Figura 104. Centro Cultural de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2016

A Biblioteca Municipal funciona como um grande polo cultural, impondo-se, nos dias de hoje, como um dos principais equipamentos culturais à disposição da população. Pretende definir-se como um equipamento cultural multifacetado e abrangente, assumindo como principais objetivos a promoção da leitura pública, a melhoria de vida e a democratização da sociedade[32]. Além de estar dotada de salas de leitura para adultos e salas de leitura infanto-juvenis, também possui um fundo documental, sala de audiovisuais e espaço internet. Desenvolve atividades com a comunidade escolar desde o pré-escolar até ao 12.º ano e coopera com a rede de bibliotecas escolares do concelho.

O Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria, fundado em 2006, afirma-se como uma instituição responsável pela dinamização e afirmação da identidade local e pelo apoio ao turismo cultural, como motor de desenvolvimento económico e social do concelho. Dispõe de um conjunto de bens culturais, desenvolve funções de estudo e investigação, trabalha na divulgação dos seus acervos, além da inventariação, documentação, conservação e educação, e possui ainda um

[32] Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal.

conjunto de exposições. Garante uma oferta educativa e de fruição cultural e turística, dispondo de vários sítios arqueológicos visitáveis pelo público em geral e, particularmente, pela comunidade escolar, para a qual é direcionado o seu foco (Figura 105).



Figura 105. Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria, Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

O Núcleo Museológico da Antigas Escolas Primárias de Carregal do Sal resulta, tal como aconteceu um pouco por todo o país, do encerramento das antigas escolas primárias, deixando um conjunto de edifícios fechados e sem utilização. O Município, de modo a potenciar a sua reutilização, utilizou um desses espaços para abrir o 'museu escolar'. Congrega um conjunto de materiais relacionados com a atividade escolar, distribuídos por três antigas salas de aulas, representando cada uma delas uma temática diferente (sala de aula dos anos 50/60, a material escolar de diferentes épocas e a Expansão Portuguesa).

O Núcleo Museológico do Lagar de Varas, localizado na freguesia de Parada, é uma singular unidade lagareira datável de finais do século XIX. A sua musealização insere-se num vasto conjunto de iniciativas culturais que o Município tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, tendo em vista a valorização, promoção e salvaguarda dos seus recursos patrimoniais. Neste contexto, a recuperação e preservação desta unidade lagareira teve o intuito de criar um testemunho representativo da atividade ligada à produção do azeite, realçando a importância que este sector de atividade teve para a economia local ao longo dos tempos.

Adicionalmente, o concelho integra cerca de 37 associações culturais, recreativas, desportivas, artísticas, musicais, entre outras, dispersas pelas cinco freguesias. Umas desenvolvem atividades de carácter regular, como é o caso das sociedades filarmónicas ou grupos folclóricos. Destacam-se pelo seu trabalho de dinamização cultural a Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato e o Grupo Folclórico de Oliveira do Conde.

A Figura 106 ilustra a distribuição geográfica dos principais equipamentos culturais e de lazer no Concelho, num total de 43 estruturas, identificadas na Tabela 40.

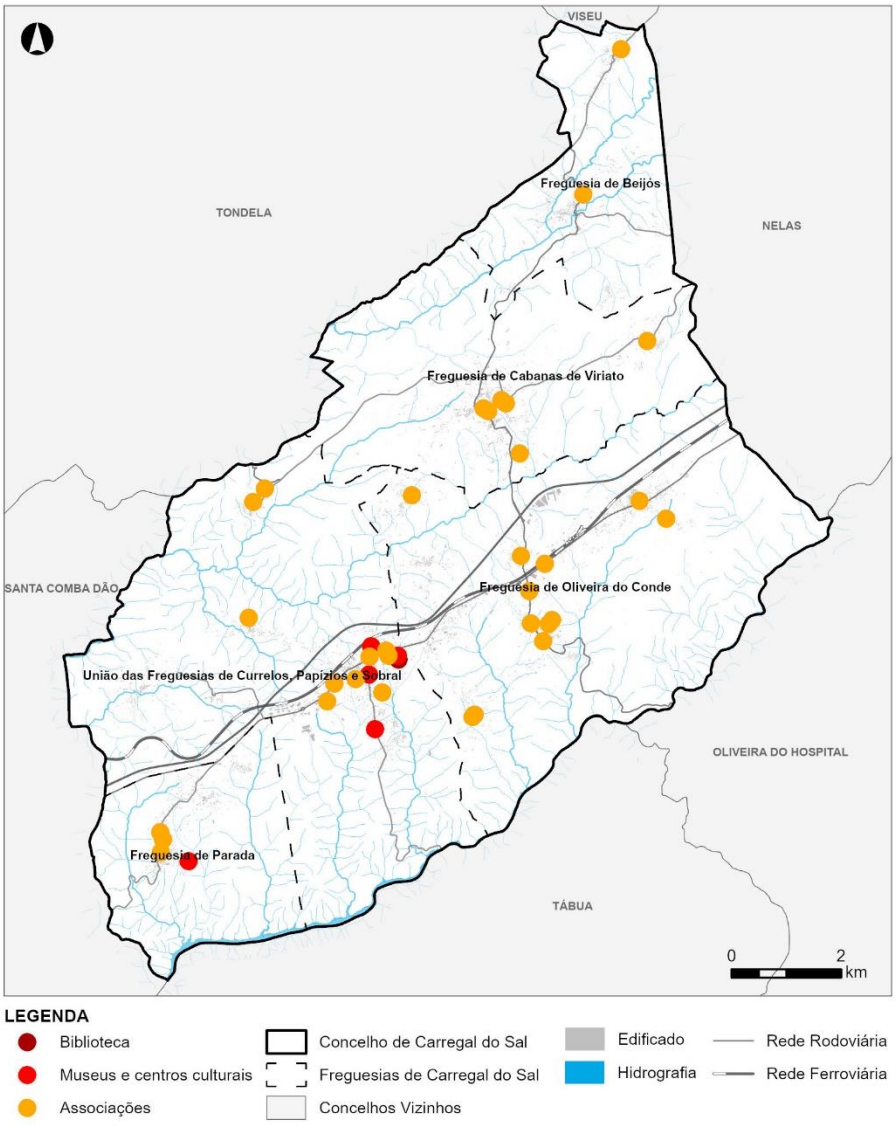


Figura 106. Equipamentos de Cultura e Lazer no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base nos dados do PECS, 2016

Tabela 40. Equipamentos culturais e de lazer no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, PECS, 2016

	Freguesia de Beijós	Freguesia de Cabanas de Viriato	Freguesia Carregal do Sal	Freguesia de Oliveira do Conde	Freguesia de Parada	Total
Museu/Núcleo museológico e Centro Cultural	0	0	4	0	1	**5**
Biblioteca	0	0	1	0	0	**1**
Associações de caça e pesca	0	1	0	2	0	**3**
Associações desportivas	0	1	3	2	1	**7**
Associações culturais, recreativas e desportivas	2	3	6	5	2	**18**
Associações de Música, ranchos e artes	0	1	1	6	0	**8**
Associações Gastronómicas	0	0	1	0	0	**1**
Total	**2**	**6**	**16**	**15**	**4**	**43**

3.7.5. Rede de equipamentos e serviços de suporte à atividade desportiva

Os equipamentos de suporte à atividade desportiva e física são fundamentais para garantir o acesso inclusivo à prática desportiva. A Carta Internacional de "Educação Física, da Atividade Física e do Desporto", apresentada em 2015 pela UNESCO, define que a prática da educação física, a atividade física e o desporto são um direito fundamental de todo o ser humano, sem qualquer tipo de discriminação, devendo ser disponibilizado a todos, em particular a crianças, idosos ou pessoas com deficiência.

Segundo as recomendações da UNESCO, os espaços, instalações e equipamentos devem ser disponibilizados e mantidos, de forma adequada e segura, para atender às necessidades dos participantes, levando em consideração as diferentes necessidades associadas às condições climáticas e culturais, assim como às questões de gênero, idade e deficiência.

Tendo por base as normas para a programação de equipamentos desportivos, em conformidade com as recomendações do Conselho Europeu e do Conselho Internacional para a Educação Física e Desporto, da UNESCO, é estabelecido que as autoridades públicas, assim como as instituições que atuam em seu nome, devem elaborar e implementar leis e regulamentos, definir planos nacionais de desenvolvimento do desporto com objetivos claros, e ainda adotar outras medidas que estimulem a prática do desporto, o que inclui a assistência material, financeira e técnica. Os equipamentos considerados agrupam-se nas seguintes tipologias:

- Polidesportivos
- Piscinas
- Pavilhões desportivos
- Campos desportivos
- Campos de tiro
- Pistas de todo o terreno
- Ginásios

A Tabela 41 sistematiza a informação relativa aos equipamentos desportivos existentes e a Figura 107 ilustra a distribuição geográfica e a tipologia dos equipamentos desportivos existentes no concelho de Carregal do Sal.

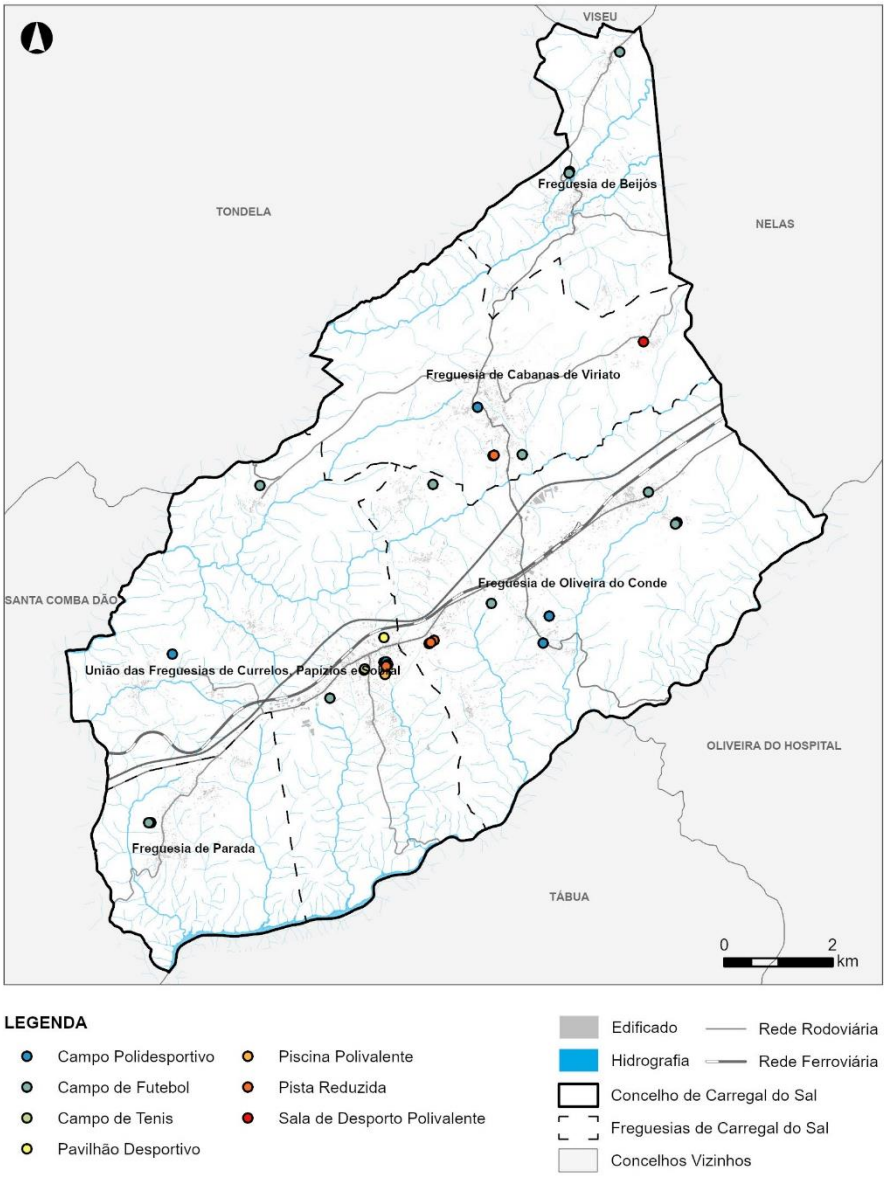


Figura 107. Equipamentos desportivos públicos no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base nos dados do Diagnóstico Social de Carregal do Sal (2016)

A hierarquia da rede de equipamentos para o desporto, consagrado pelo Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de novembro, define os Equipamentos desportivos de base formativo como equipamentos fundamentais, quer em treino, quer em competição de nível local. A localização destes equipamentos deve ser feita em função dos utentes escolares em atividades curriculares e das coletividades desportivas locais, com condições de polivalência. Para tal, no concelho de Carregal do Sal, identificou-se as seguintes tipologias, como equipamentos desportivos de base formativos: Grandes Campos de Jogos, Pequenos Campos de Jogos, Pistas de Atletismo, Pavilhões Desportivos Polivalentes, Piscinas ao Ar Livre e Piscinas Cobertas.

Tabela 41. Equipamentos desportivos no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, Diagnóstico Social de Carregal do Sal (2016)

	Designação especifica	Freguesia de Beijós	Freguesia de Cabanas de Viriato	Freguesia Carregal do Sal	Freguesia de Oliveira do Conde	Freguesia de Parada	Total
Grandes Campos de Jogos	Campo de futebol	2	2	2	4	1	**10**
Pequenos Campos de Jogos	Campos de Ténis	0	0	1	0	0	**1**
	Campo Polidesportivo	1	3	4	4	1	**12**
Pistas de Atletismo	Pista Reduzida	0	2	2	2	0	**6**
Pavilhões Desportivos Polivalentes	Pavilhão Desportivo	0	0	2	0	0	**2**
Piscinas ao Ar Livre	Piscina Polivalente	0	0	1	0	0	**1**
Piscinas Cobertas	Piscina Polivalente	0	0	1	0	0	**1**
Total		**3**	**6**	**13**	**10**	**2**	**34**

No concelho, verifica-se a existência de 34 equipamentos desportivos de base formativos, presentes em todas as freguesias. Identifica-se que, os grandes e pequenos campos de jogos representam 68% dos equipamentos desportivos do concelho, sobretudo através dos Campo Polidesportivo (12). e Campos de Futebol (10).

Ao nível das freguesias, regista-se que, a freguesia de Carregal do Sal e a de Oliveira do Conde dispõem de 68% dos equipamentos desportivos de base formativa do concelho. Na freguesia de Carregal do Sal estão localizadas as piscinas municipais e o único campo de ténis do concelho, no Parque Alzira Cláudio. Relativamente às piscinas ao ar livre e cobertas, estas pertencem às piscinas municipais, e têm como principal função promover a prática da natação e das restantes atividades aquáticas e desportivas, bem como contribuir para a recreação e ocupação dos tempos livres.

No espetro oposto, a Freguesia de Parada alberga apenas 6% dos equipamentos desportivos, contando apenas com um Campo de Futebol e um Campo Polidesportivo.

As pistas de atletismo estão integradas na rede escolar do concelho, nomeadamente na Escola Básica Integrada Aristides Sousa Mendes (2), na Escola Básica de Carregal do Sal (2) e na Escola Secundária de Carregal do Sal (2).

Adicionalmente, localiza-se no município de Carregal do Sal, dois ginásios, de cariz privado.

Para além dos equipamentos desportivos de base formativo, o concelho dispõe também de equipamentos desportivos especializados para a prática desportiva e recreativa de modalidades particulares que exigem espaços caracterizados, devido à grande especificidade de organização. São exemplo desta tipologia, no concelho de Carregal de Sal, o campo de tiro com armas de caça e a pista todo o terreno, localizados na freguesia de Oliveira do Conde, mais precisamente em Fiais da Telha.

Tabela 42. Equipamentos desportivos especializados no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, Diagnóstico Social de Carregal do Sal (2016)

	Designação específica	Freguesia de Beijós	Freguesia de Cabanas de Viriato	Freguesia Carregal do Sal	Freguesia de Oliveira do Conde	Freguesia de Parada	Total
Campo de Tiro	Campo de tiro com armas de caça	0	0	0	1	0	**1**
Pista de Todo o Terreno	Pista todo o Terreno	0	0	0	1	0	**1**
	Total	**0**	**0**	**0**	**2**	**0**	**2**

De forma a avaliar a adequação dos equipamentos existentes às necessidades reais do concelho, concretizou-se o rácio entre a população residente, segundo os censos provisórios de 2021 e os equipamentos desportivos disponíveis no concelho. Integrou-se nesta análise, os critérios descritos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, da autoria da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (Tabela 43).

Tabela 43. Avaliação da cobertura dos equipamentos desportivos, por tipologia
Fonte: SPI; DGOTDU (2002)

Tipologia	Equipamentos Existentes	População Base (mínimo)	Utilizadores por equipamento
Grandes Campos de Jogos	10	2500	**905**
Pequenos Campos de Jogos	13	800	**696**
Pistas de Atletismo	6	7500	**1508**
Pavilhões e Salas de Desporto	3	3000	**3016**
Piscinas ao Ar Livre	1	7500	**9048**
Piscinas Cobertas	1	5000	**9048**
Total	34	-	**266**

Este critério que se tem adotado desde 1988, baseia-se na atribuição de uma quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante[33]. Como tal e tendo em conta os critérios dados pela DGOTDU para a população mínima para cada tipologia, existe uma cobertura alargada dos equipamentos desportivos, destacando-se os Grandes e Pequenos Campos de Jogos, nos quais, não será necessário a implementação de novos equipamentos deste tipo, visto existirem mais equipamentos que o necessário, segundo estes critérios.

Relativamente as outras tipologias, a sua cobertura está também assegurada, não sendo necessário a implementação de novos equipamentos desportivos. No entanto, alguns destes equipamentos desportivos, especialmente nas freguesias de Beijós e Parada, estão localizadas em zonas de fraca acessibilidade, pelo qual é necessário ter atenção.

3.7.6. Rede de equipamentos e serviços administrativos

Os equipamentos e serviços administrativos, onde se inclui a justiça e segurança, a par dos equipamentos e serviços de saúde e educação, representam as funções básicas de apoio à população. Neste caso, encontram-se relacionados com finanças, segurança social, desemprego e formação profissional, tribunais, segurança, entre outros.

No concelho de Carregal do Sal identificam-se as seguintes tipologias de equipamentos e serviços administrativos, de justiça e segurança (Figura 108):

- Serviços do estado
- Câmara Municipal e Juntas de Freguesia
- Julgado de Paz
- Bombeiros
- Forças de segurança
- Cruz Vermelha Portuguesa

[33] Critério adotado a partir de recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO)

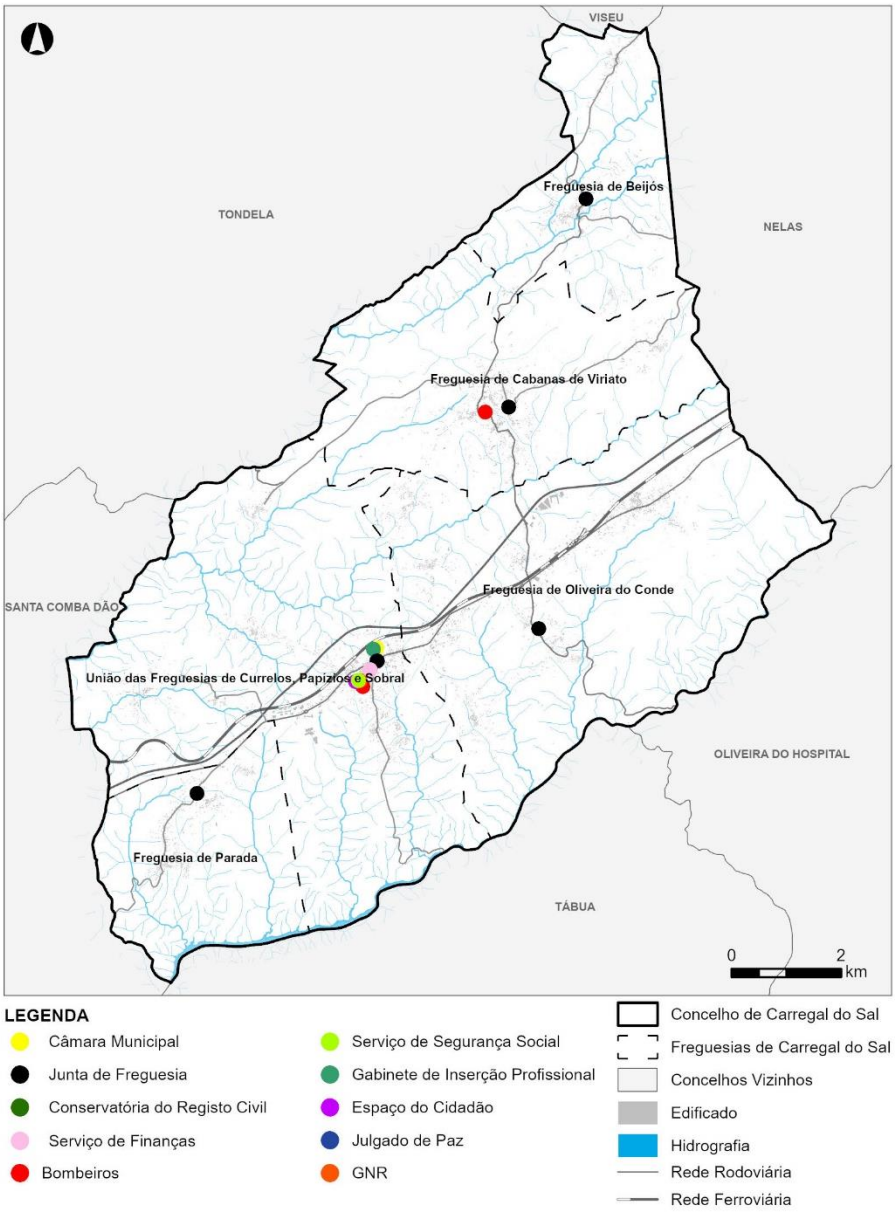


Figura 108. Equipamentos administrativos, de justiça e segurança do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

A vila de Carregal do Sal concentra a maioria dos equipamentos e serviços administrativos, de justiça e segurança, como a repartição da Segurança Social, das Finanças, o Gabinete de Inserção Social de Carregal do Sal credenciado pelo IEFP, a Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial, o Espaço Cidadão, e a Câmara Municipal e todos os seus serviços. Aqui localiza-se também a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal e a Guarda Nacional Republicana (GNR). Embora não tenha um Tribunal, o Concelho possui um Julgado de Paz para a resolução de litígios de gravidade baixa.

Destaca-se a presença do Espaço Cidadão, localizado na freguesia de Carregal do Sal, que funciona como ponto de contacto descentralizado dos serviços administrativos do Estado, simplificando a relação e agilizando processos burocráticos.

Relativamente aos equipamentos de segurança e proteção civil, de salientar a existência de duas corporações de Bombeiros Voluntários, uma localizada na freguesia de Carregal do Sal e a segunda na freguesia de Cabanas de Viriato. A segurança pública de todo o concelho é assegurada pelo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Carregal do Sal.

Tabela 44. Presença de equipamentos desportivos e associações desportivas no concelho de Carregal de Sal
Fonte: SPI, 2019

	Freguesia de Beijós	Freguesia de Cabanas de Viriato	Freguesia Carregal do Sal	Freguesia de Oliveira do Conde	Freguesia de Parada
Serviços do Estado			•		
Câmara Municipal e Juntas de Freguesia	•	•	•	•	•
Julgado de Paz			•		
Bombeiros		•	•		
Forças de Segurança			•		

3.7.7. Rede de equipamentos religiosos

Os equipamentos religiosos podem ser divididos em santuários, igrejas, capelas, ermidas, cemitérios e casas mortuárias. No caso particular do concelho de Carregal do Sal, identificam-se as seguintes tipologias de equipamentos religiosos (Figura 109):

- Santuário
- Igrejas
- Capelas
- Cemitérios
- Casas Mortuárias

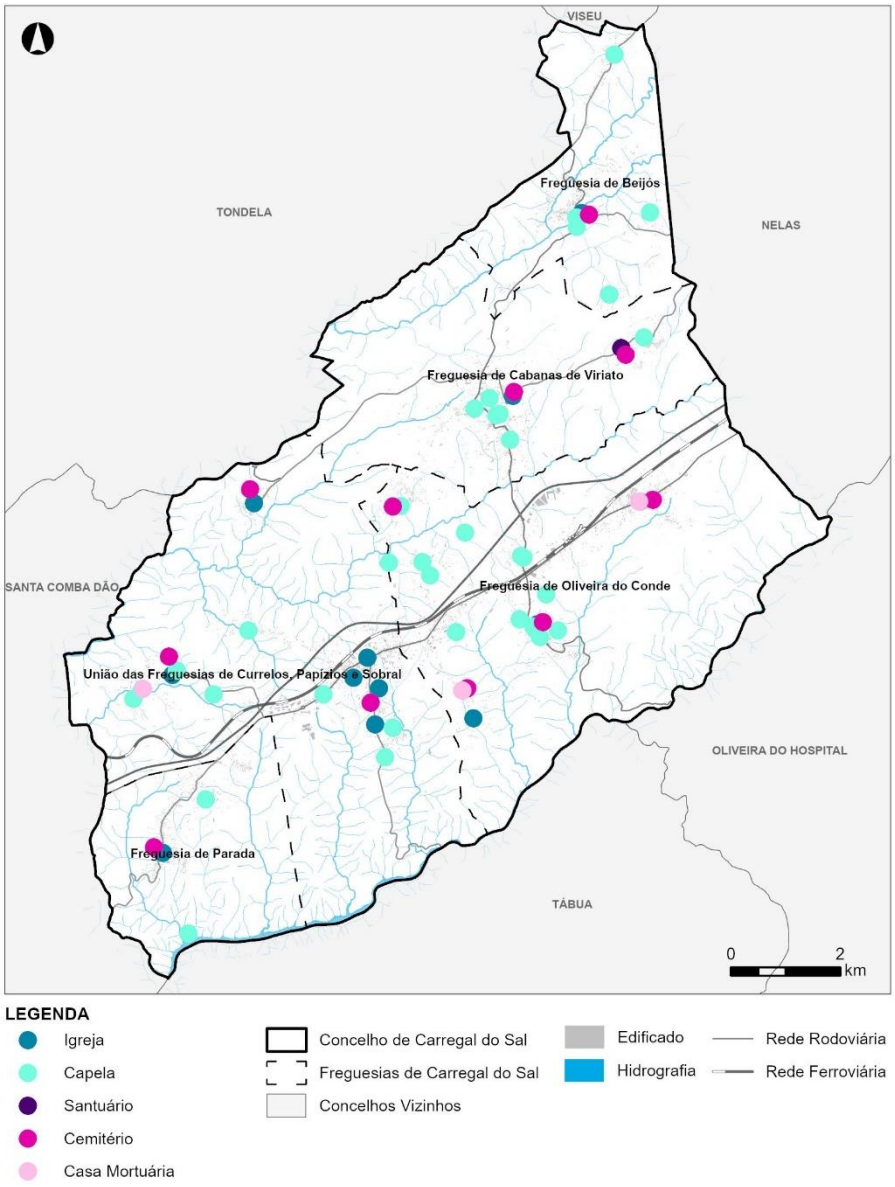


Figura 109. Equipamentos religiosos no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base na publicação "Os Edifícios Religiosos do Município de Carregal do Sal – Guia Turístico-Cultural (2015)

Estes equipamentos religiosos perfazem um total de 63, distribuídos por todas as freguesias, mas com uma maior concentração nas freguesias de Oliveira do Conde e de Carregal do Sal, sendo a as capelas a tipologia dominante (Tabela 45).

É de referir que as igrejas existentes não se prendem apenas com a religião católica, mas também com outros cultos, o que exprime a diversidade religiosa no Concelho, identificando-se uma Igreja Adventista do Sétimo Dia e uma Igreja do Reino das Testemunhas de Jeová.

Tabela 45. Equipamentos religiosos no concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, com base na publicação "Os Edifícios Religiosos do Município de Carregal do Sal – Guia Turístico-Cultural (2015)

	Freguesia de Beijós	Freguesia de Cabanas de Viriato	Freguesia Carregal do Sal	Freguesia de Oliveira do Conde	Freguesia de Parada	Total
Santuários	0	1	0	0	0	**1**
Igrejas	1	1	5	3	1	**9**
Capelas	5	7	8	14	3	**40**
Cemitérios	1	2	3	4	1	**11**
Casas Mortuárias	0	-	2	1	-	**1**
Total	**7**	**11**	**18**	**22**	**5**	**63**

3.8. Infraestruturas

Ao longo das últimas décadas, Portugal fez relevantes investimentos em infraestruturas físicas, a grande maioria potenciados pela política europeia de coesão e pelos seus programas de financiamento comunitário, tendo contribuído em larga medida para a superação dos grandes problemas infraestruturais do país e para a diminuição das assimetrias territoriais. Estes investimentos tiveram um importante impacto no bem-estar e qualidade de vida da população, na competitividade da economia e do ponto de vista da qualidade ambiental.

Da mesma forma, verificou-se um investimento significativo nas redes de infraestruturas em Carregal do Sal, com reflexo positivo.

3.8.1. Infraestruturas ambientais

Resultado do investimento realizado nas últimas décadas na infraestruturação básica do território português, verificou-se uma grande evolução ao nível da qualidade dos serviços das infraestruturas ambientais em Carregal do Sal.

3.8.1.1. Abastecimento de água e tratamento de águas residuais

A Águas do Planalto, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água S.A. é a entidade responsável pela exploração e gestão dos serviços de abastecimento e distribuição de água dos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

De acordo com os dados da Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos (ERSAR), em 2021, a taxa de cobertura física do sistema de abastecimento (englobando os cinco concelhos abastecidos) era de 94%.

Relativamente à água fornecida à população de Carregal do Sal esta é captada na Barragem do Paúl. Em 2017, a rede de abastecimento e distribuição de água de Carregal do Sal integrava 2 estações elevatórias e 153 km de rede de coletores e emissários. No concelho existem quatro captações de águas subterrânea para abastecimento público, que dispõem de perímetro de proteção legalmente instituídos, localizados na freguesia de Oliveira do Conde (Tabela 46 e Figura 110). A captação superficial localizada no concelho encontra-se atualmente desativada.

No que concerne à qualidade da água distribuída, esta é controlada de acordo com o disposto na legislação em vigor. Tendo como base os últimos dados da ERSAR relativos a 2021, a água abastecida pela Águas do Planalto, cumpriu os parâmetros para ser classificada como água segura em 100% dos casos.

Importa destacar que, no território gerido pela empresa Águas do Planalto, a taxa de água não faturada,[34] em 2021, era de 15,9%, valor inferior ao registado a nível nacional (28,8%, em 2021).

Tabela 46. Captações de águas subterrâneas e respetivos perímetros de proteção
Fonte: Portaria n.º 361/2013

Captação	Coordenadas
P1	11528,33;87078,53
P2	11616,32;87096,53
P3	11755,32;87140,53
P4	11900,31;87207,53

[34] Percentagem de água que, sendo consumida de forma autorizada, não é faturada

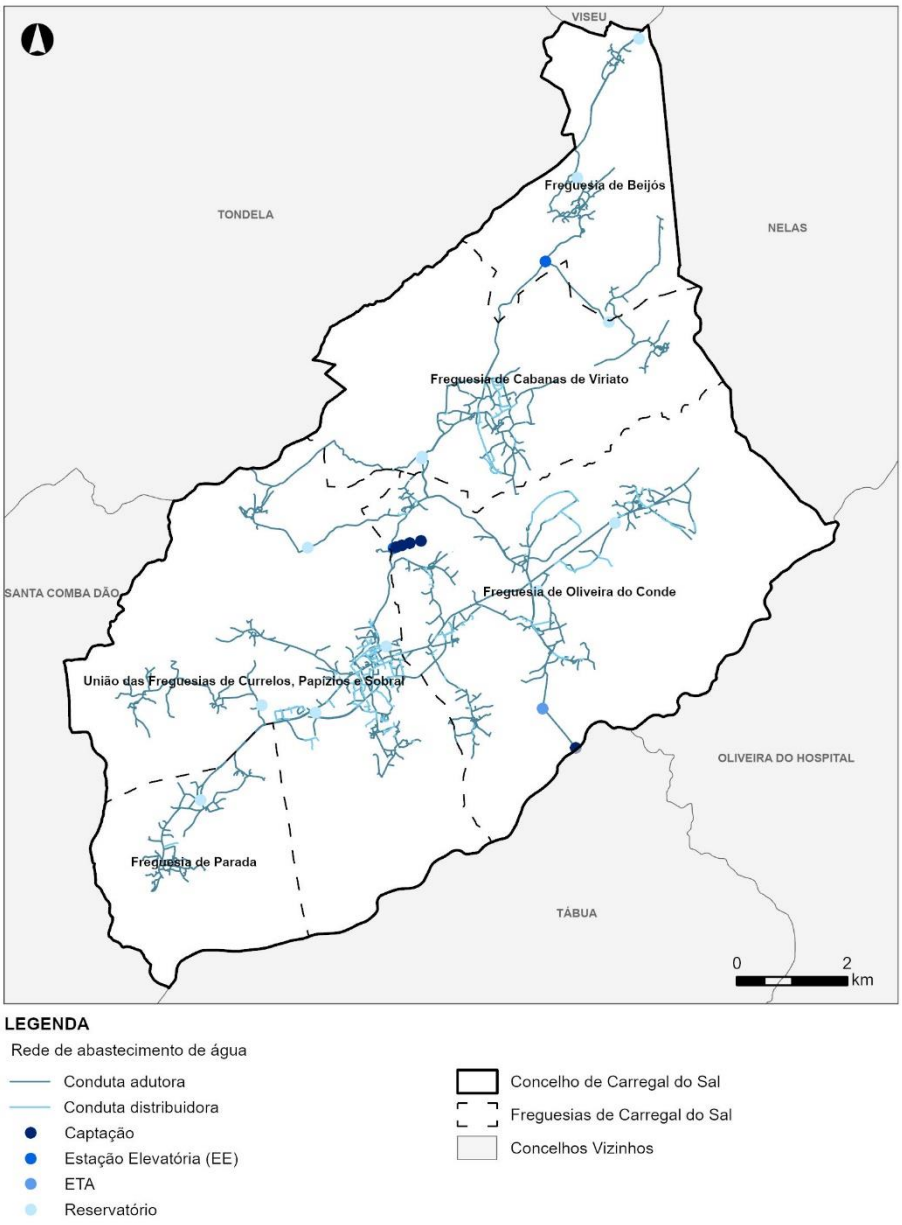


Figura 110. Sistema de abastecimento de água do concelho de Carregal do Sal
Fonte: CMCS, 2023

Relativamente ao sistema de saneamento de águas residuais do Concelho, a sua gestão encontra-se a cargo da AINTAR - Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, uma associação de municípios, pessoa coletiva de direito público e de fins específicos, nos termos da Lei nº 73/2013 de 12 de setembro, integralmente detida pelos Municípios, a quem cumpre, nos termos dos seus estatutos, os fins específicos de prossecução conjunta das atribuições dos Municípios associados em matéria de saneamento e águas residuais e em matéria de alterações climáticas.

O Concelho de Carregal do Sal é servido por uma rede de coletores separativos de águas residuais urbanas com cerca de 201 km, uma rede de coletores separativos de águas pluviais de cerca de 68 km e 2 estações elevatórias. Possui 24 estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e 11 fossas sépticas coletivas (Figura 111).

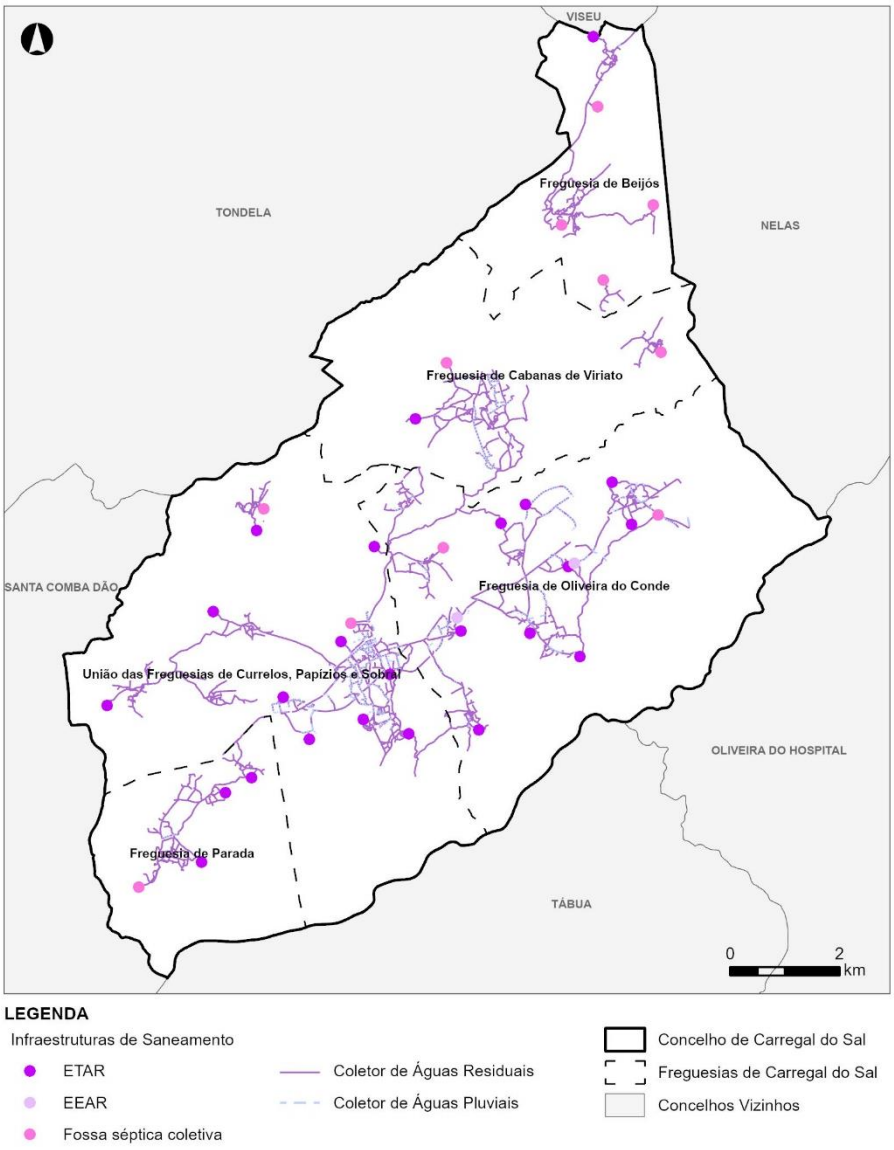


Figura 111. Sistema de saneamento de águas residuais de Carregal do Sal (em julho de 2023)
Fonte: CMCS, 2023

Segundo dados da ERSAR relativos a 2021, o índice de cobertura física do concelho de Carregal do Sal era de 76% na drenagem de águas residuais e 100% para o tratamento de águas residuais.A atual rede divide-se em vários sistemas autónomos de tratamento de águas residuais de pequena dimensão que foram contruídos nos últimos vinte anos do século XX, numa lógica de atendimento de pequenos aglomerados, de forma isolada. No entanto, a sua reduzida dimensão e o elevado número de sistemas dificultam a sua gestão, acrescido ao facto de várias das ETAR

apresentarem funcionamentos ineficazes, não garantindo o cumprimento da legislação nacional e comunitária. Nesse sentido, e de forma a promover uma melhoria da situação atual, o Município tem previsto um projeto de desativação e de reconversão dos vários sistemas autónomos em nove sistemas únicos (Tabela 47).

Tabela 47. Reestruturação dos sistemas de tratamento de águas residuais do concelho de Carregal do Sal
Fonte: CTGA, Projeto de Execução

ETAR/FOSSA/E.E.A.R	Solução com a reestruturação	Sistema Autónomo/ETAR
Beijós	Desativada. Construção de nova ETAR	Subsistema de Beijós
Pardieiros (Setor 1)	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Pardieiros (Setor 2)	Desativada.	
Póvoa de Lisboa	Desativada.	
Alvarelhos	Desativada. Construção de E.E.A.R	Subsistema de Póvoa da Pegada
Cabanas de Viriato	Desativada. Construção de E.E.A.R	Subsistema de Cabriz
Cabanas de Viriato - B. S.	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Cabriz	Desativada. Construção de nova ETAR	
Gavião (Carregal do Sal)	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Oliveirinha (Calvário)	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Póvoa da Pegada	Desativada. Construção de nova ETAR	
Albergaria	Desativada. Construção de E.E.A.R	Subsistema de Currelos
Azenha	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Casal da Torre	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Casal Mendo	Desativada.	
E.E.A.R Matilreira	Desativada.	
E.E.A.R Tapada	Desativada.	
Fiais da Telha 1 (Corgas)	Desativada.	
Fiais da Telha 2 (F. do Sapo)	Desativada.	
Fiais Da Telha 3 (IC 12)	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Gorgolão	Desativada.	
Oliveira do Conde	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Oliveirinha (Pulgueira)	Desativada.	
P. I. da Gândara	Desativada. Construção de E.E.A.R	
P. I. de São Domingos	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Rua da Fonte	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Vila Meã	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Sobral	Desativada. Construção de nova ETAR	Subsistema de Sobral
Sobral (Vale Serra)	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Papízios	Desativada. Construção de nova ETAR	Subsistema de Papízios
Pinheiro	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Parada 1	Desativada. Construção de E.E.A.R	Subsistema de Parada
Parada 2 (Porto de S. João)	Desativada. Construção de E.E.A.R	
Póvoa das Forcadas	Desativada. Construção de nova ETAR	
Póvoa de Santo Amaro	Desativada. Construção de E.E.A.R	
P. I. de Sampaio	Desativada. Construção de nova ETAR	Subsistema do P.I. Sampaio

3.8.1.2. Gestão de resíduos

A recolha de resíduos urbanos do concelho de Carregal do Sal é assegurada pela Ecobeirão - Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão E.I.M., S.A, que integra dezanove municípios. Esta recolha abrange uma população total de 305.487 pessoas, segundo dados de 2017 da ERSAR.

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos recolhidos em Carregal do Sal, entre 1995 e 2017, observa-se uma tendência semelhante às médias nacionais e da sub-região de Viseu Dão-Lafões, de aumento dos valores médios (Figura 112).

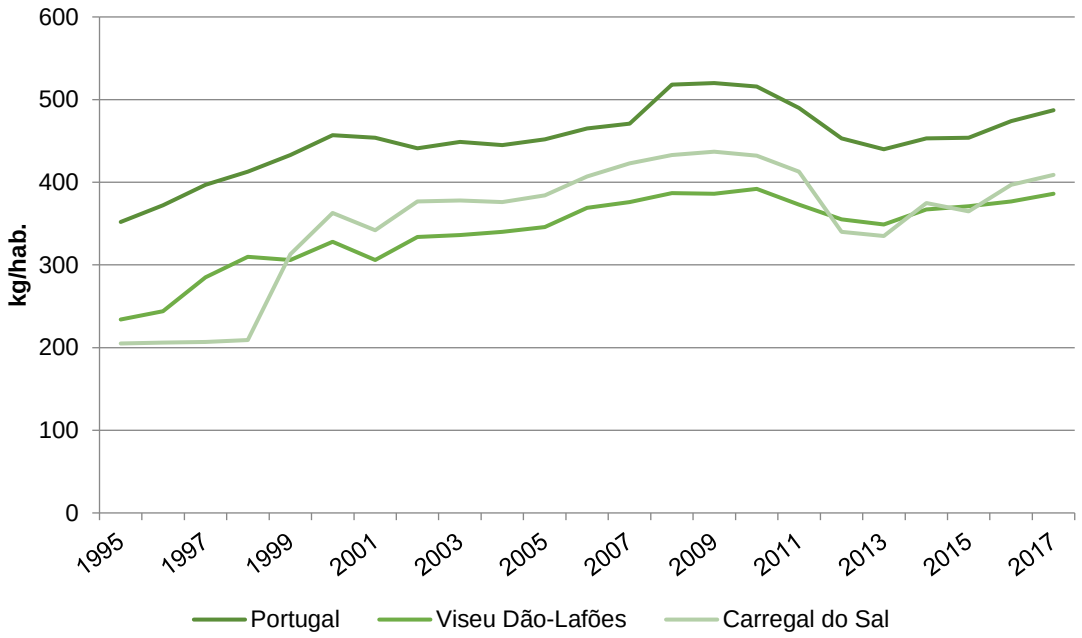


Figura 112. Resíduos urbanos recolhidos por habitante por localização geográfica
Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Os dados estatísticos relativos à recolha seletiva, triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos deste Concelho indicam uma evolução positiva, coincidentes com a região Viseu Dão-Lafões, mas muito abaixo dos níveis nacionais.

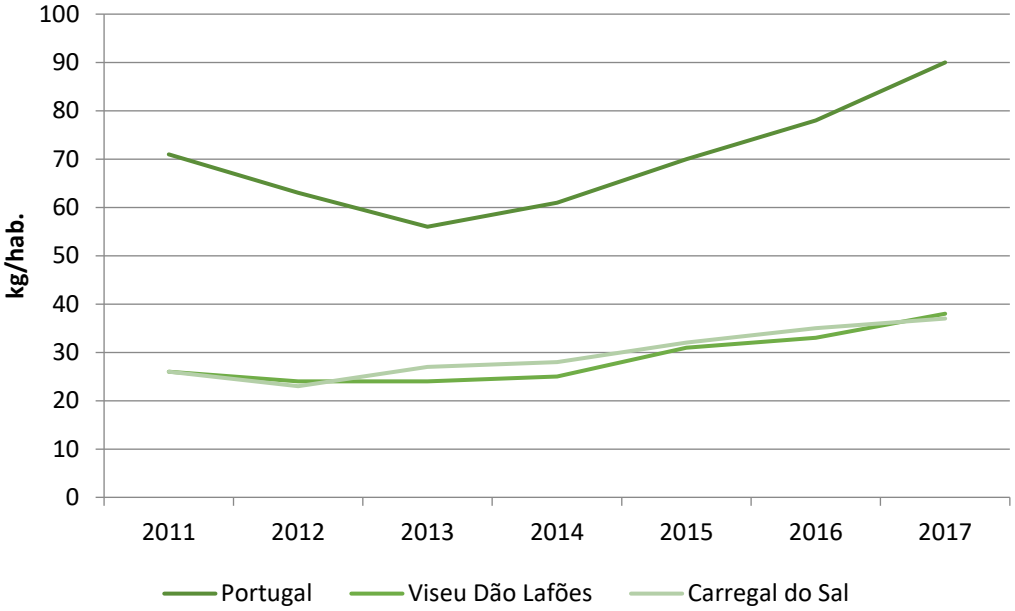


Figura 113. Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante por localização geográfica
Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

No concelho os contentores de RSU estão maioritariamente localizados nos principais centros urbanos, como Carregal do Sal, Oliveira do Conde e Cabanas de Viriato, acompanhando o padrão de ocupação urbana do concelho (Figura 114).

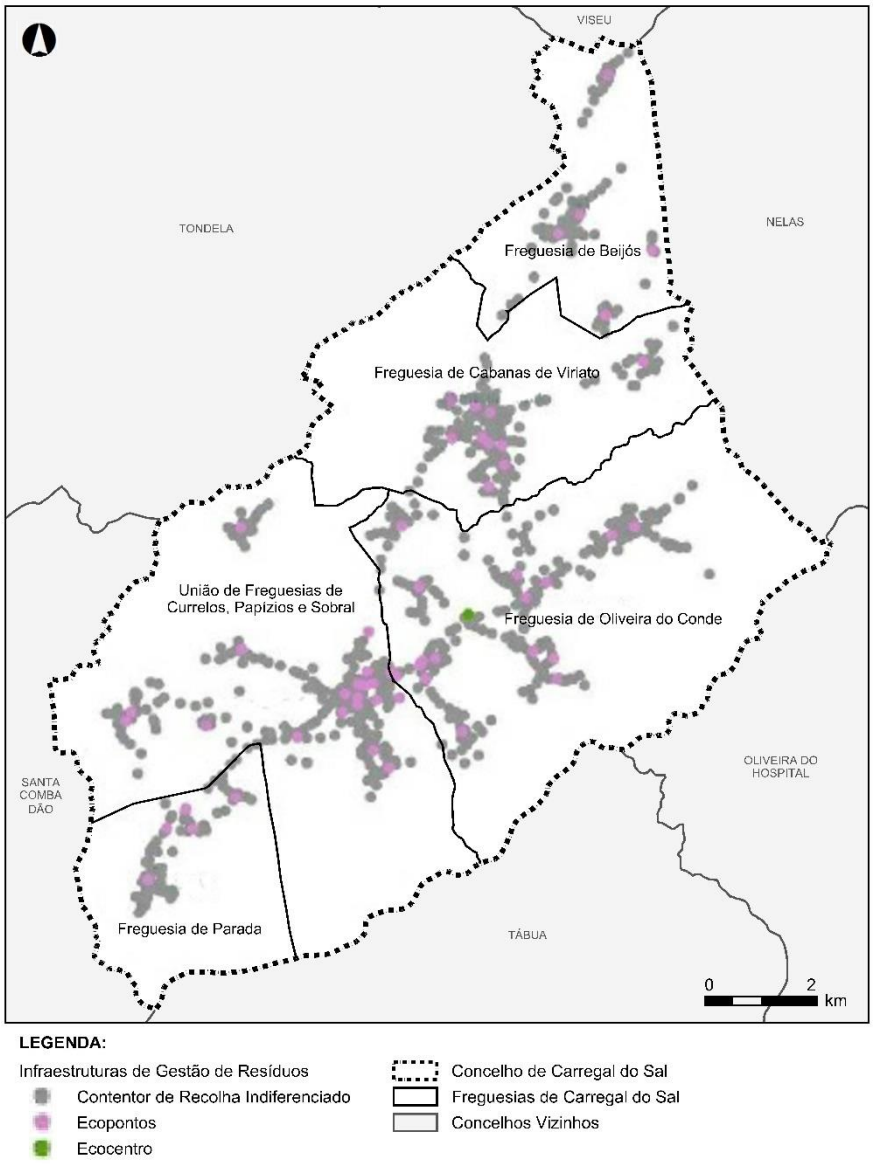


Figura 114. Infraestruturas de gestão de resíduos do concelho de Carregal do Sal
Fonte: PMEPC, 2018

Relativamente aos resíduos diferenciados no concelho, em 2016 existiam 56 ecopontos, dos quais 25 tinham capacidade para 1000 litros (dados de 2016 do PECS). Verifica-se também a presença de um ecocentro para receção e gestão dos resíduos recicláveis e valorizáveis. É de referir, ainda, a presença de outros serviços de grande importância, como a recolha de resíduos de construção e demolição (entulho), verdes e lenhosos (limpeza e manutenção de jardins) e volumosos.

3.8.1.3. Energia

O concelho dispõe de uma rede de GPL (Gás de Petróleo Liquefeito) concessionada localmente à empresa Petrogal/Galp Energia. Esta rede possui uma extensão reduzida, servindo apenas a vila de Carregal do Sal (Figura 115).

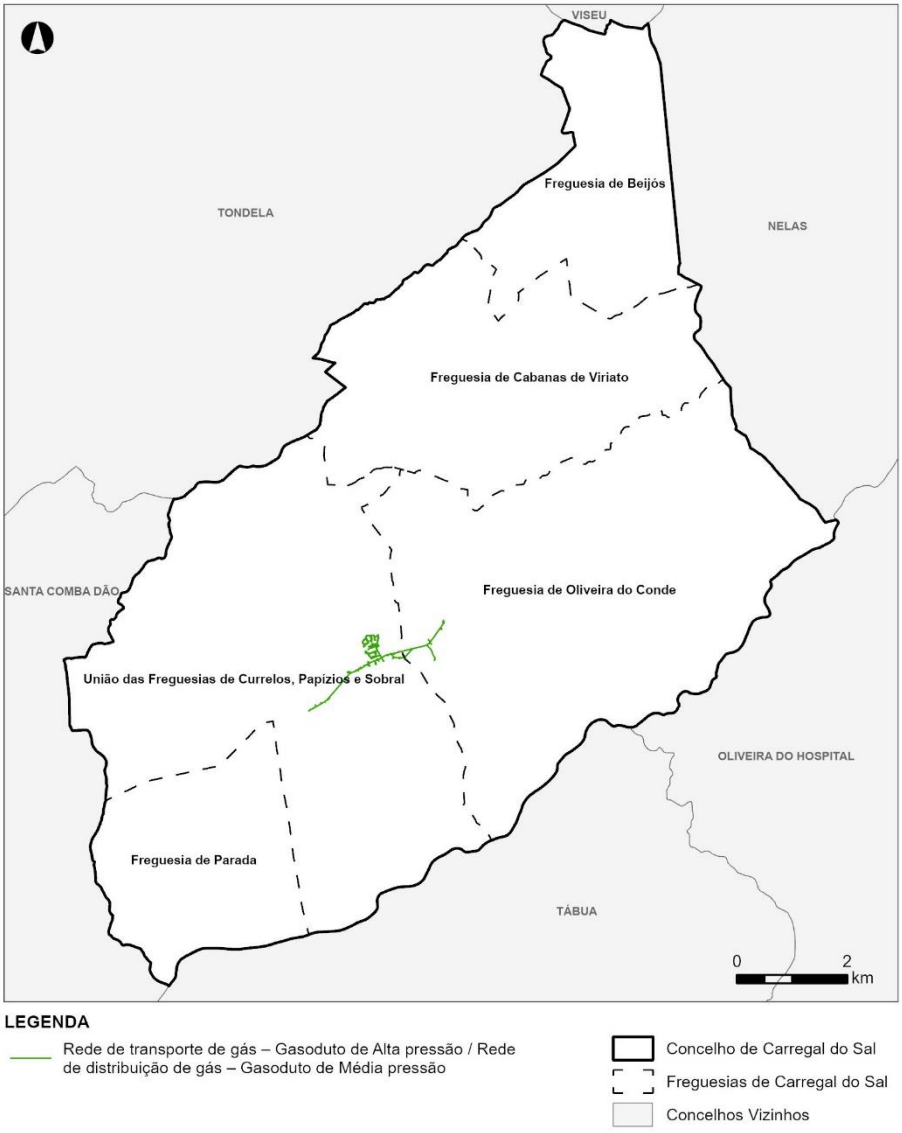


Figura 115.Infraestruturas de Transporte e de Distribuição de Gás do concelho de Carregal do Sal
Fonte: PMEPC, 2018

A distribuição da energia elétrica (baixa, média e alta tensão) é da responsabilidade da EDP Distribuição. O concelho de Carregal de Sal é atravessado por uma linha de alta tensão, nas freguesias de Beijós e Oliveira do Conde (Figura 116). Há uma cobertura total do Concelho e a capacidade de potência é suficiente para a população e atividades económicas atualmente existentes.

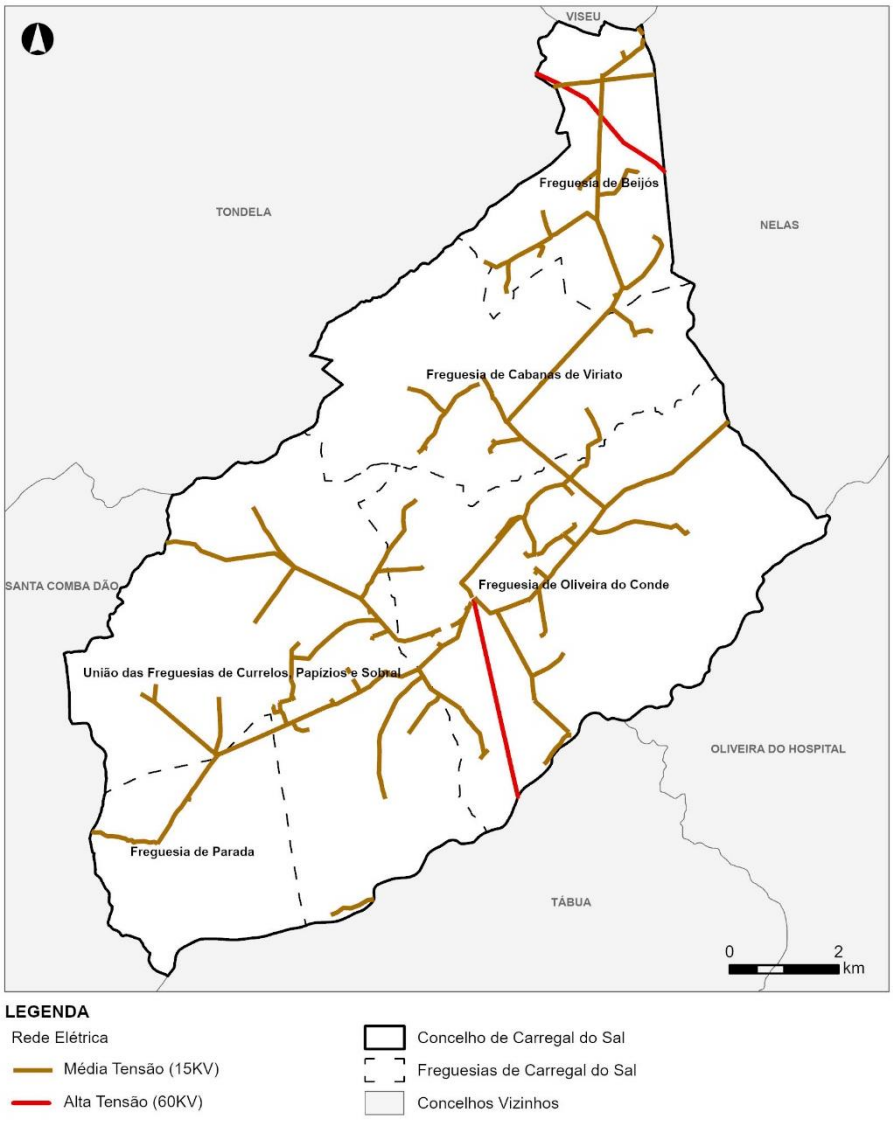


Figura 116.Infraestruturas de Energia Elétrica do concelho de Carregal do Sal
Fonte: PMEPC, 2018

Segundo a Direção Geral de Energia e Geologia, em termos gerais, o consumo de energia elétrica em Carregal do Sal no ano de 2015 foi de 25.560.105 kWh, correspondente a 0,06% do consumo nacional nesse ano. Quando se analisa este consumo por setor de atividade, constata-se que a maior percentagem corresponde ao consumo doméstico e não doméstico (62%), com um valor adequado para os edifícios do Estado e iluminação pública (5%) (Figura 117).

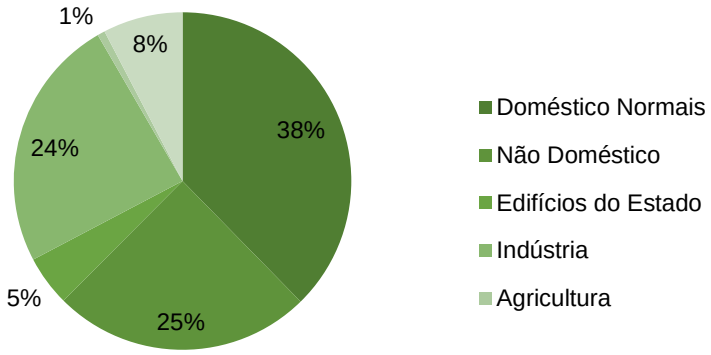


Figura 117. Consumo de energia elétrica por setor de atividade em 2015 no concelho de Carregal do Sal
Fonte: DGEG, 2015

3.8.2. Infraestruturas viárias e transportes

As questões relacionadas com a rede viária e transportes são fundamentais para o planeamento e ordenamento territorial, pois o desenvolvimento socioeconómico depende do nível de acessibilidades do concelho.

3.8.2.1. Rede Viária

Carregal do Sal é historicamente um importante local de passagem, localizando-se num dos principais nós estratégicos do país, no cruzamento rodoviário entre Coimbra e Viseu. Encontra-se, como tal, numa localização privilegiada a nível regional, com acessos importantes a Aveiro e Vilar Formoso, junto à fronteira com Espanha.

A rede viária do Concelho é constituída por Estradas da Rede Rodoviária Nacional, designadamente da Rede Nacional Complementar – Itinerários Complementares (IC12/A35) e por Estradas Regionais (ER230 e ER337), nomeadamente:

- **Rede Rodoviária Nacional (RRN)**

  Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares – IC) sob jurisdição da IP: **IC12/A35**, lanços e acessos entre o limite do concelho de Santa Comba Dão e o limite do concelho de Nelas

- **Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP**

  ER230, entre o limite do concelho de Santa Comba Dão e o cruzamento com a CM1486 (Carregal do Sal)

- **Estradas Regionais sob a jurisdição e gestão do Município**

  ER230, entre o cruzamento com a CM1486 e Carregal do Sal (IC12/A35) (Auto de Entrega de 10.03.2005 e homologado em 11.07.2005);

ER230, entre Carregal do Sal (IC12/A35) e o limite do concelho de Oliveira do Hospital (Distrito de Coimbra), inclui lanço da antiga EN337, entre o IC12/A35 e a antiga EN234, reclassificado pelo PRN 2000 como ER230 (Auto de Transferência de 20.10.1995 e homologado em 22.12.1995);

ER337, entre o limite do concelho de Tondela e Carregal do Sal (IC12/A35) (Auto de Transferência de 20.10.1995 e homologado em 22.12.1995).

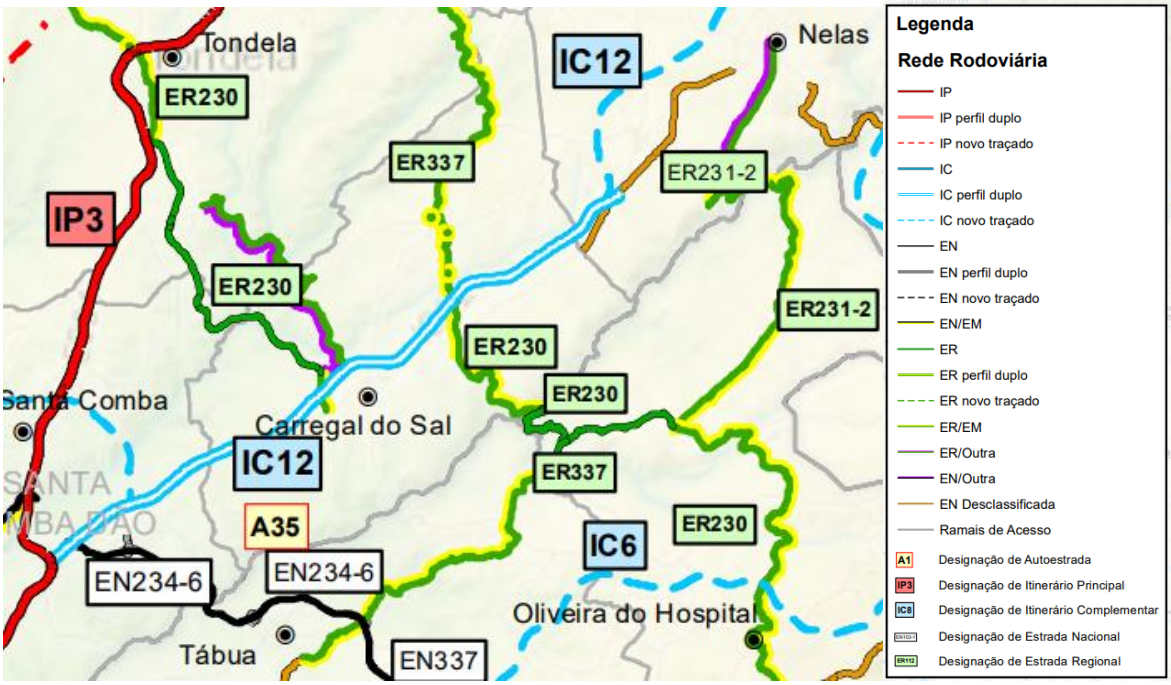


Figura 118. Rede de Estradas do concelho de Carregal do Sal constantes no PRN 2000
Fonte: Infraestruturas de Portugal

Existe ainda um outro conjunto de estradas municipais (EM) que garantem a ligação entre as diversas freguesias do concelho (Figura 119).

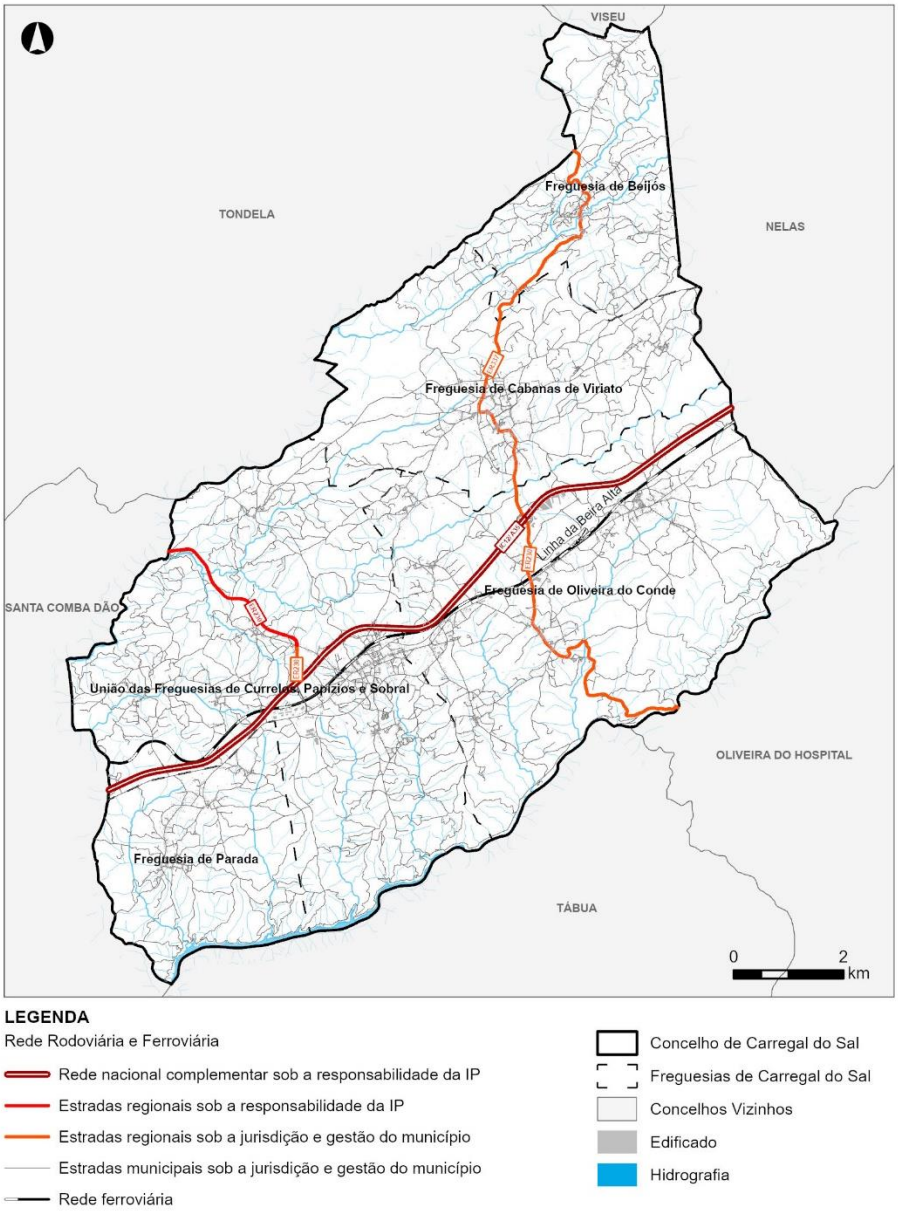


Figura 119. Rede viária do concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI, 2019

A via de maior hierarquia e relevância no concelho é o IC12, que assegura a ligação de Santa Comba Dão a Canas de Senhorim. Tratando-se de uma via coletora de tráfego, é um eixo importante a nível de ligações regionais, em particular a Aveiro (área portuária) e Vilar Formoso (fronteira). De acordo com o PETI3+ (Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020), prevê-se a implementação do projeto Via dos Duques, uma melhoria ao atual corredor do Centro (IP3), cuja primeira fase de desenvolvimento implica o aproveitamento do IC12 já construído, cerca de 21 km entre Santa Comba Dão e Nelas.Com a publicação da Declaração n.º25/2020, de 30 de março, foi declarada a caducidade da zona de servidão *non aedificandi* do Estudo Prévio do IP3 – Mealhada/Viseu e IC 12 – A1/IP1 (Mealhada) – Santa Comba Dão.

A Tabela 48 apresenta as distâncias e a duração das deslocações efetuadas por automóvel entre os principais aglomerados urbanos do concelho (considerando a distância mínima possível). É possível constatar que se pode aceder a qualquer aglomerado em menos de 20 minutos, sendo o mais distante Beijós.

Tabela 48. Distância e tempo entre os principais aglomerados e a sede concelhia
Fonte: Google Maps, 2019.

Aglomerado – sede concelhia	Distância (km)	Tempo (min)
Beijós	10,8	17
Cabanas de Viriato	6,7	11
Currelos	2,3	8
Fiais da Telha	5,5	7
Oliveira do Conde	3,3	7
Papízios	6,2	13
Parada	6,8	13
Sobral	5,1	10

Os dados da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária (ANSR) indicam que, em 2017, ocorreram no Concelho 27 acidentes rodoviários com 38 vítimas (1 vítima mortal, 2 feridos graves e 35 feridos leves). Face a 2004, corresponde a uma diminuição de 45%, mostrando que o número de acidentes com vítimas no Concelho tem vindo a diminuir gradualmente.

Em 2017, o índice de gravidade do Concelho foi 3,7%, ou seja, cerca de 4 mortos por 100 acidentes sem vítimas. Em sentido oposto à sinistralidade, este índice tem vindo a registar um aumento desde 2016, quando deixou de ser nulo e passou a registar valores positivos e crescentes. Esta tendência indica que, apesar de a sinistralidade ter baixado, a gravidade dos acidentes tem aumentado.

3.8.2.2. Transportes

A nível nacional, o PETI3+ estabelece um quadro de orientações para o setor dos transportes e um conjunto de intervenções prioritárias, com destaque para os investimentos na infraestrutura ferroviária de modo a criar valor para as empresas e para a economia portuguesa, prosseguindo os princípios de programação do Acordo de Parceria 2014-2020.

Neste sentido, Carregal do Sal integra-se em dois corredores de desenvolvimento: o “Corredor Internacional do Norte” e o “Corredor do Interior”. O PETI3+ preconiza, para estes corredores, o investimento no setor ferroviário, nomeadamente na Linha da Beira Alta, e no setor rodoviário, onde se inclui o projeto já descrito do IP3 (Coimbra - Viseu).

Carregal do Sal integra infraestruturas de transporte de âmbito rodoviário e ferroviário, não possuindo de âmbito aéreo.

A CIM Viseu Dão Lafões encontra-se neste momento a rever o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT). É um instrumento de Planeamento e Gestão do Sistema de Transportes materializado num documento estratégico com fortes bases operacionais que servirá como ferramenta de ação, de sensibilização da população e dos *stakeholders*, de articulação entre os diferentes modos de transporte e a eficiência crescente dos modos de transporte alternativos numa lógica de descarbonização progressiva da mobilidade da região. Este Plano pretende implementar de forma racional e eficaz, de um sistema integrado de mobilidade, com o mínimo custo de investimento e de exploração possível, e que leve a uma diminuição do uso do transporte individual, garantindo, simultaneamente, a adequada mobilidade das populações, a equidade social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico e cultural da região.

Transportes coletivos rodoviários

A rede de transportes públicos rodoviários em Carregal do Sal é composta por dois tipos de percursos rodoviários:

- Carreiras inter-regionais, que efetuam a ligação a Lisboa, Fátima e Coimbra;
- Carreiras internas que servem os aglomerados do Concelho e que efetuam ligação a concelhos vizinhos (Nelas, Tábua).

O serviço inter-regional é prestado pela Rede de Expressos, com frequência diária no sentido Lisboa-Carregal do Sal e apenas ao domingo no sentido inverso. Já o serviço regional e municipal é prestado pela empresa Marques e pela Transdev, funcionando maioritariamente nos dias úteis, com reforço às sextas-feiras (dia de feira) e durante o período escolar (Tabela 49). Este serviço encontra-se disponível nas localidades de Carregal do Sal, Laceiras, Póvoa da Pegada, Alvarelhos, Fiais da Telha, Travanca de São Tomé, Beijós, Pardieiros, Sobral, Papízios, Currelos, Póvoa das Forcadas, Póvoa de Santo Amaro e Parada.

Tabela 49. Oferta de transporte público rodoviário de Carregal do Sal
Fonte: Rede de Expressos, Marques e Transdev, 2019.

Operador	Origem	Destino	Frequência
Rede de Expressos	Lisboa (Sete Rios)	Carregal do Sal	Diariamente
	Carregal do Sal	Lisboa (Sete Rios)	Domingo
Marques	Beijós	Nelas	Diariamente (dias úteis)
	Aguieira	Beijós	
	Cabanas de Viriato	Canas de Senhorim	
	Canas de Senhorim	Cabanas de Viriato	
	Carregal do Sal	Santar (Nelas)	

	Santar	Carregal do Sal	
	Carregal do Sal	Sobral de Papízios	
	Sobral de Papízios	Carregal do Sal	
	Carregal do Sal	Nelas	
	Nelas	Carregal do Sal	
Transdev	Currelos	Carregal do Sal	Diariamente (dias úteis)
	Currelos	Casal Mendo S. Sebastião Cavadinha Póvoa de Midões Midões	
	Póvoa de Santo Amaro	Póvoa de Forcados Carregal do Sal	Sexta-feira exceto feriados

Transportes ferroviários

Carregal do Sal encontra-se servida pela rede ferroviária nacional através da Linha da Beira Alta. Esta linha regional liga o entroncamento ferroviário da Pampilhosa (Coimbra) à fronteira com Espanha em Vilar Formoso, constituindo a principal ligação ferroviária de Portugal a Espanha (rede de transportes ferroviária europeia) e assegurando as ligações entre os concelhos por onde passa e entre estes e Lisboa, Coimbra e Guarda.



Figura 120. Rede ferroviária de Carregal do Sal – Linha da Beira Alta
Fonte: SPI, 2019

O concelho é servido, na freguesia de Carregal do Sal, pelo apeadeiro de Papízios e pela estação de Carregal do Sal e, na freguesia de Oliveira do Conde, pelo apeadeiro de Oliveirinha-Cabanas. Relativamente à estação de Carregal do Sal, o serviço prestado pela CP – Comboios de Portugal consiste no serviço de Intercidades, da origem ao destino, ou a combinação de várias tipologias de serviço, com mudança de comboio dentro do percurso.

Tabela 50. Ligações ferroviárias em Carregal do Sal
Fonte: CP, 2019

Sentido	N.º de ligações diárias		
	Intercidades	Outros	Total
Lisboa-Carregal do Sal	3	IC-R – 3	9
		AP-R - 3	
Carregal do Sal-Lisboa	3	R-IC – 1	5
		R-AP - 1	

Legenda: AP – Alfa Pendular | IC – Intercidades | R – Regional

O tempo de viagem é de cerca 3 horas em serviço Intercidades (com um custo de 20,30 euros) e pode ir até 4 horas e 17 minutos, na combinação dos serviços Intercidades e Regional (com um custo de 21,90 euros).

O apeadeiro de Oliveirinha-Cabanas e o apeadeiro de Papízios são servidos com menor frequência (Papízios com 4 serviços diários, dois para cada sentido, e Oliveirinha – Cabanas com 7 serviços diários, 3 para Lisboa e 4 para a Guarda).

Segundo o PETI3+, os principais constrangimentos de setor ferroviário, a nível nacional, são a degradação da infraestrutura, a reduzida vida útil e obsolescência técnica, a ausência de eletrificação, a falta de ligação eficiente dos principais portos e centro logísticos à Europa e a falta de ligação eficiente aos portos, plataformas logísticas e polos industriais. O PETI3+ prevê, no período 2014-2020, o investimento na Linha da Beira Alta no troço Pampilhosa-Vilar Formoso.

Nos últimos anos não se registaram acidentes ferroviários na área abrangida pela Linha da Beira Alta em Carregal do Sal.

Transportes escolares

Compete ao município a organização, o financiamento e o controlo do funcionamento dos transportes escolares, tendo vindo a apostar na articulação entre os vários intervenientes (agrupamento de escolas e empresas transportadoras) e a promover uma atuação cada vez mais articulada e coordenada. O concelho de Carregal do Sal apresenta uma rede de transporte escolar disponível para os alunos do 2º ciclo, 3º ciclo e secundário, abrangendo a totalidade dos aglomerados urbanos do município (Figura 121). O serviço é assegurado pelas empresas Marques, Lda, Berrelhas de Camionagem, Lda e Transdev, que apresentam diversos circuitos e horários.

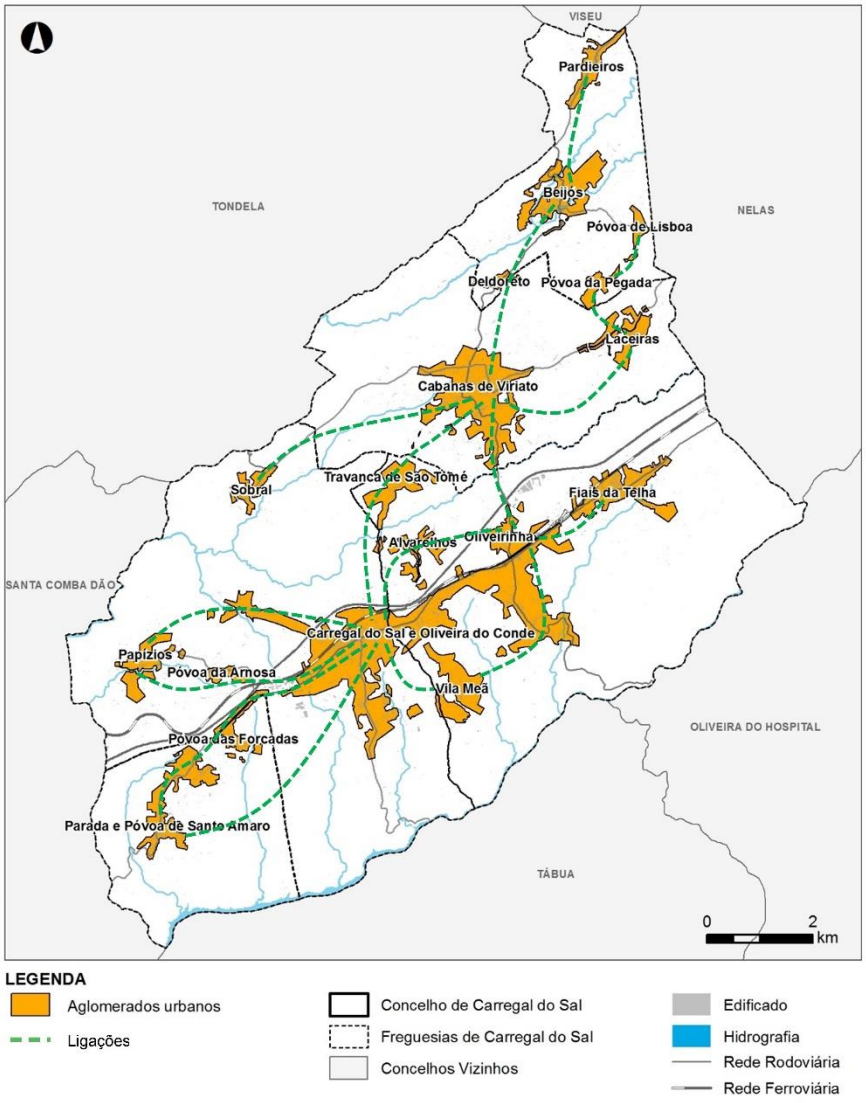


Figura 121. Itinerários do transporte escolar em Carregal do Sal
Fonte: CMCS, 2020

3.8.3. Comunicações e infoestruturas

As infraestruturas relacionadas com as comunicações dividem-se em telecomunicações fixas, móveis e transmissão de dados/televisão, que podem realizadas através de redes por cabo ou redes sem cabos (*wireless*).

O número total de acessos telefónicos tem vindo a aumentar em todo o país (Figura 122), devido à propagação das tecnologias de Internet (VoIP/VoB) e móveis (GSM/UMTS)[35]. Em 2017, o concelho de Carregal do Sal apresentava um valor médio de 36,26 acessos telefónicos por 100

[35] VoIP - Voice over Broadband; VoB – Voice over Broadband. GSM - Global System for Mobile (2ª geração de telecomunicações) e UMTS - Universal Mobile Telecommunications System (3ª geração de telecomunicações).

habitantes, valor abaixo das médias nacionais (46,9), da Região Centro (43,23) e de Viseu Dão-Lafões (39,90).

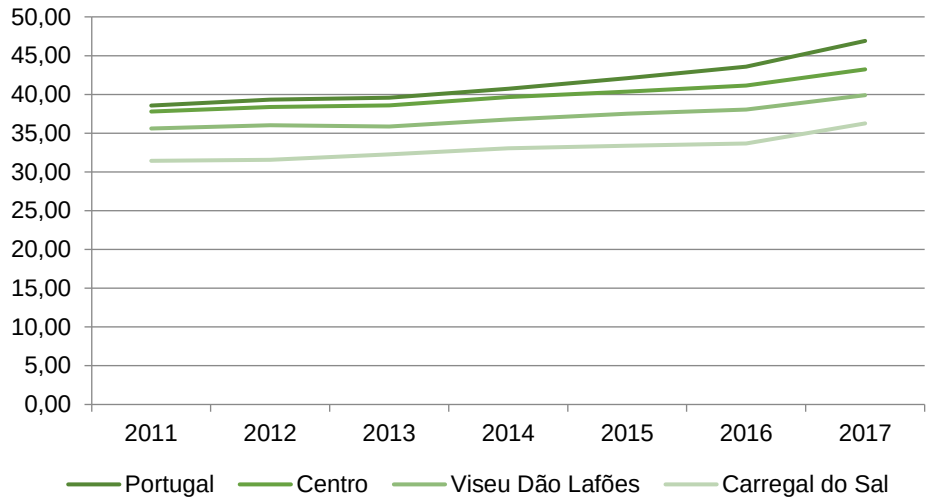


Figura 122. Evolução do número de acessos telefónicos por 100 habitantes
Fonte: INE, Inquérito às Telecomunicações, de 2011 a 2017

O serviço de acesso à Internet pode ser efetuado através da rede de cobre com serviço ADSL, por banda larga fixa ou por banda larga móvel. Relativamente à banda larga, existem áreas em Portugal que estão sem cobertura de banda larga móvel ou com um nível de cobertura muito baixo (na faixa dos 800 MHz). Segundo decisão da Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM) de 18 de fevereiro de 2016, os operadores móveis têm obrigações de cobertura em banda larga em 588 antigas freguesias do total das 4260 existentes em Portugal. No caso de Carregal do Sal, não existem freguesias abrangidas.

Segundo dados da ANACOM, no final de 2018 existiam, em toda a região do Centro, cerca de 1.104 alojamentos cablados com redes de alta velocidade, com uma taxa de cobertura de 71,6%. Esta foi a região onde se verificou o maior aumento nacional da taxa de cobertura, em cerca de 18%. Esta situação deve-se a um forte investimento das operadoras.

As comunicações móveis no Concelho são asseguradas pelas 3 principais empresas a operar em Portugal: NOS, MEO e Vodafone. O operador com maior cobertura territorial é a MEO, servindo os principais aglomerados populacionais e as principais vias rodoviárias do Concelho (Figura 123).

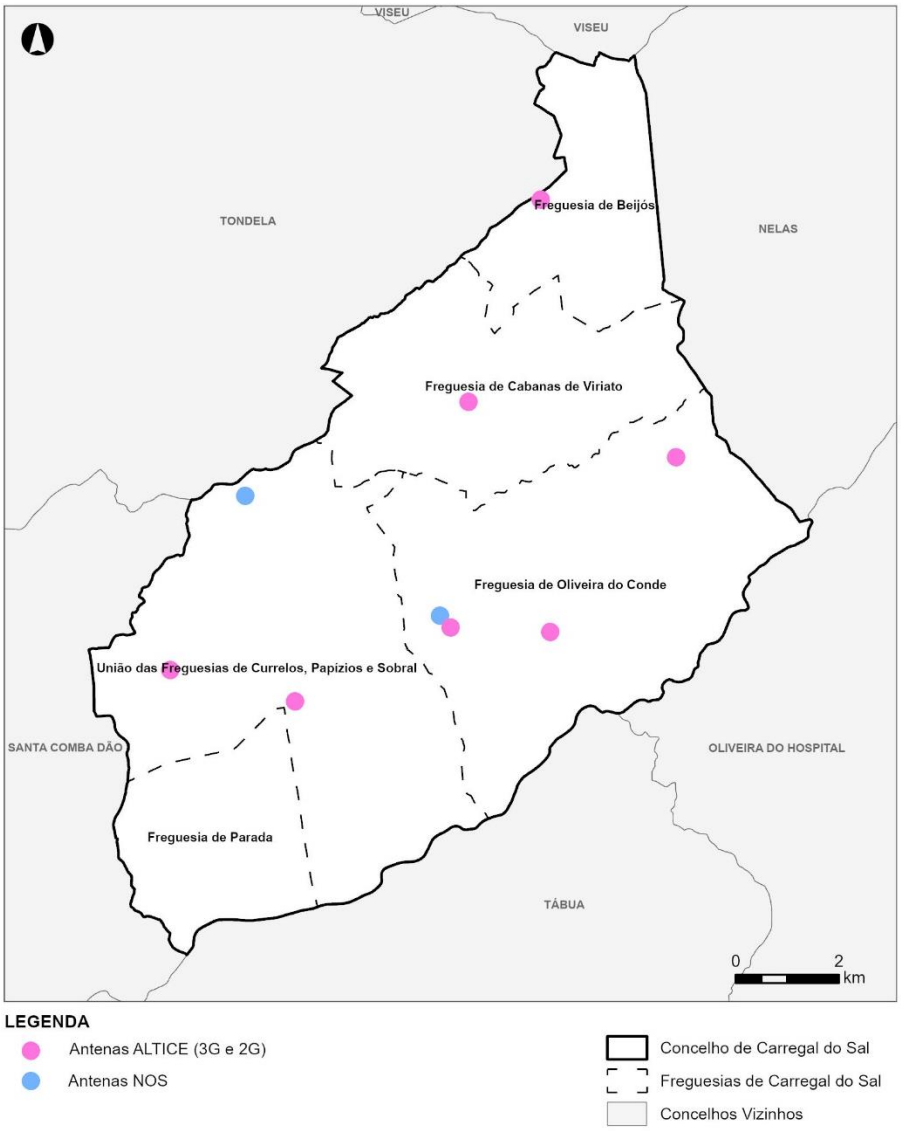


Figura 123. Infraestruturas de telecomunicações (antenas) do concelho de Carregal do Sal
Fonte: PMEPC, 2019

A Figura 124 apresenta o nível de cobertura do principal operador em Carregal do Sal, sendo possível observar que está disponível rede 4G e até 4G+ na vila de Carregal do Sal, bem como ao longo das principais vias do Concelho. Registam-se problemas de GSM em vários aglomerados do concelho de Carregal do Sal, havendo váriasreclamações quanto ao nível de serviço.



Figura 124. Cobertura da rede MEO no concelho de Carregal do Sal, a 25.04.2019
Fonte: Website NPERF.com, 2019

3.8.4. Suscetibilidade do território aos perigos antrópicos

Como referido na secção "Suscetibilidade do território aos perigos naturais", é fulcral a identificação das suscetibilidades do território com base nos processos ou ações naturais, tecnológicos ou mistos suscetíveis de produzir perdas e danos significativos. Neste âmbito, o elemento fundamental para a identificação das principais suscetibilidades tecnológicas do território de Carregal do Sal foi o "Guia Metodológico para a produção de cartografia municipal" (PROCIV, 2008) e o PMEPC.

Tendo em conta os perigos enunciados pelo PMEPC de Carregal do Sal como sendo os que têm maior probabilidade de ocorrência no Concelho, caracterizam-se seguidamente os riscos tecnológicos relevantes (Tabela 51).

Tabela 51. Riscos tecnológicos
Fonte: SPI, com base na análise de informação complementar, 2019

Categoria	Designação	Impacte no concelho	Risco
Transportes	Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos	Apesar de o Concelho ser atravessado por importantes vias rodoviárias, os acidentes de tráfego têm uma incidência reduzida no concelho. O setor ferroviário caracteriza-se, em geral, por um índice de acidentes muito inferior ao sistema rodoviário. Ainda assim, a linha que serve o concelho apresenta uma suscetibilidade moderada a acidentes. Nos últimos anos, não se têm registado acidentes ferroviários em Carregal do Sal. O Concelho não possui aeródromos civis. É atravessado por dois corredores aéreos, pelo que apresenta suscetibilidade moderada a acidentes aéreos. Nos últimos	Moderado

		anos, não se têm registado acidentes aéreos em Carregal do Sal.	
Vias de comunicação e infraestruturas	Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	As pontes e túneis existentes no concelho localizam-se sobretudo sob/sobre as principais vias rodoviárias. Tendo em conta a reduzida presença de infraestruturas de grandes dimensões no concelho, este risco não é significativo.	Reduzido
	Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos (oleodutos e rede de transporte e de distribuição de gás)	No Concelho existe uma rede de GPL, com uma extensão de 12,2km, que abrange a vila de Carregal do Sal, pelo que apresenta suscetibilidade moderada a acidentes neste tipo de infraestrutura.	Moderado
	Cheias e inundações por rutura de barragens	A estrutura hidráulica da Barragem da Aguieira apresenta uma suscetibilidade moderada de rutura. Esta suscetibilidade traduz-se geograficamente nas faixas envolventes à linha de água localizada imediatamente a jusante da estrutura hidráulica. Face à sua localização periférica, o Concelho não está abrangido por este risco moderado.	Reduzido
Atividade industrial e comercial	Acidentes em áreas e parques industriais	No Concelho existem 3 parques industriais, dois localizados na freguesia de Carregal do Sal (Parque Industrial de São Domingos e Parque Industrial de Gândara) e um localizado na freguesia de Oliveira do Conde (Parque Industrial de Sampaio). Nenhum possui estabelecimentos com níveis superiores de perigosidade, pelo que se considera um risco reduzido/moderado.	Moderado
	Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes	Existem 6 postos de abastecimento no território concelhio (3 em Carregal do Sal, 1 em Beijós, em Cabanas de Viriato e em Oliveira do Conde), contribuindo para um maior risco na sede de Concelho.	Moderado
Outros	Incêndios urbanos	A ocorrência de incêndios está diretamente relacionada com a presença de edifícios de construção antiga e/ou degradados. Segundo o levantamento do edificado realizada para a Operação de Reabilitação Urbana de Carregal do Sal, a maioria do parque edificado do concelho foi construído até 1990. Na ARU de Carregal do Sal cerca de ¼ dos edifícios estava em mau estado de conservação, pelo que, considerando o maior aglomerado urbano do concelho, o risco de incêndios urbanos tem algum relevo.	Moderado

3.9. Património

A presença de valores patrimoniais é consequência da interação entre as pessoas e o território ao longo do tempo, constituindo a expressão de memória coletiva de um povo.

Os bens culturais imóveis, a par das tradições culturais, assumem uma importância fundamental para a compreensão, permanência e construção da identidade local e para a democratização da cultura, constituindo-se como um valioso testemunho de civilização e um fator diferenciador de valorização territorial. Deste modo, o património cultural transfere valores de memória, autenticidade ou singularidade ao longo do tempo e dá corpo à identidade coletiva, assumindo forte relevância nas estratégias de promoção do território, enquanto elementos simbólicos deste no exterior.

Assim sendo, na sua componente material, o património abrange uma grande diversidade de elementos, de diferente natureza e tipologia, que importa valorizar, salvaguardar e divulgar, não somente como pilar cultural, mas também como recurso primordial ao desenvolvimento do país. As bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, a nível nacional, são estabelecidas na Lei n.º 107/2011, de 8 de setembro.

As competências sobre o património dividem-se entre a Administração Central e a Local. A Administração Local, em parceria com a Administração Central, deve zelar pela proteção do seu património, contribuindo para a salvaguarda e valorização da identidade cultural no seu território. Dispondo de um conjunto de mecanismos que a lei lhe confere, deve procurar identificar, atualizar, caracterizar e estabelecer medidas de proteção de salvaguarda desse património, sendo o PDM um instrumento privilegiado para esse efeito.

3.9.1. Património Arquitetónico

Em função do seu valor identitário e escala de relevância, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Podem igualmente pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio.

Do património inventariado pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) no concelho de Carregal do Sal, já objeto de medidas legais de proteção, identificam-se três Monumentos Nacionais (MN), quatro Imóveis de Interesse Público (IIP), três Imóveis de Interesse Municipal (IIM), dois Monumento de Interesse Municipal (MIM), dois Imóveis em Vias de Classificação (VC), localizados de acordo com a Figura 125.

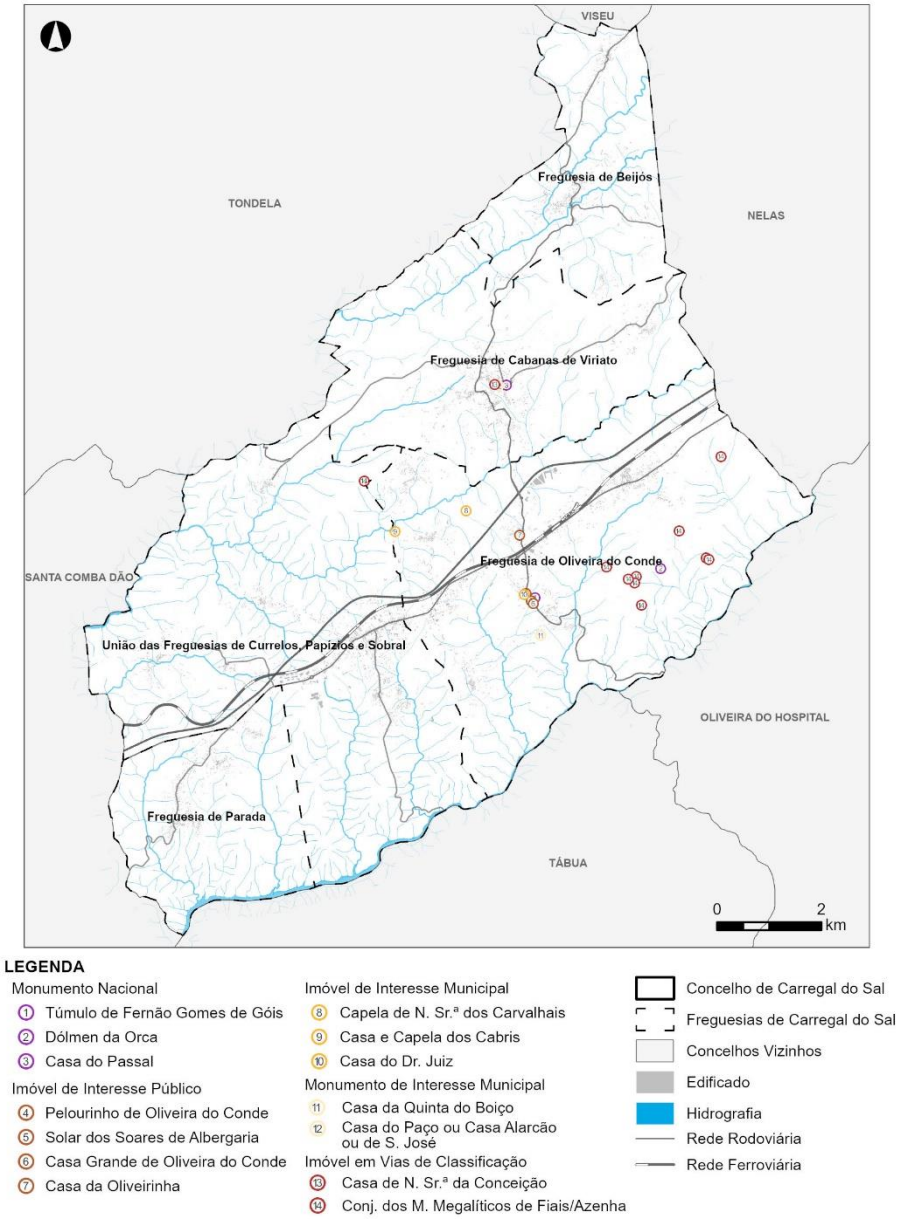


Figura 125. Património Classificado e em vias de classificação no Concelho de Carregal do Sal
Fonte: SPI com base nos dados da DGPC, 2022

Sem se pretender fazer uma exposição exaustiva de todo o património existente, apresenta-se seguidamente uma breve descrição dos imóveis classificados e em vias de classificação no concelho de Carregal do Sal:

MONUMENTO NACIONAL (MN)


Fonte: SPI, 2016

Dólmen da Orca (ou Lapa da Orca)

(Decreto n.º 735/74, DG, 1ª série, n.º 297, de 21-12-1974)

Também conhecido localmente por "Orca de Fiais da Telha", o Dólmen da Orca situa-se no Planalto do Ameal, e dista aproximadamente 1,5 km para sudoeste da localidade mais próxima, Fiais da Telha, entre o Rio Mondego a Sul, e a ribeira da Azenha, a noroeste. Construído no período Neolítico, este Dólmen ergue-se, isolado numa clareira plana, rodeado por uma área arborizada com pinheiros-bravos. Apresenta uma câmara funerária de planta poligonal com os nove esteiros que o compõem ainda intactos e chapéu de cobertura. É considerado um dos exemplares de maior monumentalidade desta tipologia arqueológica identificados na região até hoje.


Fonte: https://pt.wikipedia.org/

Túmulo de Fernão Gomes de Góis

(Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910)

Ladeando um arco gótico-manuelino na capela-mor da Igreja matriz de Oliveira do Conde, encontra-se o túmulo de Fernão de Góis, camareiro-mor de D. João I. Edificado por volta de 1440, é considerado o mais notável túmulo português da primeira metade do séc. XV. Desprovido de dossel, a arca tumular com jacente apresenta as quatro faces historiadas, e encontra-se assente sobre quatro leões. O rebordo do tampo é percorrido por uma inscrição gótica, onde se refere o nome do cavaleiro, assim como os seus títulos e feitos.


Fonte: SPI, 2016

Casa do Passal (ou *Villa* de São Cristóvão)

(Decreto n.º 16/2011, DR, 1ª série, n.º 101, de 25-05-2011)

A edificação da casa onde viveu o Dr. Aristides de Sousa Mendes remonta ao séc. XIX, e destaca-se pelo ecletismo da arquitetura e pela imponência da fachada principal, com entrada nobre de grande opulência, mas sobretudo pela memória do Cônsul que aí habitou. Apresenta uma planta retangular que se desenvolve em três pisos, o último dos quais em mansarda. Desde 2001 que a casa é propriedade da Fundação Sousa Mendes, constituída com o objetivo de divulgar o Ato de Consciência de Aristides de Sousa Mendes. Em 2014, o edifício foi alvo de obras de conservação estruturais e exteriores, e em 2017, foi lançado o concurso para a elaboração do Projeto de Requalificação e Musealização da Casa do Passal.

Este Monumento Nacional dispõe de uma zona especial de proteção publicado no Anúncio n.º 12777/2012, em Diário da

	República n.º 113/2012, Série II de 2012-06-12.
IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO (IIP)	
 Fonte: SPI, 2016	**Casa Grande de Oliveira do Conde** (Decreto n.º 129/77, DR, 1ª série, n.º 226, de 29-09-1977) Edificada na segunda metade do séc. XVIII, a Casa Grande de Oliveira do Conde apresenta caraterísticas comuns à maior parte das casas nobres regionais edificadas em Portugal nesse século. Apresenta uma planta retangular de dois pisos, com uma capela numa das extremidades da frontaria, e na outra, numa disposição simétrica, um corpo semelhante que corresponde às antigas cavalariças. Na sua longa fachada principal, um portal armoriado, com janela de sacada do segundo piso, rasga-se ao centro, funcionando como eixo para a disposição dos múltiplos vãos simétricos, laboriosamente trabalhados e intensamente decorados, que o enquadram. O brasão de armas da família inscreve-se num semicírculo ao nível da cornija sobre o portal.
 Fonte: https://www.google.pt/maps/	**Casa da Oliveirinha (conjunto), incluindo jardim e tulha** (Decreto n.º 67/97, DR, 1ª série-B, n.º 301, de 31-12-1997) Alvo de diversas obras ao longo dos tempos, a edificação da Casa da Oliveirinha remonta presumivelmente ao séc. XVII. A primeira intervenção de que há registo terá sido a ampliação do imóvel, com a construção do corpo sul, da escadaria nobre e do alpendre. Posteriormente foi erigida a capela, cuja fachada se encontrava virada para a via pública, assim como a entrada para a casa. De linhas depuradas, a Casa da Oliveirinha é referida como “rica e virtuosa”, sendo considerada uma importante casa agrícola. Foi sujeita a melhoramentos no séc. XIX, nos quais se incluem o lagar e a tulha, testemunhos do antigo núcleo agrícola. Na década de 1950, o alpendre em madeira na extremidade do corpo sul, foi substituído por outro, em granito.
 Fonte: SPI, 2016	**Pelourinho de Oliveira do Conde** (Decreto n.º 23 122, DG, 1ª série, n.º 231, de 11-10-1933) Este pelourinho, de cariz manuelino, remonta ao século XVI, tendo sido erguido na sequência da atribuição do Foral Manuelino. Situa-se num largo com o mesmo nome, no centro da freguesia, e apresenta uma base de três degraus quadrados, onde assenta uma coluna espiralada. Esta, é encimada por um capitel octogonal que suporta um pináculo torso, rematado por cogulhos de onde se eleva um espigão com uma cruz de ferro.



Fonte: SPI, 2016

Solar dos Soares de Albergaria

(Decreto n.º 735/74, DG, 1ª série, n.º 297, de 21-12-1974)

Embora as origens deste solar possam remontar à idade média, presumivelmente dos finais do séc. XIII, o edifício atual resulta essencialmente de duas campanhas de reconstrução, a primeira efetuada num ano não especificado do séc. XVI, e a segunda em 1640. O edifício do solar apresenta uma planta retangular, de cércea baixa, numa estrutura de linhas austeras de gosto maneirista. As fachadas são ritmadas pela disposição regular dos vãos, que mantém a gelosias seiscentistas originais, assim como pela existência de varandas com alpendres. Numa lógica comum das edificações de caráter nobre seiscentista, a casa desenvolve-se em volta de pátio que abre para uma *loggia* edificada no piso térreo. Em 1666, uma capela privativa foi edificada numa das extremidades do solar.

IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL (IIM)



Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/

Capela de Nossa Senhora dos Carvalhais

(Decreto n.º 67/97, DR, 1ª série-B, n.º 301, de 31-12-1997)

Este templo de estilo barroco encontra-se implantado isoladamente numa paisagem rural, junto à ribeira de Cabanas na freguesia de Oliveira do Conde. Com invocações a uma lenda do séc. XI, mas sem vestígios de construções anteriores, presume-se que a atual edificação desta capela remonte ao séc. XVIII, assim como a fonte granítica com caraterísticas seiscentistas semelhantes que se encontra na sua proximidade. Apresenta uma planta longitudinal, composta por uma nave e capela-mor de iguais dimensões e uma torre sineira recuada em relação ao frontispício. No interior destacam-se os altares colaterais e o retábulo-mor em talha.



Fonte: *Roteiro Turístico - Solares e Casas Solarengas do Município de Carregal do Sal*, CM Carregal do Sal, 1ª Edição, 2012

Casa e Capela dos Cabris

(Edital de 05-04-2004 da CM de Carregal do Sal, publicado em 14-04-2004)

Edificadas durante o séc. XVIII, a Casa e Capela dos Cabris apresentam uma variante ao modelo setecentista da casa com capela integrada na fachada. Com efeito, os espaços do solar organizam-se em torno do templo, sendo que no alçado principal, a capela e o corpo residencial da direita, se destacam volumetricamente do corpo à esquerda, que é mais recuado. A arcada atual foi erguida em meados do séc. XX de modo a facilitar a interligação entre os espaços. Após ter tido algumas obras de intervenção, funciona atualmente como Turismo de Habitação.



Fonte: *Roteiro Turístico - Solares e Casas Solarengas do Município de Carregal do Sal*, CM Carregal do Sal, 1ª Edição, 2012

Casa do Dr. Juiz

(Edital de 14-04-2004 da CMCS)

Também conhecida por "Casa Amarela" ou "Casa da Frente", a Casa do Dr. Juiz localiza-se no Largo do Pelourinho, presumindo-se que remonte ao séc. XVII. As suas linhas são depuradas e a sua fachada marcada pela horizontalidade, onde se encontram dispostos vãos simétricos. No extremo esquerdo da casa, surge uma escadaria de acesso ao alpendre sustentado por colunas, que configura a entrada principal da casa.

MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL (MIM)



Fonte: *Roteiro Turístico - Solares e Casas Solarengas do Município de Carregal do Sal*, CM Carregal do Sal, 1ª Edição, 2012

Casa da Quinta do Boiço

(Anúncio n.º 70/2019, DR, 2ª série, n.º 77, de 18-04-2019)

A Quinta do Boiço é uma propriedade rural da zona serrana de Carregal do Sal, que integra uma habitação de cariz senhorial, da qual se desconhece a data da edificação original (presume-se que remonte ao início do séc. XIX), rodeada por um extenso jardim e mata. A Casa, em aparelho de granito, desenvolve-se numa planta retangular, de dois pisos. Exibe um modelo de gosto regional, tendo sido originalmente usada como casa-agrícola, serve atualmente como casa de veraneio.



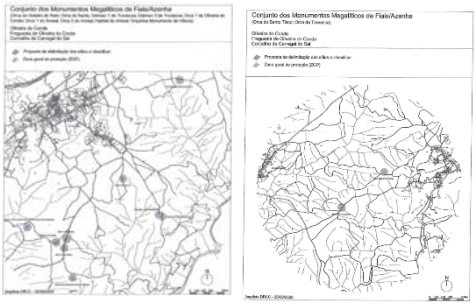
Fonte: https://www.google.pt/maps/

Casa do Paço, ou Casa Alarcão, ou de São José

(Anúncio n.º 48/2023 DR, 2ª série, n.º 54, de 2023-03-16)

Notável arquétipo de pequena residência nobre rural, provavelmente do século XVIII, sendo uma das mais belas casas solarengas construídas nesta época no concelho. O seu alçado principal adota uma simplicidade decorativa refletindo o espírito do século precedente e agrega um segundo corpo constituído por uma pequena, mas magnífica capela.

A beleza deste imóvel é enriquecida pelo brasão de armas da família e por uma escadaria em granito de um só lanço, a qual vai dar acesso a uma varanda alpendrada com colunatas.

EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO (VC)	
 Fonte: *Roteiro Turístico - Solares e Casas Solarengas do Município de Carregal do Sal*, CM Carregal do Sal, 1ª Edição, 2012	**Casa de Nossa Senhora da Conceição** (Despacho de homologação de 10 de agosto de 1998 (Processo n.º 94, 18-02/01) Casa unifamiliar vernácula, de linhas sóbrias, dentro da arquitetura tradicional da região Beira Alta. Varanda corrida na fachada tardoz, sobre blocos de pedra e coberta de ardósia. Andar inferior de pedra e o superior rebocado.
 Fonte: https://www.culturacentro.gov.pt/pt/noticias-e-eventos/conjunto-dos-monumentos-megaliticos-de-fiais-azenha/	**Conjunto dos Monumentos Megalíticos de Fiais/Azenha** (Anúncio n.º 142/2021, DR, 2ª série, n.º 124, de 29-06-2021) Os 11 sítios arqueológicos pré-históricos encontram-se geograficamente dispersos pela freguesia de Oliveira do Conde, a saber: Orca do Outeiro do Rato, Orca do Santo, Dólmens 1 e 2 de Troviscos, Orcas 1 e 2 do Ameal, Orquinha da Víbora, Habitat Neolítico do Ameal, Orca da Palheira ou 1 de Oliveira do Conde, Orca de Santo Tisco, Orca de Travanca. Estes arqueossítios constituem os vestígios mais antigos da presença humana no território que ora integra o concelho de Carregal do Sal, ao se enquadrarem na Pré-História, no horizonte do fenómeno megalítico, apresentando cronologias entre o Neolítico (IV milénio) e a Idade do Bronze Final (c. 1250-550 a.C.), revelando a existência de um conservadorismo cultural que só se irá extinguir com o Bronze Final, altura em que dão lugar às sepulturas de falsa cúpula.

3.9.2. Património Arqueológico

A DGPC, de acordo com a legislação portuguesa, define que o património arqueológico e paleontológico integra todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente, sendo a principal fonte de informação constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, assim como o seu respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo ou subsolo, em meios submersos, no mar territorial ou na plataforma continental.

Nos termos da lei, aos bens arqueológicos aplica-se o princípio da conservação pelo registo científico. Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, poderá ser estabelecido com carácter preventivo e temporário, pelo órgão da administração do património cultural competente, uma reserva arqueológica de proteção, de forma a garantir a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.

Devido às suas caraterísticas geomorfológicas e orográficas, o concelho de Carregal do Sal proporcionou, desde o período pré-histórico, excelentes condições naturais e geoestratégicas para a fixação da presença humana, pelo que pode ser comprovado pelo elevado número de vestígios arqueológicos inventariados.

Com efeito, a Câmara Municipal tem vindo a fazer um levantamento exaustivo de todos os vestígios arqueológicos situados no Concelho. Do levantamento inicial, cuja primeira publicação data de 2001, o "Roteiro Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal", identifica 45 sítios com interesse, tendo sido sucessivamente atualizados com a segunda fase, em 2004, apresentando um acréscimo de 30 sítios, e finalmente a terceira fase, em 2012, com 135 sítios. No total, identificam-se 210 sítios com interesse, correspondentes, na sua maioria, aos períodos da Pré-história e Idade Média. Adicionalmente, no âmbito da revisão do PDM, a Câmara Municipal procedeu à relocalização e georreferenciação dos sítios/monumentos arqueológicos constantes do Endovélico, localização de igrejas, capelas e respetivos adros edificadas até finais do século XIX e demais património concelhio.

A Câmara Municipal identifica (i) 72 sítios arqueológicos[36] enquadrados em 23 categorias (Tabela 52 e Tabela 53); (ii) 23 Igrejas, capelas e respetivos adros, construídas até finais do século XIX; (iii) 5 lagaretas rupestres e (iv) 3 elementos patrimoniais considerados relevantes e que se encontram distribuídos geograficamente pelas cinco freguesias do Concelho (Figura 126[37]).

Tabela 52. Categorias de sítios arqueológicos identificados pela DGPC em Carregal do Sal
Fonte: DGPC, 2022

- Abrigo (3);
- Anta/Dólmen (11);
- Arte rupestre (9);
- Calçada (1);
- Casal rústico (1);
- Laje sepulcral (1);
- Mamoa (4);
- Marco miliário (1);
- Monumento megalítico (3);
- Necrópole (10);

[36] A DGPC identifica 74 Códigos Nacionais de Sítio, dos quais 2 foram anulados (CNS 19641 e CNS 12657) e integrados noutros Sítios nas suas proximidades (CNS 12659 e CNS 4337).

[37] A Figura 126 não representa a Fonte Paulo (CNS 3468) e a Ponte Redondo (CNS 4006) por não existir informação relativa à sua localização por parte da DGPC.

- Estrutura (1);
- Fonte (1);
- Gruta natural (1);
- Habitat (3);
- Igreja (1);
- Inscrição (1);
- Lagareta (2);
- Ponte (1);
- Povoado (5);
- Sepultura (8);
- Torre (1);
- Vestígios de superfície (2);
- *Villa* (1).

Tabela 53. Listagem dos sítios arqueológicos por freguesia do concelho de Carregal do Sal
Fonte: CMCS, 2022

Freguesia	Designação	CNS (Código Nacional de Sítio)
Beijós	Arco Beijós	4005
	Chãs	12649
	Chãs/Mil Regos	12650
	Milrego	17987
	Outeiro dos Castelos de Beijós	7627
	Póvoa da Pégada	15704
Cabanas de Viriato	Campa da Moira	20897
	Malcata	12578
	Orca 1 de Cabanas de Viriato	11298
	Orca 2 de Cabanas	12278
	Passal/Cabanas de Viriato	12658
	Penedo da Moira/Inscrição de Cabanas do Viriato	12536
	Quinta da Sernada	35148
	Trás-do-Cemitério/Tapada	12659
	Vale Grande	14391
Carregal do Sal	Carriceiras	631
	Cruzamento da Quinta Nova	7512
	Gravuras Rupestres de Cabriz	32790
	Gruta da Cova da Moira	20607
	Igreja de Currelos	26210
	Lajinha da Tapada/Casal Mendo	23313
	Orca de Travanca	11149
	Orca do Valongo	10600
	Papísios/São Sebastião	12839
	Pinheiro	31025
	Quinta da Orca	7023
	Torre de Dona Branca	20907
Oliveira do	Abrigo da Orca	20606

Conde	Abrigo do Bóco	20605
	Abrigo do Chão Largo	37908
	Alagoas	12662
	Alagoas 1	20898
	Ameal VI	5888
	Aveleira/Quinta da Aveleira	4337
	Complexo Rupestre Azenha 1 do Ameal	15701
	Complexo Rupestre Azenha 2 do Ameal	27051
	Cortinhal/Prado	12660
	Cova da Moura/Vila Meã 1	12663
	Cumeadas	20905
	Dólmen de Troviscos 1	35680
	Dólmen de Troviscos 2	35681
	Hortas/Laja da Igreja	12666
	Igreja	4132
	Malhoa 1	20902
	Malhoa/Malhô	12665
	Mata	35283
	Mimosal	7510
	Monumento da Víbora	35270
	Orca 1 de Oliveira do Conde/Orca da Palheira	18015
	Orca 1 do Ameal	2824
	Orca 2 de Oliveira do Conde	10925
	Orca 2 do Ameal	7054
	Orca de Fiais da Telha	2825
	Orca de Santo Tisco	7024
	Orca do Outeiro do Rato	2826
	Orca do Santo	11703
	Orquinha das Poldras	20608
	Passal 1	20899
	Penedo de Troviscos	35682
	Quinta da Moura/Cova da Moira	12661
	Quinta da Sobreira	20901
	Quinta das Marias	20900
	Quinta de Dom Fernando	20903
	Torreão	37907
	Vale de Touro	24712
	Vinagreira/Mata dos Alqueves	12664
	Víbora 1	15699

	Víbora 11-12	20592
	Víbora 9	23127
Parada	Penedo da Moita/Póvoa de Santo Amaro	19640
Sem freguesia definida	Paulo	3468
	Redondo	4006

Tabela 54. Listagem de Igrejas, capelas e respetivos adros, do concelho de Carregal do Sal, construídas até finais do século XIX
Fonte: CMCS, 2022

Freguesia	Paróquia	Designação
Beijós	Paróquia de Beijós	Igreja Matriz de São João – Beijós
		Capela de Santo Antão – Pardieiros (cercada de casas)
		Capela de Nossa Senhora da Apegada – Beijós
Cabanas de Viriato	Paróquia de Cabanas de Viriato	Igreja Matriz de São Cristóvão – Cabanas de Viriato
		Santuário de Nossa Senhora dos Milagres – Laceiras
		Capela de Santiago – Laceiras
Carregal do Sal	Paróquia de Currelos	Igreja Matriz de Currelos – Casal da Torre
		Capela de São Sebastião – Casal Mendo
		Capela de São Domingos – Lugar de São Domingos, Casal da Torre
	Paróquia de Papízios	Igreja de São Miguel de Papízios
		Capela de São Sebastião – Papízios
		Capela de Nossa Senhora da Conceição – Pinheiro, Papízios
	Paróquia de Sobral	Igreja Matriz de Sobral (Nossa Senhora das Boas Novas)
Oliveira do Conde	Paróquia de Oliveira do Conde	Igreja Matriz de Oliveira do Conde – Oliveira do Conde
		Capela de Santo Amaro – Lugar de Santo Amaro
		Capela de São João – Albergaria
		Capela de Nossa Senhora dos Prazeres – Oliveirinha
		Capela dos Carvalhais – Oliveirinha
		Igreja de Santo António – Fiais da Telha
		Capela de São Tomé – Travanca de São Tomé
Parada	Paróquia de Parada	Igreja Matriz de São Miguel – Parada
		Capela de Santo Amaro – Póvoa de Santo Amaro
		Capela de Santo António – Póvoa das Forcadas

Tabela 55. Listagem de Lagaretas Rupestres e outros elementos patrimoniais relevantes do concelho de Carregal do Sal
Fonte: CMCS, 2022

Tipologia	Designação
Lagaretas Rupestres	Lagareta do Caldeirão
	Lagareta da Batoireira
	Lagareta do Ameal
	Lagareta da Azenha
	Lagareta do Vale do Rio
Outros elementos patrimoniais considerados relevantes	Pelourinho da Vila da Cal – Casal da Torre
	Pelourinho de Oliveira do Conde ou Pelourinho de Currelos
	Abrigo da Víbora
	Abrigo do Chão Largo
	Sepultura 1 do Passal
	Sepultura 2 do Passal
	Sepulturas geminadas do Passal 2
	Estela de cabeceira de sepultura medieval do Passal 1
	Estela de cabeceira de sepultura medieval do Passal 2

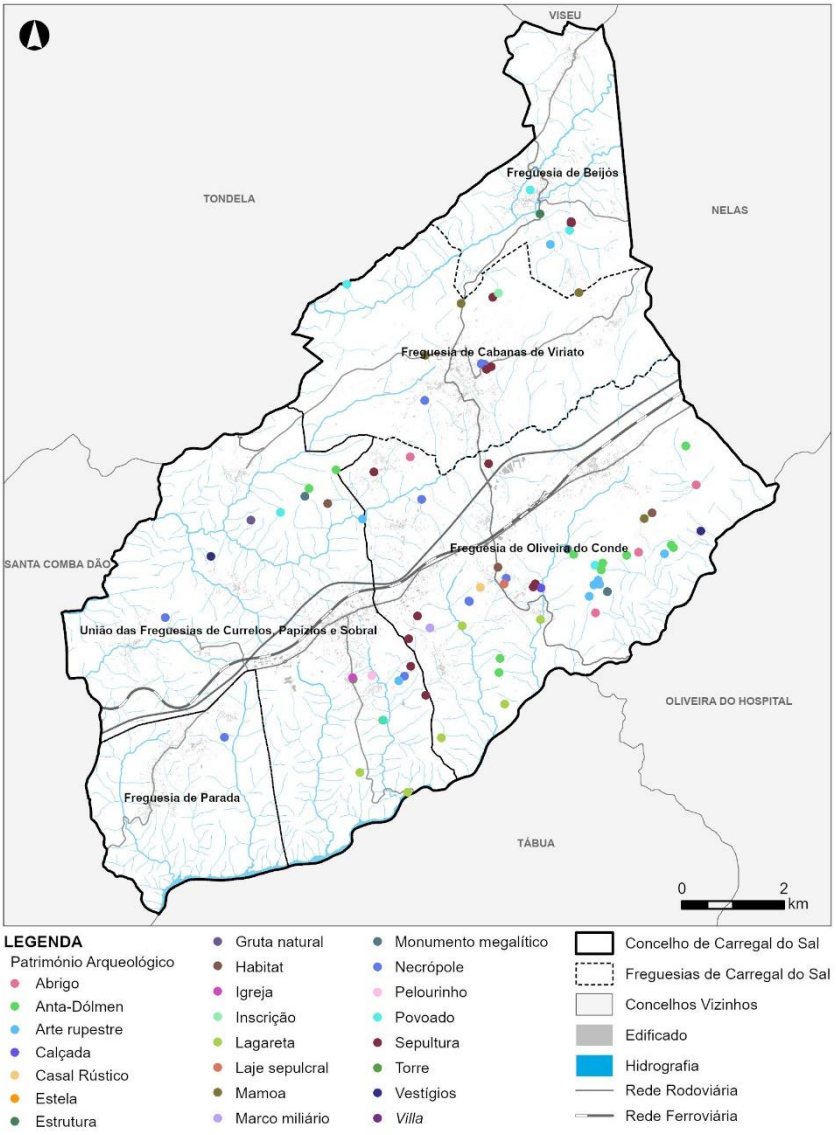


Figura 126. Sítios/Monumentos arqueológicos constantes do Endovélico; Igrejas, capelas e respetivos adros edificadas até finais do século XIX e demais património concelhio inventariado pela CMCS no Concelho
Fonte: SPI com base nos dados da CMCS, 2022

Relativamente à distribuição geográfica dos sítios arqueológicos (Tabela 56), é possível verificar uma especial incidência na freguesia de Oliveira do Conde, na medida em que representa 58,3% dos 72 sítios identificados, assim como uma grande diversidade nas categorias que apresenta. A freguesia de Carregal do Sal surge logo a seguir, concentrando 16,7% do espólio arqueológico, seguindo-se Cabanas de Viriato com 12,5%, Beijós com 8,3% e, finalmente, Parada com apenas 1,4%, correspondente a um sítio arqueológico identificado. Existe ainda dois sítios arqueológicos sem freguesia definida, que representa 2,8% do total.

Dos tipos de sítios categorizados, verifica-se um equilíbrio entre 4 categorias, com predominância para as Antas/Dólmen, com 15,3% (11 sítios), localizadas maioritariamente na freguesia de

Oliveira do Conde. Seguem-se as Necrópoles, com 13,9% (10 sítios), a Arte Rupestre, com 12,5% (9 sítios) e as Sepulturas, com 11,1% (8 sítios). As restantes 19 categorias representam 47,2% dos sítios arqueológicos e encontram-se distribuídas pelas diversas freguesias.

Tabela 56. Distribuição dos sítios arqueológicos por freguesia do concelho de Carregal do Sal
Fonte: DGPC, 2019

Freguesia	Tipo de Sítios	Número de Sítios
Oliveira do Conde	Abrigo	3
	Anta/Dólmen	9
	Arte rupestre	6
	Calçada	1
	Casal rústico	1
	Habitat	2
	Lagareta	2
	Laje sepulcral	1
	Mamoa	1
	Marco miliário	1
	Monumento megalítico	2
	Necrópole	5
	Povoado	1
	Sepultura	6
	Vestígios de superfície	1
Total		**42**
Carregal do Sal	Anta/Dólmen	2
	Arte rupestre	2
	Gruta natural	1
	Habitat	1
	Igreja	1
	Monumento megalítico	1
	Necrópole	1
	Povoado	1
	Torre	1
	Vestígios de superfície	1
Total		**12**
Cabanas de Viriato	Inscrição	1
	Mamoa	3
	Necrópole	3
	Povoado	1
	Sepultura	1
Total		**9**

Beijós	Arte rupestre	1
	Estrutura	1
	Povoado	2
	Sepultura	1
	Villa	1
Total		**6**
Parada	Necrópole	1
Total		**1**
Sem freguesia definida	Fonte	1
	Ponte	1
Total		**2**

3.9.3. Património Cultural

Um dos principais eventos culturais do concelho e da região é o Carnaval de Cabanas de Viriato, um evento secular, com tradição inigualável, sendo um dos cartazes turísticos da região pela cobertura mediática que habitualmente tem. Conhecido popularmente como a Dança dos Cus, traz ao território milhares de visitantes de todo o país.

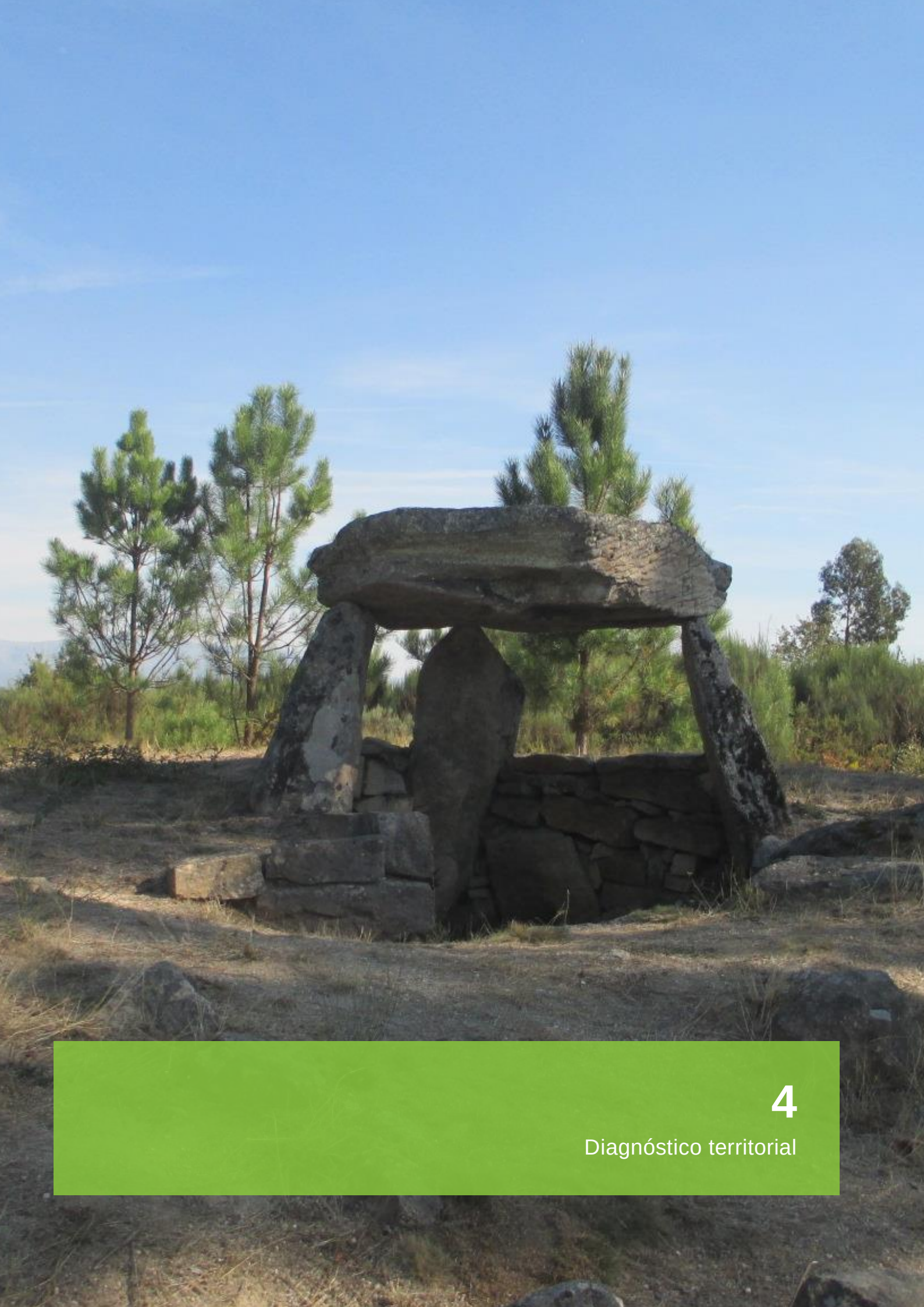
Destacam-se ainda as inúmeras festas religiosas e romarias que se realizam em todos os aglomerados do Concelho, em especial no verão. As Festas do Concelho acontecem anualmente, durante 9 dias em julho, animando a vila de Carregal do Sal.

Pode ainda identificar-se um conjunto de valores culturais presentes no Concelho, nomeadamente do âmbito da gastronomia e do artesanato, com um elevado valor identitário (Tabela 57). Destes, destacam-se os bolos tortos e os torresmos.

Tabela 57. Principais destaques de gastronomia e artesanato do concelho de Carregal do Sal
Fonte: Dicionário enciclopédico das freguesias (1988)

Aglomerado	Gastronomia	Artesanato
Cabanas de Viriato	Enguias à Piano Bolo Torto Arroz de cabidela com grelos	Trabalhos em ferro forjado e talha
Currelos	Cabrito assado Feijoada à portuguesa Bacalhau na brasa e à Brás Chanfana	Tapeçarias Ferraria (trabalhos em ferro forjado)
Oliveira do Conde	Caldeirada de cabrito Torresmos Bacalhau assado com batata a murro Chouriço caseiro	Tapeçaria Tanoaria Talha em móveis

Merece destaque, por último, a tradição vinícola do Concelho, potenciada pela excelência e evolução da produção enóloga na região do Dão. Os vinhos produzidos em Carregal do Sal, com marcas conceituadas no mercado, são de elevada qualidade, usando as castas Alfrocheiro, Tinta Roriz, Touriga Nacional, Encruzado e Malvazia Fina.



4

Diagnóstico territorial

4. Diagnóstico territorial

O diagnóstico territorial é um momento de reflexão sobre as principais potencialidades e debilidades do Concelho. Ajustado à natureza do PDM, onde se define a estratégia de desenvolvimento territorial a prosseguir, e tendo por base os trabalhos preparatórios e a caracterização antecedente, o presente diagnóstico visa identificar, de forma sintética, o conjunto de oportunidades que poderão contribuir para a qualificação e desenvolvimento do território nos seus diferentes planos, mas também as ameaças que se colocam, e que podem, em certa medida, condicionar os objetivos e as metas da estratégia do PDM, que o Município pretende ver implementada.

Como tal, apresenta-se uma sistematização do conhecimento obtido até à data sobre o território, com a identificação dos principais aspetos a reter e a apresentação de uma análise SWOT (*Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)). Esta sistematização suporta-se no trabalho de campo já realizado, na auscultação dos agentes, públicos e privados, e no tratamento e análise de informação disponível, de diferente natureza, focada nos temas relevantes para o PDM.

Com base nesta reflexão, são apresentados os pressupostos estratégicos, identificados como questões fundamentais a aprofundar no âmbito da definição da estratégia de desenvolvimento e do quadro prévio de ordenamento, que constituirá uma base essencial para a elaboração da Proposta de Plano da segunda revisão do PDMCS.

Naturalmente, a abordagem que aqui se apresenta poderá ser enriquecida e complementada com informação atualizada que possa surgir no decorrer do processo, bem como com os contributos das várias entidades da administração pública com interesses a ponderar, e demais atores envolvidos neste processo.

4.1. Principais aspetos a reter

O trabalho de caracterização e diagnóstico aqui realizado deu a conhecer os principais ativos económicos, sociais e ambientais do concelho de Carregal do Sal, aprofundando o conhecimento dos recursos e das potencialidades existentes, mas também das fragilidades, ameaças e riscos que se colocam. O concelho de Carregal do Sal é um território rural de baixa densidade, localizado entre Coimbra e Viseu, nas proximidades da Serra da Estrela.

Somava, em 2011, de acordo com os dados dos últimos Censos, cerca de 9.835 habitantes, número que, segundo as estimativas mais recentes, tem vindo a decrescer (as estimativas do INE apontam para 9.290 habitantes no final de 2018). É portanto expetável que, na próxima década,

esta tendência de declínio demográfico se mantenha, podendo porventura ser atenuado pelo impacto que se deseja das medidas enquadradas pelas novas políticas de coesão territorial e de valorização do interior, no que respeita à atração de população e de atividades económicas. A esta realidade de perda populacional junta-se uma outra igualmente relevante, de um envelhecimento progressivo da população. Esta situação levanta novos desafios na forma de organização da nossa sociedade e do território, de forma a promover uma melhor integração da população idosa, a promoção de um envelhecimento saudável e ativo, e uma resposta a uma população vulnerável e com necessidades específicas, que exige uma reponderação dos serviços a prestar.

De resto, esta é uma realidade comum a muitos territórios congéneres do interior, que, para além desta realidade demográfica e social, também enfrentam problemas ao nível da economia, que acabam também por se relacionar com a questão demográfica e com a tendência pesada de concentração da população e das atividades económicas no litoral e nos grandes centros urbanos. Por seu turno, a transformação económica estrutural das últimas décadas, com uma crescente terciarização da economia e perda de importância de setores primário e secundário, tradicionalmente fortes nestes territórios, teve reflexo na modelação do tecido económico e empresarial, cuja fragilidade se veio a revelar com a recente crise económica e financeira, despoletada em 2018, que obrigou a uma reorientação das políticas de desenvolvimento económico e de coesão social e territorial do país. Esta análise genérica acaba por ter pontos de contacto com a realidade de Carregal do sal, evidenciada na caracterização anterior.

Estamos, portanto, perante uma realidade que levanta importantes desafios a Carregal do Sal, na procura de respostas que, aproveitando os recursos e potencialidades existentes, potenciem e desenvolvam domínios estratégicos para o desenvolvimento, segundo uma lógica de especialização inteligente, que permitam atrair pessoas e captar investimento produtivo, desenvolver novas e inovadoras atividades económicas, gerar mais oportunidades de trabalho, para, desta forma, revitalizar a economia local e o tecido social.

O PDM é um instrumento de gestão territorial fundamental para a prossecução da estratégia de desenvolvimento de um município, na medida em que concebe e promove um modelo de ordenamento do território que visa assegurar as melhores condições para o desenvolvimento equilibrado das atividades humanas, respondendo às necessidades elementares que revestem a nossa organização em sociedade (habitar, trabalhar, investir e visitar), ao mesmo tempo que procura salvaguardar os valores biofísicos, ambientais, paisagísticos e culturais do território, preferencialmente encarados como elementos chave para esse mesmo desenvolvimento.

O tempo decorrido desde a publicação do PDMCS, em vigor desde 2001, justifica a sua revisão e adequação à evolução do território e das suas condições ambientais, económicas, sociais e

culturais, a médio-longo prazo, tendo presente que a sua estratégia e modelo de ordenamento assentaram em pressupostos que sofreram, até hoje, uma transformação.

O enquadramento regional de um território é relevante para a definição da estratégia municipal pelas relações intermunicipais que podem ser promovidas, potenciando as dinâmicas locais, promovendo a cooperação interconcelhia e contrariando a perda de escala demográfica e económica. Carregal do Sal integra-se na sub-região de Viseu-Dão Lafões, mas também estabelece relações com a sub-região de Coimbra. Um dos principais vetores que suporta essas relações são as acessibilidades regionais, ou seja, os grandes eixos de comunicação rodo e ferroviária existentes. No caso de Carregal do Sal, considerando a maior proximidade e pendularidade entre Viseu e Coimbra, a concretização dos investimentos há muito programados para a reconversão do IP3 afigura-se relevante para o desenvolvimento do Concelho, potenciando as acessibilidades internas existentes e a ligação aos principais centros urbanos da região, assim como aos serviços por eles prestados.

O território concelhio apresenta características singulares e dinâmicas relevantes, contrastando entre os vales agrícolas e as encostas suaves de uso florestal, o que condiciona a abordagem estratégica que se pode definir para Carregal do Sal. Desde logo, e tendo presente as características agroflorestais existentes, é importante referir a grande exposição do território ao risco de incêndio florestal, tendo sido fustigado por um dos maiores incêndios de que há memória em 2017. A vulnerabilidade do território nesse momento espelhou as características físicas do território, onde se aliou uma estrutura florestal não planeada a fenómenos meteorológicos extremos de período de seca prolongada, resultando em elevadas perdas económicas e nos ecossistemas. Esta situação obriga, necessariamente, a encarar o reordenamento da floresta como um vetor estratégico.

O capital natural de Carregal do Sal é um ativo estratégico essencial para promover o desenvolvimento deste território e por isso deverá ser salvaguardado, mas também aproveitado como elemento de suporte ao desenvolvimento local e de criação de riqueza pelas atividades e serviços que pode integrar, nomeadamente ao nível do turismo de natureza e do recreio e lazer. Aqui encontram-se áreas com enorme potencial para a valorização da natureza e dos sistemas naturais, designadamente uma área integrada na Rede Natura 2000 (Zona Especial de Conservação Carregal do Sal), vastas áreas florestais de conservação e produção e um sistema hídrico relevante, onde se destaca o rio Dão, mas principalmente o rio Mondego e a albufeira da Aguieira. Também os territórios de uso agrícola são um importante ativo de Carregal do Sal, dando origem a produtos de qualidade. Neste sentido, integra a Região Demarcada do Dão, produtora do Vinho do Dão e a Região Demarcada de Produção do Queijo Serra da Estrela. No âmbito das características físicas, não se pode ignorar o potencial geológico do concelho, com recursos identificados com elevado valor económico, nomeadamente no que diz respeito à

exploração do lítio, um tema que não é, porém, consensual, face aos potenciais impactos ambientais.

Estas características refletem-se na ocupação do solo, onde mais de metade do território é composto por floresta e cerca 25% é espaço dedicado à agricultura. As áreas artificializadas, compostas pela ocupação urbana e infraestruturas, localizam-se, essencialmente, nas zonas mais planas do território, ou seja, nas zonas de cumeada. Esta ocupação é feita de forma dispersa e de baixa densidade, existindo muitos espaços intersticiais entre habitações, não potenciando uma malha consolidada. Esta característica promoveu a expansão dos perímetros urbanos e, por inerência, do consumo de solo urbano, apesar de, em múltiplas situações os aglomerados não apresentarem características urbanas. Quase todos os aglomerados encontram-se infraestruturados, mercê de um forte investimento verificado nas últimas décadas. Neste quadro, identifica-se uma necessidade concreta de promover o reordenamento do espaço urbano e a sua colmatação e qualificação, tendo também presente a necessidade de rentabilizar o investimento aplicado nas redes de infraestruturas e de equipamentos coletivos.

À exceção da vila de Carregal do Sal, que apresenta uma dimensão expressiva à escala local, os restantes aglomerados configuram pequenos núcleos populacionais, geralmente com um centro histórico/tradicional bastante degradado, mas com traços urbanísticos e arquitetónicos com interesse patrimonial. Estas construções, destacadas pelo granito, que em muitos casos se encontram desocupadas, poderão ter um papel preponderante no âmbito de uma estratégia de regeneração e valorização do património tradicional do Concelho e na atração de pessoas e investimentos. Na envolvente a estes núcleos tradicionais foi crescendo, de forma geralmente dispersa e sem planeamento, uma ocupação residencial, comumente associada a moradias unifamiliares instaladas num terreno agrícola de exploração ou subsistência, que nos transporta para uma matriz de ocupação com traços mais rurais e menos urbanos.

Apesar da expansão dos perímetros e do consumo de solo urbano, resultado do sobredimensionamento dos perímetros urbanos do PDM em vigor, que acabaram por contribuir para uma ocupação mais dispersa do território, as dinâmicas urbanísticas têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Esta tendência acaba por refletir a diminuição da população residente e, nessa medida, contribuir para uma menor necessidade de habitações. A política urbana passará, em larga medida, pela reabilitação e requalificação do património e espaços públicos existentes e pela colmatação dos espaços intersticiais existentes nos perímetros urbanos, em detrimento. A primazia da reabilitação urbana acaba por já ter reflexo na atuação do Município, com a aprovação recente de estratégias de reabilitação urbana em Carregal do Sal e a delimitação de ARU em vários aglomerados do concelho, estratégia que deverá ser mantida e potenciada no futuro.

Como referido anteriormente, um dos principais problemas do Concelho, e de muitos territórios portugueses, é a perda demográfica e o envelhecimento da população. Estas duas tendências

levantam um conjunto de desafios na gestão do território. As pessoas são a base das dinâmicas territoriais e sem população estas ficam condicionadas. Para mais, e considerando uma visão económica na gestão do território, o dimensionamento de equipamentos e serviços é claramente afetado quando a escala é mais reduzida, sendo o custo por habitante muito superior. Numa perspetiva da disponibilidade da mão-de-obra para a exploração dos recursos endógenos e criação de riqueza, a redução da população, nomeadamente em idade ativa, como a que se tem vindo a verificar em Carregal do Sal, condiciona a atividade económica e o investimento produtivo.

A economia local alicerça-se nos serviços, considerando que a população se encontra maioritariamente empregada no setor terciário, contudo, são os setores secundário e primário que geram maior volume de negócio e riqueza. A indústria transformadora do Concelho está distribuída por três áreas de localização empresarial, destacando-se, neste âmbito, empresas da área têxtil, da transformação da madeira e fabricação de materiais de proteção e segurança. É importante ter presente que Carregal do Sal se insere num território com uma forte tradição industrial. Embora algum do saber se possa ter perdido com a desativação de algumas indústrias importantes, é uma característica que acaba por estar presente e que é, necessariamente, valorizada pelos investidores. Estas características e a sua localização geoestratégica favorável, justificam uma valorização das áreas de localização empresarial do Concelho, criando melhores condições para as empresas nelas instaladas e para a captação de novas empresas.

O papel da exploração agrícola e agropecuária também tem um peso relevante no Concelho. No primeiro caso, apoiada na afirmação do Dão como região vinícola de excelência, surge a vinha e a produção de vinho. No segundo caso, regista-se uma presença significativa de aviários, embora muitos deles, atualmente, já se encontrem desativados. O caminho para o desenvolvimento económico nesta vertente, poderá ser suportado num maior investimento na fileira agrícola e na agroindústria, potenciando o a transformação dos produtos produzidos no Concelho. Também relevante é o papel da floresta e do seu potencial contributo para a economia local. Os incêndios florestais tornam ainda mais premente a necessidade de se repensar a floresta, potenciando povoamentos florestais melhor adaptados, mas também com capacidade de criação de riqueza. A aposta do Município no pinheiro manso e nos produtos derivados, como o pinhão, é um sinal da mudança que se pretende promover. A fileira agroflorestal é, nesta medida, um outro importante vetor para o desenvolvimento económico do Concelho.

A rede de equipamentos e serviços prestados à população, tendo presente a classificação enquanto centro urbano complementar à escala regional, apresenta uma cobertura satisfatória, devendo preservar-se e melhorar a forma de acesso pela população residente nos aglomerados mais dispersos e pela população mais vulnerável, como os idosos. Ao nível dos equipamentos verifica-se, inclusivamente, que em alguns casos existem situações de sobredimensionamento, como acontece com os edifícios escolares. Já ao nível dos serviços, verificam-se algumas falhas no número de especialistas na área da saúde, médicos e enfermeiros, e uma resposta nos

serviços de cuidados à população sénior já no limite da capacidade máxima, situação se tende a agravar face às necessidades crescentes. A aposta numa rede de cuidados à população idosa, o que implicará a criação de novos equipamentos, poderá ser uma oportunidade de revitalização socioeconómica, atraindo jovens qualificados para a prestação destes serviços e na criação de novos negócios associados a esta realidade.

Ao nível das infraestruturas, existem algumas questões que devem ser destacadas. O Concelho apresenta uma taxa de cobertura da rede de distribuição de água e de saneamento perto dos 100%. Contudo, a atual rede de saneamento está tecnologicamente desadequada, apresentando problemas, o que justificou um novo projeto de renovação das rede e construção de novas ETAR, em execução. As comunicações móveis, tanto GSM como 3G/4G, apresentam algumas falhas de comunicação fora dos aglomerados principais, existindo, por isso, várias zonas de sombra no Concelho. Pela importância que as comunicações assumiram na sociedade nos dias de hoje, nomeadamente na fixação de pessoas e negócios, é fundamental resolver esta questão.

O concelho de Carregal do Sal apresenta um conjunto significativo de elementos patrimoniais com valor histórico e arquitetónico. Para além das quintas e palacetes existentes, existem três monumentos nacionais e mais oito monumentos classificados. Esta é uma mais valia, que se pode associar à valorização dos centros ativos das povoações, já antes identificada. Contudo, no património imaterial também deve merecer um maior investimento. A presença da memória e espólio de Aristides de Sousa Mendes, materializada na sua antiga residência localizada em Cabanas do Viriato, é um bom exemplo de um património que pode servir de alavanca para a promoção deste território e para a dinamização do turismo e da visitação no Concelho.

4.2. Análise SWOT

Forças

- Localização privilegiada na região Centro, servida por importantes vias de comunicação ferroviárias e rodoviárias;
- Afirmação de Carregal do Sal como centro urbano complementar, na estruturação do território regional;
- Riqueza hídrica e geológica, em resultado do enquadramento morfoestrutural e climático, com condições ideais para a agricultura, em particular a vinicultura (região Demarcada do Dão);
- Existência de uma área protegida integrada na Rede Natura 2000 – Zona Especial de Conservação de Carregal do Sal;
- A floresta como recurso estratégico para o Concelho;
- Baixos níveis de população socialmente vulnerável;
- Presença de áreas de localização empresarial no concelho (zonas industriais de Sampaio, S. Domingos e Gândara);
- Existência de um serviço de apoio às empresas de âmbito local (Gabinete de Apoio ao Empresário);
- Proximidade a importantes polos do SC&T regional, que facilitam o estabelecimento de sinergias e reforço de oportunidades de inovação para as empresas e instituições locais;
- Importância da agricultura, em especial da vinha, floresta e hortifruticultura, para a economia local;
- Existência de equipamentos escolares que abrangem todos os níveis de ensino obrigatório;
- Rede de equipamentos culturais, de tipologias diversas, e uma massa associativa de dimensão;
- Existência de IPSS em todas as freguesias do Concelho, que dão resposta às necessidades da população;
- Cobertura de infraestruturas básicas e serviços estruturantes à escala municipal, com bons níveis de população servida;
- Boa qualidade da água do sistema de abastecimento público;
- Diversidade de elementos de património cultural, material e imaterial, com potencial de atratividade turística.

Fraquezas

- Ocupação urbana não planeada com elevado nível de dispersão, induzida por perímetros urbanos sobredimensionados e não programados;
- Núcleos tradicionais bastante envelhecidos e degradados, com necessidades significativas ao nível da sua reabilitação e revitalização;
- Vulnerabilidade às alterações climáticas e exposição aos riscos naturais, especialmente aos incêndios florestais;
- Perda de população residente nos últimos períodos censitários;
- Estrutura etária envelhecida e com tendência para o agravamento da relação entre jovens e idosos;
- Baixos níveis de escolaridade, com predomínio do ensino básico do 1.º ciclo (32%) ou mesmo a ausência de qualquer nível de ensino (22%);
- Inexistência de uma oferta alargada de ensino profissional no concelho direcionada para as necessidades do mercado de trabalho local;
- Desconhecimento relativo ao potencial de exploração dos recursos geológicos e aos impactos no território desta atividade;
- Deficiente qualidade das águas superficiais e nas linhas de água afluentes do rio Dão;
- Potencial turístico pouco explorado;
- Serviços de apoio aos idosos com capacidade limitada face à procura;
- Inexistência de equipamentos dedicados ao empreendedorismo, conhecimento e inovação;
- Inexistência de praias fluviais classificadas e infraestruturadas;
- Dependência do automóvel nas deslocações pendulares;
- Rede de saneamento básico ineficaz.

Oportunidades

- Aposta nos recursos florestais, nomeadamente o pinheiro manso, como fator de diferenciação;
- Desenvolvimento em Portugal do setor turístico e das atividades de recreio e lazer, beneficiando da presença de áreas naturais singulares e da proximidade à barragem da Aguieira e à Serra da Estrela;
- Novas dinâmicas sociais, como a deslocação de população qualificada dos centros urbanos para territórios rurais do interior, criando novos negócios;
- Espírito empreendedor e capacidade de trabalho e de iniciativa;
- Políticas e instrumentos promotores da coesão territorial e de incentivo à fixação de pessoas e empresas nos territórios de baixa densidade;
- Incentivo à reabilitação urbana e à oferta pública de habitação;
- Financiamento comunitário para diversas áreas, como infraestruturas, fomento ao empreendedorismo, formação e aprendizagem, serviços de proximidade, mobilidade e eficiência energética;
- Novos programas de investimento estratégico em infraestruturas estruturantes, como a reconversão do IP3;
- Oportunidades de valorização de recursos endógenos em diversos setores económicos;
- Descentralização de competências da administração central para a gestão de equipamentos e serviços locais;
- Relacionamento com instituições do ensino superior e politécnico, que podem gerar transferência de conhecimento/tecnologia relevantes para as pessoas e empresas do Concelho.

Ameaças

- Agravamento do declínio demográfico e envelhecimento da estrutura demográfica a nível nacional;
- Desinteresse no investimento em reabilitação do património edificado, levando ao abandono dos aglomerados tradicionais;
- Dependência de investimento externo para a sustentabilidade e desenvolvimento da economia;
- Incapacidade de gerir os espaços rústicos e de aplicar uma estratégia de regulamentação e ordenamento florestal;
- Agravamento do impacte das alterações climáticas sobre os recursos naturais, agrícolas e sobre a população;
- Competição de outros centros urbanos e regiões na atração de investimento e empresas;
- Desencontro entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho;
- Concorrência de outros territórios ao nível da especialização em atividades económicas como o turismo;
- Transferência limitada de recursos para as autarquias, para assumir e dar resposta às novas competências para a gestão do território;
- Limitações nos apoios ao investimento público para a criação e beneficiação de infraestruturas e equipamentos locais;
- Redução do volume do financiamento comunitário em domínios relevantes para as autarquias.

4.3. Temas estratégicos

Em Portugal, ao longo das últimas décadas, as dinâmicas demográficas fora dos grandes centros urbanos apresentam tendências de forte recessão. Os territórios do interior e de baixa densidade populacional, pela perda de dinâmicas socioeconómicas, enfrentam um conjunto de desafios e condicionalismos ao desenvolvimento territorial.

Carregal do Sal, inserido na região Centro, uma região heterogénea e com realidades bastante distintas entre o litoral e o interior, tem em Viseu, núcleo estruturante da sub-região de Viseu Dão-Lafões, um importante centro urbano que concentra funções centrais e polariza um vasto território. Este enquadramento regional, ao qual se poderá juntar as relações com Coimbra, serão importantes para a definição de uma estratégia para Carregal do Sal que promova a coesão territorial e as relações entre diferentes centros urbanos. Enquanto centro urbano complementar, Carregal do Sal, apresenta uma posição de maior dependência administrativa e de apoio às funções socioeconómicas instaladas em centros urbanos de maior dimensão.

O PDMCS, documento estratégico e regulamentar fundamental para a administração do território municipal, verte as principais linhas orientadoras que sustentam o desenvolvimento económico e social de Carregal de Sal para a próxima década. Pela importância que assume para os cidadãos e para a afirmação do território no contexto regional e nacional, a atual revisão constitui um momento de reflexão, exigindo uma resposta assertiva para o que se preconiza para os principais investimentos públicos no Concelho.

Considerando a caracterização e o diagnóstico territorial realizado, sobressaem cinco temas relevantes para a definição dos objetivos e da estratégia de desenvolvimento do Concelho, que levantam uma série de desafios e que agregam potenciais domínios de intervenção. Como tal, serão a base para a definição da estratégia e do modelo de ordenamento e desenvolvimento territorial.

Estes temas (Figura 127), encarados como desafios para o desenvolvimento do território de Carregal do Sal, serão desenvolvidos no documento do Quadro Prévio de Ordenamento, onde se procurará estabelecer as bases estratégicas para a definição da Proposta de Plano desta segunda revisão do PDMCS.

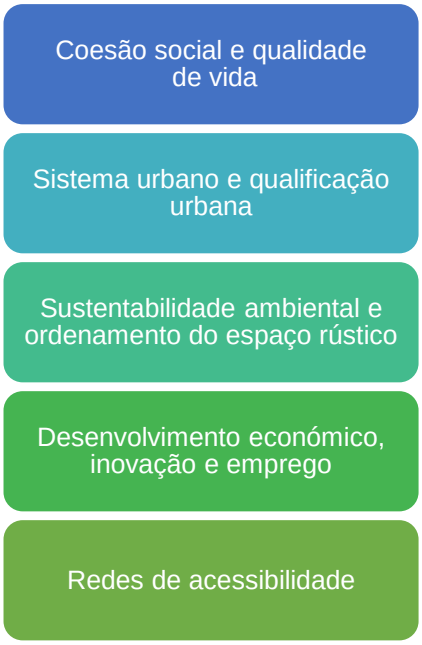


Figura 127. Temas estratégicos
Fonte: SPI, 2019



Anexos

Anexo I – Normas do Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira a integrar no PDM de Carregal do Sal

Tipologia	Artigo	Nº/Al.	Redação	Observações da CCDR Centro
Conteúdo doc.	3º	1 b)	b) Planta de síntese, elaborada à escala de 1:25 000 (…)	Articular com a Planta de Ordenamento
Definições	4º	Ponto único	Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, são adotadas as seguintes definições:	
		f), p), u), ac), ag)	p) «Nível de pleno armazenamento (NPA)», cota máxima a que pode realizar-se o armazenamento de água na albufeira que, no caso da albufeira da Aguieira, corresponde à cota de 124,7 m; u) «Parque de estacionamento regularizado», local exclusivamente destinado ao estacionamento de veículos, devidamente delimitado, com superfície regularizada e revestimento permeável ou semipermeável e sistema de drenagem de águas pluviais e com as vias de circulação e os lugares de estacionamento estão devidamente assinalados; ac) «Zona de proteção da albufeira», faixa terrestre de proteção à albufeira, com uma largura máxima de 500 m, medida na horizontal, a partir do NPA; ag) «Zona reservada da albufeira», faixa terrestre envolvente da albufeira com uma largura de 50 m contados e medidos na horizontal, a partir do NPA.	Todas as restantes definições são desnecessárias. Ou decorrem da lei geral ou não tem aplicabilidade nas normas a transpor para o PDM.
Serv./Restr.	5º	Ponto único	-	Atualizar a Planta de Condicionantes do PDM, embora decorra da lei geral e específica em vigor
Zona de proteção da albufeira Interdições	18º	Ponto único	Na zona de proteção da albufeira, são interditas as seguintes atividades:	
		c)	c) A instalação de estabelecimentos industriais e de explorações pecuárias ou avícolas;	A incluir em regulamento PDM
		d), i)	d) A deposição de resíduos sólidos ou entulho de qualquer tipo e a instalação de depósitos de sucata ou de lixeiras; i) A instalação de aterros sanitários que se destinem a resíduos urbanos ou industriais;	Agregar e atualizar a redação quanto à gestão de resíduos.
		j)	j) Todas as atividades que aumentem de forma significativa a erosão e conduzam ao aumento de material sólido na albufeira ou induzam alterações ao relevo existente, nomeadamente as mobilizações de solo não realizadas segundo as curvas de nível, a constituição de depósitos de terras soltas em áreas declivosas e sem dispositivos que	Ponderar incluir pela positiva, em capítulo de disposições gerais, como recomendação/orientação, aplicável a todas as ações a realizar nas diversas

Tipologia	Artigo	Nº/Al.	Redação	Observações da CCDR Centro
			evitem o seu arraste.	categorias do solo.
Condições de edificabilidade	19º	1	1 — As novas edificações devem localizar-se, preferencialmente, nos aglomerados existentes, contrariando a dispersão e rentabilizando os investimentos relativos a infraestruturas e equipamentos urbanos.	Ponderar incluir pela positiva, em capítulo de disposições gerais, como recomendação/orientação, aplicável a todas as ações a realizar nas diversas categorias do solo.
		2	2 — As obras de construção, de conservação, de recuperação e de ampliação das edificações legalmente existentes, devem respeitar as características tradicionais, não devendo ser incompatíveis com as características dominantes, nem ocasionar uma rotura com as tipologias arquitetónicas e a morfologia urbana.	A incluir em regulamento do PDM
		3	3 — Os equipamentos, estruturas e infraestruturas de apoio às atividades secundárias devem ser preferencialmente instalados em edificações já existentes, privilegiando-se as ações de recuperação do património edificado.	Ponderar incluir pela positiva, em capítulo de disposições gerais, como recomendação/orientação, aplicável a todas as ações a realizar nas diversas categorias do solo.
Saneamento básico	20º	6	6 — Para as restantes edificações existentes ou a construir na zona de proteção terrestre, não abrangidas pelos sistemas de recolha e tratamento das águas residuais definidos nos n.ºs 3 e 4, é obrigatório:	
		a)	a) Para as edificações localizadas na envolvente próxima do plano de água, na faixa dos 150 m de projeção horizontal contados a partir do nível pleno de armazenamento, a construção de fossas estanques com capacidade adequada e transporte posterior das águas residuais a destino final adequado;	A incluir em regulamento do PDM
		b)	b) Para as edificações localizadas na restante área de intervenção, a instalação de fossas estanques com capacidade adequada ou, em alternativa, a instalação de fossas séticas associadas a órgãos complementares de infiltração ou de filtração, cujo dimensionamento terá que ser efetuado e licenciado caso a caso, em função da realização de ensaios específicos de permeabilidade dos solos;	A incluir em Regulamento do PDM
		9	9 — Nas zonas de recreio e lazer, nas zonas de desenvolvimento turístico e nos espaços com vocação urbanizável, é obrigatória a construção de sistemas de recolha e tratamento, do tipo terciário, de águas residuais ou, em alternativa, a construção de fossas estanques nos termos definidos nos números anteriores.	
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	21º	2	2 — São proibidas instalações de tratamento e de deposição final de resíduos sólidos urbanos na área do POAA.	

Tipologia	Artigo	Nº/Al.	Redação	Observações da CCDR Centro
Zona reservada da albufeira Regime	22º	1 a), b), c)	1 — Na zona reservada da albufeira, além do disposto no artigo 18.º do presente regulamento, é ainda interdita: a) A instalação de vedações e muros ou a movimentação de terras que impeçam o livre acesso à margem e a livre circulação em torno do plano de água; b) A realização de quaisquer construções que não constituam infraestruturas de apoio à utilização recreativa da albufeira, devendo essas construções ser amovíveis; *c*) A introdução de espécies de crescimento rápido.	A incluir em Regulamento do PDM
		2 a), b), c)	2 — Na zona reservada são permitidas, nas edificações legalmente existentes, obras de recuperação, de conservação e de ampliação, destinadas a suprimir insuficiências de instalações sanitárias e cozinhas, desde que: a) Não correspondam a um aumento total da área de construção superior a 60 m2; b) Não correspondam a um aumento do número de pisos; c) Não ocupem, em relação à albufeira, terrenos mais avançados que a edificação existente.	A incluir em Regulamento do PDM
Espaço agrícolas Regime	24º	1	1 — Nos espaços agrícolas só são permitidas novas edificações desde que se destinem a habitação permanente do proprietário dessa parcela e desde que a parcela tenha uma área igual ou superior a 2 ha devendo obedecer aos seguintes parâmetros urbanísticos: a) Índice de construção — 0,02; b) Índice de implantação — 0,015; c) Número máximo de pisos — 2; d) Cércea máxima — 6 m; e) Altura total da construção — 7,5 m.	
		2	2 — Nos espaços agrícolas são permitidas as obras de recuperação e ou ampliação de edificações legalmente existentes, desde que se destinem a habitação própria e permanente do proprietário da parcela e se mostrem cumpridos os seguintes requisitos: a) A ampliação não pode exceder 30 % da área de implantação da construção existente, podendo atingir um máximo de 400 m2 de área de construção; b) Área máxima de implantação — 200 m2; c) Número máximo de pisos — 2 ou existentes; d) Altura total de construção — 7,5 m ou existente.	
		3	3 — Nos espaços agrícolas são permitidas as obras de recuperação e ou ampliação de edificações legalmente existentes, desde que se destinem ao turismo no espaço rural e se mostrem cumpridos os seguintes requisitos:	

Tipologia	Artigo	Nº/Al.	Redação	Observações da CCDR Centro
			a) Número máximo de pisos — 2 ou existentes; b) Altura total de construção — 7,5 m ou existente.	
		4	4 — Nos espaços agrícolas é ainda permitido a construção, recuperação e ou ampliação de um anexo de apoio à atividade agrícola, desde que a construção final obedeça aos seguintes requisitos: a) Área máxima de implantação — 60 m2; b) Número máximo de pisos — 1; c) Cércea máxima — 3 m; d) Altura total da construção — 4,5 m; e) A área máxima de implantação e a altura total da construção poderão eventualmente ser ultrapassadas desde que tal seja técnica e economicamente justificado.	
Espaço florestal Regime	26º	1	1 — Nos espaços florestais só são permitidas novas edificações desde que destinadas a habitação própria e permanente do proprietário da parcela, devendo esta dispor de uma área igual ou superior a 4 hectares e obedecer aos seguintes parâmetros urbanísticos: a) Índice de construção — 0,015; b) Índice de implantação — 0,01; c) Número máximo de pisos — 2; d) Cércea máxima — 6 m; e) Altura total da construção — 7,5 m.	
		2	2 — São permitidas obras de recuperação e de ampliação de edificações legalmente existentes, desde que se destinem a habitação própria e permanente do proprietário da parcela e desde que a construção final obedeça aos seguintes requisitos: a) A ampliação não pode exceder os 30% da área de implantação da construção existente, podendo atingir um máximo de 400 m2 de área de construção; b) Área máxima de implantação — 200 m2; c) Número máximo de pisos — 2; d) Cércea máxima — 6 m; e) Altura total da construção — 7,5 m.	
		3	3 — São permitidas as obras de recuperação e ou ampliação de edificações existentes, destinadas a turismo no espaço rural e desde que se mostrem cumpridos os seguintes requisitos: a) Número máximo de pisos — 2 ou existentes;	

Tipologia	Artigo	Nº/Al.	Redação	Observações da CCDR Centro
			b) Altura total de construção — 7,5 m ou existente.	
		4	4 — Nos estabelecimentos de restauração ou de bebidas legalmente existentes são permitidas obras de recuperação, conservação e de ampliação, desde que as mesmas se destinem a suprimir insuficiências de instalações sanitárias e cozinhas e que: a) Não correspondam a um aumento total da área de construção superior a 60 m2; b) Não correspondam a um aumento da cércea; c) Não ocupem, em relação à albufeira, terrenos mais avançados que o da edificação existente.	
		5	5 — É permitida a construção de um anexo de apoio direto à atividade florestal desde que obedeça aos seguintes requisitos: a) Área máxima de implantação — 60 m2; b) Número máximo de pisos — 1 piso; c) Cércea máxima — 3 m; d) Altura total da construção — 4,5 m, podendo essa altura ser ultrapassada desde que tecnicamente justificável.	
		6	6 — Na área do POAA, as edificações implantadas em floresta de produção devem ter um afastamento mínimo de 300 m em relação à área florestal e as edificações implantadas noutras áreas florestais, com predomínio de espécies folhosas, devem ter um afastamento mínimo de 150 m.	
		7	7 — Nos espaços florestais, é ainda permitida a construção de estruturas e infraestruturas adequadas à vigilância, deteção e combate a incêndios florestais, nomeadamente torres de vigia, caminhos, corta-fogos e aceiros.	
Zonas de interesse conservacionista Definição	27º	1, 2	1 — As zonas de interesse conservacionista integram áreas que apresentam estruturas de vegetação com valor biológico e paisagístico, sendo constituídas, fundamentalmente, por manchas de carvalhal e vegetação ripícola. 2 — Os objetivos de ordenamento das zonas de interesse conservacionista são a manutenção da sua integridade física e biológica.	Articular com a Planta de Ordenamento do PDM e integrar na caracterização destas áreas.
Zonas de interesse conservacionista Regime	28º	1	1 — As ilhas constituem zonas non aedificandi.	
		2	2 — Nas restantes zonas de interesse conservacionista, para além dos condicionamentos legais existentes, a edificação só é permitida nos termos do artigo 24.º ou do artigo 26.º do presente regulamento e desde que a área de implantação da edificação existente não ocupe, em relação à albufeira, terrenos mais avançados que a edificação existente.	A incluir em Regulamento do PDM

Tipologia	Artigo	Nº/Al.	Redação	Observações da CCDR Centro
Zona de proteção às zonas de interesse conservacionista	29º		-	Apenas indica o critério de delimitação das zonas de proteção. O POAA não estabelece qualquer regime subjacente para estas zonas.
Espaço urbano Regime	31º	4	4 — Para os espaços urbanos mencionados nas alíneas a), c) e d) do n.º 3 do artigo 30.º do presente regulamento, classificados na planta de síntese como espaço urbano a recuperar, devem ainda ser elaborados planos de pormenor.	
Zonas de recreio e lazer Definição	33º	1	1 — As zonas de recreio e lazer correspondem a áreas, normalmente contíguas ao plano de água, onde se prevê o seu ordenamento para uso público e consequentemente, a instalação de equipamentos, estruturas, infraestruturas e serviços de apoio às atividades de turismo, recreio e lazer.	A incluir em Regulamento do PDM
		2	2 — As zonas referidas no número anterior, delimitadas na planta de síntese, correspondem a: a) Zonas de lazer; b) Zonas de recreio balnear.	A delimitar na planta de ordenamento do PDM
Zonas de lazer	34º	Ponto único	As zonas de lazer integram espaços com vocação privilegiada para a estadia, recreio e lazer e correspondem:	
		b)	b) Ao parque de merendas, no concelho de Carregal do Sal, que deve ser objeto de um projeto para criação de uma zona de repouso e estadia devendo ainda integrar, além de um parque de merendas e de um parque infantil, outros equipamentos e estruturas de apoio a definir em projeto próprio e aos quais deverá corresponder uma área de construção máxima de 500 m2, num só piso;	A incluir em Regulamento do PDM
		d)	d) Ao parque da natureza, no concelho de Carregal do Sal, que deve integrar um centro de interpretação e de observação da natureza, trilhos ambientais e outros percursos de lazer e descoberta, devendo ainda integrar outros equipamentos e estruturas de apoio a definir em projeto próprio e aos quais deverá corresponder uma área de construção máxima de 1000 m2, num máximo de dois pisos;	A incluir em Regulamento do PDM
		2	2 — Qualquer alteração e ou revisão dos planos de pormenor aprovados para as zonas de desenvolvimento turístico mencionadas na alínea a) e b) do número anterior, não pode, em circunstância alguma, refletir-se no aumento dos índices e das densidades já consagradas.	
		9	9 — Até à entrada em vigor dos respetivos planos de pormenor ou planos de urbanização deve obedecer-se ao disposto nos artigos 24.º ou 26.º do presente regulamento, conforme a área onde se inserem.	

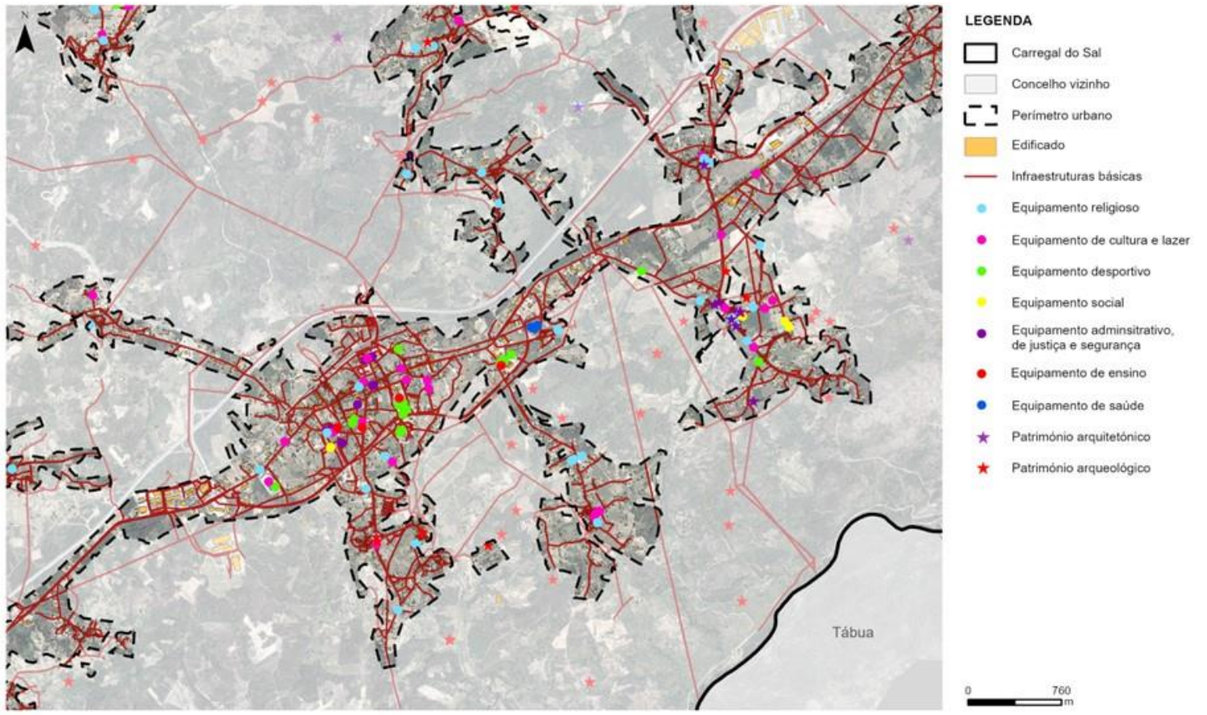
Anexo II – Fichas individuais de caracterização dos perímetros urbanos em vigor

CARREGAL DO SAL – OLIVEIRA DO CONDE

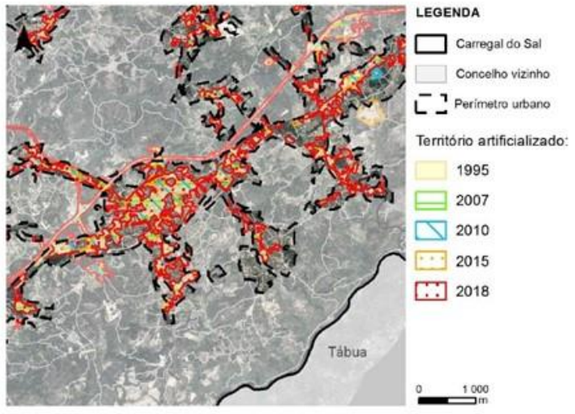
Localização	Freguesias de Carregal do Sal e Oliveira do Conde	
Acessibilidade	Itinerário Complementar (Mira – Mangualde) Estrada Regional (→ Oliveira do Hospital) Estrada Regional (→ Tondela) Estrada Municipal (Mira – Santa Comba Dão) Caminho Municipal (→ Papízios) Caminho Municipal (→ Cabanas de Viriato) Linha Ferroviária da Beira Alta	
População residente (*1)	3.728 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	142,7%	
Área do perímetro urbano (*2)	644,5ha	
Área ocupada	288,2ha (44,7%)	
Área livre	356,3ha (55,3%)	
Edifícios clássicos (*1)	1.859 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos, existindo edifícios com 3 a 4 pisos	
Tipo de povoamento	Nucleação urbana	
Formas de nucleação	Povoamento com uma forma de nucleação, podendo identificar-se situações urbanas mais nucleadas dentro do aglomerado. A malha é qualitativamente diferente em alguns locais, correspondendo a lugares urbanos mais centrais. Esta diferenciação reflete-se na maior diversidade de usos e tipologias edificadas, e na maior qualidade de espaços públicos	
Reabilitação urbana	Tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Sim
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Sim	



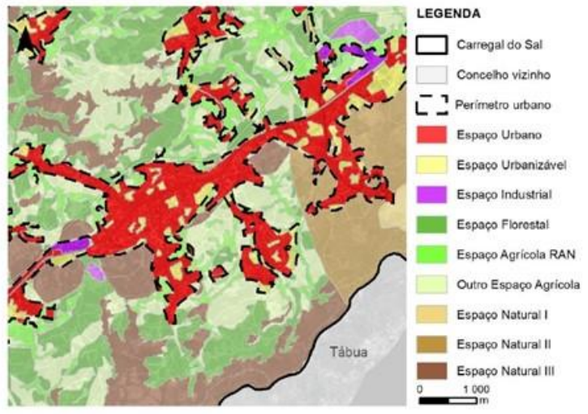
Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Aglomerado de Carregal do Sal – Oliveira do Conde



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

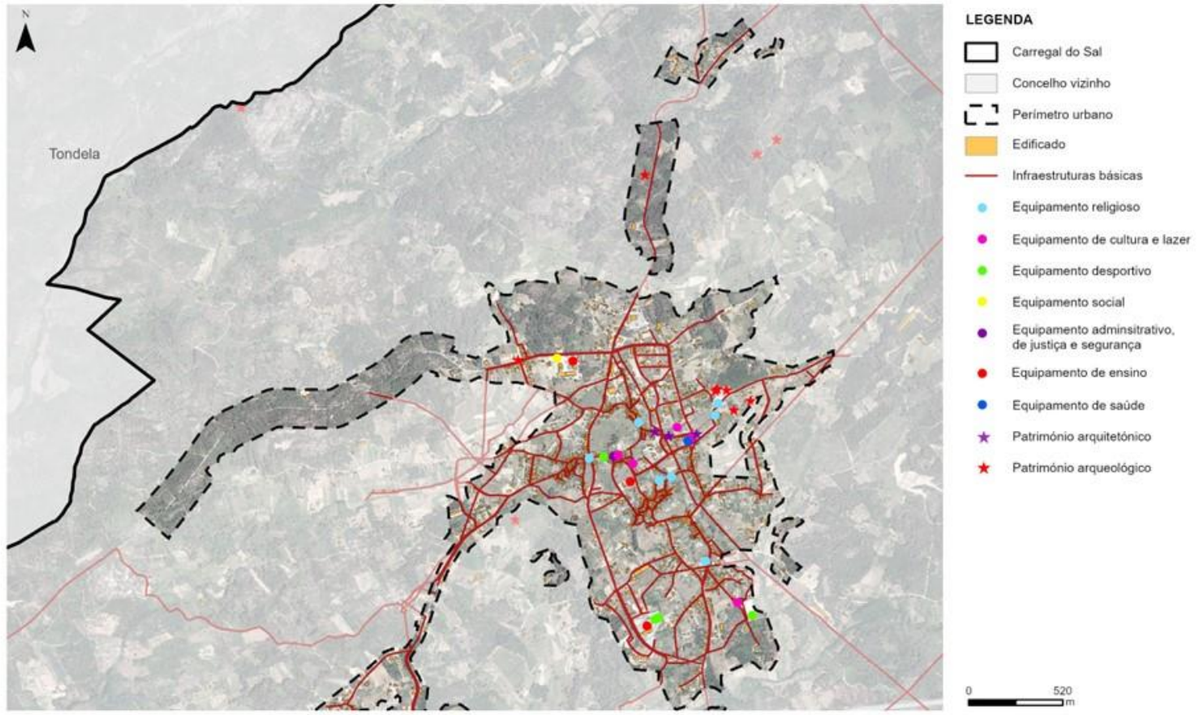


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

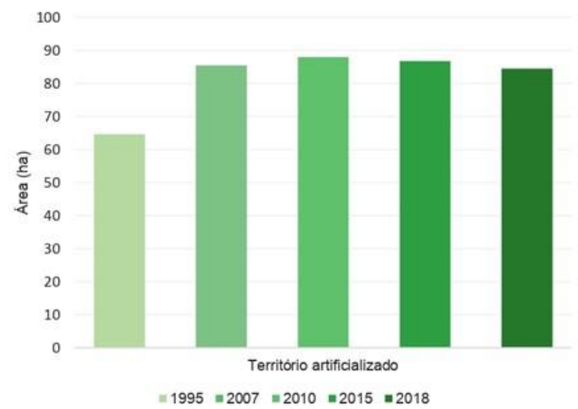
(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

CABANAS DE VIRIATO

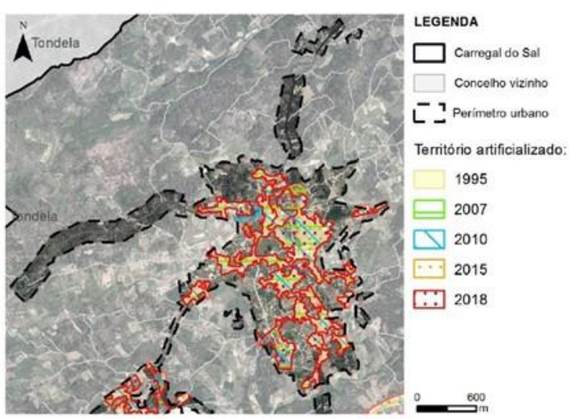
Localização	Freguesia de Cabanas de Viriato	
Acessibilidade	Estrada Regional Estrada Municipal Caminho Municipal (→ Carregal do Sal)	
População residente (*1)	1.314 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-9,7%	
Área do perímetro urbano (*2)	344,0ha	
Área ocupada	134,1ha (39,0%)	
Área livre	209,9ha (61,0%)	
Edifícios clássicos (*1)	900 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Nucleação concentrada	
Formas de nucleação	Povoamento correspondente a uma forma de nucleação, podendo observar-se situações urbanas mais nucleadas dentro do aglomerado e que apresentam uma forma mais ordenada e integrada	
Reabilitação urbana	Tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Sim	



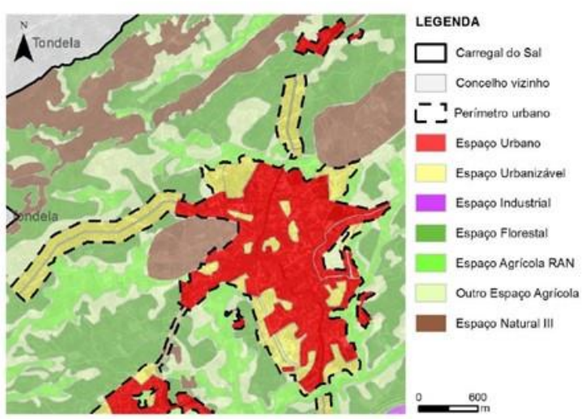
Aglomerado de Cabanas de Viriato



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

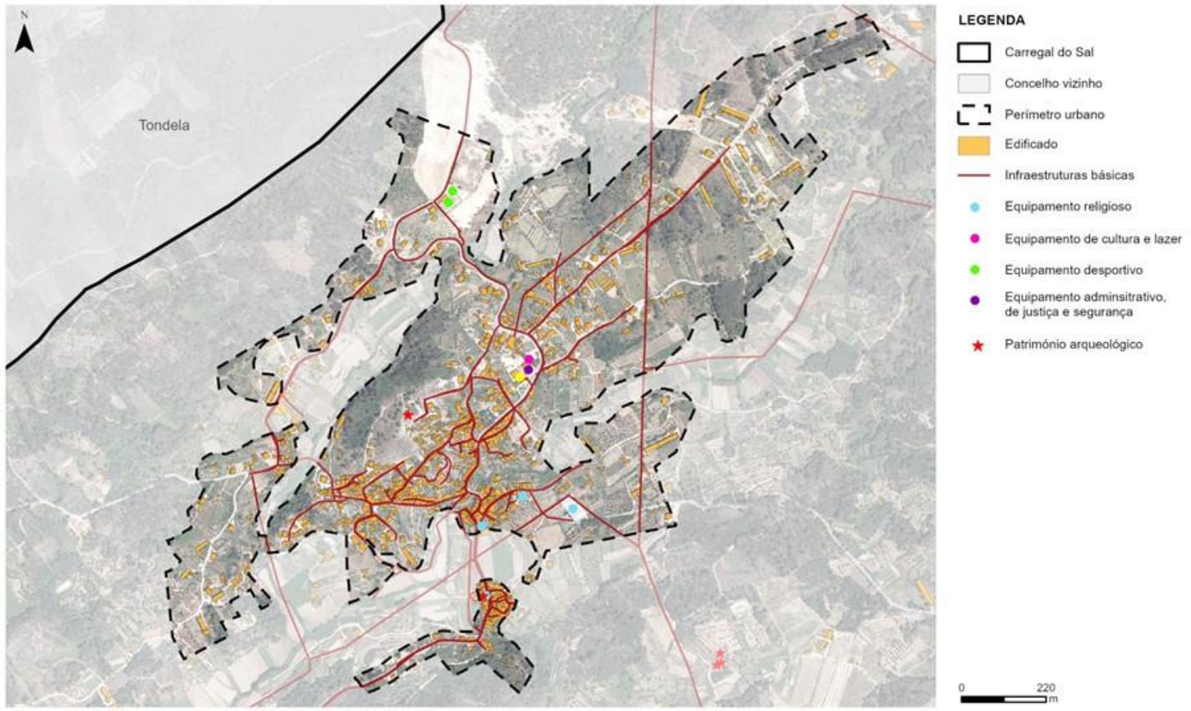


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

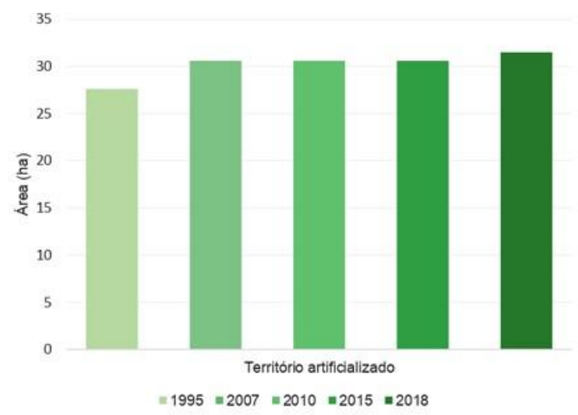
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

BEIJÓS

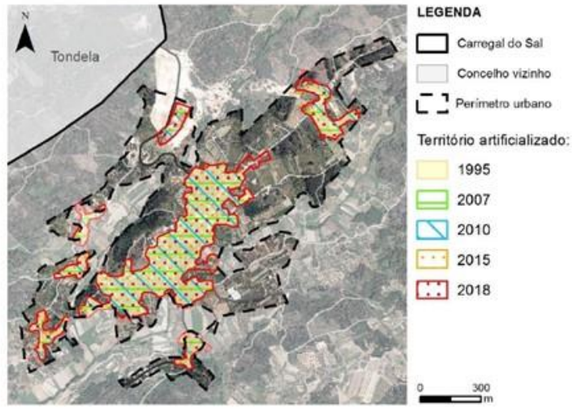
Localização	Freguesia de Beijós	
Acessibilidade	Estrada Regional (→ Carregal do Sal) Estrada Municipal (→ Póvoa de Lisboa)	
População residente (*1)	491 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-27,5%	
Área do perímetro urbano (*2)	117,8ha	
Área ocupada	56,8ha (48,2%)	
Área livre	61,0ha (51,8%)	
Edifícios clássicos (*1)	376 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear disperso com nucleações	
Formas de nucleação	Aglomerado não apresenta uma malha urbana contida e densificada, evidenciando, no entanto, pequenos fenómenos de nucleação	
Reabilitação urbana	Tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Sim	



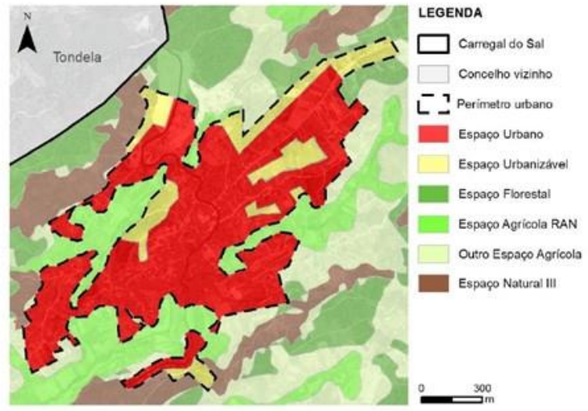
Aglomerado de Beijós



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

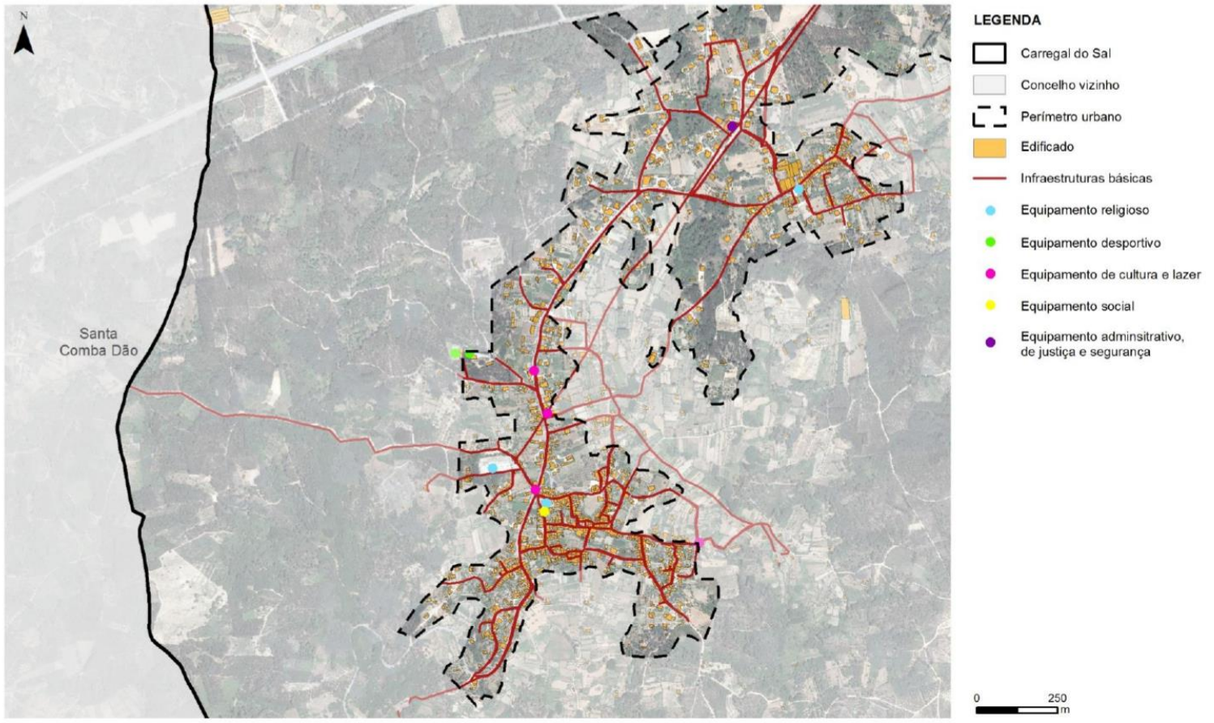


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

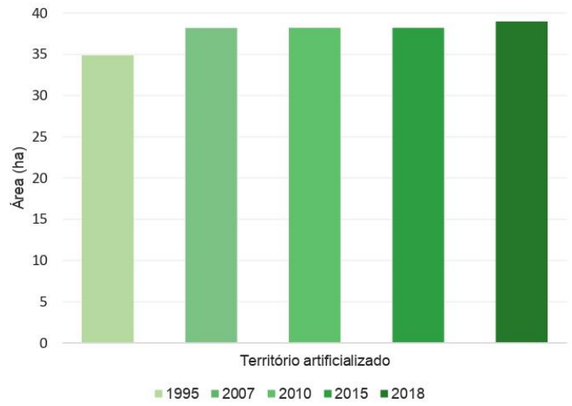
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

PARADA E PÓVOA DE SANTO AMARO

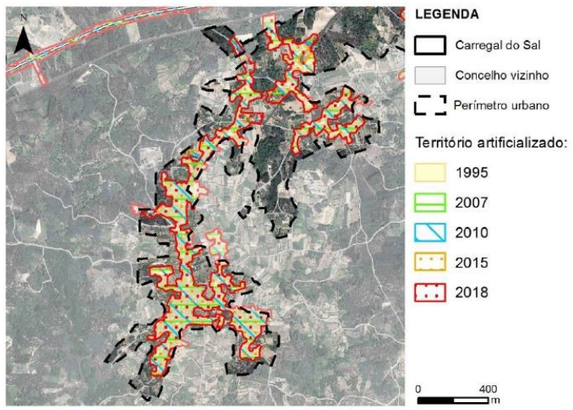
Localização	Freguesia de Parada, situado junto ao limite sudoeste do concelho	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal) Caminho Municipal (→ Papízios)	
População residente (*1)	668 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-3,3%	
Área do perímetro urbano (*2)	116,2ha	
Área ocupada	60,5ha (52,1%)	
Área livre	55,7ha (47,9%)	
Edifícios clássicos (*1)	490 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear disperso com nucleações	
Formas de nucleação	Povoamento não apresenta uma malha urbana contida e densificada que evidencie fenómenos de nucleação significativa. Destacam-se pequenas nucleações com malha urbana mais contida, favorecendo uma densidade de ocupação mais elevada	
Reabilitação urbana	Tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



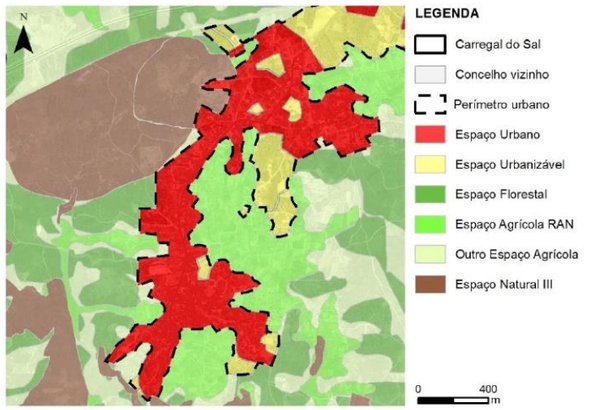
Aglomerado de Parada e Póvoa de Santo Amaro



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

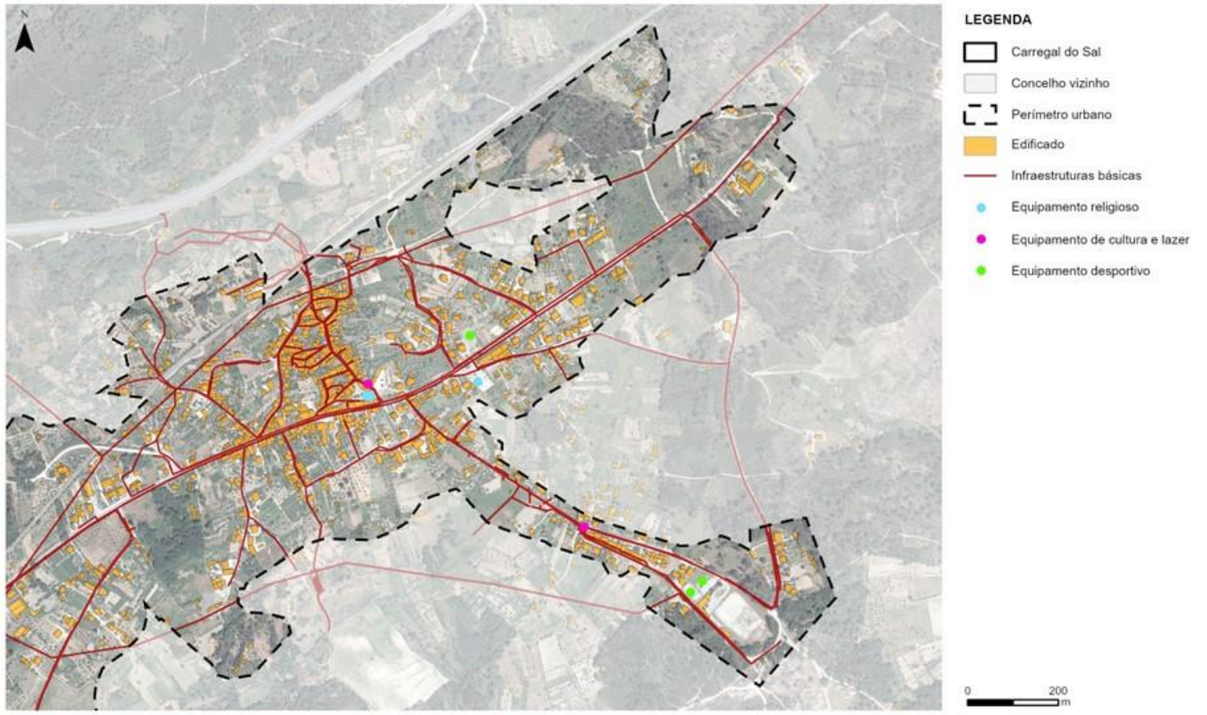


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

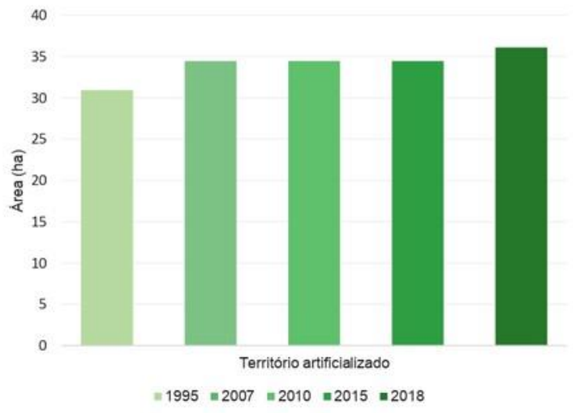
(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

FIAIS DA TELHA

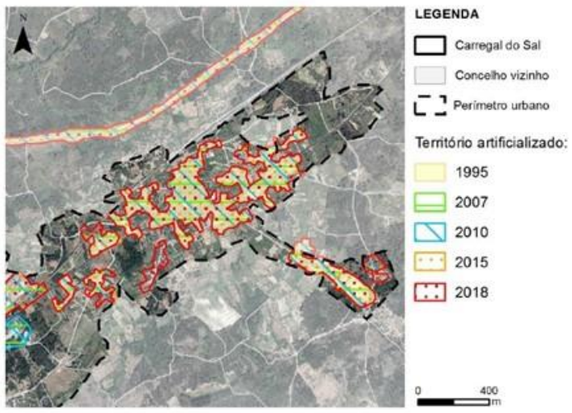
Localização	Freguesia de Oliveira do Conde, situado junto à vila de Carregal do Sal	
Acessibilidade	Estrada Regional Estrada Municipal (→ Carregal do Sal)	
População residente (*1)	788 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-3,31%	
Área do perímetro urbano (*2)	129,3ha	
Área ocupada	72,2ha (55,8%)	
Área livre	57,1ha (44,2%)	
Edifícios clássicos (*1)	464 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontínuo e aglomeração dispersa	
Formas de nucleação	Povoamento com caraterísticas de linearidade dispersa, evidenciando uma nucleação desenvolvida na área mais central, apresentando uma malha mais contida	
Reabilitação urbana	Tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



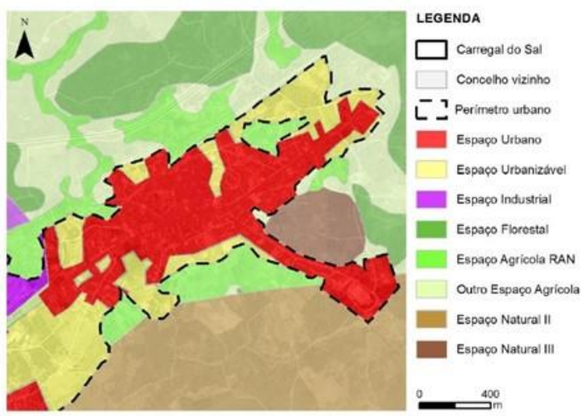
Aglomerado de Fiais da Telha



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

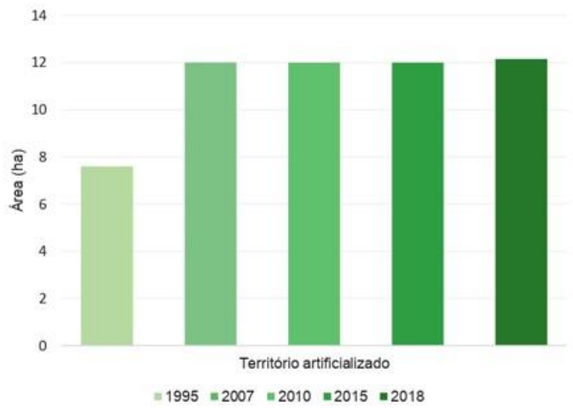
(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

VILA MEÃ

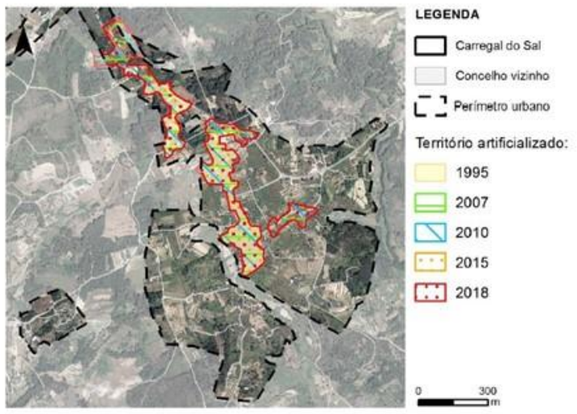
Localização	Freguesia de Oliveira do Conde, situado junto à vila de Carregal do Sal	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal)	
População residente (*1)	367 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-3,93%	
Área do perímetro urbano (*2)	92,9ha	
Área ocupada	36,8ha (39,6%)	
Área livre	56,1ha (40,4%)	
Edifícios clássicos (*1)	283 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleação primária	
Formas de nucleação	Povoamento disperso e pouco contido que apresenta uma nucleação primária na zona central, com malha urbana apertada e densificada	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



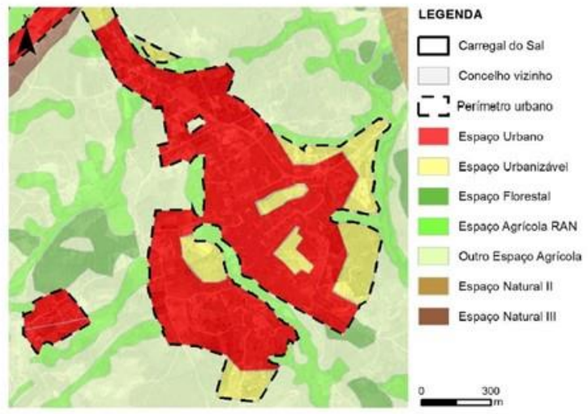
Aglomerado de Vila Meã



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

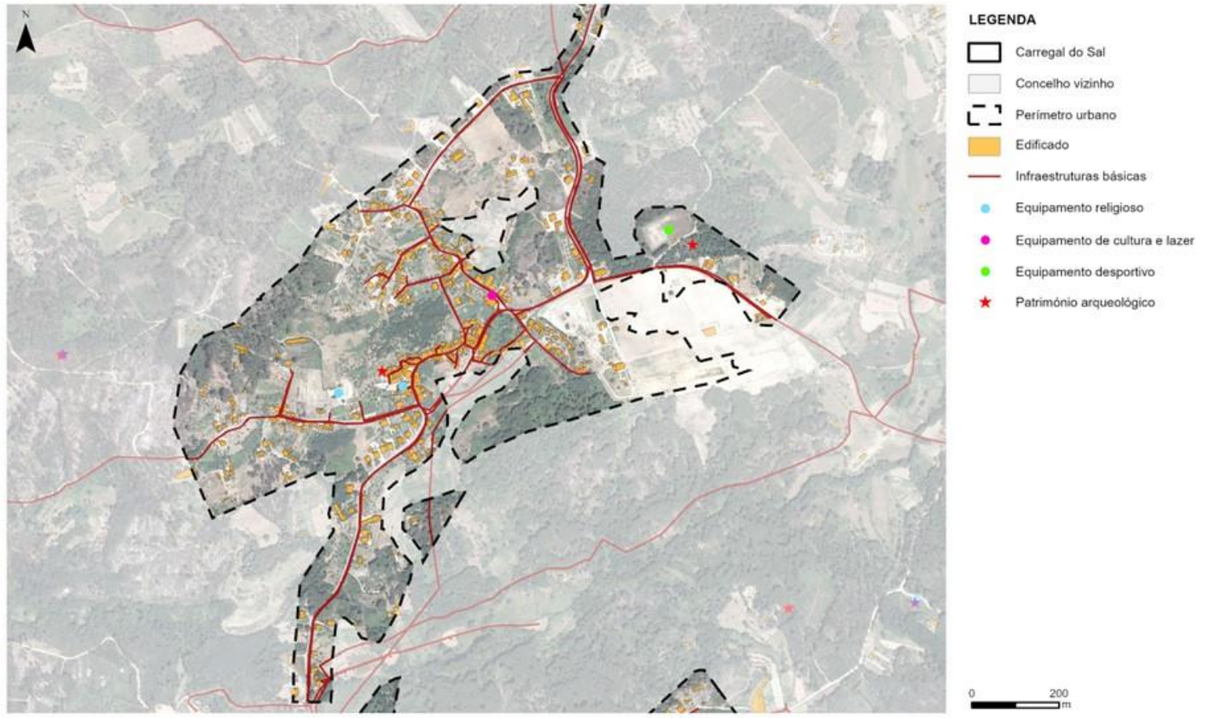


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

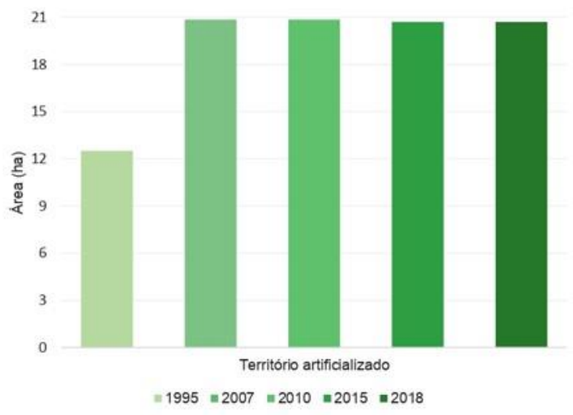
(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

TRAVANCA DE SÃO TOMÉ

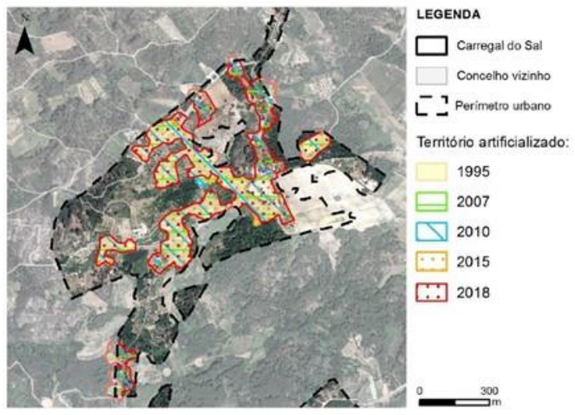
Localização	Freguesia de Oliveira do Conde, situado junto a Cabanas de Viriato	
Acessibilidade	Caminho Municipal (→ Carregal do Sal) Caminho Municipal (→ Cabanas de Viriato)	
População residente (*1)	301 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-14,25%	
Área do perímetro urbano (*2)	74,8 ha	
Área ocupada	28,7ha (38,.4%)	
Área livre	46,1ha (61,6%)	
Edifícios clássicos (*1)	210 edifícios	
Pisos	2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleação primária	
Formas de nucleação	Povoamento com caraterísticas de linearidade dispersa, evidenciando uma nucleação desenvolvida na área mais central, apresentando uma malha mais contida	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Sim	



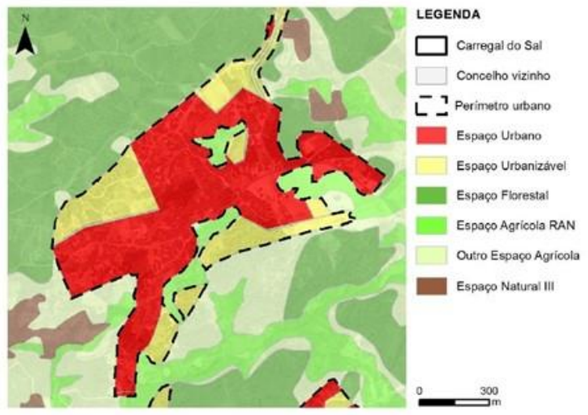
Aglomerado de Travanca de São Tomé



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

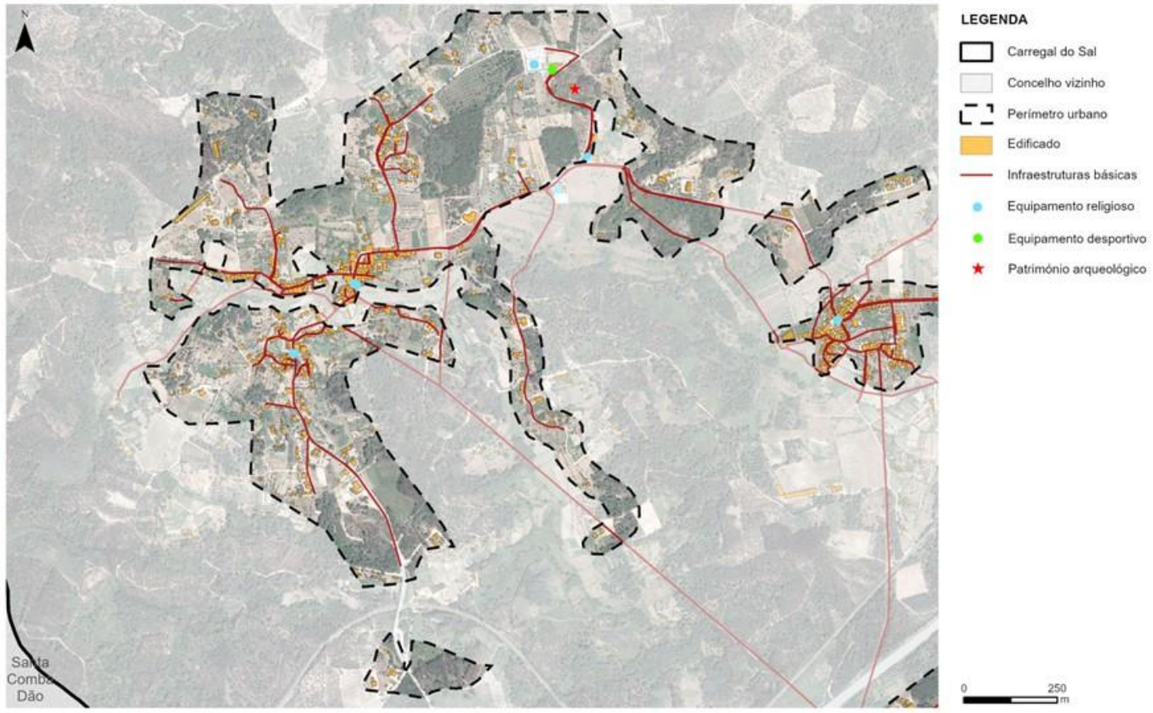


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

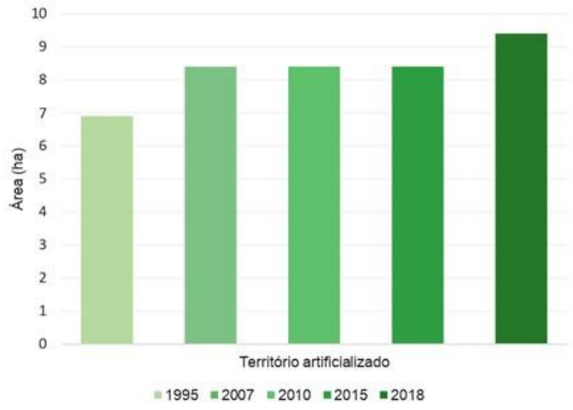
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

PAPÍZIOS

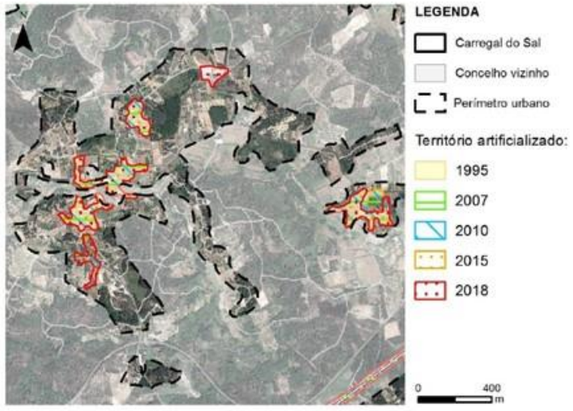
Localização	Freguesia de Carregal do Sal, situado junto ao limite oeste do concelho	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal) Caminho Municipal (→ Carregal do Sal) Caminho Municipal (→ Póvoa de Santo Amaro) Linha Ferroviária da Beira Alta	
População residente (*1)	256 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-16,9%	
Área do perímetro urbano (*2)	112,6ha	
Área ocupada	40,7ha (36,1%)	
Área livre	71,9ha (63,9%)	
Edifícios clássicos (*1)	192 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleações	
Formas de nucleação	Povoamento predominantemente linear descontinuo com pequenas nucleações que apresentam uma malha mais contida, favorecendo uma densificação de ocupação mais elevada	
Reabilitação urbana	Tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Sim	



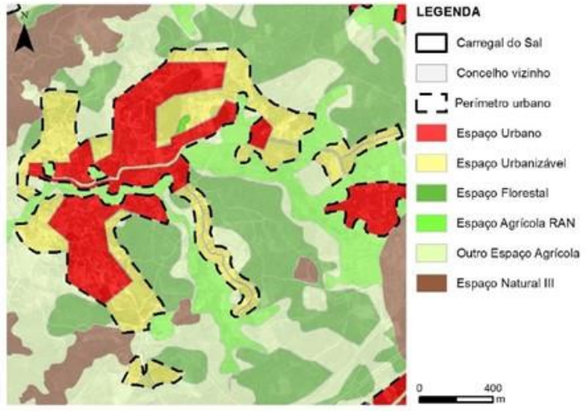
Aglomerado de Papízios



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

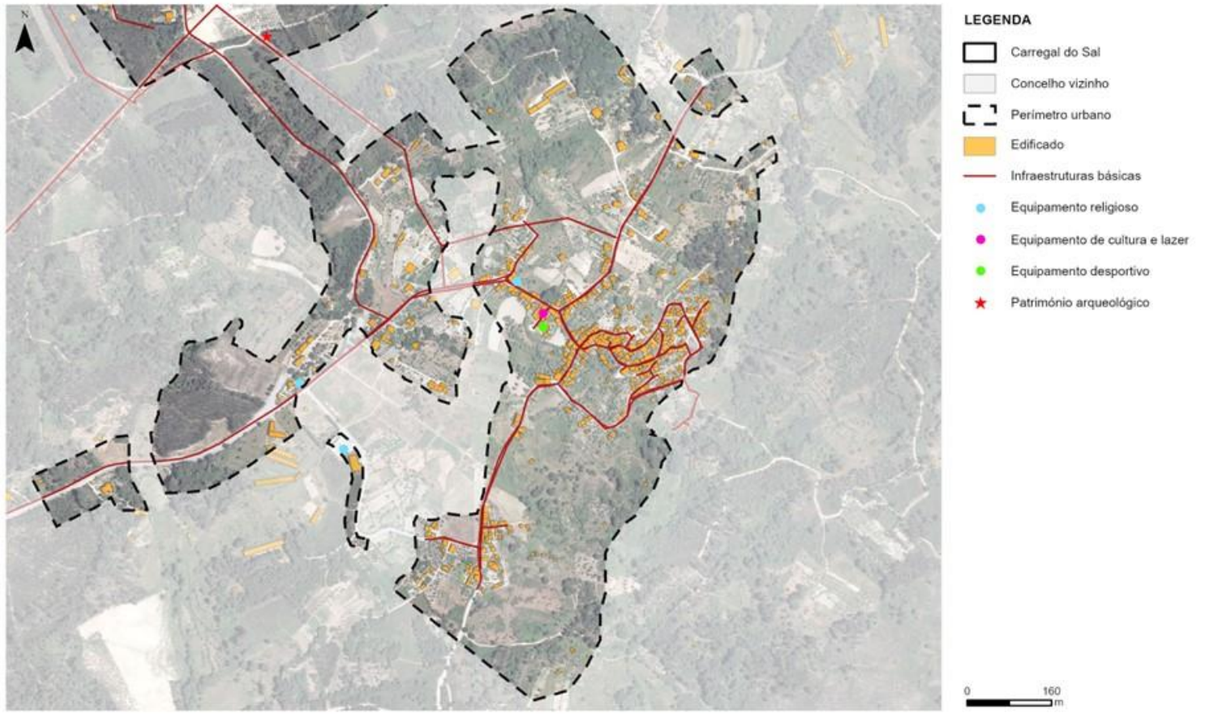


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

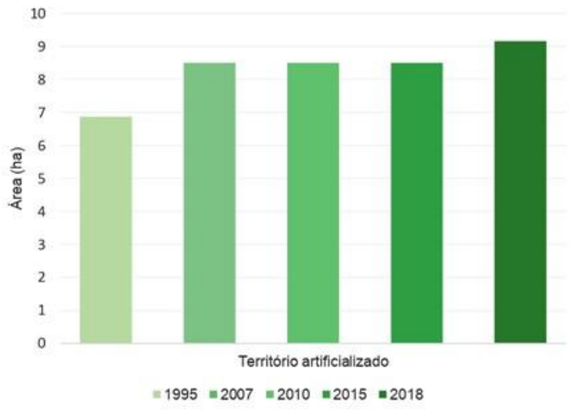
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

LACEIRAS

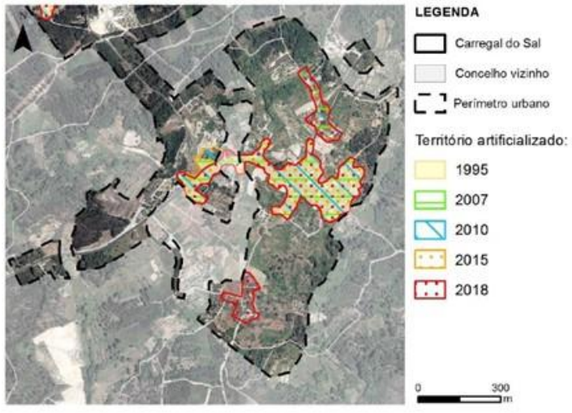
Localização	Freguesia de Cabanas de Viriato, situado junto ao limite nordeste do concelho	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal)	
População residente (*1)	173 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-18,78%	
Área do perímetro urbano (*2)	67,8ha	
Área ocupada	23,5ha (34,7%)	
Área livre	44,3ha (65,3%)	
Edifícios clássicos (*1)	171 edifícios	
Pisos	2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleação urbana	
Formas de nucleação	Povoamento disperso e pouco contido que apresenta pequenas nucleações na zona central, cuja malha urbana é apertada e densificada	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



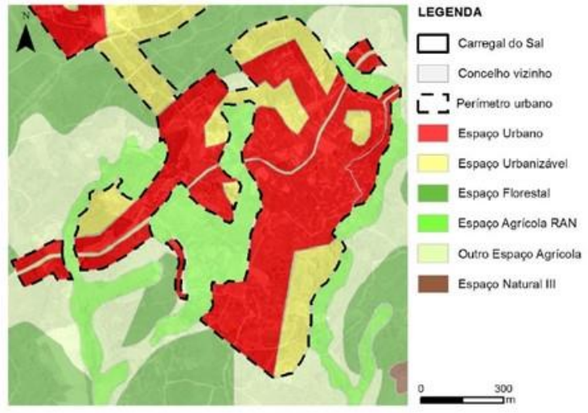
Aglomerado de Laceiras



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

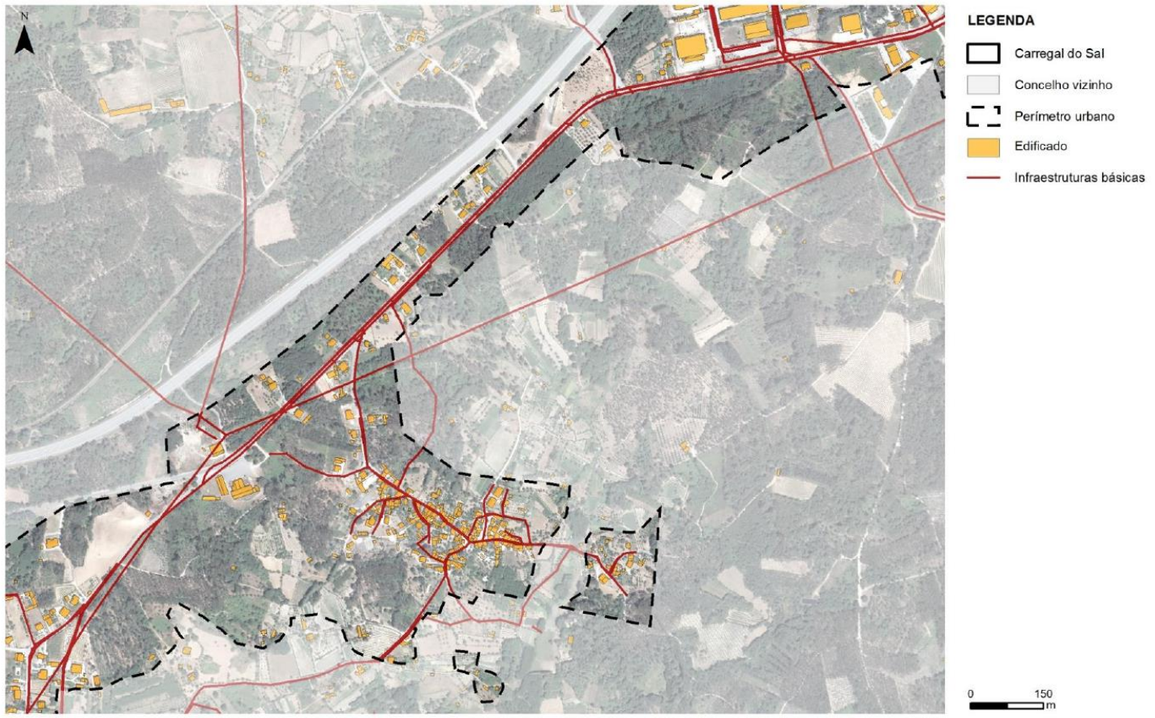


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

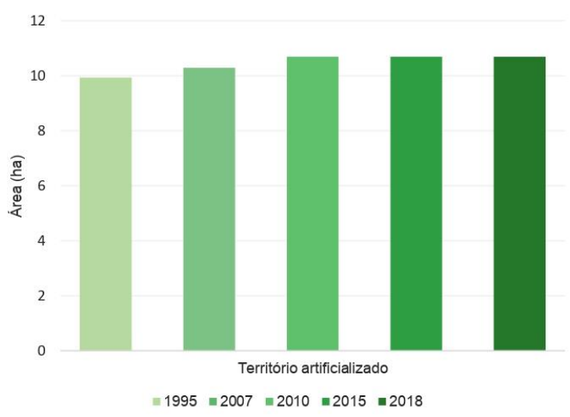
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

PÓVOA DAS FORCADAS

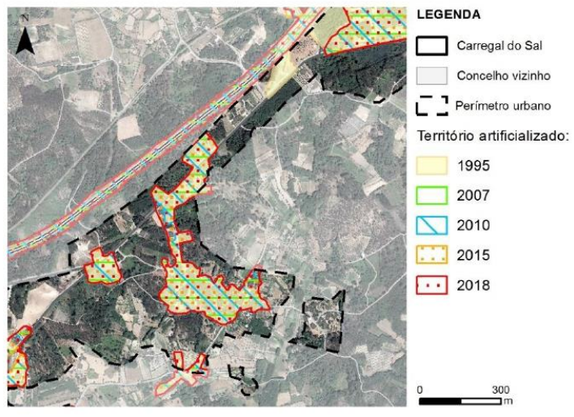
Localização	União de Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral e Freguesia de Parada, situado junto ao aglomerado Póvoa de Santo Amaro	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal)	
População residente (*1)	142 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-29,70%	
Área do perímetro urbano (*2)	47,3ha	
Área ocupada	17,7ha (37,4%)	
Área livre	29,6ha (62,6%)	
Edifícios clássicos (*1)	89 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleação primária	
Formas de nucleação	Povoamento com caraterísticas de linearidade dispersa, evidenciando várias nucleações, apresentando uma malha mais contida	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



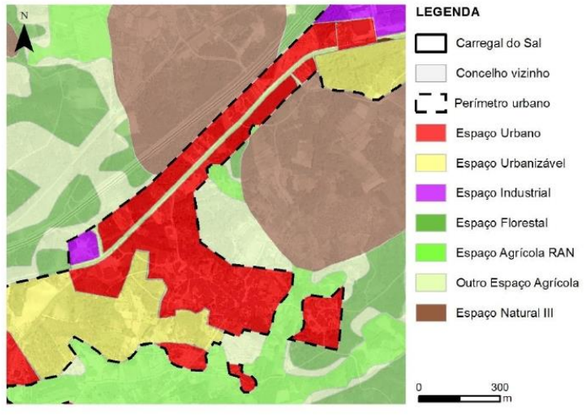
Aglomerado de Póvoa das Forcadas



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

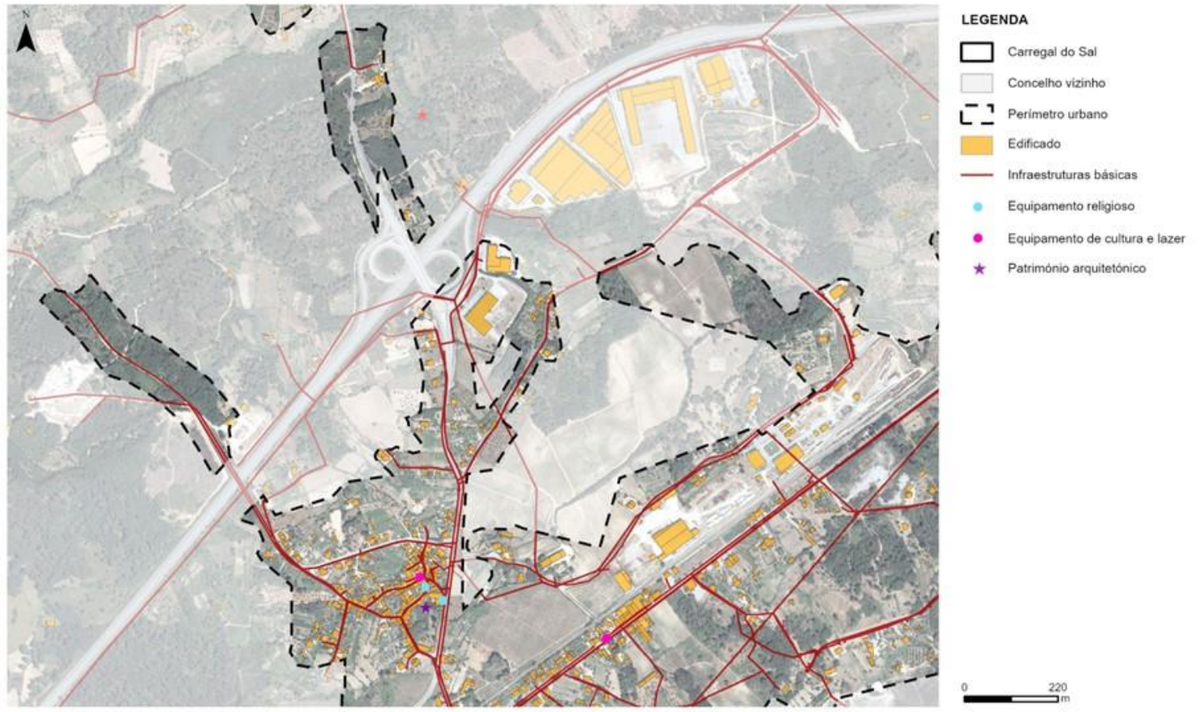


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

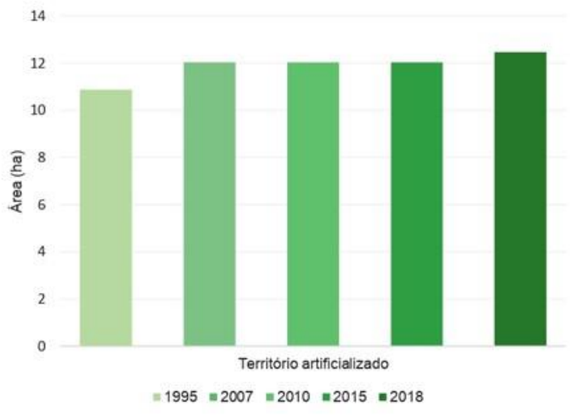
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

OLIVEIRINHA

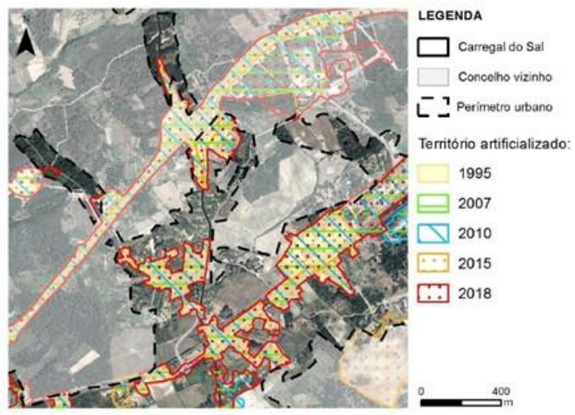
Localização	Freguesia de Oliveira do Conde, situado junto à vila de Carregal do Sal	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal) Linha Ferroviária da Beira Alta	
População residente (*1)	234 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-40,31%	
Área do perímetro urbano (*2)	36,7ha	
Área ocupada	17,6ha (48,0%)	
Área livre	19,1ha (52,0%)	
Edifícios clássicos (*1)	162 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontínuo com nucleação primária	
Formas de nucleação	Povoamento com caraterísticas de linearidade dispersa, evidenciando uma nucleação desenvolvida na área mais central, apresentando uma malha mais contida	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Sim	



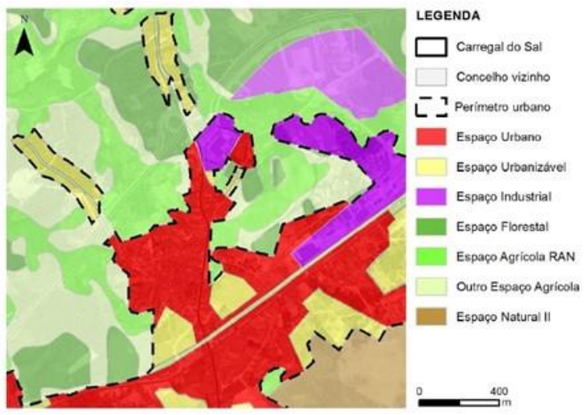
Aglomerado de Oliveirinha



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

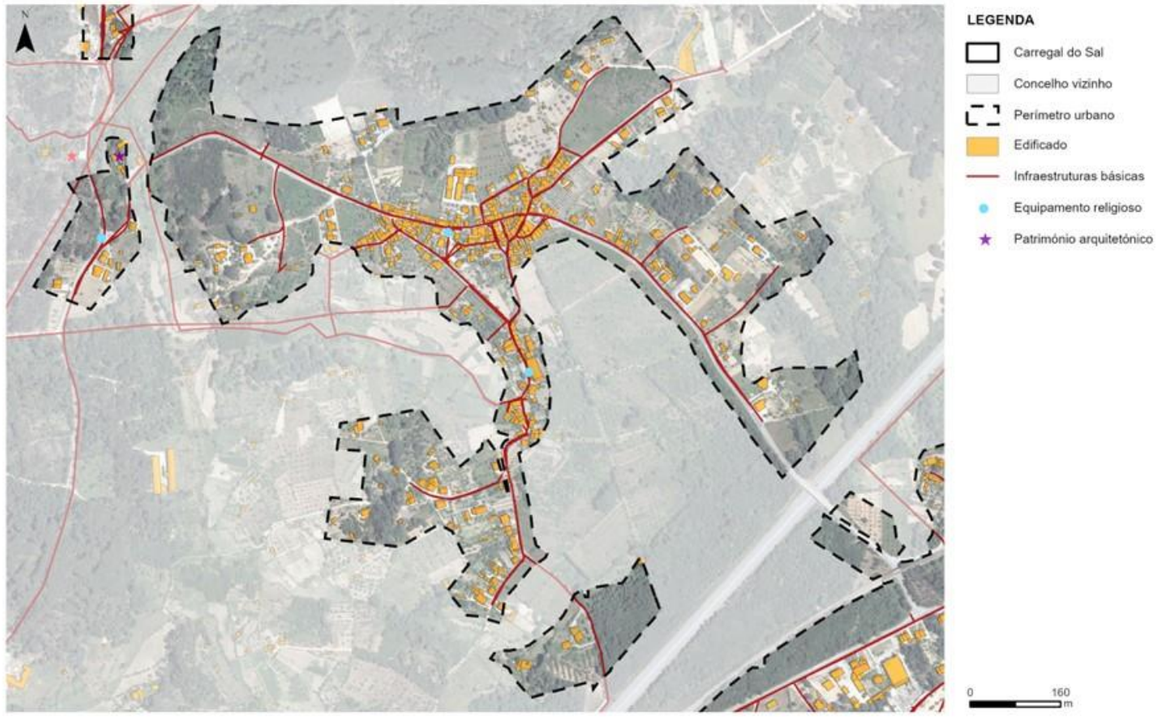


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

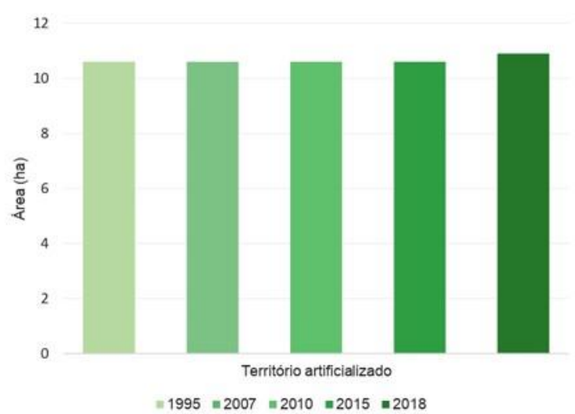
(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

ALVARELHOS

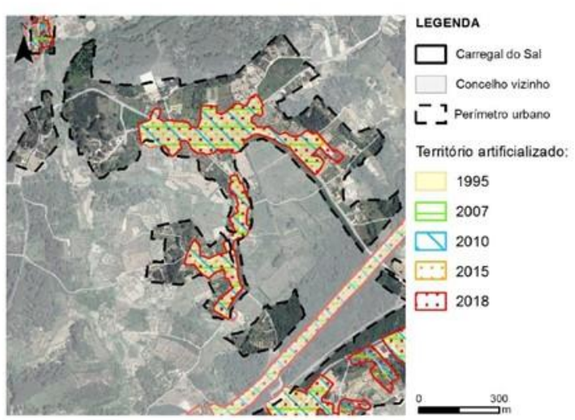
Localização	Freguesia de Oliveira do Conde, situado junto à vila de Carregal do Sal	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal) Caminho Municipal (→ Carregal do Sal)	
População residente (*1)	256 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-16,07%	
Área do perímetro urbano (*2)	51,1ha	
Área ocupada	24,4ha (47,8%)	
Área livre	26,7ha (52,2%)	
Edifícios clássicos (*1)	183 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleação urbana	
Formas de nucleação	Povoamento com várias nucleações evidenciadas, cuja malha urbana é contida, desenvolvidas junto às vias principais	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Sim	



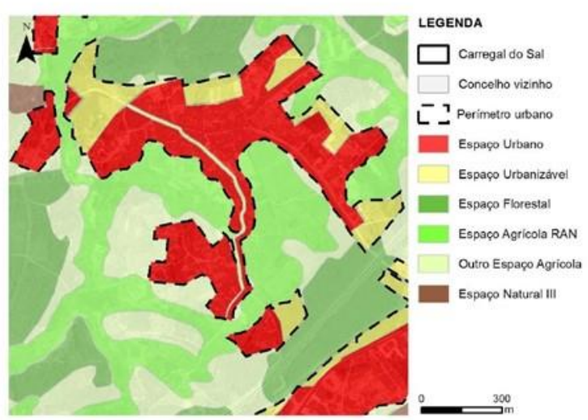
Aglomerado de Alvarelhos



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

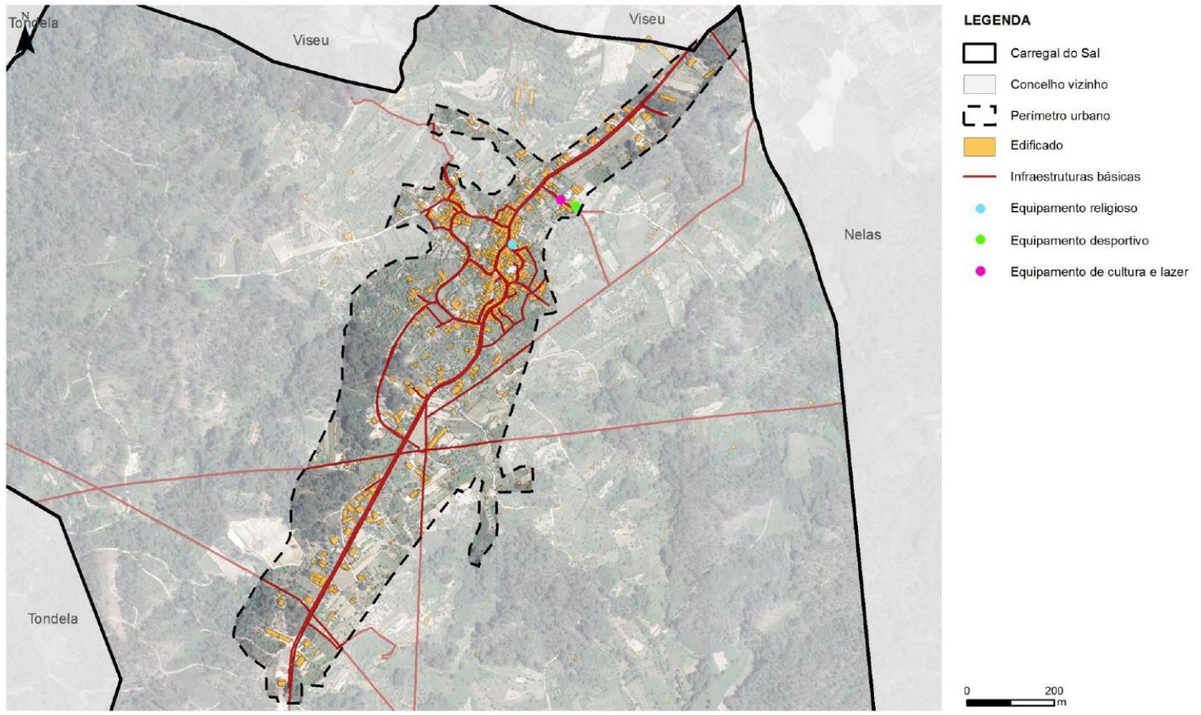


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

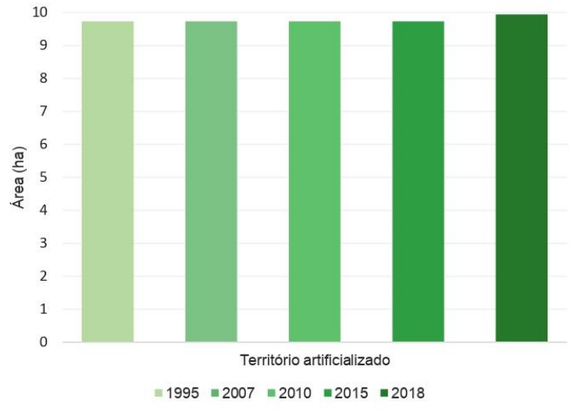
(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

PARDIEIROS

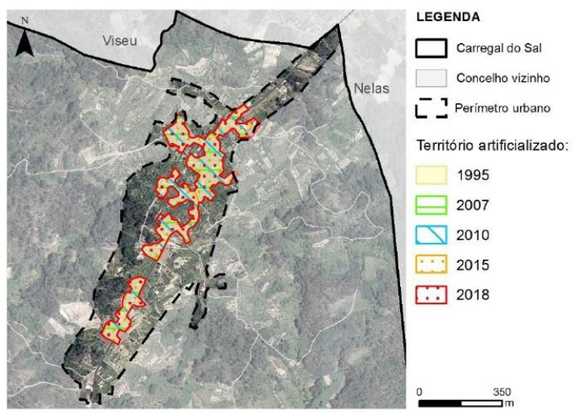
Localização	Freguesia de Beijós, situado junto ao limite norte do concelho	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Cabanas de Viriato)	
População residente (*1)	307 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-14,25%	
Área do perímetro urbano (*2)	49,5ha	
Área ocupada	24,2ha (48,9%)	
Área livre	25,3ha (51,1%)	
Edifícios clássicos (*1)	207 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontínuo e aglomeração dispersa	
Formas de nucleação	Povoamento com várias nucleações evidenciadas, cuja com malha urbana é contida, desenvolvidas essencialmente ao longo da via principal	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



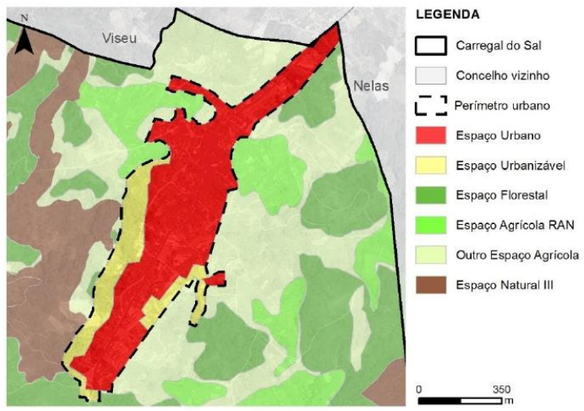
Aglomerado de Pardieiros



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

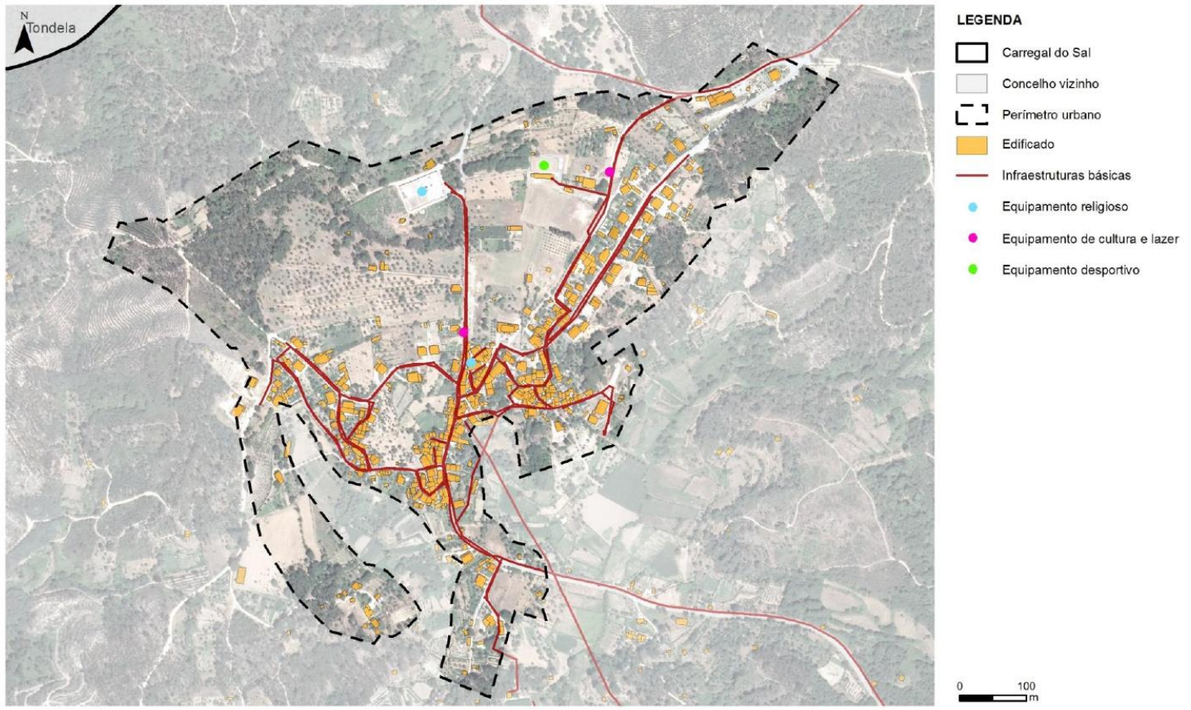


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

SOBRAL

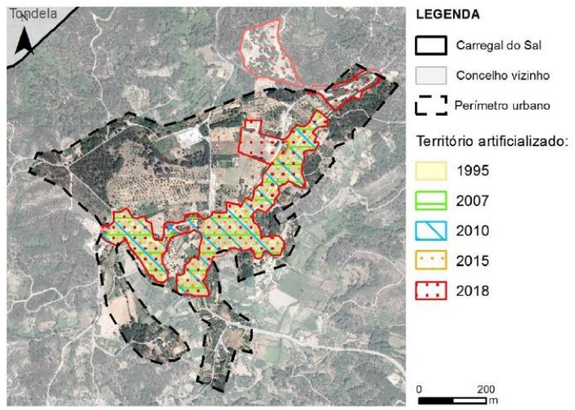
Localização	Freguesia de União de Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral, situado junto ao limite nordeste do concelho	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Cabanas de Viriato)	
População residente (*1)	270 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-6,6%	
Área do perímetro urbano (*2)	43,5ha	
Área ocupada	19,9ha (45,7%)	
Área livre	23,6ha (54,3%)	
Edifícios clássicos (*1)	174 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear disperso / Aglomeração dispersa	
Formas de nucleação	Povoamento, inicialmente linear disperso, que evidencia pequenas nucleações que podem vir a apresentar uma malha mais contida, favorecendo uma densificação de ocupação mais elevada	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



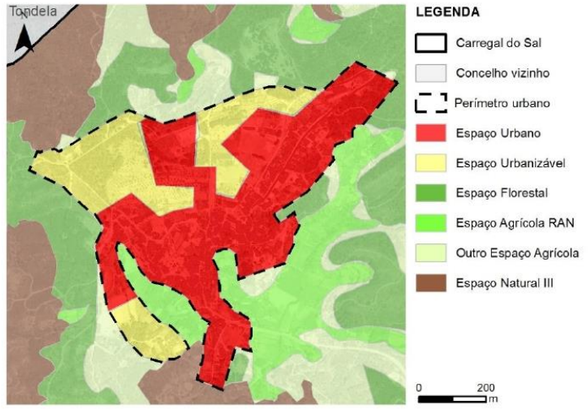
Aglomerado de Sobral



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

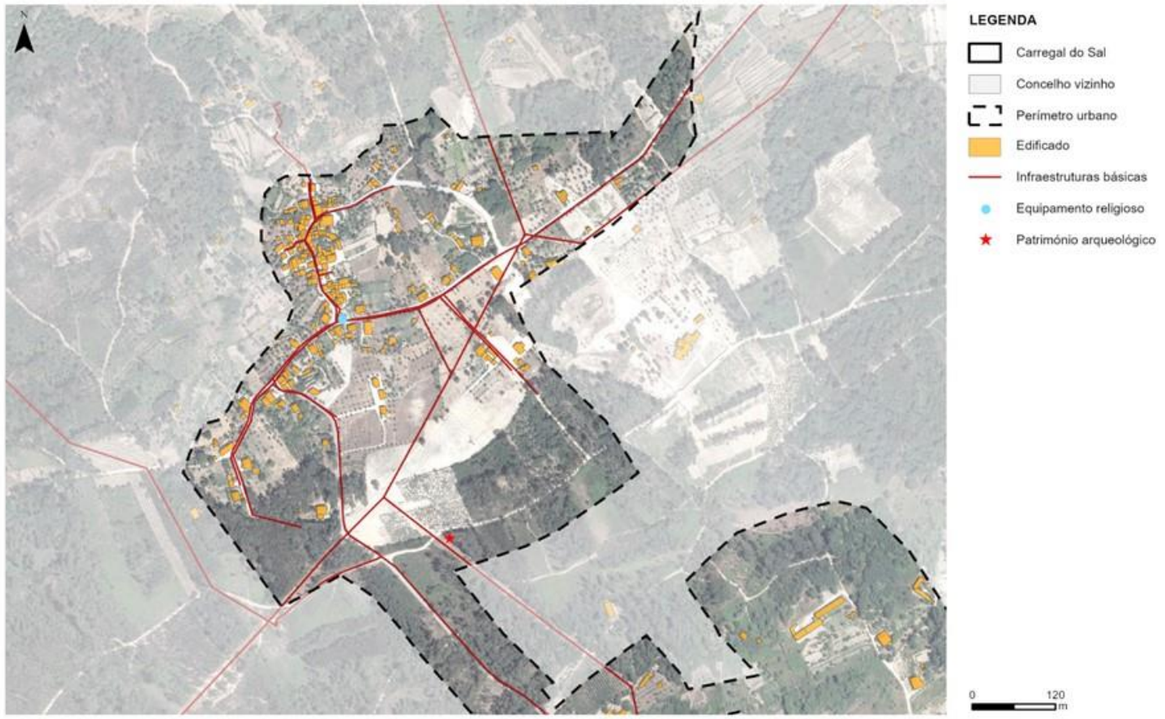


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

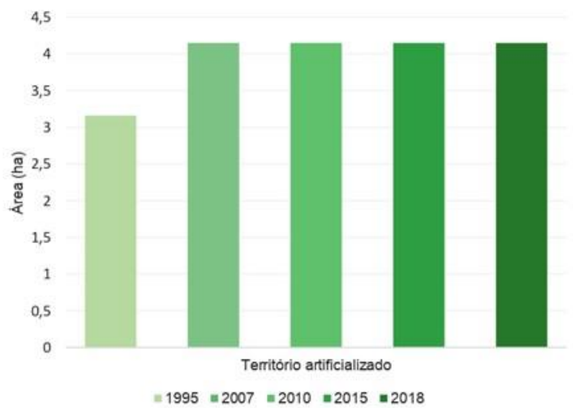
(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

PÓVOA DA PEGADA

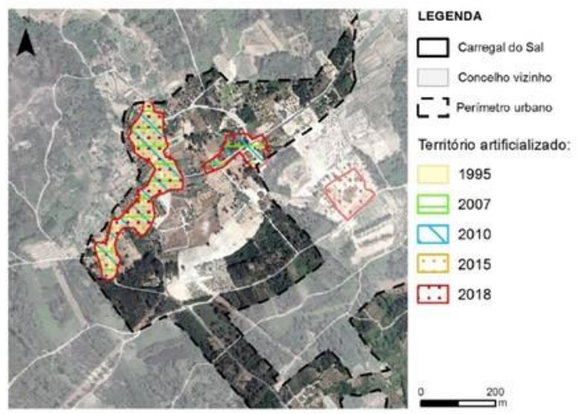
Localização	Freguesia de Beijós, situado junto a Laceiras	
Acessibilidade	Caminho Municipal (→ Laceiras)	
População residente (*1)	65 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-17,72%	
Área do perímetro urbano (*2)	31,6ha	
Área ocupada	12,1ha (38,3%)	
Área livre	19,5ha (61,7%)	
Edifícios clássicos (*1)	64 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleação primária	
Formas de nucleação	Povoamento com caraterísticas de linearidade dispersa, evidenciando uma nucleação desenvolvida, apresentando uma malha mais contida	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



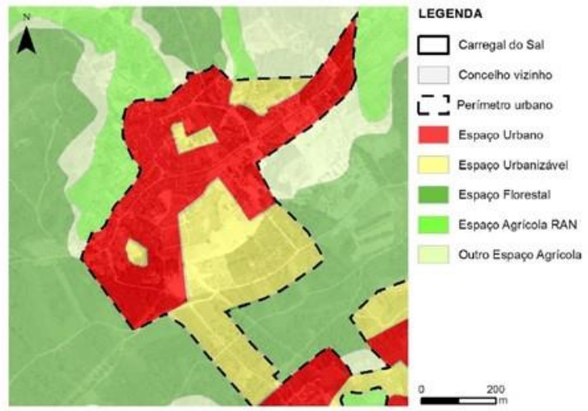
Aglomerado de Póvoa da Pegada



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

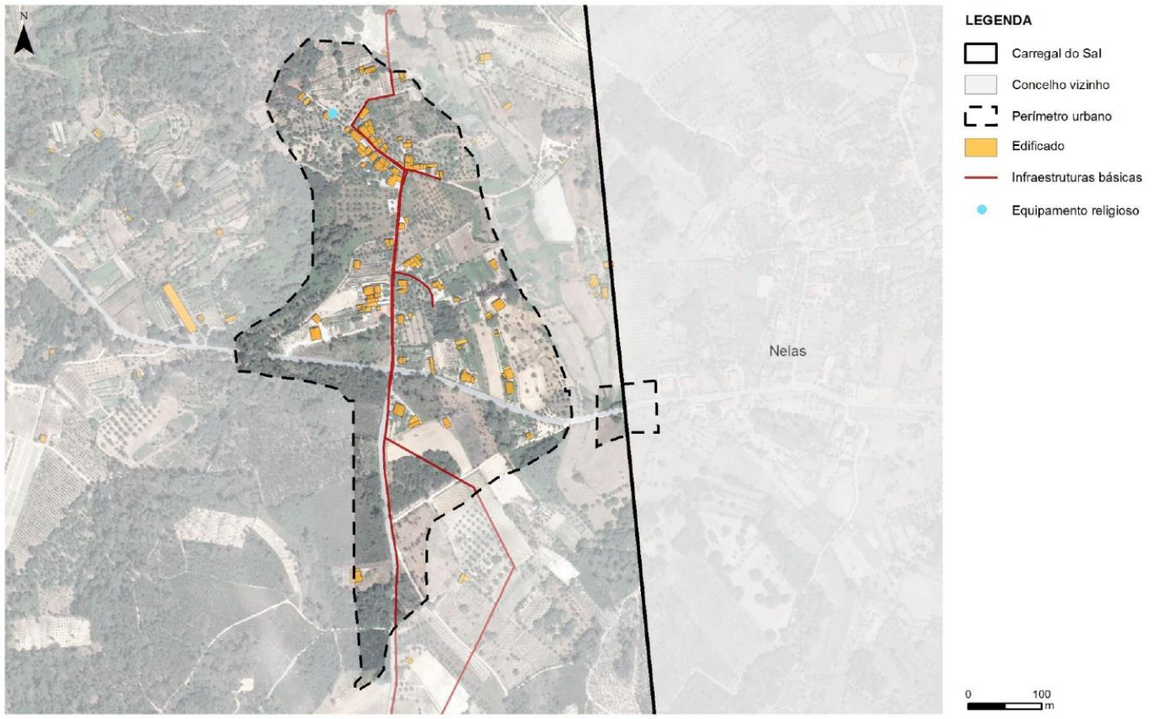


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

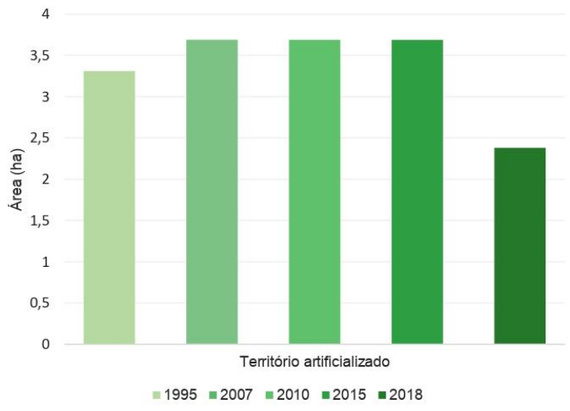
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

PÓVOA DE LISBOA

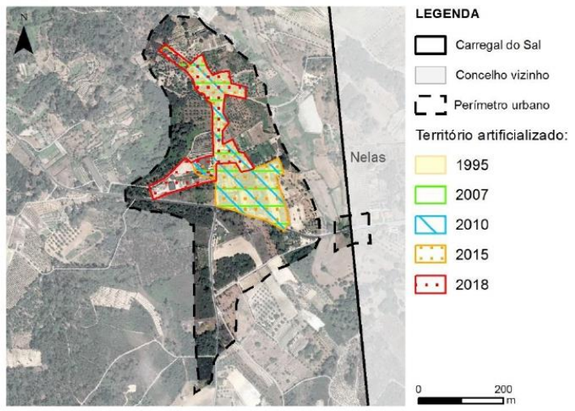
Localização	Freguesia de Beijós, situado junto ao limite este do concelho	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Beijós) Caminho Municipal (→ Laceiras)	
População residente (*1)	61 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	-69,7%	
Área do perímetro urbano (*2)	19,3ha	
Área ocupada	7,6ha (39,4%)	
Área livre	11,7ha (60,6%)	
Edifícios clássicos (*1)	30 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontínuo	
Formas de nucleação	Povoamento disperso que não apresenta uma malha urbana contida e densificada, de forma a evidenciar fenómenos de nucleação significativos	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



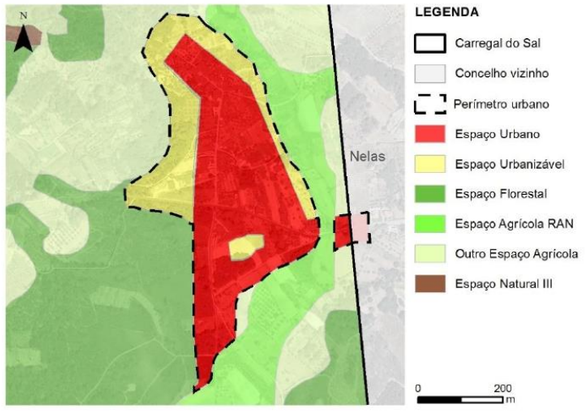
Aglomerado de Póvoa de Lisboa



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

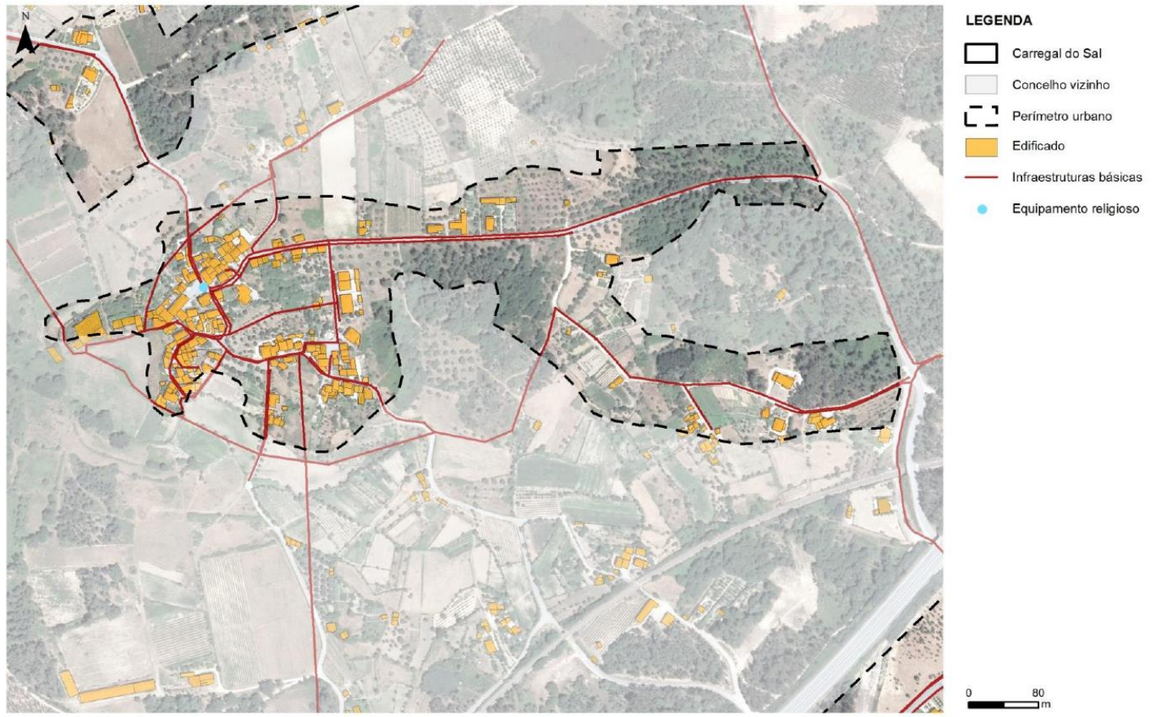


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

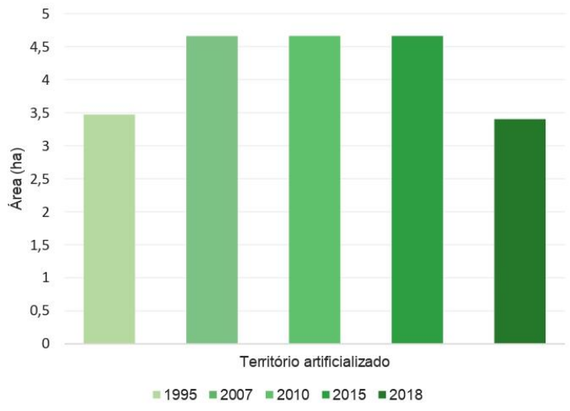
*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor; *3 Cartas de Ocupação do Solo (COS)

PÓVOA DA ARNOSA

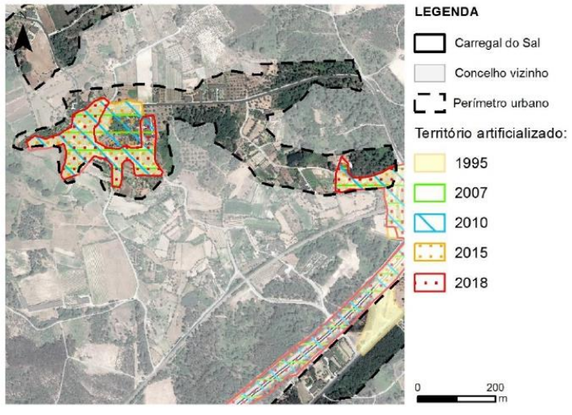
Localização	União de Freguesias de Currelos, Papízios e Sobral, situado junto à vila de Carregal do Sal	
Acessibilidade	Estrada Municipal (→ Carregal do Sal)	
População residente (*1)	127 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	8,55%	
Área do perímetro urbano (*2)	17,2ha	
Área ocupada	8,1ha (47,1%)	
Área livre	9,1ha (52,9%)	
Edifícios clássicos (*1)	85 edifícios	
Pisos	1 a 2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo com nucleação primária	
Formas de nucleação	Povoamento com caraterísticas de linearidade dispersa, evidenciando pequenas nucleações que podem vir a desenvolver-se, apresentando uma malha mais contida	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Sim
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



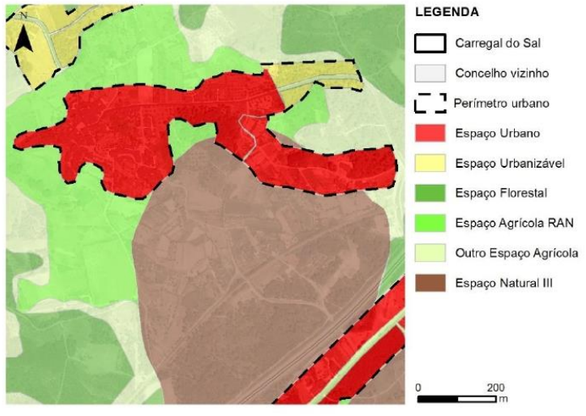
Aglomerado de Póvoa da Arnosa



Tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)



Forma e tendência de crescimento do perímetro urbano (*3)

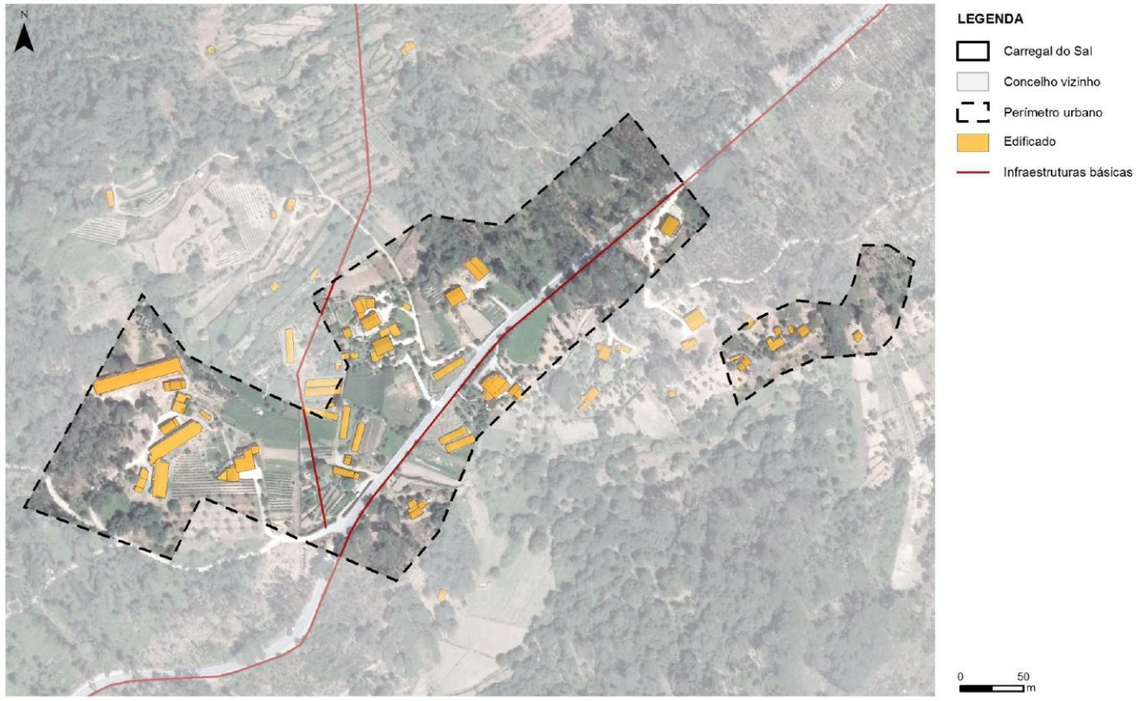


Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

(*1) Censos 2011; (*2) PDM em vigor; (*3) Cartas de Ocupação do Solo (COS)

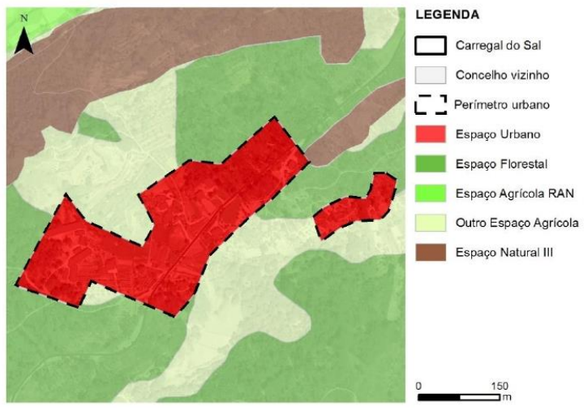
DELDORETO

Localização	Freguesia de Beijós	
Acessibilidade	Estrada Regional (→ Cabanas de Viriato)	
População residente (*1)	23 habitantes	
Variação da população residente entre 2001–2011	53,33%	
Área do perímetro urbano (*2)	8,7ha	
Área ocupada	4,2ha (48,3%)	
Área livre	4,5ha (51,7%)	
Edifícios clássicos (*1)	8 edifícios	
Pisos	2 pisos	
Tipo de povoamento	Linear descontinuo	
Formas de nucleação	Povoamento que não apresenta uma malha urbana contida e densificada, no qual as edificações se apresentam muito dispersas	
Reabilitação urbana	Não tem Área de Reabilitação Urbana	
Infraestruturas básicas	Energia elétrica	Sim
	Abastecimento de água	Sim
	Saneamento	Não
	Gás	Não
	Recolha de resíduos sólidos	Sim
Equipamentos	Sim	
Valores patrimoniais	Não	



Aglomerado de Deldoreto

Nota: As Cartas de Ocupação do Solo entre 1995 e 2018 não apresentam territórios artificializados no aglomerado de Deldoreto



Extrato da Planta de Ordenamento do PDM em vigor (*2)

*1 Censos 2011; *2 PDM em vigor;

Anexo III – Identificação dos sítios arqueológicos

Tipologia	Designação	Código nacional de sítio
Abrigo	Abrigo do Bóco	20605
	Abrigo do Chão Largo	37908
	Abrigo da Orca	20606
Anta/Dólmen	Dólmen de Troviscos 1	35680
	Dólmen de Troviscos 2	35681
	Orca 1 de Oliveira do Conde/Orca da Palheira	18015
	Orca 1 do Ameal	2824
	Orca 2 do Ameal	7054
	Orca de Fiais da Telha	2825
	Orca de Santo Tisco	7024
	Orca do Outeiro do Rato	2826
	Orca do Valongo	10600
	Orquinha das Poldras	20608
	Quinta da Orca	7023
Arte rupestre	Complexo Rupestre Azenha 1 do Ameal	15701
	Complexo Rupestre Azenha 2 do Ameal	27051
	Gravuras Rupestres de Cabriz	32790
	Lajinhas da Tapada/Casal Mendo	23313
	Penedo de Troviscos	35682
	Póvoa da Pégada	15704
	Víbora 1	15699
	Víbora 11-12	20592
	Víbora 9	23127
Calçada	Alagoas 1	20898
Casal Rústico	Quinta da Sobreira	20901
Estrutura	Arco Beijós	4005
Fonte	Paulo	3468
Gruta natural	Gruta da Cova da Moira	20607

Habitats	Carriceiras	631
	Mimosal	7510
	Quinta das Marias	20900
Igreja	Igreja de Currelos	26210
Inscrição	Penedo da Moira/Inscrição de Cabanas do Viriato	12536
Lagareta	Malhoa 1	20902
	Quinta de Dom Fernando	20903
Laje sepulcral	Igreja	4132
Mamoa	Orca 1 de Cabanas de Viriato	11298
	Orca 2 de Cabanas	12278
	Orca do Santo	11703
	Vale Grande	14391
Marco miliário	Vale de Touro	24712
Monumento megalítico	Monumento da Víbora	35270
	Orca 2 de Oliveira do Conde	10925
	Orca de Travanca	11149
Necrópole	Aveleira/Quinta da Aveleira	4337
	Malhoa/Malhô	12665
	Mata	35283
	Papísios/São Sebastião	12839
	Passal/Cabanas de Viriato	12658
	Passal 1	20899
	Penedo da Moita/Póvoa de Santo Amaro	19640
	Quinta da Moura/Cova da Moira	12661
	Quinta da Sernada	35148
	Trás-do-cemitério/Tapada	12659
Ponte	Redondo	4006
Povoado	Ameal VI	5888
	Cruzamento da Quinta Nova	7512
	Malcata	12578

	Milrego	17987
	Outeiro dos Castelos de Beijós	7627
Sepultura	Alagoas	12662
	Campa da Moira	20897
	Chãs/Mil Regos	12650
	Cortinhal/Prado	12660
	Cova da Moura/Vila Meã 1	12663
	Cumeadas	20905
	Hortas/Laja da Igreja	12666
	Vinagreira/Mata dos Alqueves	12664
Torre	Torre da Dona Branca	20907
Vestígios de superfície	Pinheiro	31025
	Torreão	37907
Villa	Chãs	12649



Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

Abreu, Alberto; Silva, Isabel; Pedrosa, Luís (1998). *Dicionário enciclopédico das freguesias - 2.º volume: Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Viseu*, Minha Terra, Matosinhos.

Administração da Região Hidrográfica do Centro (2012). *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4 – Parte 1 – Enquadramento e Aspetos Gerais*.

Agência Portuguesa do Ambiente (2015). *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020) – Volume 1 Fase 1: Situação de Referência.*

Agência Portuguesa do Ambiente (2007). *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013.*

Águas do Planalto (2018), *Relatório e Contas de 2018.*

Biblioteca Nacional (1944). *Guia de Portugal – 3.º volume: Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*, Lisboa.

Câmara Municipal de Carregal do Sal. *Carta Educativa do Concelho de Carregal do Sal.*

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2014). *Carta Social do Concelho de Carregal do Sal*.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2016). *Diagnóstico Social do Concelho de Carregal do Sal (II Atualização).*

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2016). *Plano Estratégico de Carregal do Sal*, D02. Caracterização e Diagnóstico.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2016). *Plano Estratégico de Carregal do Sal*, D03. Plano Setorial – Sustentabilidade e Ambiente.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2016). *Plano Estratégico de Carregal do Sal*, D03. Plano Setorial – Cultura.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2018). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028*.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2019). *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Carregal do Sal 2018-2028*, *Caderno I – Diagnóstico (Informação de Base).*

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2001). *Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal*.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2012). *Roteiro Turístico - Solares e Casas Solarengas do Município de Carregal do Sal*, 1ª Edição.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2001). *Roteiro Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal*.

Câmara Municipal de Carregal do Sal (2004). *Património Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal – 2.ª Fase da Carta e Roteiro*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2011), *Plano Regional de Ordenamento do Centro, Proposta de PROT-Centro (Documento Fundamental).*

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Carregal do Sal (2012). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Versão 1.1.*

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (2016). *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Viseu Dão-Lafões*.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (2017). *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – Relatório Final.*

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (2017). *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, Relatório Final*.

Comissão Técnica Independente da Assembleia da República (2018). *Relatório da Comissão Independente de Avaliação dos Incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental*.

CTGA (2017). *Reestruturação dos sistemas de tratamento de águas residuais do concelho de Carregal do Sal - Projeto de Execução*.

Daveau, S. (1995), *Portugal Geográfico*, ed. João Sá da Costa, Lisboa.

DGOTDU (2002). *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*. Lisboa.

Direção-Geral do Território (2018). *Especificações técnicas da Carta de uso e ocupação do solo de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*. Relatório Técnico. Direção-Geral do Território

Direção Geral do Território (2018). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*.

DGOTDU (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Volume IV*, págs. 67-70.

Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos (2018). *Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal, Volume I - Caraterização do setor de águas e resíduos*.

Infraestruturas de Portugal (2015). *PETI 3+ - Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, Horizonte 2014-2020*, Versão Revista.

Instituto da Água (2005*). Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira*, Projeto do POA (3.ª Fase) – Estudos de Base (Versão revista).

Instituto de Conservação da Natureza (2019). *Programa Regional de Ordenamento Florestal Centro Litoral – Documento Estratégico.*

Instituto Nacional de Estatística (2017). *Anuário Estatístico do INE para a Região Centro 2017*.

Instituto Nacional de Estatística (2017). *Estimativas anuais da população residente 2012-2060*.

Maia, C. et al (2017). *Perfis de vulnerabilidade social em Portugal, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XI Congresso de Geografia Portuguesa (9-11.11.2017), Porto.

Marques, Hermínio da Cunha (1998). *Carregal do Sal 150 anos:* Câmara Municipal de Carregal do Sal.

PROCIV (2008). *Guia Metodológico para a produção de cartografia municipal*.

Rebelo, F. & Lema, P. B. (1996). *Geografia de Portugal: meio físico e recursos naturais*, Universidade Aberta, Lisboa.

Instituto da Segurança Social (2004). *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*, Lisboa.

***Websites*:**

SNIRH: Sistemas Aquíferos de Portugal Continental, FCUL, 2000: https://snirh.apambiente.pt/snirh/_atlasagua/galeria/mapasweb/pt/aa1027.pdf.

Atlas do Ambiente Digital da Agência Portuguesa do Ambiente: http://sniamb.apambiente.pt/

Teste de velocidade da Internet: http://www.nperf.com/pt